

**UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO  
DOUTORADO**

**Eduardo Augusto Vella Gonçalves**

**A Contribuição Das Instituições Municipais De Ensino Superior No  
Desenvolvimento Da Região Em Que Estão Inseridas**

**São Caetano do Sul  
2025**

**EDUARDO AUGUSTO VELLA GONÇALVES**

**A Contribuição Das Instituições Municipais De Ensino Superior No  
Desenvolvimento Da Região Em Que Estão Inseridas**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Municipal de São Caetano do Sul como requisito para a obtenção do título de Doutor em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Campi Prearo

**São Caetano do Sul  
2025**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Gonçalves, Eduardo Augusto Vella

A Contribuição Das Instituições Municipais De Ensino Superior No Desenvolvimento Da Região Em Que Estão Inseridas / Eduardo Augusto Vella Gonçalves / 2025

228 f. il.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Campi Prearo

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Municipal de São Caetano do Sul -USCS, São Caetano do Sul, 2025.

1. Instituições de Ensino Superior Municipais. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Contribuição. I. Prearo, Leandro Campi. II. A Contribuição Das Instituições Municipais De Ensino Superior No Desenvolvimento Da Região Em Que Estão Inseridas.

**Reitor da Universidade Municipal de São Caetano do Sul**

Prof. Dr. Leandro Campi Prearo

**Pró-reitor de Pós-graduação e Pesquisa**

Prof. Dr. Eduardo de Camargo Oliva

**Gestor do Programa de Pós-graduação em Administração**

Prof. Dr. Celso Machado Junior

Tese de doutorado a ser defendida junto à Banca Examinadora em 29/08/2025 constituída pelos professores:

Prof. Dr. Leandro Campi Prearo (orientador) – Universidade Municipal de São Caetano do Sul

Prof. Dr. Nonato Assis de Miranda - Universidade Municipal de São Caetano do Sul

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Carmo Romeiro - Universidade Municipal de São Caetano do Sul

Prof. Dr. Silvio Carvalho Neto – Centro Universitário Municipal de Franca Uni-FACEF

Prof. Dr. Ricardo Pinha Alonso – Universidade de Marília – UNIMAR

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, fonte da vida e de minha fé. Luz, força e inspiração em todos os momentos, a quem confio meus passos e os sonhos que se realizam.

A minha esposa Ana e meus filhos Arthur e Guilherme, pilares do meu caminhar, cuja paciência, amor e apoio foram fundamentais ao longo de toda esta jornada. Aos meus pais João e Yvone, exemplo de coragem, dedicação e resiliência, pela educação, valores e incentivo constante. Às minhas irmãs Priscilla e Camilla, sogros Romualdo e Maria do Carmo, cunhadas Ana Paula e Carla e cunhados Astromar, Marcelo, Ricardo e Ronaldo, pela amizade, compreensão e palavras de motivação nos momentos mais desafiadores. E, sobrinhas Ana Luiza e Alice e sobrinhos João Pedro, Pedro, Felipe e João Marcelo, por me trazerem a docilidade de crianças, muitas vezes necessária para os enfrentamentos cotidianos.

A todas estas pessoas especiais, dedico esta conquista, realização de um sonho, com gratidão e carinho.

## Agradecimentos

Esta tese foi uma experiência única, construída juntamente com os desafios do dia a dia, ganhando significado especial, fundamentalmente em razão das pessoas que, de diferentes formas, contribuíram para sua elaboração, principalmente nos momentos de dificuldades e dúvidas.

Correndo o risco de ser traído pela memória, entendo que vale a pena reconhecer e demonstrar a gratidão a estas pessoas especiais que, cada um à sua maneira, participaram da construção deste trabalho.

Especialmente, extendo minha gratidão ao meu orientador, Prof. Dr. Leandro Campi Prearo que, para além dos trabalhos de orientação, os quais foram conduzidos com competência ímpar, se demonstrou um amigo sincero nas horas difíceis.

Agradeço, carinhosamente, os amigos Eduardo Francisco Paranhos, Elizete Mello da Silva (Dedé), Márcia Valéria Seródio Carbone e Ana Maria Zanoni da Silva, pelo apoio incondicional.

Ainda, Cláudio José Palma Sanchez, Fabio Pinha Alonso e Marcus Vinicius Gimenes Gil, companheiros de todas as horas.

Ao amigo Claudio Mansur Salomão, minha eterna gratidão.

Meus agradecimentos também, aos professores do Programa de Pós-graduação da Universidade Municipal de São Caetano do Sul e a todos os funcionários que contribuíram para viabilizar a realização da pesquisa de Doutorado.

Ainda, agradeço a Universidade Municipal de São Caetano do Sul pela concessão de bolsa de estudo parcial, que viabilizou a realização deste projeto.

Por fim, aos membros da banca, pelo prestígio que a presença confere ao trabalho, bem como pelas considerações apresentadas.

Uma noite eu tive um sonho... Sonhei que estava andando na praia com o Senhor e, através do Céu, chegavam cenas da minha vida. Para cada cena que passava, percebi que eram deixados dois pares de pegadas na areia: um era o meu e o outro era do Senhor.

Quando a última cena da minha vida passou diante de nós, olhei para trás, para as pegadas na areia, e notei que, muitas vezes, no caminho da minha vida, havia apenas um par de pegadas na areia.

Notei também que isso aconteceu nos momentos mais difíceis e angustiosos do meu viver. Fiquei deveras entristecido e perguntei ao Senhor:

“Senhor, Tu não disseste que, se eu resolvesse Te seguir, andarias sempre comigo todo o caminho? Notei que, durante as maiores atribulações do meu viver, havia na areia dos caminhos da vida apenas um par de pegadas. Não compreendo porque, nas horas em que eu mais necessitava, Tu me deixaste.”

O Senhor me respondeu: “Meu precioso filho, Eu te amo e jamais te deixaria nas horas da prova e do sofrimento. Quando viste na areia apenas um par de pegadas, foi exatamente aí que Eu, nos braços... te carreguei.”

(Autor desconhecido)

GONCALVES, Eduardo Augusto Vella. **A Contribuição Das Instituições Municipais De Ensino Superior No Desenvolvimento Da Região Em Que Estão Inseridas**. Universidade Municipal de São Caetano do Sul. São Caetano do Sul, SP, 2025.

## RESUMO

As Instituições de Ensino Superior (IES) possuem papel fundamental no desenvolvimento de uma sociedade, com atuação através do tripé ensino – pesquisa – extensão, que formam a tríade obrigatória nas universidades. Este trabalho considerou tal responsabilidade e a relevância das IES Municipais em termos quantitativos, que, conforme os dados do Censo da Educação Superior 2023, não estão localizadas em nenhuma capital e perfazem um total de 57 Instituições dessa natureza no Brasil, as quais possuem as suas respectivas sedes administrativas ou reitorias, em 49 Municípios diferentes, em 8 Estados da Federação e organizadas academicamente, como 06 Universidades, 07 Centros Universitários e 44 faculdades isoladas, possuem, 77.512 alunos, 6.606 professores e 4.354 funcionários técnico-administrativos, destacando-se o alto nível de qualificação de sua mão de obra. A pesquisa teve por objetivo geral investigar as reais contribuições das IES Municipais para com a comunidade as quais estão instaladas, evidenciando seus efeitos no desenvolvimento regional, a partir da verificação das atividades relacionadas ao atendimento de demandas sociais, por elas desenvolvidas. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória, com levantamento e análise de dados coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com os respectivos Dirigentes. Foram identificados 37 estudos que discutem o papel das universidades e faculdades no desenvolvimento econômico, social e cultural das regiões em que estão inseridas, o que permitiu identificar formas de atuação e contribuição das IES para o desenvolvimento regional. Dentre todos os estudos analisados, não se identificou pesquisas sobre IES públicas municipais e suas contribuições para o desenvolvimento regional, o que caracteriza, inclusive, a originalidade da tese. A apresentação dos resultados evidenciou que as IES Públicas Municipais atuam como importantes promotoras de mudanças sociais. Concluiu-se que as Instituições de Ensino Superior Municipais desempenham papel estratégico no desenvolvimento das regiões onde se inserem, contribuindo para a formação de capital humano, o fortalecimento social e econômico, e a dinamização de processos de inovação. O caminho percorrido por esta pesquisa reforça a necessidade de políticas públicas que valorizem e ampliem o potencial transformador das IES Públicas Municipais. Recomenda-se, ainda, a ampliação de estudos comparativos e o monitoramento contínuo dos dados e indicadores relativos aos impactos gerados, para que as IES Públicas Municipais possam aprimorar suas práticas e fortalecer ainda mais sua contribuição para as regiões em que estão inseridas.

**Palavras-Chave:** Instituições de Ensino Superior Municipais. Atividades de ensino, pesquisa e extensão. desenvolvimento regional.

GONCALVES, Eduardo Augusto Vella. **The Contribution Of Municipal Higher Education Institutions To The Development Of The Region In Which They Are Located**. University of de São Caetano do Sul. São Caetano do Sul, SP, 2025.

## **ABSTRACT**

Higher Education Institutions (HEIs) play a fundamental role in the development of a society, acting through the teaching-research-extension tripod, which form the mandatory triad in universities. This work considered this responsibility and the relevance of Municipal HEIs in quantitative terms, which, according to data from the 2023 Higher Education Census, are not located in any capital and make up a total of 57 Institutions of this nature in Brazil, which have their respective administrative headquarters or rector in 49 different Municipalities, in 8 States of the Federation and academically organized, as 06 Universities, 07 University Centers and 44 isolated colleges, have 77,512 students, 6,606 professors and 4,354 technical-administrative employees, highlighting the high level of qualification of their workforce. The research had the general objective of investigating the real contributions of municipal higher education institutions to the community in which they are located, highlighting their effects on regional development, based on the verification of the activities related to meeting social demands, developed by them. This was a qualitative and exploratory research, with data collection and analysis collected through semi-structured interviews with their respective directors. Thirty-seven studies were identified that discuss the role of universities and colleges in the economic, social and cultural development of the regions in which they are located, which allowed us to identify ways in which higher education institutions act and contribute to regional development. Among all the studies analyzed, no research was identified on municipal public higher education institutions and their contributions to regional development, which also characterizes the originality of the thesis. The presentation of the results showed that municipal public higher education institutions act as important promoters of social change. It was concluded that municipal higher education institutions play a strategic role in the development of the regions where they are located, contributing to the formation of human capital, social and economic strengthening, and the dynamization of innovation processes. The path taken by this research reinforces the need for public policies that value and expand the transformative potential of municipal public higher education institutions. It is also recommended that comparative studies be expanded and that data and indicators related to the impacts generated be continuously monitored, so that municipal public higher education institutions can improve their practices and further strengthen their contribution to the regions in which they are located.

**Keywords:** Municipal Higher Education Institutions; Teaching, research and extension activities; regional development.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APL	Arranjo Produtivo Local
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDR	Centro de Desenvolvimento Regional
CDSA	Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido
CEE/SP	Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo
CF/88	Constituição da República Federativa do Brasil
CGEE	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
CIESP	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CRV	Campus Regional do Vale do Ivaí
DEA	Análise Envoltória de Dados
ESEF	Escola Superior de Educação Física de Jundiá
FAC-FEA	Faculdade da Fundação Educacional de Araçatuba
FATEB	Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui
FATEC-SP	Faculdade de Tecnologia de São Paulo
FEMA	Fundação Educacional do Município de Assis
FESB	Faculdade de Ciências e Letras de Bragança Paulista
FIRA	Faculdades Regionais Integradas de Avaré
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES	Instituição de Ensino Superior
IMESB	Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira”
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento
ONG	Organização não governamental
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGDR	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
PPGSSDR	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional
PUC	Pontifícia Universidade Católica
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RIDE	Região Integrada de Desenvolvimento
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUS	Sistema Único de Saúde
UACSA	Unidade Acadêmica de Cabo de Santo Agostinho
UAG	Unidade Acadêmica de Garanhuns
UAST	Unidade Acadêmica de Serra Talhada
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

UFT	Universidade Federal do Tocantins
UnC	Universidade do Contestado
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNEMAT	Universidade do Estado do Mato Grosso
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIFADRA	Faculdades de Dracena
UNIFAE	Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino de São João da Boa Vista
UNIFAI	Centro Universitário de Adamantina
UNIFUNEC	Centro Universitário de Santa Fé do Sul
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa
UNISC	Universidade Santa Cruz do Sul
UNITAU	Universidade de Taubaté
UNIVAP	Universidade do Vale do Paraíba
UNIVASF	Universidade do Vale do São Francisco
UPE	Universidade do Estado de Pernambuco
USCS	Universidade Municipal de São Caetano do Sul
UTFPR	Universidade Tecnológica do Paraná

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura da Pesquisa .....	125
--	-----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Identificação das sedes administrativas das IES Públicas em Capitais.....	100
Tabela 2 - Localização das IES Públicas Federais por Município.....	101
Tabela 3 - Localização das IES Públicas Estaduais por Município.....	103
Tabela 4 - Localização das IES Públicas Estaduais por Município, excluindo-se as unidades da FATEC-SP.....	107
Tabela 5 - Localização das IES Públicas Municipais por Município.....	108
Tabela 6 - Níveis de escolaridade dos docentes das IES Municipais.....	112
Tabela 7 - Localização de oferta dos cursos das IES Municipais por Região Geográfica e por Unidade da Federação.....	114
Tabela 8 - Adaptação, por área, da Classificação Internacional Normalizada da Educação Cine/Unesco, dos cursos ofertados pelas IES Municipais.....	116
Tabela 9 - Situações caracterizadoras dos Dirigentes entrevistados.....	127
Tabela 10 - Elementos identificadores da importância e influência das IES para o Município e região.....	129
Tabela 11 - Classes de atividades desenvolvidas pelas IES Municipais Relacionada ao Desenvolvimento Regional.....	142
Tabela 12 - Parcerias estabelecidas das IES Municipais com entes Públicos e Privados.....	156
Tabela 13 - Indicadores de Impacto das IES Municipais no Desenvolvimento Regional.....	164
Tabela 14 - Especificidades identificadas nas IES Municipais.....	167
Tabela 15 - Apêndice A: Levantamento Bibliográfico com termos em português.....	195
Tabela 16 - Apêndice B: Levantamento Bibliográfico com termos em inglês.....	202
Tabela 17 - Apêndice D: Municípios brasileiros que possuem IES públicas em seus territórios.....	223

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Objeto e/ou natureza jurídica das IES referenciadas nos estudos analisados.....	93
Quadro 2 - IES Municipais localizadas no Estado de São Paulo .....	95
Quadro 3 - Matriz de amarração.....	123
Quadro 4 - Apêndice C: Principais resultados dos levantamentos bibliográficos realizados.....	205

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	18
1.1	Objetivos.....	24
1.1.1	Objetivo geral.....	24
1.1.2	Objetivos específicos.....	25
1.2	Justificativa.....	25
1.3	Hipótese de estudo.....	26
<b>2</b>	<b>REVISÃO DA LITERATURA</b> .....	28
2.1	Desenvolvimento Regional e as IES Municipais.....	28
2.2	As Instituições de Ensino Superior e as formas de participação no desenvolvimento regional.....	33
2.2.1	Avanço científico e tecnológico, as parcerias com os diversos setores da sociedade e a possibilidade de registro de patentes.....	33
2.2.2	A instalação de uma IES e seus efeitos.....	37
2.2.3	O processo de expansão de IES já existentes.....	43
2.2.4	Formação profissional voltada para as especificidades da região.....	47
2.2.5	A inovação resultante das atividades das IES.....	52
2.2.6	As possibilidades de aumento do PIB e a influência no orçamento Municipal.....	59
2.2.7	As interferências na cultura regional.....	66
2.2.8	As variações de IDH/IDHM decorrentes da atuação das IES.....	69
2.2.9	Os programas de pós-graduação.....	78
2.2.10	Sustentabilidade.....	87
2.3	Breve histórico da Educação Superior Brasileira e o contexto de surgimento das IES Municipais.....	95
2.4	A participação das IES Municipais no Ensino Superior Público Brasileiro.....	99
2.4.1	Das sedes administrativas ou reitorias das IES Públicas Municipais.....	99
2.4.2	Dos funcionários e docentes das IES Públicas Municipais.....	111
2.4.3	Dos cursos ofertados pelas IES Públicas Municipais.....	114
<b>3</b>	<b>MÉTODO</b> .....	120
3.1	Caracterização e tipo de pesquisa.....	120
3.2	População e amostra.....	121
3.3	Técnica de coleta de dados.....	122
3.3.1	Entrevistas semiestruturadas.....	122
3.4	Análise de dados e discussão.....	125
<b>4</b>	<b>RESULTADOS</b> .....	126
4.1	Caracterização dos dirigentes.....	126
4.2	Da importância da IES para o Município e para a região.....	128
4.2.1	Da importância da IES caracterizada pela mão de obra qualificada.....	130
4.2.2	Do crescimento da IES como elemento da importância para o Município e para a região.....	132
4.2.3	Dos cursos que se destacam nas atividades das IES.....	134
4.2.4	Das respostas com conotação emocional.....	136
4.2.5	Da contribuição da IES para o crescimento do Município e da região... ..	137
4.2.6	Da importância da IES na prestação de serviços públicos.....	139

4.2.7	Da interação entre a IES o Poder Público e a sociedade.....	140
4.3	Atividades desenvolvidas pelas IES Municipais relacionadas ao desenvolvimento regional.....	141
4.3.1	Atividades desenvolvidas na área de saúde.....	143
4.3.2	Atividades que caracterizam a relação das IES com a sociedade.....	145
4.3.3	Programas de bolsas de estudos.....	149
4.3.4	Atividades e projetos específicos.....	150
4.3.5	Atividades de assistência jurídica.....	151
4.3.6	Atividades e projetos de produção de dados técnicos.....	152
4.3.7	Atividades na área de educação.....	153
4.3.8	Atividades e programas diversos.....	154
4.4	Parcerias das IES Municipais com entes públicos e privados.....	156
4.4.1	Parcerias com Instituições Públicas.....	158
4.4.2	Parcerias com Instituições Privadas.....	159
4.4.3	Parcerias com outras IES.....	162
4.5	Indicadores de impacto da IES Municipais no desenvolvimento regional.....	163
4.6	Das especificidades identificadas nas IES Municipais.....	167
4.6.1	Principais dificuldades das IES Municipais.....	168
4.6.2	Públicos específicos atendidos pelas atividades desenvolvidas nas IES Municipais.....	170
4.7	Limitações do estudo e sugestões para pesquisas futuras.....	173
<b>5</b>	<b>DISCUSSÃO.....</b>	<b>175</b>
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>181</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>186</b>
<b>APÊNDICE A</b>	– Tabela 15: levantamento bibliográfico com termos em português.....	195
<b>APÊNDICE B</b>	– Tabela 16: levantamento bibliográfico com termos em inglês.....	202
<b>APÊNDICE C</b>	– Quadro 4: principais resultados dos levantamentos bibliográficos realizados.....	205
<b>APÊNDICE D</b>	– Tabela 17: todos os Municípios brasileiros que possuem IES Públicas em seus territórios.....	223
<b>APÊNDICE E</b>	– Roteiro de entrevistas.....	228

## 1 INTRODUÇÃO

As Instituições de Ensino Superior (IES) possuem papel fundamental no desenvolvimento de uma sociedade. Sua contribuição está, principalmente, na formulação de um sistema de ensino e na consolidação de uma política de ciência, tecnologia e inovação, com base no tripé ensino – pesquisa – extensão, que formam a tríade obrigatória nas universidades, e são indissociáveis conforme o artigo 207 da Constituição de 1988 (Brasil, 1988).

As políticas educacionais no Brasil, contudo, ainda não se encontram alicerçadas em uma consciência dos reais desafios econômicos, políticos e culturais necessários ao estabelecimento de um sistema educacional mais democrático e de qualidade. Isto posto, é necessário *garantir* uma adequada Educação Básica de crianças e adolescentes, que promova oportunidades de escolarização posterior, facilitando o acesso à Educação Superior (Cavalcante, 2000).

Nessa conjuntura, o País vê o retorno dos investimentos na Educação Básica com a posterior formação de mão de obra qualificada (ensino), cuja possibilidade de mobilidade social se reverte no aquecimento da economia. É também dentro das universidades, que o conhecimento é criado e disseminado à sociedade, por meio da geração de novas tecnologias advindas de pesquisas básicas e aplicadas (pesquisa). No entanto, é no envolvimento das IES com seu entorno (extensão) que ocorre o fator decisivo ao desenvolvimento regional, mas não como algo isolado. Isso deve acontecer de forma integrada ao ensino e à pesquisa (Gilioli, 2018).

Pode-se identificar, ainda, a atuação direta das IES, no ensino, quando existem atividades práticas desenvolvidas pelos alunos, como, por exemplo, nos cursos da área de saúde, em que ocorre a realização dos estágios com atendimentos à população, bem como na pesquisa, com a elaboração de pesquisas aplicadas para determinadas demandas regionais.

O tripé consolida a estrutura científica da academia, contribuindo, nas suas interconexões, para a produção universitária que contempla o papel econômico, cultural, social e participativo, alcançando a comunidade que se encontra fora dos muros institucionais.

Nessas interconexões, a extensão surge, quase que invariavelmente, visando as relações com o setor produtivo, fazendo sentir os efeitos das pesquisas de ponta para comunidades da região, de forma a cooperar para o planejamento estratégico

junto aos poderes públicos, ao mesmo tempo em que não exclui atividades de promoção ao desenvolvimento (Gilioli, 2018).

Tanto o ensino quanto a pesquisa, só podem se mostrar, efetivamente, por ações extensionistas. O papel da extensão se caracteriza como uma vitrine entre a academia e a sociedade e pode estabelecer um mecanismo de interação constante entre as partes, de modo a efetivar a relação entre elas.

Uma IES se caracteriza como uma estrutura sistêmica, a qual está em permanente e frequente relação com a sociedade em que está inserida. Suas ações e os respectivos resultados têm importantes reflexos no cotidiano de onde está localizada, da mesma forma que esta sociedade atua para influenciar a rotina da IES (Andriola; Suliano, 2015).

Dessa relação, tem-se a ampliação do conhecimento, com a possibilidade de surgimento de novos produtos, técnicas e tecnologias. É da natureza das instituições universitárias, sua condição de multi-escalares, viabilizando a conexão das localidades onde estão fixadas com o mundo de uma forma geral, criando inúmeras possibilidades de produção e consumo para a economia, que atingem os espaços regionais, em especial, as cidades onde estão instaladas (Oliveira Jr, 2014).

Nota-se que, dentre os vários mecanismos propulsores do desenvolvimento, a existência de uma IES, em determinada região, pode ser destacada.

A curto e médio prazo, verifica-se o aporte de recursos do responsável pela instalação da IES, seja ela pública ou privada, com a oferta de vagas para empregos diretos e indiretos, decorrentes da criação de outros negócios e empreendimentos; e a médio e a longo prazo, as IES contribuem com o aperfeiçoamento na formação de mão-de-obra, identificando-se, assim, a melhoria na qualidade dos serviços oferecidos.

Tem-se, portanto, que tais instituições, como desenvolvedoras das atividades de ensino, pesquisa, extensão, podem realizar a melhoria da qualidade de vida, de forma a serem relevantes para o desenvolvimento regional. Seus projetos e ações efetivam um processo de estímulo à vinda de novas empresas e consumidores, gerando o incremento na economia regional (Oliveira Jr, 2014).

Partindo desse contexto, é importante compreender o conceito de desenvolvimento regional, que não está atrelado apenas ao crescimento econômico, mas também a fatores sociais, culturais, ambientais e políticos, acompanhado da melhoria da qualidade de vida (Oliviera, 2002).

O desenvolvimento regional compreende o crescente esforço das sociedades locais na formulação de políticas territoriais. O que ocorre com o intuito de discutir questões que incluam alterações da composição da sociedade e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia) (Vasconcelos; Garcia, 1998).

Assim, na execução das atividades relacionadas ao ensino, com a formação de mão de obra qualificada; à pesquisa, com a geração e disseminação do conhecimento à sociedade; e na extensão, ao se envolver com seu entorno, as IES podem contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento regional, melhorando os indicadores de bem-estar, econômico e social.

Considerando a dimensão territorial do Brasil, esse processo de desenvolvimento, regional a partir das atividades desenvolvidas pelas IES, deve observar a necessidade de interiorização das mesmas, ou seja, a expansão de suas atividades para além das capitais e grandes cidades, por meio da ida da universidade brasileira rumo ao interior (Andriola; Suliano, 2015).

A partir de tal realidade, é que as IES Municipais surgem no Brasil, em meados de 1950, na tentativa de trazer desenvolvimento ao interior do País, por intermédio da educação. Com isso, é, principalmente na formação de mão de obra qualificada, que reside a justificativa para a criação de tais instituições, de modo a possibilitar que os profissionais graduados pudessem se fixar nessas localidades agregando, assim, capital humano e crescimento econômico regional (Neves, 2018).

Considerando a situação fática apresentada, constata-se que, desde o início, as IES Municipais foram concebidas com o objetivo claro de contribuir com as comunidades nas quais estão inseridas, especialmente por meio de ações colaborativas com o poder público e a iniciativa privada.

Além da formação de mão de obra qualificada, as IES Municipais contribuem para o desenvolvimento regional com a oferta de produtos universitários, os quais são categorizados em: educação, pesquisas contratadas, trabalho especializado, difusão tecnológica, novo conhecimento, novos produtos e negócios e produtos culturais (Lendel, 2010); e na forma de negócios locais, com a abertura de novos empreendimentos, obras e infraestrutura, em especial no setor imobiliário para abrigar os estudantes de outras regiões, inovação e produção intelectual, com a criação de novas patentes, entre outras formas de colaboração.

Destaca-se, ainda, a atual relevância das IES Municipais em termos quantitativos. Conforme levantamento efetuado, nos dados constantes do Censo da Educação Superior 2023, junto aos respectivos Conselhos Estaduais de Educação, há 57 Instituições dessa natureza no Brasil.

São 08 Estados brasileiros que possuem IES Municipais. O Espírito Santo possui 02 Instituições; Goiás, 04; Paraná, 03; Pernambuco, 19; Rio de Janeiro, 02; Santa Catarina, 03; São Paulo, 23; e Tocantins, 01.

Em termos de organização acadêmica, todas as Instituições dos Estados do Espírito Santo, Pernambuco e Rio de Janeiro são faculdades isoladas; em Goiás, encontram-se uma universidade, dois centros universitários e uma faculdade isolada; no Paraná, há um centro universitário de duas faculdades isoladas; em Santa Catarina, existem duas universidades e uma faculdade isolada; em Tocantins há uma universidade. No Estado de São Paulo, que possui o maior número dessas Instituições, foram identificadas duas universidades, quatro centros universitários e dezessete faculdades isoladas.

Assim, as IES Municipais se configuram, academicamente, no Brasil, como 06 Universidades, 07 Centros Universitários e 44 faculdades isoladas.

Ainda, segundo os dados do Censo 2023, as IES Municipais possuíam, aproximadamente, 80.000 alunos, 6.606 professores e 4.354 funcionários técnico-administrativos, oferecendo cursos nos diferentes níveis de formação, ou seja, atuando na formação de profissionais de nível técnico, na oferta de cursos de graduação, incluindo-se aí os cursos tecnológicos de nível superior, bacharelados e licenciaturas. Essas IES oferecem, também, cursos pós-graduação, tanto em nível de especialização *latu sensu*, como por meio de programas *stricto sensu* de mestrado e doutorado.

Embora as IES Municipais se pareçam muito com as instituições públicas e privadas de ensino superior brasileiras, em relação aos programas de ensino, pesquisa e extensão, seu modelo de gestão é único, pois foram idealizadas e criadas por iniciativa do poder público, por meio de leis municipais específicas, porém com financiamento independente de verbas governamentais. Ou seja, a manutenção das atividades das IES Municipais é feita por meio da arrecadação de recursos provenientes, principalmente, da cobrança de mensalidades.

Nesse sentido, tem-se a definição das IES Municipais como Instituições Públicas, porém, que cobram mensalidades.

O modelo específico de gestão das IES Municipais deriva do seu processo de criação, o qual se formalizou mediante leis municipais. Dessa forma, essas instituições enquadram-se no regime jurídico do Direito Público, estando sujeitas aos princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal de 1988. Saliente-se ainda que, no regime constitucional anterior, era possível que se estabelecesse a cobrança de mensalidades por parte de tais Instituições.

As IES Municipais, ao cobrarem mensalidades, se diferenciam das demais Instituições Públicas brasileiras, tanto as Federais como as Estaduais, que são gratuitas. Por outro lado, se enquadram no mesmo regime jurídico dessas últimas, sujeitando-se, especialmente, à lei de licitações para compras, aquisições e contratações, bem como a obrigatoriedade de realização de concurso público para preenchimento de seus cargos, o que gera estabilidade em seus agentes.

De outra parte, tem-se que, ao cobrarem mensalidades, as IES Municipais acabam estabelecendo, com as Instituições privadas, uma disputa e até mesmo uma concorrência na oferta de vagas e captação de alunos. Ocorre, porém, que as IES privadas se sujeitam às normas de gestão do Direito Privado, que são mais ágeis e menos burocráticas.

Esse tipo de modalidade administrativa (natureza jurídica) é tão peculiar, que ainda não está categorizado adequadamente pelo Ministério da Educação (MEC) e nem pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP).

Quando da análise do Censo da Educação Superior 2023, a fim de se identificar os dados específicos das IES Municipais, efetuou-se a pesquisa junto ao Dicionário de Dados constantes do ANEXO I do Censo, onde se encontram todas as informações relativas às variáveis utilizadas, como nome, descrição e categoria.

Por meio da variável “TP\_CATEGORIA\_ADMINISTRATIVA”, é possível identificar o tipo de categoria administrativa de uma IES, o que se apresenta em 09 modalidades, a saber:

1. Pública Federal
2. Pública Estadual
3. Pública Municipal
4. Privada com fins lucrativos
5. Privada sem fins lucrativos
6. Privada - Particular em sentido estrito

7. Especial
8. Privada comunitária
9. Privada confessional

Considerando que esta pesquisa tem como objeto as informações relativas às IES Municipais, fez-se uma conferência entre aquelas identificadas como categoria 3 (Pública Municipal) e as informações constantes nos sítios eletrônicos dos Conselhos Estaduais de Educação, identificando-se uma divergência, de forma que, nem todas as IES jurisdicionadas aos Conselhos Estaduais, constavam na mencionada categoria 3.

Utilizando-se do critério de exclusão, efetuou-se a análise das IES classificadas na categoria 7 (Especial). Identificou-se, assim, que as IES Municipais, criadas partir das específicas leis locais, jurisdicionadas aos Conselhos Estaduais de Educação dos respectivas Estados, estão classificadas nas categorias 3 e 7.

Com base nessas informações e nos dados gerais acima apresentados, é possível identificar a atuação das IES Municipais no ensino superior brasileiro, notadamente no Estado de São Paulo, que possui a maior quantidade de Instituições desse tipo, ou seja, 23, instaladas em seu território.

Assim, considerando tal quantidade de Instituições localizadas em um único Estado da Federação, a linha de pesquisa do programa e a área de concentração do presente trabalho, Gestão e Regionalidade, define-se como universo delimitado para a pesquisa as 23 IES Municipais paulistas.

Com o objetivo de justificar a relevância dessa modalidade de oferta de educação superior, quando da pesquisa para fundamentação teórica, utilizou-se de busca por trabalhos realizados sobre a relação entre as IES Municipais e seu entorno, como forma de se identificar a condição do modelo e sua relação com o desenvolvimento regional.

Entretanto, avaliar a forma como as IES Municipais influenciam as economias regionais, bem como estão conectadas com as respectivas regiões, é uma tarefa até então pouco (ou nada) usual, já que não se encontram parâmetros ou indicadores que mensurarem os resultados.

Importante consignar que existem poucos estudos sobre o tema, conforme se demonstra na fundamentação da teoria apresentada.

Considerando as missões das IES e suas atividades, em especial a extensão, no processo de desenvolvimento regional; as relações e interconexões estabelecidas

entre elas e a sociedade, tanto sob o aspecto geral quanto sob o aspecto regional; a relevância quantitativa das IES Municipais no Brasil, e, do Estado de São Paulo; e a inexistência de estudos sobre as IES Municipais e o desenvolvimento regional; tem-se a viabilidade do estudo.

Assim, buscou-se evidenciar como as IES Municipais podem colaborar com o desenvolvimento regional de maneira efetiva e determinada, uma vez que é partir delas que ocorrem as trocas mais expressivas entre a academia e a sociedade.

Este trabalho também apresenta as atividades das IES Municipais e suas contribuições para o desenvolvimento regional das comunidades, as quais estão inseridas a partir de entrevistas semiestruturadas, com metodologia de saturação, aplicadas aos respectivos dirigentes das instituições.

Nesse sentido, com a presente pesquisa, é possível responder à questão que deu origem a este estudo: **de que forma as Instituições Municipais de Ensino Superior contribuem para o desenvolvimento regional nas comunidades em que estão inseridas?**

Com base nas informações levantadas nesta pesquisa, o estudo verifica em quais setores da sociedade civil as IES Municipais têm mais importância (educacional, cultural ou socioeconômico regional).

Desta forma, tem-se o esclarecimento do papel dessas Instituições ao formarem profissionais para o mercado de trabalho, incentivando outras possibilidades de atividades e ações que aprimoram competências, contribuindo para a comunidade em que se encontram instaladas.

## 1.1 Objetivos

Tendo em vista as questões postas acerca do desenvolvimento regional e as atividades das IES, em especial as Municipais, neste processo, bem como o problema de pesquisa apresentado, o trabalho contempla o objetivo geral e os objetivos específicos a seguir elencados.

### 1.1.1 Objetivo geral

Esta pesquisa tem por objetivo geral investigar as reais contribuições das IES Públicas Municipais para com as comunidades as quais estão instaladas,

evidenciando seus efeitos no desenvolvimento regional, a partir da verificação das atividades por elas desenvolvidas, relacionadas ao atendimento de demandas sociais.

### 1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar os principais projetos e programas, bem como parcerias, convênios e outras atividades das IES de atendimentos nas comunidades em que estão inseridas, que se caracterizam como mecanismos de desenvolvimento regional;
- b) Analisar, à partir da visão dos dirigentes, a importância das IES Públicas Municipais nas comunidades;
- c) Demonstrar as atividades desenvolvidas pelas IES Públicas Municipais no desenvolvimento regional onde estão inseridas.

### 1.2 Justificativa

A contribuição da presente pesquisa se apresenta nos âmbitos gerencial e teórico, assim descritos:

- Gerencial: estudar a importância das IES Públicas Municipais instaladas no território do Estado de São Paulo e suas contribuições para o desenvolvimento da gestão pública e na elaboração de políticas públicas regionais;

- Teórico: produzir um referencial teórico robusto e atualizado que contribua para a compreensão das múltiplas dimensões do impacto dessas instituições no desenvolvimento regional, servindo de base para a realização de novos estudos, bem como para o aprofundamento e continuidade das investigações sobre o tema.

A expansão da Educação Superior é recente no Brasil, e, “a literatura ainda é muito voltada ao desempenho das instituições no processo de inovação. Já a investigação da relação da IES e o desenvolvimento econômico, seja em termos locais ou regionais, ainda são escassos” (Casqueiro; Irffi; Silva, 2020, p. 160).

Em estudo realizado por Aguiar, *et al* (2019), denominado “Desenvolvimento regional e a contribuição universitária: uma análise das publicações nacionais e internacionais de 2008 a 2016”, realizou-se o levantamento de publicações, ocorridas no período referenciado, sobre a participação de universidades no processo de desenvolvimento regional, para analisar em quais óticas a contribuição universitária

vem ocorrendo, por meio do qual identificou-se que o tema ganhou relevância nos últimos cinco anos, mas continua deficitário em termos de estudos que sejam relevantes na abordagem sobre essa ligação das IES com o desenvolvimento regional.

Veja-se que a relação entre as atividades realizadas pelas IES e o desenvolvimento regional se faz presente e tem importância, porém, tal condição ainda carece de estudos mais aprofundados.

Ainda, estudo realizado por Brissola *et al.* (1997) no âmbito da relação entre a Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, governo e empresas, apontou para a participação das IES no processo de inovação como forma de desenvolvimento econômico, pois existe uma convicção generalizada de que as universidades devem e podem desempenhar um papel importante no encurtamento do *gap* tecnológico que constitui obstáculo para o crescimento econômico do País.

Em outra pesquisa, cujo objeto foi análise dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia como indutores de desenvolvimento regional, conclui-se que a ligação entre os campi e a sociedade em seu entorno é pequena, o que não cria uma relação forte com o desenvolvimento regional (Neuhold; Pozzer, 2022).

Os estudos indicam a possibilidade de participação das IES nos processos de inovação e que poderão provocar desenvolvimento econômico, porém, estes não se aprofundam de forma específica sob o aspecto regional e a relação com as IES Municipais e seu entorno, tratando de Instituições Públicas Estaduais e Federais.

Neste sentido, um estudo que teve como objeto analisar a relação entre uma IES Federal e os setores produtivos locais concluiu que os egressos dos cursos por ela ofertados podem ser integrados de forma efetiva nas atividades produtivas locais (Souza, 2019).

Portanto, o desenvolvimento deste estudo se justifica pela necessidade de verificar o papel das IES Municipais como instrumento de desenvolvimento econômico e social das regiões em que estão localizadas. A sua contribuição vai além do ensino e da pesquisa, mas sobretudo com trabalhos voltados à comunidade, contemplados nas atividades de extensão. Presume-se que os egressos das IES Municipais devem atuar profissionalmente nas regiões onde estudaram, de forma a elevar a qualidade dos serviços prestados na localidade e no entorno delas.

### 1.3 Hipótese de estudo

A investigação realizada neste estudo buscou avaliar a hipótese de que as IES Municipais têm um papel efetivo no desenvolvimento regional das economias locais por meio da sua implantação nos municípios e, também, por sua real contribuição no ensino superior, em razão das diversas ações realizadas junto às comunidades, nas quais as instituições têm se debruçado nos últimos anos.

Efetou-se um levantamento bibliográfico, para fundamentar teoricamente o presente trabalho, buscando-se verificar a existência de estudos sobre o tema, com a elaboração, pelo autor, de tabelas e quadros, apresentados nos apêndices A, B e C.

No apêndice A, tem-se a tabela 15, com termos de busca em português, e no apêndice B, a tabela 16, com termos de busca em inglês, as quais contêm a indicação das palavras-chave utilizadas, fontes da pesquisa, quantidades de textos encontrados e posteriormente selecionados, com a indicação das referências e quantidade de citações de cada estudo.

Com os resultados obtidos, foi elaborado o Quadro 4, constante do apêndice C, que apresenta a indicação do(s) autor(es), o ano de publicação, o método de pesquisa utilizado e os principais resultados obtidos com as respectivas pesquisas.

Na sequência, a partir de uma análise comparativa, dos dados quantitativos do Censo da Educação Superior de 2023, entre as Instituições Públicas Federais, Estaduais e Municipais, pretendeu-se trazer a relevância destas últimas no cenário da educação superior.

E, finalmente, para se atingir o objetivo proposto, com a resposta à pergunta problema, foram feitas um conjunto de entrevistas semiestruturadas com os respectivos dirigentes. Após, os dados foram analisados, com a identificação de atividades desenvolvidas, que verificam a contribuição de tais Instituições.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

Na presente seção, se pretende apresentar um conjunto de estudos sobre o tema da pesquisa e uma discussão em relação à existência, ou não, de pesquisas sobre o desenvolvimento regional decorrente da contribuição das IES Municipais nas regiões em que estão inseridas.

### 2.1 Desenvolvimento Regional e as IES Municipais

Inicialmente, se faz necessário uma abordagem sucinta acerca das noções de desenvolvimento e dos conceitos de desenvolvimento local e desenvolvimento regional, com suas respectivas características e especificidades, bem como as diferenças entre ambos, de forma a esclarecer a adoção do desenvolvimento regional, como uma das consequências das contribuições que as IES Municipais podem ofertar, em razão de sua atuação.

A noção e o conceito de desenvolvimento sofreram alterações ao longo do tempo. Bellingieri (2017) esclarece que, inicialmente, tal conceito estava restrito à ideia de industrialização e crescimento econômico, porém, com o passar do tempo, adotam-se também questões relativas ao bem-estar das pessoas, surgindo a expressão desenvolvimento socioeconômico.

Com o surgimento das preocupações com o meio ambiente e a sobrevivência do planeta, estabelece-se a figura do desenvolvimento sustentável, consolidado a partir de 1987, e que recomendava o crescimento econômico como forma de reduzir a pobreza e, por consequência, os problemas ambientais (Sachs, 2000).

Atualmente, a caracterização do desenvolvimento vai além do crescimento econômico, pois abrange a promoção de uma nova realidade na qualidade de vida das pessoas, a qual deve ser identificada por índices que analisam o bem-estar econômico e social, incluindo, portanto, fatores ambientais, culturais, sociais, humanos e econômicos (Aguiar *et al.*, 2019).

Em estudo denominado Desenvolvimento Regional e a contribuição universitária: uma análise das publicações nacionais e internacionais, os autores acima referenciados apresentam o seguinte conceito de desenvolvimento regional:

Com o tempo, esse conceito passou por um processo de amadurecimento das discussões, e, hoje, define-se o desenvolvimento regional não apenas relacionado ao contexto econômico, mas estruturado pela capacidade de

uma região obter crescimento econômico, seguido da melhoria na qualidade de vida, demonstrada por meio de indicadores de bem-estar econômico e social. Dessa forma, para que o desenvolvimento de uma região ocorra, pressupõe-se que os fatores ambientais, culturais, sociais, humanos e econômicos devam ser considerados, com a perspectiva de melhoria da qualidade de vida (Aguiar *et al.*, 2019, p. 2).

Como se verificou, o conceito de desenvolvimento não é estanque e fechado, ao contrário, está sujeito a fatores temporais, sociais e geográficos, de forma que, inclusive, identifica-se o papel do território como elemento importante do conceito. Neste sentido, a percepção de que o mercado nacional era a referência para o desenvolvimento, dá lugar à ideia de que se deve levar em consideração, também, o mercado local e regional. Tem-se a necessidade, de forma articulada, de se considerar os aspectos globais, locais e regionais para o desenvolvimento (Bellingieri, 2017).

Na medida em que a própria noção e o conceito de desenvolvimento foram modificando, surgem instrumentos caracterizadores dos conceitos e mecanismos de efetivação do desenvolvimento sob os aspectos locais e regionais, os quais serão tratados a seguir.

Segundo Pereira, Zacharias e Silva (2019), o desenvolvimento local se configura como uma alternativa para que as comunidades locais se tornem gestoras do seu próprio desenvolvimento, baseando-se no social, no econômico e no material, formado pelos próprios recursos, de forma que se tem a potencialização do local e dos atores locais, com o protagonismo das cidades e o desenvolvimento da base para o topo, em contraposição ao do topo para a base.

Tais apontamentos estão presentes no artigo “Perspectivas do território e desenvolvimento local: estudo sobre a constituição do município de Naviraí, MS, como polo urbano regional”, o qual identificou a necessidade de continuidade no processo de desenvolvimento, com a participação das universidades, veja-se:

É muito importante que outras vias de desenvolvimento sejam construídas de forma endógena, com a participação de todos os atores sociais, devendo ser planejada, colaborativa e capaz de integrar os aspectos econômico, político, cultural e natural de forma mais equilibrada. Destaca-se o papel das diversas universidades do município, que podem, por meio de esforços conjuntos, instruir os atores no sentido de promover o desenvolvimento local (Pereira; Zacharias; Silva, 2019, p. 324).

Identifica-se que o desenvolvimento não está restrito às questões econômicas, ao contrário, é amplo, envolvendo diversas áreas, que devem estar conectadas entre

si, em prol das questões locais, por meio de ações conjuntas, organizadas e estrategicamente definidas, apresentando as IES, como agentes fomentadores de tal processo.

Nesta linha, Bellingieri (2017) apresenta que o desenvolvimento local está caracterizado por um movimento, segundo o qual, o desenvolvimento não seria determinado pelo funcionamento das livres forças do mercado ou pelas políticas de planejamento territorial oriundas do poder central, mas, sim, por aspectos intrínsecos ao local, ao território, e pela sua capacidade de usar suas potencialidades de forma a conectar-se ao sistema econômico global.

Assim, como no conceito de desenvolvimento no sentido geral, o desenvolvimento regional também considerou, inicialmente, os fatores econômicos e o potencial de produção de valores de uma região. Porém, atualmente, o desenvolvimento regional define-se, não apenas relacionado ao contexto econômico, mas estruturado pela capacidade de uma região obter crescimento econômico, seguido da melhoria na qualidade de vida, demonstrada por meio de indicadores de bem-estar econômico e social (Aguiar *et al.*, 2019).

Neste sentido, o desenvolvimento regional compreende um esforço das sociedades locais, na formulação de políticas regionais com o intuito de discutir as questões que tornem a região sujeito de seu processo de desenvolvimento, levando em consideração as relações sociais, as estratégias de articulação e um planejamento para determinado contexto.

Considerando o papel e as atividades que as IES devem desenvolver, a partir do tripé ensino, pesquisa e extensão, tem-se que se caracterizam como um espaço importante de articulação entre os diversos segmentos que integram a sociedade.

Sobre o papel das IES neste processo, Aguilar *et al.* (2019) afirmam que, em relação a estas, em todo o contexto de interligação, identificam-se um conjunto de desejos e anseios regionais quanto ao desenvolvimento, uma vez que uma universidade se caracteriza pela expansão de conhecimento, qualificação de mão-de-obra, desenvolvimento de pesquisas e, ainda, a aproximação entre a academia e a população. Logo, a possibilidade de interferência é grande, podendo tornar-se fundamental para o desenvolvimento de uma região.

Verifica-se que o conceito de desenvolvimento regional contempla uma abordagem mais ampla e também mais próxima das atividades desenvolvidas pelas IES, razão pela qual se adota este, e não o de desenvolvimento local.

Desta forma, a fim de se demonstrar a relevância do tema, notadamente em face da possível ausência de estudos específicos sobre os efeitos provocados pelas IES Municipais para o desenvolvimento regional, efetuou-se um levantamento bibliográfico, adotando-se palavras-chave em português e em inglês, tendo como base de dados a plataforma Scielo e os Periódicos CAPES.

Tem-se que os estudos identificados, caracterizados por artigos, dissertações e teses, apresentam uma variedade de temas, como pesquisas sobre o processo de formação de profissionais, os mecanismos de avaliação institucional e seus efeitos, programas de fomento e financiamento para IES. Além destes, a busca bibliográfica no banco de dados das plataformas Scielo e Periódicos CAPES, quando o termo da pesquisa foca em desenvolvimento regional, revelou uma série de outros estudos, nos quais foi analisada a relação entre o Ensino Superior e o desenvolvimento das localidades e regiões nas quais as Universidades estão inseridas.

Neste sentido, o destaque e a discussão dos resultados do levantamento realizado nos moldes descritos acima, que se apresenta nos apêndices A e B, se concentra em torno dos trabalhos cujo foco se assemelha ao objeto de estudo desta pesquisa, em que se propõe estabelecer os efeitos provocados pelas IES Municipais no campo do desenvolvimento regional.

A partir da análise dos apêndices referenciados, nos termos propostos, de maneira prática, verificou-se a bibliografia pesquisada, que teve como critério de escolha, além da presença das palavras-chaves no cerne da pesquisa, a relevância proposta pelos próprios servidores de busca (CAPES e Scielo) e a contemporaneidade das publicações que tratam da participação central das IES no desenvolvimento da região em que estão alocadas.

Tomando-se por base os apêndices A e B, referenciados, tem-se um total de 80 estudos selecionados, em observância aos termos de busca informados, sendo que, 5 deles, embora abordem a questão do desenvolvimento regional, discutindo os diversos atores e elementos inerentes ao processo, não associam sua efetivação e caracterização, decorrentes da participação de qualquer IES.

Considerando os 75 estudos restantes, inicialmente, procedeu-se a uma análise da natureza jurídica das IES envolvidas, com o objetivo de identificar se tratar de Instituições públicas, ou privadas, bem como, se o objeto do estudo versa sobre a relação destas com o desenvolvimento regional.

No tocante a natureza jurídica, tem-se que 4 estudos tratam de situações no exterior, sem relação com Instituições Municipais e 17 referem-se a estudos que contemplam, como objeto, análises de várias IES no mesmo trabalho, não sendo possível a identificação de sua natureza jurídica.

Ainda, outros 4 estudos referem-se a IES Privadas, 6 trazem em suas abordagens IES classificadas como comunitárias e 1 outro contempla uma IES Pública e uma Privada de forma conjunta.

Outros 43 estudos são, unicamente, referentes a Instituições Públicas, dos quais, 26 são relativos a Universidades ou Institutos Federais, abordando, de maneira específica, cada um deles, uma única Instituição; 2 estudos comparam Instituições Federais brasileiras com outras Instituições Públicas estrangeiras, 5 outros estudos envolvem, no mesmo trabalho, Instituições Públicas Federais e Estaduais.

Tem-se, também, 9 estudos específicos sobre IES Públicas Estaduais e 1 único estudo sobre IES Municipal, porém, este não tem como objeto o papel da IES no desenvolvimento regional, tratando pesquisa e abordagens sobre processos de gestão.

Neste sentido, embora o levantamento bibliográfico tenha gerado resultados interessantes que colaboram com esta pesquisa, principalmente em relação à fundamentação teórica, dentre os estudos selecionados que tratam sobre o tema, constata-se que, nenhum deles aborda especificamente o papel de uma IES Municipal no desenvolvimento regional. Desta forma, afere-se uma lacuna de informações em relação aos estudos já publicados, justificando, assim, a realização desta investigação.

Buscando-se apresentar ao leitor os resultados da pesquisa bibliográfica referenciada, de forma elucidativa e a fim de complementar as informações coletadas, foi elaborado um quadro, constante do apêndice C, contendo as informações relativas ao(s) autor(es), tema, método de pesquisa e principais resultados encontrados em cada um dos estudos selecionados e indicados nos apêndices A e B.

Ainda, a partir dos resultados constante dos apêndices A, B e C, nota-se que as IES se apresentam como instrumentos no processo de desenvolvimento regional, tendo sido identificadas diferentes formas de atuação, as quais serão apresentadas a seguir.

## 2.2 As Instituições de Ensino Superior e as formas de participação no desenvolvimento regional

Como visto em tópicos anteriores e na pesquisa realizada, a qual está sintetizada, em forma de quadro, no apêndice C, tem-se a presença das IES nos processos de desenvolvimento regional.

A partir de tal situação, neste tópico, se analisa e verifica os efeitos provocados por elas no campo do desenvolvimento regional e as diferentes formas de como isso pode acontecer.

Para tanto, do total de 80 estudos já apresentados, foram identificados 37 que contemplam, de forma objetiva em suas conclusões, a temática em questão, qual seja, alguma forma de contribuição das IES para o desenvolvimento regional, os quais serviram de fundamento para a discussão a seguir, a qual se norteia a partir da identificação de tais formas de contribuição.

Apresenta-se, portanto, de maneira organizada, nos subitens abaixo, cada uma das possibilidades de participação de IES no desenvolvimento regional, devidamente identificadas nos 37 estudos referenciados.

### 2.2.1 Avanço científico e tecnológico, as parcerias com os diversos setores da sociedade e a possibilidade de registro de patentes

O avanço científico e tecnológico, que tem origem nas mais variadas esferas, como na indústria, nos órgãos governamentais, em programas da iniciativa privada, dentre outras, por si só, já se apresenta como instrumento de desenvolvimento da sociedade.

Ocorre, que tais instrumentos, também são identificados e, em alguns casos, protagonizados por Universidades, de forma que, o avanço científico e tecnológico se apresenta como mecanismo de contribuição das IES para o desenvolvimento regional.

Esse movimento de aproximação e relação entre as IES e seu entorno varia significativamente de acordo com as áreas de conhecimento predominantes e os mecanismos de fomento à pesquisa vigentes nas mesmas.

Brissola *et al.* (1997, p.190), em artigo que analisou as relações entre a UNICAMP, empresas e governo considera importante verificar tais condições, senão vejamos:

Conhecer a estrutura de pesquisa é essencial, dado que a identificação das universidades como o locus da pesquisa básica varia muito entre países. Em alguns deles, as universidades realizam grande parte da pesquisa básica; em outros, universidades e institutos participam igualmente no processo de inovação. E, finalmente, em outros países, é expressiva a participação das empresas privadas em pesquisa conjunta e/ou nos contratos cooperativos.

Essa diversidade e especificidade na organização da pesquisa estabelece variações na relação entre os diferentes atores do processo de inovação, porém, não os retira do mesmo, de forma que há uma interligação entre as IES, as empresas e o governo, caracterizando o que se denomina Hélice Tríplice (Etzkowitz; Leydesdorff, 1997 apud Brissola *et al.*, 1997), restando efetiva a participação das IES no processo de desenvolvimento regional caracterizado pelo avanço científico e tecnológico.

Mas não é só, pois tal participação pode gerar a propriedade intelectual acadêmica, que também pode ser utilizada na solicitação de patentes criadas a partir das necessidades e especificidades locais, possibilitando soluções técnicas, novos produtos e processos que facilitarão o desenvolvimento da região em que a IES se encontra.

No já mencionado estudo envolvendo a UNICAMP, Brissola *et al.* (1997), identificaram que, para a grande maioria dos entrevistados, os trabalhos em cooperação entre a Universidade, as empresas e o governo resultavam em maior visibilidade junto à sociedade, inclusive como instrumento de auxílio no processo de validação social da universidade, restando caracterizado a relevância de tal aproximação.

A partir desta condição, inclusive com os conceitos de hélice tripla, tem-se que as Universidades possuem todas as condições para desempenhar um papel importante na diminuição da lacuna existente entre o que se produz de conhecimento, inovação e tecnologias, e o que efetivamente se utiliza, sendo que tal lacuna se apresenta como um entrave significativo ao desenvolvimento do País.

Finalmente, em suas conclusões, o estudo referenciado traz como fatores a serem observados, e que merecem atenção especial, uma vez que estão sendo pouco abordadas, as questões de propriedade intelectual e registro de marcas e patentes, pois poucas patentes foram geradas em razão da parceria universidade-setor empresarial, menos de 50% dos contratos analisados continham cláusulas relacionadas à proteção de propriedade intelectual e em 31% a questão nunca foi abordada (Brissola *et al.*, 1997).

Nesta mesma linha, definindo-se o papel das IES como elementos atuantes no desenvolvimento regional, por meio do avanço científico e tecnológico, Mattia (2013, p. 137), em tese de doutorado sobre uma Universidade Comunitária, assim se manifesta:

Embora exista consenso, em todos os países, sobre a importância da educação e do desenvolvimento científico e tecnológico, supõe-se que toda a universidade deva voltar-se para o exame do seu entorno, com o objetivo de contribuir em sua esfera de competência. Identificou-se que para as universidades comunitárias isso integra o conjunto de prioridades e tendem a assumir um lugar de destaque no processo de planejamento e desenvolvimento.

O estudo apresenta a atuação das IES, no desenvolvimento regional, por meio do avanço científico e tecnológico, como prioridade e mecanismo de justificativa para a instalação e para o desempenho das respectivas atividades, colocando tal situação como inerente à própria existência da IES.

O que se pode inferir, é que, a partir das relações que se estabelecem entre a Instituição e os demais atores da região em que está instalada, é possível a identificação das demandas por novos processos, produtos e tecnologias, a fim de se promover o avanço e o desenvolvimento, observando-se as respectivas realidades e peculiaridades de cada espaço.

Considerando novamente as noções de tripla hélice, tem-se que o processo de inovação tecnológica é movido por um conjunto de atores, sendo certo que as atuações não são isoladas e individualizadas, ao contrário, decorrem da conjugação de esforços, porém, são heterogêneas, mormente em razão das atuações e finalidades de cada um deles, com um objetivo em comum, qual seja o alcance do novo processo, produto ou tecnologia.

E mais, no artigo denominado “A Univille e o desenvolvimento: Educação Superior no norte e nordeste de Santa Catarina (1960-1990)”, Coelho, Sossai e Oliveira, (2020) abordaram o tema, envolvendo o avanço científico e as parcerias estabelecidas entre as IES e demais atores, estabelecendo duas indagações, quais sejam: Como a história de uma universidade se liga à noção de desenvolvimento? Como o processo de constituição de uma universidade regional no nordeste de Santa Catarina recontextualizou conceitos de desenvolvimento que circulavam pelo Brasil entre os anos 1960 a 1990?

Para responder as questões pontuadas, os autores apresentaram um histórico do processo de criação, implementação e consolidação da Univille, e, em termos de

metodologia, foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca dos conceitos inerentes ao trabalho, notadamente a ideia de desenvolvimento e, pesquisa documental nos acervos do Centro Memorial, do Laboratório de História Oral e do Arquivo Central da Univille, identificando que:

Ao analisarmos esses movimentos fica evidente que a trajetória da Univille foi um efeito dos impulsos desenvolvimentistas emergentes na década de 1950, os quais afetaram de ponta a ponta a economia e a sociedade brasileiras, bem como as matrizes políticas de atuação do poder estatal. Em âmbito local, ainda que a criação e expansão do Ensino Superior ocorresse quando o país já estava submerso numa ditadura, essas iniciativas eram tomadas pelas lideranças políticas e empresariais como principais instrumentos para a concretização do desenvolvimento de Joinville e região e, conseqüentemente, do seu crescimento industrial (Coelho; Sossai; Oliveira, 2020, p. 209).

Sinteticamente, é possível perceber que todo o processo histórico que envolve a IES objeto da investigação, decorreu de um conjunto de interfaces e parcerias entre os setores da sociedade, notadamente, a sociedade civil organizada, o poder político e as estruturas estatais, bem como, a iniciativa privada representada pelo empresariado local.

Como resultado das pesquisas documentais realizadas, em especial no que se refere aos projetos apresentados ao MEC, para a criação e ampliação da Univille, os autores apresentam que:

Parece-nos que a interdisciplinaridade foi, intencionalmente a visão adotada com o propósito de constituir redes de conhecimentos integradas por pessoas e instituições sensíveis e interessadas na produção de soluções para problemas econômico-financeiros que o município de Joinville estava vivenciando, assim como para se antecipar a outras intempéries dessa ordem que poderiam atravessar futuros sociais compartilhados entre a FURJ e sua comunidade (como, por exemplo, o desemprego da população ou a baixa arrecadação de tributos municipais) (Coelho; Sossai; Oliveira, 2020, p. 209).

Pelo exposto, nota-se, também, a confirmação de que os processos de parceria e interconexões entre a IES e a sociedade, com a definição de que a interdisciplinariedade deve ser o mecanismo adotado para o funcionamento da Instituição, são instrumentos aptos a viabilizar o desenvolvimento regional.

Mais objetivamente, em termos de se estabelecer o processo de pesquisa, a fim de se viabilizar o avanço científico e a inovação, com busca de soluções que pudessem se caracterizar como elementos de formação de novos produtos e soluções, identificou-se a criação do programa de pós-graduação nos anos 90, bem como a instalação de um centro de inovação, destacando-se:

Em outra frente, ressalta-se a criação, em 2006, do Núcleo de Inovação e Propriedade Intelectual (NIPI), vinculado à Área de Pesquisa, o qual objetivava fortalecer os vínculos com o setor produtivo de forma a cooperar no atendimento a demandas e necessidades para inovação de processos e produtos. Nessa direção, em 2007, a Univille destinou uma área de 206 mil m<sup>2</sup> para a implantação de um parque científico, o qual tem propiciado ambientes motivadores para a inovação, empreendedorismo e projetos de desenvolvimento econômico e social (Coelho, 2015, apud Coelho; Sossai; Oliveira, 2020, p. 219).

Importante consignar que está compreendido no processo de consolidação da Univille a questão das parcerias e os mecanismos estimuladores da inovação e da produção intelectual, inclusive, como destacado a criação de estrutura específica para tanto, no caso o NIPI, acima referenciado.

Neste sentido, nota-se que não é possível estabelecer uma forma de desenvolvimento, e a atuação realizada pela universidade, como um algo isolado. Na realidade, há uma multiplicidade de relações, envolvendo diversos atores, como a IES, os poderes públicos, a iniciativa privada e a sociedade como um todo, tornando-se necessário a união de esforços para a geração de novos produtos e para o desenvolvimento regional (Coelho; Sossai; Oliveira, 2020).

É possível identificar que as IES podem ser instrumentos propulsores do processo de desenvolvimento regional, por meio do avanço científico e tecnológico, em parceria com os diversos setores da sociedade, notadamente a partir da identificação das demandas apresentadas por tais setores. Ainda, há que se considerar que tais avanços podem trazer novos bens, produtos, serviços ou tecnologias, porém a questão da propriedade intelectual e o registro de patentes, nestas condições, é algo que não se identifica de forma acentuada no Brasil

Na sequência, apresenta-se uma segunda forma de participação das IES no desenvolvimento regional, qual seja, os efeitos decorrentes da sua própria instalação.

### 2.2.2 A instalação de uma IES e seus efeitos

A instalação de qualquer elemento novo em determinado local provoca efeitos em seu entorno, de sorte que, com uma Instituição de Ensino Superior, a situação não é diferente. A sua instalação se caracteriza como uma situação que provoca algumas consequências. As quais, de alguma forma, são instrumentos fomentadores do desenvolvimento regional, como a seguir se apresenta.

No estudo que teve como objetivo analisar a situação da UNIPAMPA, no contexto da educação superior, Marchioro *et al.* (2007) apontam que existe uma idealização de que a universidade é algo benéfico para a sociedade, uma vez que se caracteriza como espaço reconhecido para reflexões e análises sociais do local onde está instalada.

No caso referenciado, foi criado um grupo, com a participação dos docentes, discentes, funcionários técnico-administrativos e a sociedade civil organizada, a fim de, conjuntamente, formularem mecanismos de organização e gestão da IES, com a criação de grupos de trabalho:

O grupo 3 foi incumbido de analisar e propor encaminhamentos quanto à concepção de formação e projeto acadêmico que, conforme orientações da Comissão de Implantação, inclui estudos e proposições acerca do Projeto Político Pedagógico Institucional, Projetos Político Pedagógicos dos Cursos, Núcleos Pedagógicos de Suporte, Mobilidade Docente e Discente.

Para viabilizar as suas ações, no Campus da Unipampa em Bagé, o grupo 3 foi constituído por alguns docentes que se inseriram a ele, de forma voluntária, sem necessariamente fazer parte das representações oficiais dos cursos da unidade, promovendo-se reuniões semanais de discussão e organização do trabalho proposto. Nesse documento procuramos expor os estudos, as idéias e propostas analisadas por esse grupo no intuito de contribuir para o debate democrático e a construção da identidade da Unipampa que atenda as reais expectativas e necessidades dos sujeitos e da comunidade envolvidos nesse projeto. Partimos do pressuposto que o delineamento da identidade institucional da Unipampa seja tecido através de uma rede de relações humanas, sociais e profissionais fundadas em múltiplas situações de diálogo entre os diferentes sujeitos que participam desse projeto (Marchioro *et al.*, 2007, p. 704).

Verifica-se, neste contexto, a existência de um dos efeitos de instalação da IES, qual seja, a interlocução junto à sociedade civil, de forma que, o que se realiza dentro dela, com o planejamento e a execução de suas políticas, estabeleça uma interface com aquilo que a sociedade, na qual ela está inserida, espera com sua instalação.

Mas não é só esta troca se apresenta também, como um elemento de provocação acerca da formação de um pensamento crítico sobre a identidade do próprio local em questão, na medida em que os atores são forçados a refletirem sobre identificação de um conjunto de demandas e necessidades e sobre como a IES pode contribuir no atendimento delas.

Esta interação permite que se estabeleça uma construção positiva entre a IES que se pretende, enquanto estrutura social e educativa, e os anseios da sociedade na qual está inserida.

O citado estudo de Marchioro *et al.* (2007, p. 717), conclui:

A universidade deve ser um elemento de transformação concebido e realizado por todos sujeitos partícipes do processo: docentes, discentes e comunidade. Devemos nos ater numa educação superior calcada na cidadania, formando sujeitos críticos e autônomos, capazes de reinventar a si mesmos e o mundo em que vivem.

Neste sentido, confirma-se a percepção de que a IES produz efeitos com sua instalação, como no exemplo acima, em relação a formação e a transformação humana, alicerçadas nas reflexões acerca das necessidades sociais conjuntamente identificadas.

Na mesma linha, considerando como elemento importante para verificar os efeitos da instalação de uma IES, Braga (2019, p. 195), no artigo que analisou a implantação de IES Públicas no Brasil e na Itália e o planejamento e o desenvolvimento regional de tais ações, justifica sua relevância ao afirmar:

Sua relevância se dá em função da necessidade de se verificar se a proposta de interiorização das universidades, no Brasil, tem contribuído para o desenvolvimento regional, considerando as potencialidades locais, visto que a proposta tem como fundamento minimizar as diferenças sociais, econômicas e culturais entre as regiões do país, e dar a oportunidade para as pessoas se qualificarem e poderem se estabelecer em suas regiões de origem.

Veja-se que o estudo apresenta como premissa a condição de que a instalação de IES, no interior do país, é mecanismo de desenvolvimento regional e, a partir de tal, se propõe, por meio do estudo de casos, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, no Brasil, e a Universidade de Bolonha, na Itália, a analisar a efetividade da proposta referenciada.

Na presente fundamentação teórica, em razão do tema abordado, utilizou-se as questões relativas ao Brasil, especialmente em razão da abrangência geográfica de nosso território, de forma que a análise está posta, a fim de se identificar se a instalação de IES produz desenvolvimento regional como mecanismo de diminuição das diferenças sociais, econômicas e culturais do país, de qualificação profissional e de vinculação com as respectivas regiões de instalação.

O artigo acima mencionado apresenta, por meio da análise dos relatórios de atividades da UFRPE, que sua origem é de 1912, passando a integrar o sistema federal de ensino em 1955, atuando inicialmente na Agricultura e posteriormente nas ciências sociais, exatas e humanas.

Posteriormente houve a criação de Unidades Acadêmicas, quais sejam a de Garanhuns (UAG), atualmente com os cursos de Agronomia, Medicina Veterinária,

Zootecnia, Licenciatura Normal Superior, Engenharia de Alimentos, Ciência da Computação e Letras. A Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UAST), que oferece os cursos de Agronomia, Bacharelado em Ciências Biológicas, Bacharelado em Ciências Econômicas, Engenharia de Pesca, Bacharelado em Sistemas de Informação, Licenciatura Plena em Química, Licenciatura em Letras, Administração e Zootecnia.

Ainda, há a Unidade Acadêmica do Cabo de Santo Agostinho (UACSA), cuja criação teve como objetivo atender a demanda oriunda do Complexo Industrial Portuário de Suape e entorno, oferecendo cinco cursos de engenharia: Civil, Materiais, Elétrica, Eletrônica e Mecânica.

Com isso, avalia-se que a consideração das potencialidades locais e regionais, e a realização de um planejamento estratégico para a instalação da IES, levando-se em conta o sistema Cidade-Universidade-Região, é uma ferramenta de sucesso (Braga, 2019).

Observa-se que, neste caso, a qualificação profissional, com a formação de mão de obra que atenda as demandas locais e regionais, principalmente no caso da UACSA, em face de sua relação com a demanda decorrente do Porto de Suape, se apresenta como efeito da instalação de IES que caracteriza o desenvolvimento regional.

De forma específica, em dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba, intitulada Política de interiorização Universitária e Desenvolvimento: uma análise socioeconômica da implantação da Universidade Federal de Campina Grande, Silva (2016) desenvolveu seu estudo identificando que o processo de interiorização se acentuou com o REUNI, programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

A referida universidade foi instalada no município de Sumé, na Paraíba, e também foi criado o Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – CDSA, conjunto que teve como objetivo suprir lacuna socioeconômica e oferecer educação superior pública à população da região.

Neste cenário, a pesquisa analisou os indicadores socioeducacionais e econômicos da cidade, no período de 2005 a 2015, e demonstrou que a criação de vagas para servidores públicos, docentes e técnicos administrativos, bem como terceirizados, somadas ao ingresso permanente de novos estudantes redefiniram

aspectos financeiros locais, com a ampliação dos níveis de renda e empregabilidade e, por conseguinte, constatou que a melhoria desses indicadores e realidades econômicas e sociais, decorreu da instalação de universidade objeto do estudo, promovendo o desenvolvimento regional.

No mesmo sentido, Forgiarini, Alves e Cassanego Jr (2019, p. 225), por meio de estudo de caso da Universidade Federal do Pampa, obtiveram percepções de atores sociais relevantes, internos e externos à Universidade, que estiveram presentes durante os seis primeiros anos de instalação da Instituição, e destacam:

A despeito de tais limitações, entende-se que a pesquisa apresenta uma contribuição inicial para promover a discussão acerca do papel das Universidades no desenvolvimento regional. Por meio da promoção de um espaço amplo e democrático de construção conjunta de saberes, tais como a Universidade, pode-se encurtar as pontes e promover o trabalho coletivo e a cooperação, um dos meios para a promoção de efetivo desenvolvimento.

Nota-se que a pesquisa apresenta algumas limitações, especialmente porque definiu as entrevistas com alguns atores sociais apenas e, também, a um lapso temporal relativo apenas ao início das atividades, mas apresentou resultados que devem ser considerados, no sentido de que a UNIPAMPA se caracterizou como instituição relevante para o desenvolvimento regional, uma vez que identificou elementos inerentes a isso, como o diálogo entre a IES e a sociedade e a cooperação no desenvolvimento de programas e projetos de interesse social (Forgiarini; Alves; Cassanego Jr, 2019).

Arakaki (2020) apresenta, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Do Tocantins - Campus De Palmas, a dissertação de mestrado com o título UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO: Uma análise dos efeitos da implantação da UFT (campus de Palmas) no mercado imobiliário.

O trabalho identificou que a implantação do campus da UFT se deu em uma área pouco urbanizada e distante do centro da cidade de Palmas, porém, tal condição impactou diretamente na expansão e valorização do mercado imobiliário local, principalmente pela promoção do aumento de demandas relativas à equipamentos e infraestrutura de transporte, impulsionando o poder público a realizar investimento em mobilidade urbana.

No estudo foi realizado um mapeamento da evolução e valorização das quadras adjacentes, com informações obtidas com a Prefeitura Municipal de Palmas

e por meio da observação da transformação espacial, com fotos tiradas por satélite e por meio de diligências *in loco*, tem-se que:

Observou-se que após a implantação deste campus no município, o mercado imobiliário das quadras próximas se aqueceu. Foi possível perceber inúmeras intervenções viárias, a urbanização de quadras, o asfaltamento de ruas e investimentos em infraestrutura que tornaram essa região atrativa para o mercado imobiliário e para que nelas se instalassem empreendimentos diversos (Arakaki, 2020, p. 105).

Ainda, a pesquisa também aplicou questionário com empreendedores imobiliários palmenses, caracterizados como conhecedores da região e do mercado imobiliário local, concluindo que:

Para estes, em relação ao tipo de empreendimento no entorno do campus de Palmas da UFT, destaca-se a preponderância de empreendimentos de alto padrão (58%) e médio padrão (38%). A percepção de que o entorno da UFT não é caracterizado pela presença de imóveis de baixo padrão é plenamente justificável pela forte valorização dos imóveis na região estudada (Arakaki, 2020, p. 106).

Outro ponto que se extrai das respostas decorre das ações de infraestrutura promovidas pelo poder público:

A presença de infraestrutura promove condições de habitabilidade para a moradia de famílias e, conseqüentemente, aumenta o nível de preços e a densidade populacional, fomentando atividades econômicas, sobretudo do setor terciário da economia e impactando em mudanças na densidade de renda das regiões. Acerca deste último, a sua elevação é percebida não apenas pela mera ocupação urbana dos espaços antes vazios, mas também pelo perfil social e econômico da população que habita e empreende nestas quadras. Esse perfil também é reforçado pelo surgimento de vários condomínios fechados horizontais e verticais destinados às classes média e alta, conforme se percebe pela gama de serviços oferecidos e pelos preços de imóveis (Arakaki, 2020, p. 106).

O que se tem, é que a instalação da universidade objeto do estudo, promoveu transformações na cidade como um todo, uma vez que o desenvolvimento da região impacta a cidade e, especialmente, o mercado imobiliário (Arakaki, 2020).

Observa-se, também, que a implantação promove mudanças nos municípios de uma forma geral, influenciando, dentre outras, de maneira especial, as atividades imobiliárias, por meio das transformações em infraestrutura de urbanização, aumento significativo de construções e valorização do espaço urbano no seu entorno (Nascimento, 2019).

Resta identificado que a instalação de IES produz um conjunto de efeitos que se caracterizam como elementos fomentadores do desenvolvimento regional, identificados por meio da interação com a sociedade, da formação de pensamento

crítico sobre os diversos temas de interesse comum, da formação e qualificação profissional que atendam as demandas regionais, bem como da valorização imobiliária e, conseqüentemente, do aumento na circulação de riquezas na região.

### 2.2.3 O processo de expansão de IES já existentes

Outra questão a ser considerada é a verificação de eventuais efeitos relativos ao desenvolvimento regional, decorrentes não só da instalação em si das IES, mas também dos processos de expansão aos quais elas estão sujeitas, de sorte que, na pesquisa realizada, identificou-se um conjunto de trabalhos sobre o tema, os quais serão apresentados a seguir.

No estudo sobre expansão e regionalização do ensino superior em Portugal, Cerdeira, Cabrito e Mucharreira (2018, p. 1) introduzem o tema, se manifestando:

Se algumas décadas atrás existia a ideia generalizada de que a educação, nomeadamente de nível superior, desempenhava um papel fundamental no desenvolvimento económico e social de um país, hoje, a investigação científica provou que essa ideia se encontrava certa: o desenvolvimento de um país encontra-se dependente do desenvolvimento da educação. Em consequência dessa perspectiva, foi notório o esforço financeiro da generalidade dos países em expandir a sua educação, em particular a educação de nível superior que, por si próprio, constitui fator indispensável ao desenvolvimento.

Constata-se que, os autores apresentam a existência de comprovação científica a respeito da percepção de que o desenvolvimento econômico e social está relacionado ao desenvolvimento da educação, em especial a educação superior. Ainda, em razão de tais circunstâncias, identificou-se a existência de mecanismos governamentais de utilização de recursos financeiros para o processo de expansão das IES

A comprovação científica referenciada fica demonstrada por meio de outros estudos e artigos que fundamentam o trabalho mencionado, bom como por intermédio da análise pontual da situação ocorrida em Portugal, na qual se identificou uma baixa cobertura na rede de IES existente e se constatou que um programa governamental de expansão dessa rede provocou uma série de conseqüências:

Assim, esse esforço de expansão e alargamento da rede de ensino superior a todo o país não só se justifica pelo facto de a educação se constituir num dos direitos dos cidadãos mas, também, pelo efeito “multiplicador” que acarreta, em virtude de inúmeras dimensões, nomeadamente, a construção das infraestruturas das instituições, que absorvem recursos em mão-de-obra, criando emprego e repartindo rendimento, bem como a disponibilização de

matérias-primas e equipamentos induzindo as atividades económicas da região a disponibilizá-las, seja através da produção, seja através da comercialização/intermediação ou a criação de emprego e distribuição de rendimentos, com efeitos na capacidade aquisitiva e na procura interna (Cerdeira; Cabrito; Mucharreira, 2018, p. 3).

Então, além da instalação, a expansão de IES também é uma forma de contribuição para o desenvolvimento regional, sendo certo que a ampliação da rede de ensino superior provoca os mesmos efeitos benéficos identificados no processo de implantação (Cerdeira; Cabrito; Mucharreira, 2018).

No mesmo sentido, em tese de doutorado, já referenciada, cujo objetivo foi analisar, de forma pontual, o processo de expansão territorial da Universidade de Caxias do Sul (UCS), notadamente em razão da busca pela integração regional e de mecanismos próprios e específicos relacionados ao desenvolvimento da Região Nordeste do RS, Mattia (2013, p. 10), assim se manifesta:

A Universidade e seus movimentos de expansão revelam-se objeto de representação pela sua importância e possibilidade de que o saber produzido seja reconhecido como construção social e produza consequências no meio em que circula. Neste sentido, a prática socialmente construída da Universidade sempre foi uma representação coletiva, a partir de um grupo de idealizadores que, através da união de faculdades dispersas nos anos 60, consideram-se elementos constituintes da materialização da UCS.

Pelo exposto, observa-se a identificação de que a expansão da Universidade objeto do estudo, trouxe para a região, na qual está instalada, a produção do conhecimento, o que se caracterizou como elemento de reconhecimento da relevância da IES para a sociedade regional.

Nesta mesma linha, tem-se ainda mais dois estudos, cujos objetos foram avaliar os impactos sociais e as consequências para o desenvolvimento regional, no processo de expansão e interiorização das Universidades Federais do Ceará e de Pernambuco.

Em ambos, foi possível verificar a confirmação de que existe um mecanismo de influência das IES no desenvolvimento regional.

O estudo sobre a Universidade Federal do Ceará relatou os principais resultados decorrentes da avaliação sobre os impactos da sua presença em municípios do interior do Estado, em razão da adesão REUNI, e, conseqüentemente, da realização de um programa de expansão da IES.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa descritiva com 129 docentes e 503 discentes distribuídos nos três campi avançados da UFC, localizados nos municípios

de Sobral, de Quixadá e da Região do Cariri (Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha), bem como, com 191 moradores das referidas localidades.

Com o objetivo de justificar a relevância do estudo, os autores valeram-se do pressuposto de que um sistema educacional mantém uma dinâmica e permanente interação junto à sociedade em que está instalado, de forma que suas ações geram significativas repercussões no referido contexto social, sendo certo, também, que se sujeita à influência deste (Andriola; Suliano, 2015).

Andriola (2005 apud Andriola; Suliano 2015, p. 284), fundamenta esse processo de interação, destacando que:

Sendo assim, nada é mais relevante do que a investigação das repercussões sociais das atividades de uma IES, mediante, por exemplo, o acompanhamento sistemático dos seus egressos; o mapeamento de opiniões, atitudes e crenças acerca da universidade e da sociedade; a identificação e o valor agregado pela IES; a verificação da opinião dos empregadores e de setores da sociedade civil organizada, acerca da adequação e da pertinência da formação profissional e cidadã dos recursos humanos formados.

Constata-se que, o processo de investigação sobre o efetivo papel de uma IES em seu contexto de inserção, deve ser permanente, uma vez que existe a necessidade de identificação das relações estabelecidas entre os atores, quais sejam a IES, a sociedade como um todo, incluindo-se aí, não só o cidadão em si, mas também as empresas integrantes na localidade e, ainda, o Poder Público, a fim de se verificar os efeitos produzidos por tais relações.

O referido estudo traz a constatação de que o REUNI, como programa governamental, fez com que a educação fosse vista como instrumento a ser utilizado no processo de desenvolvimento do país, ressaltando que:

Desse modo, no alvorecer do século 21, a educação superior conseguiu, finalmente, iniciar mudanças substanciais por meio da sua expansão rumo ao interior do Brasil, incrementando as oportunidades de indivíduos de segmentos sociais historicamente desfavorecidos receberem formação de nível superior (Andriola; Suliano 2015, p. 286).

A fim de se buscar a efetividade de tal premissa, os autores aplicaram questionários, tal como acima mencionado, com a organização dos dados e com o objetivo de se identificar os resultados de forma estatística.

Os resultados foram apresentados em tópicos de relevância, de acordo com o público entrevistado, ou seja, docentes, discentes e moradores e, também organizados conforme os diferentes *campi* da UFC, isto é, Sobral, Quixadá e Região

do Cariri (Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha), de maneira que Andriola e Suliano (2015, p. 294) concluem:

Os resultados oriundos das opiniões emitidas pelas audiências estudadas – alunos de graduação, docentes e moradores locais dos municípios interioranos dos três campi da UFC – convergiram para a identificação de impactos sociais positivos, dentre os quais se podem destacar:

- a) Incremento das oportunidades de a população local ter acesso aos novos cursos de graduação da UFC, bem como às atividades e/ou ações de qualificação profissional.
- b) Dinamização econômica local, implicando crescimento municipal e incremento das oportunidades de inserção laboral para os moradores da região.
- c) Geração de maior quantidade e diversidade, além de melhores postos de trabalho para os moradores locais.

Assim, nota-se que no estudo em questão, envolvendo a expansão da Universidade Federal do Ceará, foi possível verificar alguns reflexos importantes nos municípios do interior do Estado, como, por exemplo, um aquecimento das atividades econômicas, com o conseqüente crescimento local e a ampliação nas opções de formação e qualificação ofertadas, bem como aumento na quantidade de vagas e oportunidades de emprego para a população. (Andriola; Suliano, 2015).

E, finalmente neste tópico, acerca dos efeitos da expansão das IES no desenvolvimento regional, tem-se Silva e Silva (2018), no estudo intitulado “O enlace entre educação e desenvolvimento regional no processo de interiorização da Universidade Federal de Pernambuco.

Adotando como metodologia a abordagem qualitativa, a revisão de literatura e a análise de documentos e publicações sobre o assunto, bem como a hermenêutica dialética para análise de dados, os autores propuseram examinar os propósitos e objetivos presentes no processo de interiorização das universidades brasileiras identificados no período de 2003 a 2010.

Demonstra o título, o objeto de estudo da pesquisa foi a Universidade Federal de Pernambuco e se constatou uma maior democratização do nível de ensino, elevando-se o nível educacional da população do Agreste pernambucano e possibilitando o desenvolvimento econômico local. A democratização do ensino é, pois, associada à melhoria das condições de vida da população e redução das desigualdades sociais (Silva; Silva, 2018)

Neste sentido, forçoso concluir que, assim como a instalação, o processo de expansão das IES já existentes produz um conjunto de efeitos relevantes para o desenvolvimento regional nos espaços sociais em que ocorre.

#### 2.2.4 Formação profissional voltada para as especificidades da região

Além das questões relativas ao avanço científico e tecnológico e dos processos de expansão e instalação, como forma de participação das IES no desenvolvimento regional, identificou-se, também, a questão da formação profissional voltada para as especificidades das regiões em que estão instaladas.

Importante ressaltar que não se trata aqui, do processo de formação profissional generalizado, que é inerente a qualquer IES, mas de verificar que tal processo deve estar identificado com a região em que a Instituição está localizada, de forma atender suas necessidades e demandas específicas.

Em dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Forgiarini (2014, p. 16), traz o papel da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, na formação do capital social necessário para o desenvolvimento regional, introduzindo que:

Cada região tem suas peculiaridades, quanto a elementos, cultura, economia, sociedade, enfim, quanto aquilo que compreende a sua realidade. Quando esta realidade está aquém do patamar que se almeja atingir, são buscados caminhos para que se alcance o desejado. Um dos meios para se pensar o futuro é conhecer o presente, traçar um diagnóstico da situação, encontrar os “nós” dos problemas e, assim, criar um planejamento para a transformação. Já, uma das formas para se entender o presente é compreender o passado, entender a possível raiz dos problemas.

Considera-se de extrema relevância, como instrumento de desenvolvimento regional, que uma sociedade defina de forma clara o que ela busca, sendo necessário, para tanto, conhecer o passado, identificar a origem das dificuldades e, conseqüentemente o conjunto das atuais necessidades, a fim obter um diagnóstico preciso dos caminhos a serem percorridos,

Nos estudos, o autor, acima referenciado, identifica que a região da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, se caracteriza como um espaço que possui problemas sociais históricos, o que motivou o Governo Federal, em razão da política de interiorização do ensino superior no período referente à primeira década do século XXI, contemplar a região, em 2006, com a UNIPAMPA.

Nas justificativas para a dissertação, apresenta-se Gil (1999); Triviños (1992) apud Forgiarini (2014, p. 22) como segue:

Parece coerente afirmar que, ao desenvolver as regiões, se desenvolve o Estado em um movimento recíproco. E, nessa forma de pensar, acredita-se, também, que se criam novas oportunidades para as pessoas. Então, partindo desse propósito, o estudo adota uma abordagem fenomenológica. A preocupação nessa abordagem assenta-se em um relato daquilo que é vivido, de como verdadeiramente o fenômeno ocorre, buscando enriquecer a pesquisa, dando mais substrato de detalhes. Para entender o mundo, é importante entender as pessoas que nele habitam. Sendo assim, é correto afirmar que a realidade é construída pela sociedade em questão, pelas pessoas, por suas relações, e esta precisa ser entendida e compreendida, através de técnicas de pesquisa, para que, através delas possa, o pesquisador, entender tal realidade.

Foi considerado pelo autor, como instrumento importante para a pesquisa a necessidade de investigar, de forma fenomenológica, as relações humanas existentes na região de instalação da UNIPAMPA e os efeitos de tal ação na sociedade local, notadamente no que se diz respeito à formação do capital social.

A partir de uma análise histórica, que envolveu o estudo sobre os conflitos ocorridos, bem como documentos, dados demográficos e legislações específicas da região, buscou-se apresentar sua formação socioeconômica e territorial, a fim de se apresentar um panorama acerca das realidades e dos desejos sociais presentes em razão da instalação da UNIPAMPA.

Na sequência, identifica-se a apresentação do conceito de capital social, e a análise da evolução histórica, e de algumas abordagens específicas, incluindo-se a definição apresentada pela OCDE e Banco Mundial, conforme Forgiarini (2014, p. 80), as quais merecem citação:

Na publicação da OCDE "The Well-being of Nations: the role of Human and Social Capital" (2001) pode-se perceber a ideia de conceito de Capital Social defendida por esta organização. Embora no relatório se defina capital social como sendo "(...) as redes juntamente com normas, valores e entendimentos que facilitem a cooperação dentro ou entre os grupos" (OCDE, 2001 p. 42, tradução nossa), ao vermos os argumentos e aplicações do capital social, verificamos que o conceito da OCDE subentende a existência de uma forte relação entre alguns dos aspectos do capital social e a atividade econômica. Por outro lado, o Banco Mundial (1998), como resposta à pergunta: "Em que consiste o capital social?" responde o seguinte: o capital social refere-se à coerência social e cultural interna da sociedade, as normas e valores que governam as interações entre as pessoas e as instituições em que são incorporados. O capital social é a cola que mantém as sociedades em conjunto e sem a qual não pode haver crescimento econômico ou bem-estar humano (BANCO MUNDIAL, 1998 p.1, tradução do autor).

Ainda, a fim de identificar o conceito adequado de capital social, o autor analisou as diversas dimensões do constructo e, utilizando-se de um instrumento adaptado do Banco Mundial (2003), aplicou questionários para oito grupos de atores sociais relevantes, sendo quatro deles ligados à universidade e outros quatro à

sociedade em geral. Desta forma, foi possível a criação de uma base quantitativa para uma análise qualitativa, o que permitiu estabelecer uma análise geral dos dados, concluindo-se que, na percepção geral dos atores sociais entrevistados, houve um incremento no capital social da região da fronteira.

Como já apresentado, é natural da própria existência das IES a transição de informações, a troca de saberes e conhecimentos, em face do tripé ensino, pesquisa e extensão, considerando a própria existência de uma comunidade acadêmica, o que pode se aperfeiçoar, em face de uma consciência coletiva, do seu papel na realidade local, adequado às expectativas exógenas (Forgiarini, 2014).

Com o estudo apresentado, resta claro que as IES devem atuar para além do processo natural e genérico inerente à sua própria existência, caracterizando-se como instrumentos fomentadores do atendimento das demandas e necessidades regionais.

A atuação da IES, em relação à formação profissional, de forma a estabelecer uma efetiva e concreta interação entre a comunidade acadêmica e os diversos setores da economia, notadamente nas áreas de prevalência na região, proporcionando o atendimento de demandas específicas, pode se caracterizar como forma de contribuição para o desenvolvimento regional.

Em estudo realizado por Pereira, Pureza e Hage (2017), buscou-se abordar as políticas públicas de educação do campo, tendo em vista a identificação das especificidades e peculiaridades do município de Abaetetuba, no Pará, adotando-se a investigação bibliográfica, documental e de campo, com os sujeitos que participam da gestão municipal e do movimento de Educação do campo local.

Os autores (2017, p. 385) identificaram que:

A pesquisa realizada apontou que as políticas de Educação do Campo que no período mais recente estão surgindo tanto em nível nacional como estadual e local, especialmente no município de Abaetetuba são resultantes das demandas e mobilizações dos movimentos sociais de representatividade dos sujeitos do campo.

Considerando o objeto do estudo, verifica-se a elaboração de um conjunto de ações e políticas públicas na área da educação, que visem a atender as demandas específicas da região, porém, tais condições não decorrem de movimentos governamentais, ao contrário, têm origem na organização dos atores sociais interessados.

Concluiu-se que a sociedade civil organizada e sua interação com as IES foi um mecanismo importante de estímulo às reflexões sobre a Educação do Campo,

promovendo a sensibilização e mobilização do poder público da região, especialmente os órgãos responsáveis pela educação nos municípios de Acará, Abaetetuba, Moji, Igarapé-Mirim e Barcarena, a fim de avaliar e efetivar ações efetivas de Educação do Campo, tendo em vista a necessidade de se promover educação diferenciada para os territórios rurais.

Esse estudo, ao contrário do estudo anteriormente apresentado, mostra que houve um conjunto de ações que permitiram o atendimento das demandas específicas identificadas junto à sociedade regional, sendo certo que, a mola propulsora, para que isto se materializasse, foi um conjunto de ações caracterizadas pelo processo de organização da sociedade civil, e não por iniciativa das estruturas governamentais.

A seguir, agora de forma específica em relação a determinadas demandas regionais, tem-se dois estudos, cujos objetivos foram analisar cursos, projetos e atividades de formação profissional específicas, relacionadas à região em que as IES estão instaladas.

Considerando que, dentre os fundamentos e missões presentes no Projeto Pedagógico do curso de Agronomia da Universidade Federal de Santa Maria campus Frederico Westphalen (UFSM-FW), tem-se o desenvolvimento da região na qual está inserida, Regasson, Silva e Pilla (2019) elaboraram um artigo objetivando levantar informações acerca do processo de migração, envolvendo discentes de tal curso, como verifica-se abaixo:

Para a realização deste estudo foram levantadas questões que se referem à: De onde o egresso vem e por quê ele escolheu este curso? Para onde o egresso foi e porquê foi? A universidade está cumprindo com o seu papel de desenvolvimento regional? Analisando essas questões e as prováveis respostas, percebe-se que o acompanhamento migratório dos egressos de um curso propicia: a) subsídios informativos para possíveis alterações curriculares; b) o conhecimento de uma parte do impacto regional que a IES pode gerar e c) fornece informações para as autoridades e entidades ligadas aos planos de desenvolvimento regional (Regasson; Silva; Pilla, 2019, p. 284).

A pesquisa foi caracterizada como quantitativa, por apresentar as particularidades de seus sujeitos por meio de dados objetivos e numéricos. Foi utilizado, para sua realização, um questionário estruturado on-line, baseado no método survey, e aplicado via plataforma on-line “Google Formulários”.

Com relação à análise dos resultados obtidos, merece destaque a questão envolvendo a naturalidade dos egressos do curso de Agronomia, com percentual significativo de ex-alunos da própria região em que a IES está situada:

Subdividindo-se a mesorregião Noroeste em microrregiões, verificou-se que 34,09% dos egressos são naturais da microrregião de Frederico Westphalen. Estes dados indicam que o curso de Agronomia da UFSM-FW possui uma importante inserção regional, devido principalmente à localização da instituição (Regasson; Silva; Pilla, 2019, p. 289).

Outro ponto a ser destacado, relaciona-se aos motivos que estimularam os entrevistados ao ingresso no Ensino Superior, apresentando um índice de 72% deles respondendo que possuem afinidade com a área agrícola e 61%, que estavam em busca de novos conhecimentos.

Sobre a afinidade com a área agrícola, tem-se:

Um dos fatos que explicam a continuação ou afinidade na área agrônômica foi a realização de curso técnico agrícola/agropecuário antes do ingresso na universidade, que 43,75% dos egressos alegaram ter realizado. Também, quando o jovem tem contato com a agricultura ou vem do meio rural e decide partir para a vida acadêmica, os cursos de Ciências Agrárias são os preferidos devido à proximidade da área com a realidade e modo de vida do indivíduo (Regasson; Silva; Pilla, 2019, p. 289).

No que se refere ao papel e missão da IES, em relação ao curso de Agronomia, de promover o desenvolvimento regional, com a oferta de mão de obra qualificada, para atender às demandas específicas da comunidade local, tem-se, em sede de conclusão, que:

Pela pesquisa realizada e como apresentado nos resultados, 80,68% dos egressos estão residindo e atuando no Rio Grande do Sul, e destes, 53,41% residem na região Noroeste do Estado, ressaltando-se que metade destes (26,70%) reside na microrregião de Frederico Westphalen. Aproximadamente a quarta parte dos egressos participantes deste estudo residem e atuam na mesma microrregião em que ocorreu a formação acadêmica, o que corrobora positivamente com uma das principais justificativas e objetivos de instalação deste curso de Graduação quando criado, que é facilitar o acesso à educação superior pública e gratuita, a qual tende a viabilizar o desenvolvimento regional. Considerando esse número de egressos atuando na microrregião Noroeste do Rio Grande do Sul, conclui-se que a missão do curso e da UFSM, campus de Frederico Westphalen, está sendo atendida no que se refere à mão de obra especializada e profissional atuando na região (Regasson; Silva; Pilla, 2019, p. 294).

Por meio do estudo, concluiu-se que os principais motivos por terem escolhido o curso estão relacionados com a localização geográfica do campus e com o interesse pela área agrícola e agropecuária. Já as principais razões que levaram à escolha do local de atuação profissional são a identificação com a área específica de trabalho e a remuneração. Diante dos resultados, a Universidade e a região têm acesso a um maior conhecimento acerca dos profissionais da Agronomia, de forma que essas informações sirvam de ferramenta de apoio na tomada de decisão de melhorias do

curso e mudanças pedagógicas, bem como no desenvolvimento da região por meio da inserção do engenheiro agrônomo (Regasson; Silva; Pilla 2019).

Nesta mesma linha, tem-se pesquisa desenvolvida por Nunes; Silva e Santos (2022), com o objetivo de identificar os impactos provocados pela Universidade Multicampi no desenvolvimento social, cultural e econômico na Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) de Petrolina (PE) - Juazeiro (BA).

Tratou-se de um estudo qualitativo, baseado na revisão de literatura, envolvendo as Universidades do Estado da Bahia (UNEB), de Pernambuco (UPE) e a do Vale do São Francisco (UNIVASF), instituições, cuja finalidade principal, à época de suas criações, foi promover a interiorização da formação universitária nos respectivos Estados.

Os resultados revelaram que estas IES atuaram, nos últimos vinte anos, de forma a influenciar e efetivar a região como referência em fruticultura irrigada e, ainda, como centro de formação superior, de qualidade reconhecida em diferentes áreas do conhecimento, permitindo assim, que diferentes extratos sociais obtivessem oportunidades de cursar uma graduação (Nunes; Silva; Santos 2022).

E ainda:

O estudo conclui que a Universidade Multicampi vem contribuindo de forma efetiva para o desenvolvimento local/regional da RIDE, não apenas na dimensão econômica, mas, também, nas dimensões política, social, cultural e inclusiva quando promove o ingresso de atores sociais que antes não tinham a oportunidade de acesso ao ensino superior (Nunes; Silva; Santos 2022, p. 1370).

Neste cenário, identifica-se que, conforme os casos concretos acima apresentados, a formação profissional voltada para as especificidades da região de localização das IES se caracteriza como forma de contribuição para o desenvolvimento regional.

Assim, resta evidenciado que a atuação integrada da IES com a sociedade, de forma a observar a realidade local e suas demandas, em relação à formação profissional, e, conseqüentemente, o atendimento destas, é mecanismo caracterizador de seu papel no desenvolvimento regional.

#### 2.2.5 A inovação resultante das atividades das IES

O processo de desenvolvimento regional, promovido em razão da presença de uma, ou mais IES nos municípios, também passa pelos aspectos de inovação e de tecnologia, já que o ensino, a pesquisa e a extensão possibilitam a criação de incubadoras, parques de ciência e tecnologia, laboratórios e *start-ups*, cada qual contribuindo de acordo com as respectivas demandas.

Aqui, diferentemente do item 2.2.1, em que se identificou a questão das parcerias e registros de patentes, a abordagem está relacionada ao processo de inovação e sua relação com o atendimento de necessidades regionais, não apenas no que se refere à formação superior em si, mas no desenvolvimento de uma cultura de pesquisa, que acaba promovendo resultados de interesse regional.

Em tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Pradella (2015) faz uma análise do processo de inovação, a partir das relações entre Universidade, Indústria e Governo na Microrregião onde está instalada a referida IES, estabelecendo o seguinte pressuposto:

A ênfase numa perspectiva teórica que coloca a Universidade como agente estratégico em sistemas regionais de inovação está vinculada à compreensão do significado cultural que as Universidades têm num contexto histórico em que ciência e tecnologia tornam-se cada vez mais importantes em dinâmicas de desenvolvimento (Pradella, 2015, p. 5).

Estabelecida esta condição, realizou-se uma abordagem teórica e metodológica, com levantamento de dados secundários e a aplicação de um formulário de pesquisa direcionado a indústrias da região e com entrevistas semiestruturadas com lideranças empresariais, políticas, e, também, professores, pesquisadores e gestores da UNISC.

Os resultados obtidos foram analisados, observando-se a ótica dos grupos de atores envolvidos, quais sejam, as empresas, o governo e as IES, no caso em questão, a própria Universidade objeto do estudo.

No que se refere às empresas, identificou-se que não há uma relação de causa e efeito com as pesquisas realizadas na Universidade e, conseqüentemente com seus respectivos resultados, porém, ocorre uma interrelação entre elas:

A partir da pesquisa, observou-se que as empresas da região pesquisada mantêm-se relativamente distantes de dinâmicas de inovação se estas são abordadas a partir de uma perspectiva que afirma a importância das relações entre Empresas, Universidades e Governos, tal como propugnado, por exemplo, pela teoria da hélice tríplice. Isso não significa, no entanto, que as empresas não têm preocupações com inovações e com a formulação de estratégias de geração, de aquisição e de difusão de inovações, mas que

essas estratégias se definem (e se redefinem) a partir de condições econômicas, sociais e culturais diversas, inclusive de aproveitamento das possibilidades visualizadas nas relações com e no mercado (Pradella, 2015, p. 5).

A questão do processo de inovação, sob a ótica das empresas, está presente, porém, se apresenta de forma específica, não necessariamente segundo a necessidade de atendimento das demandas relacionadas às políticas públicas ou interesse exclusivo das IES, mas, levando em consideração, uma lógica de mercado típica, com as condições sociais, econômicas e culturais que tais empresas estão sujeitas.

Outro grupo de atores analisado, foi o governo. Identificou-se que, nos diferentes níveis, quais sejam Federal e Estadual, existem políticas públicas voltadas ao processo de inovação, inclusive com o estímulo à integração do Estado com as empresas e IES, estimulando ações conjuntas para pesquisas que resultem em inovação e destacou que-se:

Nessa direção, inclusive, na região pesquisada e considerando a Universidade investigada, as políticas governamentais têm uma importância muito significativa, em especial no que diz respeito ao financiamento dos projetos (Pradella, 2015, p. 6).

No caso específico do estudo em apreço, tem-se que o processo de inovação na região envolve o governo como ator relevante, inclusive com o aporte de recursos governamentais, fomentando as pesquisas relacionadas à produção de inovação que atendam às demandas regionais, o que caracteriza uma ação importante para o estímulo do desenvolvimento regional decorrente de tal mecanismo.

Sob a ótica da Universidade, identificou-se um conjunto de situações que estabelecem formas de incentivo e fomento às atividades de pesquisa voltadas para a inovação:

Em que pese as limitações de uma experiência universitária que, ainda que seja comunitária, depende do pagamento de mensalidade de seus estudantes para desenvolver suas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, observa-se na UNISC um esforço coletivo e institucional visando o desenvolvimento da pesquisa científica e o desenvolvimento de projetos capazes de contribuir para o desenvolvimento nas regiões de sua abrangência (Pradella, 2015, p. 6).

A materialização desse esforço se deu por meio da construção, pela IES, de um parque científico e tecnológico, caracterizado como um espaço para a produção e de difusão de conhecimento científico e inovações, a fim de viabilizar mecanismos que

sejam aproveitadas pela sociedade regional como um todo, ou seja, cidadãos, governo e empresas, com vistas ao desenvolvimento regional.

Constata-se que, apesar de se identificarem olhares e objetivos distintos em cada um dos atores analisados, existe uma convergência, na medida em que reconhecem na IES uma estrutura de influência na formação da cultura das atividades de pesquisa e de utilização dos resultados, por elas obtidos, em projetos e ações que proporcionam o surgimento de inovações, resultando no desenvolvimento regional (Pradella, 2015).

Silva, Santana e Rapini (2021) desenvolveram um estudo sobre a interação entre a IES e a sociedade, a partir da análise dos projetos pilotos do Centro de Desenvolvimento Regional (CDR) e se estes eram capazes de apresentar mecanismos de incremento no papel da universidade no estímulo ao desenvolvimento regional, comparando-os com as medidas tradicionais de extensão no país. Os autores esclarecem que o programa CDR foi proposto pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), a partir de demanda do Ministério da Educação.

O trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa documental e análise exploratória de dados, perpassando pelo papel do conhecimento, como instrumento capaz de promover o desenvolvimento regional, bem como abordando o papel da universidade e sua atuação por meio das atividades de extensão.

Sobre o papel das IES, os autores apontam que:

No entanto, na era da economia do conhecimento, a exigência é que as universidades se tornem proativas na medida em que, além da formação de graduados, ofereçam especialização, atendam ao mercado externo rapidamente, estejam engajadas na sociedade e negociem suas pesquisas (Silva; Santana; Rapini, 2021, p. 115).

Ainda:

Portanto, pode ser visto o papel da universidade na formação de recursos humanos capacitados, propiciando o desenvolvimento de habilidades pessoais, elevação dos ganhos pessoais, impacto na produtividade do trabalho e impacto na inovação, por meio de profissionais voltados a resolver problemas e está diretamente associado a pesquisa. Além da formação, destaca-se a importância da pesquisa, ao buscar promover inovações nas empresas, impactar o desenvolvimento regional, transferir tecnologia e assim, promover o progresso tecnológico. O ensino e pesquisa devem estar relacionados a extensão (Silva; Santana; Rapini, 2021, p. 115).

Ocorre a constatação que as IES têm a responsabilidade e o dever de atuarem extramuros, ou seja, de se aproximarem da sociedade em que estão inseridas, a fim

de serem efetivas no atendimento das demandas surgidas, por meio do tripé que as sustentam, qual seja o ensino a pesquisa e a extensão.

Como a proposta do estudo referenciado é uma análise comparativa entre os projetos piloto de CDR e a extensão, faz-se uma abordagem acerca da extensão como mecanismo de contribuição ao desenvolvimento regional, estabelecendo-se que:

A extensão deve se orientar pela resolução de problemas, pelo conhecimento demandado, relacionando-se aos sistemas de inovação e às políticas de maneira integrada. Embora não haja um modelo ideal, parte-se da ideia de que é necessário que a universidade busque gerar conhecimento para atender as demandas voltadas ao desenvolvimento da região (Silva; Santana; Rapini, 2021, p. 119).

Identificado o papel da extensão, como acima apresentado, seguiu-se com a apresentação das características do CDR que, como visto, foi desenvolvido pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), em razão de uma demanda do MEC, estando assim exposto:

A criação dos CDR representa uma estratégia de ação, de um programa nacional que busca utilizar os espaços das universidades e instituições de ensino e pesquisa em prol do desenvolvimento regional, utilizando-as como universidades propulsoras do desenvolvimento regional.

O objetivo é movimentar os atores locais em busca de projetos potenciais que sejam orientados por políticas de inovação inclusivas e possam utilizar o conhecimento como base, na busca por melhorias à sociedade (Silva; Santana; Rapini, 2021, p. 121).

A ideia de desenvolvimento regional que se deseja, é desenvolvimento em nível local, com ações e uso do conhecimento e a inserção da IES. Apesar das limitações, os projetos apresentam relevância, na medida em que buscam estar presentes em regiões menos favorecidas, destacando-se que:

As IES são utilizadas como protagonistas desse desenvolvimento, por terem um ambiente propício ao conhecimento, aprendizagem e pessoal qualificado para o objetivo do projeto. As ações propostas envolvem mobilizar e levantar os pontos fortes das universidades brasileiras e, ao mesmo tempo, superar suas limitações e desafios locais (Silva; Santana; Rapini, 2021, p. 122).

Feitas estas considerações sobre a extensão e o CDR, em termos de conclusão, Silva, Santana e Rapini (2021, p. 126), assim estabelecem:

Nas ações tradicionais da extensão, existe a oferta, mas sem a devida atenção com a demanda. E é por meio dessa oferta que ocorre a interação da universidade com a sociedade. Portanto, é possível também identificar que a extensão é limitada em relação aos agentes. As ações são disponibilizadas, a sociedade consome, mas sem trocas e sem participação mais efetiva dos atores locais. A proposta do CDR é que a sociedade também seja um agente inovador, contribua para pesquisas, para inovação e para o desenvolvimento regional, por meio de uma estrutura de governança estruturada com os atores

do território. No CDR, é proposto que todos os atores locais possam ser participativos nas decisões e possam compartilhar a governança.

Tem-se a indicação de que o CDR pode trazer aspectos inovadores por meio da pesquisa científica, caracterizando-se como ação de extensão voltada ao desenvolvimento regional razoavelmente vantajosa em comparação ao modelo de extensão tradicional. Ocorre, porém, que se identifica limitações quanto à viabilização como política nacional, mormente quanto aos critérios de implantação e operacionalização. Inobstante a isto, identificou-se o desenvolvimento regional, caracterizado pela ênfase no papel do conhecimento e da inovação (Silva; Santana; Rapini, 2021).

Ainda na linha de se identificar a inovação provocada pelas IES, como forma de desenvolvimento regional, há o estudo intitulado: “Inovação e Desenvolvimento Regional: uma análise sobre a produção científica da Universidade Estadual do Norte Fluminense e sua potencial contribuição para a sociedade”, de autoria de Cezario, Azevedo Filho e Hora (2019, p. 58), assim justificado:

Pretende-se, portanto, verificar qual é o papel da universidade na sociedade e qual é a sua importância para o alcance do tão almejado desenvolvimento regional. O estudo, portanto, justifica-se pela necessidade de considerar o quanto esta instituição tem potencialidades para produzir conhecimento, gerando inovações que podem ser aproveitadas por governos e empresas mediante ações que serão traduzidas em aumento da justiça social e melhoria da qualidade de vida de toda a população.

A questão posta, vai além das chamadas contribuições genéricas e inerentes às IES como um todo, decorrentes da produção do conhecimento, estabelecendo, o foco do estudo, de forma específica, na inovação que se caracteriza, em instrumento apto ao atendimento de demandas e necessidades da respectiva comunidade.

Após a introdução, tem-se a apresentação do referencial teórico, abordando o papel da universidade nos dias atuais e o processo de desenvolvimento, em especial acerca do papel da IES objeto de estudo; a apresentação do modelo de hélice tríplice e, ainda, sua comparação com o modelo de Darcy Ribeiro, elencando a participação dos diversos atores como integrantes do sistema e identificando a possibilidade de aplicação no caso em estudo (Cezario; Azevedo Filho; Hora, 2019).

Na questão metodológica, resta esclarecido que:

Este trabalho parte de uma abordagem quanti-qualitativa, onde toda a produção textual, a coleta e a análise dos dados foram elaboradas em trabalho de gabinete. Assim, realizaram-se leituras de artigos e demais periódicos acadêmicos que abordavam o tema em questão e foi realizada uma pesquisa bibliométrica<sup>7</sup> selecionando no Portal de Periódicos da Capes<sup>8</sup>

o Banco de Dados Scopus para analisar a produção de conhecimento da UENF por meio de suas publicações desde a sua implantação em 1993 até o ano de 2018. Também foram consultadas as Páginas Oficiais da PROEX UENF e da AgiUENF para mais informações sobre a interação da universidade com a sociedade e com empresas (Cezario; Azevedo Filho; Hora 2019, p. 64).

A apresentação da metodologia e a forma de execução da pesquisa permitem inferir que se obteve um conjunto de dados e informações razoáveis para análise e estabelecimento de um caminho que permitiu atingir o objetivo proposto.

Com a apresentação da análise e discussão dos dados, foi possível identificar as diversas atividades realizadas pela UENF, merecendo destaque, em razão do presente tópico, a existência de uma agência de inovação, concluindo-se:

Voltando à questão norteadora desse estudo, que era investigar como a UENF vem contribuindo com inovação e trazendo desenvolvimento para Região Norte Fluminense por meio da produção de conhecimento, conclui-se que esta instituição tem produzido conhecimento e tem se dedicado em deixá-lo disponível para a sociedade (governos e indústrias) por meio de suas publicações, em especial por meio de artigos científicos e acadêmicos. A apropriação desse conhecimento pode produzir inovação e, por conseguinte gerar desenvolvimento, desde que haja divulgação, engajamento de professores e alunos, bem como de entidades do governo e de empresas privadas (Cezario; Azevedo Filho; Hora 2019, p. 70).

Com isso, apresenta-se a constatação de que a UENF tem gerado produção de conhecimento e tem potencial inovador, podendo contribuir com o desenvolvimento da Região, desde que haja engajamento entre ela, governo e empresa, numa Hélice Tríplice (Cezario; Azevedo Filho; Hora, 2019).

A partir desta concepção, considerando a relação existente entre universidade, inovação e desenvolvimento regional, que se mostra relevante, Cândido; Maciel (2019) desenvolveram artigo caracterizado por pesquisa teórica e que utilizou como metodologia a revisão sistemática da literatura do tipo integrativa, realizada nas literaturas nacional e internacional dos últimos dez anos, que consideram a relação existente entre universidade, inovação e desenvolvimento regional, e cujo objetivo foi propor uma métrica de mensuração do nível de contribuição de uma universidade para o desenvolvimento regional por meio da inovação.

Ao apresentarem a proposta métrica estabelecem que:

Apresenta-se os possíveis níveis de contribuição de uma universidade para o desenvolvimento econômico regional com base na inovação, contudo salienta-se a complexidade de se elaborar uma métrica para tal fim que possa ser aplicada em vários contextos regionais. A presente proposta apresenta mecanismos flexíveis para a mensuração das variáveis da métrica. Nesse sentido, para a mensuração da variável dinâmica de inovação sugere-se um roteiro semiestruturado, o qual seja aplicado em entrevistas com os atores

envolvidos com a inovação na região em que a universidade analisada encontra-se instalada. O roteiro deve ser elaborado pelo pesquisador, tomando por base o modelo da Tripla Hélice (ETZKOWITZ; ZHOU, 2017). Os dados obtidos por meio de sua aplicação devem ser analisados qualitativamente e comparados com resultados de estudos similares já realizados além dos pressupostos da Tripla Hélice, a fim de que se possa classificar a interação da universidade na dinâmica de inovação como alta, média ou baixa e justificar o porquê da classificação atribuída (Cândido; Maciel, 2019, p. 117).

A construção da métrica em questão estabelece, como premissa, que as IES, de uma forma geral, são importantes elementos de contribuição ao desenvolvimento regional, porém, o fazem em diferentes níveis.

Exatamente em razão desta disparidade nos níveis de contribuição com o desenvolvimento regional das inúmeras IES, é que se propõe a aplicação de métrica que possibilite a identificação e análise mais apurada de tais níveis, devendo ser ressaltado que, a aplicação nos diversos contextos regionais, deve ser realizada envolvendo atores da região em que a IES está instalada, razão pela qual a proposta traz mecanismos flexíveis.

Além de apresentar uma forma de medir e/ou classificar as contribuições que a IES possibilita ao desenvolvimento regional por meio da inovação, tem-se ainda, uma outra contribuição considerada importante, consubstanciada no fato de que, em sendo possível se identificar o nível de contribuição das IES para o desenvolvimento regional, os gestores podem fazer uso deste resultado para planejar e colocar em prática ações que venham a potencializar as contribuições dadas pela IES analisada, por meio da inovação, ao desenvolvimento regional (Cândido; Maciel, 2019).

Assim, restou demonstrado que as IES possuem mecanismos capazes de interagirem com as demandas identificadas, evidenciando a geração de inovações como potencial de transformação nas estruturas econômicas e no próprio desenvolvimento regional (Ferreira, 2019).

#### 2.2.6 As possibilidades de aumento do PIB e a influência no orçamento municipal

Identifica-se, até aqui, que existem formas distintas da participação das IES no processo de desenvolvimento regional, caracterizadas pela pesquisa que pode produzir parcerias e registros de patentes, e também no processo de inovação, advindo de tais pesquisas, para atender situações e demandas regionais, além, das consequências inerentes à instalação e expansão de IES nos diversos pontos do

Brasil, e da formação de profissionais para atender necessidades específicas da localidade de instalação.

Em meio ao seu papel de formar profissionais de qualidade e produzir inovação e conhecimento, as IES interagem, também, diretamente como interlocutoras das relações sociais que propiciam o desenvolvimento das localidades em que são atuantes.

Em artigo, no qual buscaram avaliar os impactos econômicos da Universidade do Contestado (UnC) no desenvolvimento do município de Canoinhas/SC, Alves e Gumbowsky (2017) estabeleceram como objetivo mensurar e avaliar os impactos econômicos e a geração de empregos provenientes dos gastos de custeio e investimentos da Universidade.

Estabeleceu-se como recorte temporal, o período compreendido entre os anos de 2003 a 2008, justificando-se a pertinência do estudo, pela necessidade de se identificar a participação da IES no desenvolvimento regional como um todo, mas também em face da realidade do local de instalação, veja-se:

O estudo se torna particularmente interessante, entre outros motivos, devido ao fato de estar numa região desfavorecida economicamente do Estado de Santa Catarina, com poucas indústrias e onde prevalecem o extrativismo madeireiro e a agricultura, atividades em que há pouca agregação de valor ao produto. Assim, o principal objetivo deste artigo foi quantificar o montante de recursos monetários movimentados pela UnC e o quanto isso influenciou no município de Canoinhas e no seu desenvolvimento econômico (Alves; Gumbowsky, 2017, p. 55).

Os autores esclarecem que se trata de um estudo de caso, e, a fim de se cumprir o objetivo proposto, utilizaram “os modelos quantitativos de multiplicadores keynesianos, também conhecido por multiplicador dos investimentos, ou simplesmente multiplicador” (Alves; Gumbowsky, 2017, p. 56), apresentam ainda, uma revisão de literatura que fundamente o estudo e, finalmente a análise de discussão dos resultados.

Os dados selecionados, a fim de se aplicarem os “multiplicadores” referenciados, são caracterizados por ações diretas de participação da IES no cotidiano financeiro da região e identificados como:

- a) levantamento das despesas de custeio e investimento, observados através de pesquisa documental junto à UnC;
- b) mensuração dos gastos efetuados por professores e funcionários provindos dos salários pagos pela UnC que residiam no município de Canoinhas. Para mensurar esses gastos, buscou-se, junto ao setor de pessoal da universidade, o domicílio desses professores e funcionários, bem como se determinou a renda disponível destes e qual parcela dessa renda foi

gasta no município de Canoinhas durante o período 2003-2008, i.e., a propensão marginal a consumir (PMgC), que, conforme Keynes (1996), reflete na comunidade o resultado das inclinações psicológicas individuais, a partir do que, se desenvolve a doutrina do multiplicador.

c) verificação do gasto per capita anual realizados pelos estudantes não residentes no município de Canoinhas, SC. Esse gasto é representado por aqueles estudantes que residiam no município durante o período da pesquisa, e foram estimados levando-se em consideração a conjuntura econômica local e as principais despesas afetas aos universitários, tais como, gastos médios com moradia, manutenção e limpeza, alimentação, transporte, telecomunicações, energia elétrica, água, gás e/ou condomínio, livros e fotocópias, além de lazer (Alves; Gumbowsky, 2017, p. 56).

Ao selecionar os itens acima colacionados, os autores buscaram abarcar três conjuntos relevantes de dados, quais sejam os gastos diretos da IES, bem como aqueles relativos aos dois grupos que a integram, caracterizados, de um lado por docentes e funcionários, e de outro, pelos alunos advindos de localidades diversas e que consomem no Município de instalação da IES.

Em sede de revisão de literatura, Alves e Gumbowsky (2017, p. 58), apresentam:

A economia do conhecimento busca produzir estudos baseados na competência de apreender eficazmente a informação e transformá-la em conhecimento, o que, por conseguinte, produz um influxo no desenvolvimento econômico de uma região.

E continuam:

Historicamente, investimentos em conhecimento resultam em inovações no processo produtivo dos demais fatores de produção, as quais os transformam em novos produtos e processos. Uma vez que estes conhecimentos são caracterizados por investimentos crescentes (em vez de decrescente), eles são a chave para o crescimento econômico de longo prazo.

Face a isto, os autores apresentam que a IES é o elemento capaz de, em razão da produção do conhecimento, agregar um conjunto de valores sociais, que são transmitidos às gerações futuras, e, ainda, promover, em torno de si, a interrelação com o poder público, instituições privadas e sociedade civil organizada.

Neste contexto, procedeu-se a identificação dos resultados, que assim se apresentam:

Os resultados agregados do impacto econômico da UnC no município de Canoinhas foram obtidos somando-se os dispêndios realizados no município. Verificou-se que a fonte geradora com maior impacto sobre a renda são os gastos de alunos oriundos de outros municípios que totalizaram R\$ 54.083.123,84, seguido pelos gastos de professores e funcionários da UnC que somaram R\$ 18.368.196,88, e pelos dispêndios com custeio e investimentos realizados pela universidade que perfizeram um total de R\$ 16.587.499,28. Assim, o montante de gastos no município no período 2003-

2008 atingiu a importância de R\$ 89.038.820,00 (Alves; Gumbowsky, 2017, p. 60).

Tem-se aqui, um primeiro resultado interessante, caracterizado pela identificação do grupo responsável pelo maior volume dos gastos, qual seja o de alunos advindos de outros municípios e que consomem bens, produtos e serviços na sede da IES.

Com tais dados, procedeu-se ao cálculo do multiplicador keynesiano de gastos, sendo possível concluir que o impacto econômico total provocado pela universidade na economia local foi de cerca de 252,8 milhões de reais ou 6,47% do PIB do município de Canoinhas, promovendo um efeito multiplicador de tais gastos, bem como um aumento do retorno dos impostos (Alves; Gumbowsky, 2017).

Tem-se, ainda, artigo que avaliou os impactos iniciais da política de expansão das universidades federais, ocorrida na década de 2000, sobre as economias municipais, desenvolvido por Barbosa, Petterini e Ferreira (2020), pontuando, de início, que existem poucos estudos, tanto em nível nacional, como no exterior, que, por meio de métodos sólidos, analisam os efeitos de uma IES sobre a economia local.

A questão posta, refere-se a identificar se o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais-REUNI atingiu seus objetivos:

Para responder a essa questão, o presente estudo avalia os efeitos da política sobre dois indicadores que sintetizam o nível de desenvolvimento dos municípios beneficiados, o Produto Interno Bruto per capita e a Renda domiciliar per capita, a partir da aplicação de métodos quase-experimentais capazes de lidar com a não aleatoriedade da escolha dos municípios beneficiados (Barbosa; Petterini; Ferreira 2020, p. 6).

Os autores produzem uma revisão de literatura apta a fundamentar o artigo, notadamente quanto à justificativa de que se faz necessário estabelecer estudos do impacto da existência de campus universitários sobre as respectivas economias regionais.

Na sequência apresentam as fontes dos dados a serem levantados:

A base de dados estruturada para o presente estudo considera como unidades básicas de observação os municípios brasileiros, e contém dados das seguintes fontes: website do reuni (<http://reuni.mec.gov.br>), censo da educação superior, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), dados contábeis dos municípios, da Secretaria Do Tesouro Nacional (STN), dados do censo demográfico e das contas regionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Barbosa; Petterini; Ferreira 2020, p. 5).

Tem-se, ainda, as variáveis a serem utilizadas, quais sejam a identificação dos Municípios com campus universitário federal e ano de implantação do referido campus, à partir de informações constantes no MEC e REUNI; a quantificação do número de vagas ofertadas em cursos superiores no ano de 2002, por meio dos dados do INEP; levantamento da receita corrente do governo municipal per capita em 2002, extraindo-se os dados da STN; verificação da população total e percentual de pessoas em situação de extrema pobreza no ano de 2000, bem como a renda domiciliar per capita, percentual da população em domicílios com energia elétrica e percentual da população de 25 anos ou mais anos de idade com ensino médio completo em 2000 e 2010, constatados por meio do PNUD (2013); e o Produto Interno Bruto (PIB) per capita dos municípios em 2000 e 2010, por meio do IBGE.

A partir do levantamento dos dados e aplicação das diversas informações constantes das variáveis, os autores afirmam que:

Neste ensaio, estimam-se os impactos iniciais da política de expansão das Universidades Federais, ocorrida na década de 2000, sobre a produção e a renda dos municípios brasileiros. Para isolar o efeito causal da política sobre os indicadores de interesse foi necessário, primeiramente, encontrar grupos comparáveis de municípios, o que foi feito com a aplicação da técnica de pareamento por escores de propensão, obtidos pela estimação da probabilidade *ex ante* de um município ser selecionado para abrigar um campus (Barbosa; Petterini; Ferreira 2020, p. 13).

E concluem apresentando resultados indicadores de que a ampliação de tais instituições aumentou a renda per capita dos respectivos municípios de 3,5% e 5,8%, em média, sugerindo que tal expansão foi responsável por promover um aquecimento da economia local, decorrente dos investimentos iniciais para a implantação (Barbosa; Petterini; Ferreira, 2020).

Para demonstrar como se dá essa relação entre IES e desenvolvimento regional, no estudo de Nascimento e Santos (2021), é apresentada a bem-sucedida experiência da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) em promover o desenvolvimento de três municípios em que seus campi estão instalados (Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga).

A partir de um conjunto de estudos apresentados, sinteticamente na introdução, os autores estabelecem:

Nesse sentido, este estudo parte da premissa que as organizações universitárias, além de proporcionarem a formação e qualificação de recursos humanos, também contribuem para o desenvolvimento econômico dos municípios, sobretudo, daqueles que compõem suas áreas de abrangência territorial, precisamente, na distribuição das finanças públicas (Nascimento; Santos, 2021, p. 270).

Constata-se que o artigo estabelece, de início, como situação posta, que as IES atuam no desenvolvimento regional, de formas outras, que não a formação e qualificação profissional, elencando ainda, os gastos realizados pelo poder público. Assim, apresentam a pergunta problema nos seguintes termos:

Isso posto, face a premissa apresentada, considerando a literatura existente, questionamos: Quais os efeitos dos gastos públicos executados pela UESB no desenvolvimento econômico dos municípios que sediam seus campi universitários? Considerando o problema evidenciado, buscou-se neste trabalho avaliar e caracterizar os efeitos dos gastos públicos da UESB na economia dos municípios baianos de Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga (Nascimento; Santos, 2021, p. 270).

No que se refere à metodologia, tem-se que:

Em adequação ao objetivo proposto, esta pesquisa possui uma abordagem qualitativa, com caráter descritivo e exploratório (GIL, 2009). É descritiva dado ao interesse de descrever os gastos públicos realizados por uma universidade estadual. É exploratório porque analisa a influência desses gastos com o PIB e os valores adicionados dos setores econômicos dos seus municípios de inserção, Vitória da Conquista (BA), Jequié (BA) e Itapetinga (BA). Além disso, a investigação adota o estudo de caso único como estratégia de pesquisa (YIN, 2015), considerando o caso da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, elegida em razão da sua trajetória e relevância no sudoeste baiano, uma vez que se trata da primeira instituição de ensino superior, pública na região, com quatro décadas de existência (Nascimento; Santos, 2021, p. 276).

Merece destaque, quanto à questão metodológica, a utilização do estudo de caso, em especial a Universidade escolhida e suas características de pioneirismo num lapso temporal significativo, qual seja 40 anos.

O levantamento dos dados se caracterizou pela identificação das despesas orçamentárias públicas executadas pela UESB e pelos municípios, ou seja, os valores efetivamente pagos, bem como os indicadores dos respectivos PIBs, considerando o período compreendido entre 2013 e 2020, extraído-se as informações dos portais de transparência do Estado da Bahia e dos Municípios, Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia e IBGE.

Os autores em questão realizaram o levantamento dos dados conforme proposto, bem como promoveram as respectivas análises, considerando os valores e volumes de recursos dispendidos e o comportamento dos gastos públicos realizados, de forma que estabelecem:

Assim, nota-se preliminarmente o fomento que a Universidade exerce sobre a circulação de recursos financeiros, através dos pagamentos de salários aos profissionais da educação superior, ou pelo dinheiro gasto por seus alunos, inclusive aqueles vindos de outras cidades. Essa movimentação implica em

atratividade aos setores de consumo e habitação, estimulando os investimentos em obras e equipamentos, e proporciona diversidades culturais, contribuindo para melhoria da qualidade de vida (Nascimento; Santos, 2021, p. 281).

E, nesta mesma linha, concluem que os números levantados demonstraram que a UESB contribuiu para a geração de emprego na região com a contratação de professores e servidores, refletindo diretamente na utilização de investimentos em formação intelectual e qualificação de diversos profissionais que, posteriormente, foram utilizados na própria região. Além disso, a própria atuação da instituição nesses municípios fomentou a economia regional por meio das compras realizadas, com a possibilidade de que as empresas locais fossem contratadas para fornecimento de bens, produtos e serviços (Nascimento; Santos 2021).

Ainda, tem-se estudo promovido por Silva, Papali e Neto (2020) cujo objetivo foi a análise do impacto no desenvolvimento de uma cidade, promovido por IES, elegendo-se como estudo de caso a Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), localizada em em São José dos Campos/SP

Os autores desenvolvem o trabalho apresentando uma revisão de literatura sobre as questões envolvendo a participação e contribuição das IES no processo de desenvolvimento regional, bem como apresentando um relato histórico do processo de transformação da IES em universidade, relatando, inclusive, críticas por sua natureza privada, o que, como se identifica pela conclusão apresentada, não ser um fator impeditivo para se constatar o papel da Universidade objeto de estudo, no desenvolvimento regional, especialmente como instrumento de influência econômica.

Essa IES formou grande parte dos prefeitos da cidade e de municípios vizinhos desde a década de 1950, como também realizou diversos atendimentos à comunidade. Somente em 2017, a Univap realizou 13.802 atendimentos de pessoas, distribuídos pelos Cursos de Fisioterapia, Enfermagem, Nutrição, Serviço Social, Direito, além das clínicas de Odontologia. No curto prazo, a instituição contribuiu para a economia no pagamento de professores e funcionários, na compra de materiais e de outros recursos que movimentaram a economia regional (Silva; Papali; Neto, 2020).

Todas essas constatações caracterizam, de forma específica, que as atividades desempenhadas pelas IES, sejam elas públicas ou privadas, possuem alto potencial

de elevação do PIB regional e, conseqüentemente, dos orçamentos municipais, promovendo, via de consequência, desenvolvimento regional.

### 2.2.7 As interferências na cultura regional

Outra forma de contribuição das IES no processo de desenvolvimento regional, está caracterizada pela participação e influência na formação e expressão da cultura da região de sua inserção.

Embora as determinações das IES sejam orientadas pelas transformações sociais, essas instituições não são subordinadas à sociedade e/ou ao Estado, sendo entendidas como espaços de reflexão crítica, de produção de conhecimento, de formação humana e de enriquecimento intelectual. As IES têm sua parcela de responsabilidade social, estando empenhadas em propor pautas, contribuir para o alargamento de fronteiras culturais, as quais, por sua vez, submetem ao pensamento crítico e ao enfrentamento da realidade e das relações de poder.

Identificou-se, em artigo produzido por Fraga *et al.* (2020), que as mudanças culturais em determinada sociedade, podem advir da instalação de cursos superiores. Os autores estabeleceram como objeto do estudo a implantação de cursos superiores de serviço social do interior do Estado do Rio Grande do Sul, com a seguinte justificativa:

Abordar a criação dos cursos de graduação em Serviço Social em universidades públicas federais no interior do Rio Grande do Sul é, antes de tudo, um compromisso para quem teve a oportunidade de protagonizar esse processo histórico do Serviço Social gaúcho. Isso porque o Serviço Social brasileiro já tem mais de 80 anos e, nesse percurso, alcançou sua maioria, perpassando crises, autocríticas e, também, amadurecimento e conquistas no campo de sua atuação profissional. Particularmente, no estado gaúcho, a formação profissional em Serviço Social veio sempre marcada por instituições privadas de ensino superior (Fraga *et al.*, 2020, p. 514).

Observa-se que, o elemento de estudo é a criação de cursos superiores de Serviços Social, por IES públicas, uma vez que a presença deles, em Instituições privadas já se tratava de uma realidade.

Fraga *et al.* (2020, p. 515) apresentam um relato histórico do processo de desenvolvimento dos cursos de serviço social e, conseqüentemente, da respectiva profissão, relatando, em âmbito mundial que:

Para que o Serviço Social se afirmasse como profissão e tivesse o reconhecimento social, foram requeridas a elaboração de um corpo de conhecimentos próprios e a formação de profissionais que respondessem a

contento as demandas sociais vigentes, para que fosse possível uma contribuição significativa à sociedade. Com esse objetivo é que foram organizados os cursos de Serviço Social (BULLA, 2000). Data de 1898 a criação do primeiro curso de Serviço Social, em Nova Iorque, pela Sociedade de Organização de Caridade, tendo a contribuição da pioneira Mary Richmond: “[...] que, com suas pesquisas e obras, lançou as bases paradigmáticas do Serviço Social, às quais foram sendo acrescidas novas contribuições teórico-metodológicas ao longo deste século” (Bulla, 2000, p. 163).

No que se refere à evolução dos cursos e da profissão no Brasil, tem-se:

No Brasil, o Serviço Social emerge na década de 30 do século passado com inspiração franco-belga (neotomismo), fruto de um movimento da burguesia com o apoio da Igreja Católica, mais precisamente em 1932, com a criação do Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (Ceas), tendo por finalidade promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja (DALLA NORA, 2002). Em 1936, é fundada a primeira escola de Serviço Social do Brasil em São Paulo, que mais tarde viria se tornar a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Em 1937, em meio ao Golpe do Estado Novo, foi criado o curso de Serviço Social no Rio de Janeiro, posteriormente vinculado à Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio). Em 1945, cria-se a primeira escola de Serviço Social no Rio Grande do Sul, mais especificamente em Porto Alegre, denominada posteriormente como Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica (PUCRS) (Fraga *et al.*, 2020, p. 515).

Considerando as questões levantadas, foi possível identificar no Brasil, que a origem dos cursos de Serviço Social, e, conseqüentemente, da própria profissão, sofre forte influência da igreja católica, em especial por meio das diversas PUCs. Neste sentido, os profissionais formados nestas IES, traziam em sua bagagem o conhecimento decorrente de tal processo de formação, propagando este modelo em sua atuação.

Assim, identifica-se um movimento importante de influência das IES no processo cultural das respectivas localidades, na medida em que os profissionais por elas formados, transmitem o conhecimento adquirido sob a ótica referenciada.

Os autores ainda se manifestam sobre o papel de uma IES e sua interrelação com o desenvolvimento regional, pontuando:

A presença de instituições de Ensino Superior em qualquer região é elemento fundamental de desenvolvimento econômico e social, bem como de melhoria da qualidade de vida da população, uma vez que proporciona o aproveitamento das potencialidades locais. Da mesma forma, os municípios que têm representações de universidades estão permanentemente desfrutando de um acentuado processo de transformação econômica e cultural, mediante parcerias firmadas entre essas instituições e as comunidades em que estão inseridas, fomentando a troca de informações e a interação científica, tecnológica e intelectual, as quais permitem o compartilhamento de conhecimentos necessários ao estabelecimento do desenvolvimento sustentável que respeite e estimule os sistemas produtivos

locais, além do fortalecimento das instâncias de educação popular (Fraga *et al.*, 2020, p. 518).

Nota-se que, juntamente com todo o conjunto de interferências relacionados às formas de contribuição das IES com o desenvolvimento regional, tem-se aqui, identificada também, as transformações culturais integrantes deste processo.

Neste sentido relatam:

Chauí (2003, p. 5) entende a universidade como uma instituição social e, como tal, esta “exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo”, pois, em seu interior, existem atitudes, opiniões e projetos conflitantes, “que exprimem divisões e contradições da sociedade”. Frantz (2013, p. 18-23) também declara que a universidade “é um produto da ação e da reflexão humana, um espaço de poder, exercidas pelas mais diversas formas, por meio das mais diversas áreas e campos de saberes”, sendo um lugar de “afirmação do diálogo, da argumentação, do debate entre os seres humanos, no campo das ideias [...] tendo por denominador comum a liberdade”. Nessa perspectiva, como apontam os autores, a universidade é entendida como um espaço de diálogo, de argumentação, de reflexão, mas não isenta de conflitos, de divergências de opiniões e de contradições que influenciam no direcionamento e na intencionalidade do conhecimento produzido, no modo de funcionamento da própria universidade e, inclusive, na intervenção na realidade (Fraga *et al.*, 2020, p. 519).

Assim, a presença de Universidades em regiões interioranas é um fator importante para o desenvolvimento econômico e social, tendo em vista que elas despertam as vocações/potencialidades da comunidade local. Os municípios com sede de Universidades têm o privilégio de desfrutarem de um rico processo de transformação política e cultural, por meio do tripé ensino, pesquisa e extensão (Fraga *et al.*, 2020).

Em artigo sobre o papel dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, como instrumentos de promoção do desenvolvimento regional Neuhold e Pozzer (2022) discutem a possibilidade de IES produzirem mudanças culturais e, por meio delas o desenvolvimento regional.

Os autores assim justificam a pertinência do estudo:

A partir de análise documental sobre os processos de tramitação legislativa e implementação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), recupera o histórico e concepção político-pedagógica da instituição. Com isso, objetiva verificar a hipótese de que o caráter inovador dessa política reside no desenvolvimento regional endógeno, coluna vertebral das finalidades e objetivos inscritos em sua lei de criação (Neuhold; Pozzer, 2022, p 01).

Identificou-se que a proposta dos IFs ia além da participação do processo de formação profissional, pois buscava ampliar o nível da escolaridade, reduzir as

desigualdades de gênero e étnico-raciais, promover o aumento dos níveis de emprego, principalmente na população jovem, bem como a formação de professores, a dinamização da produção, da circulação e da fruição de bens e serviços artísticos e culturais, a promoção do cooperativismo e a preservação do meio ambiente, conforme consta da lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação (Neuhold; Pozzer, 2022).

Os autores desenvolvem a análise documental por meio da verificação de documentos legislativos, apresentam, na fundamentação teórica, conceitos relevantes sobre desenvolvimento regional, bem como estudos que fazem a interrelação entre este e os Institutos Federais, identificando-os como vetores do processo. Além disso, apresentam uma análise da política pública de implantação dos IFs, sua lei de criação, bem como as dificuldades e potencialidades do modelo.

Em sede de considerações finais, tem-se que:

A formulação e implementação da política pública que deu origem aos Institutos Federais inseriu-se em uma perspectiva política que abraçou o paradigma do desenvolvimento regional como processo endógeno. A partir desse prisma, o território e suas potencialidades originais foram compreendidos como ativos que podem ser catalisadores de processos que gerem desenvolvimento por meio do protagonismo de atores políticos, econômicos e sociais locais, cabendo aos campi dos IFs o papel de agentes dinamizadores dos processos, a partir de vivências orgânicas junto às comunidades. Com isso, a busca pelo desenvolvimento deixaria de se dar apenas pela capacidade do território em atrair atividades econômicas dinâmicas e exógenas, como tradicionalmente se pensou o desenvolvimento (Neuhold; Pozzer, 2022, p 18).

A partir disto, concluem também, que a implementação da política pública federal de educação profissional alterou a percepção de que somente o bacharelado se caracteriza como instrumento de formação, reconhecendo o papel da educação profissional quanto a isto, alterando ainda, a ideia de distanciamento entre educação básica e educação técnica. Com isso, tais mudanças culturais foram fundamentais para a promoção do desenvolvimento regional decorrente da criação instalação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Neuhold; Pozzer, 2022).

Se infere, portanto, que as IES são instrumentos significativos de alterações no padrão cultural das regiões onde estão inseridas, atuando de forma efetiva neste processo, e que, tais situações também são formas de se promover o desenvolvimento regional.

#### 2.2.8 As variações de IDH/IDHM decorrentes da atuação das IES

Uma outra forma importante de avaliar a contribuição das IES no desenvolvimento regional é a análise do índice de desenvolvimento humano da região ou do Município (IDH/IDHM) em que existe Instituição de Ensino Superior, estabelecendo-se, inclusive, comparativos com períodos anteriores à instalação da IES, ou entre Municípios com e sem Instituições.

Em estudo realizado por Lara e Carniello (2018, p. 52), que analisou dados de dois censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): 2000 e 2010 e definiu como situações postas, a expansão no ensino superior no Brasil e seu papel de influência no desenvolvimento regional, buscou-se avaliar tais circunstâncias em relação à Universidade do Estado do Mato Grosso, senão vejamos:

Diante deste cenário se tem como objetivo, neste artigo, a verificação de qual foi a expansão do Ensino Superior Público no Estado de Mato Grosso, analisando os dados da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), e de que forma a expansão proporcionou o desenvolvimento regional dos municípios.

E ainda, de forma específica em relação ao objeto do estudo estabelecem:

O pressuposto central do artigo considera que a Unemat, por ter sido criada do interior para o interior, tenha expandido e esta expansão tenha auxiliado com o desenvolvimento dos municípios (Lara; Carniello, 2018, p. 53).

A fim de atender aos objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa quantitativa e exploratória, caracterizada por um estudo de caso, com levantamento de dados de dez Municípios em que existem campus da Universidade do Estado do Mato Grosso, dados estes obtidos por meio de busca em bibliografia e documentos, relacionados ao objeto do estudo, principalmente por meio do acesso aos portais eletrônicos da IES e dos Governos Estadual e Federal.

Tem-se também a fundamentação teórica, de forma a se estabelecer o vínculo entre o ensino, as atividades das IES e o desenvolvimento regional, apresentando-se que:

Na dinâmica regional, relatam Wanzinack e Signorelli (2014) que a universidade pode promover influências em contextos econômicos, estimulando crescimento e redução de desigualdades inter-regionais; em contextos sociais, contemplando a melhoria da distribuição da renda e redução da pobreza e, também, na inovação tecnológica, característica decisiva para o progresso e Desenvolvimento Regional (Lara; Carniello, 2018, p. 55).

Para além das atividades regulares que a IES objeto de estudo realiza, inerentes às suas funções e que compõem o tripé ensino, pesquisa e extensão, identifica-se um conjunto de ações específicas para atender às questões próprias do Estado do Mato Grosso:

Além dos cursos de graduação regulares/contínuos, a Unemat também conta com modalidades diferenciadas no atendimento a demandas específicas. Uma das modalidades é a Educação Indígena, que oferece graduação em licenciaturas específicas e diferenciadas para mais de trinta etnias. Outra modalidade é o programa Parceladas, que oferece graduação, em regime parcelado ou em regime contínuo, para atender as demandas de formação de professores em diferentes regiões do Estado de Mato Grosso. Além da modalidade de Educação Indígena e do Programa Parceladas, a universidade também oferece graduações no ensino a Distância, integrando o Sistema da Universidade Aberta do Brasil – UAB (Lara; Carniello, 2018, p. 55).

Constata-se aqui, uma situação peculiar, de atuação da Universidade Estadual, em programas específicos, justificando-se tal condição, em razão das demandas originárias do próprio Estado, com as especificidades próprias de sua formação étnica e localização geográfica.

Em sede de levantamento de dados, os autores apresentam um comparativo do número de alunos matriculados nos cursos ofertados pela Unemat entre os censos do ano de 2000 e do ano de 2010. Enquanto, pelo censo de 2000, a Universidade possuía 12% das matrículas de pessoas que frequentavam o Ensino Superior no Mato Grosso, identifica-se que esse percentual é elevado para 13,3%, no censo de 2010, o que significa, em números absolutos, um aumento de mais de 10 mil pessoas matriculadas nos cursos da Unemat, num lapso de tempo de 10 anos (Lara; Carniello, 2018).

No que se refere ao papel da Universidade, de forma geral, no processo de desenvolvimento regional, os autores apontam que:

Os resultados deste estudo evidenciam que há relação entre a presença de uma universidade com o desenvolvimento regional, à medida que proporciona oportunidades de trabalho e desenvolvimento pessoal. Assim, pode-se dizer que a universidade atua como uma parte do mecanismo de desenvolvimento da região, proporcionando educação e possibilidade às pessoas superarem crises (Lara; Carniello, 2018, p. 58).

Reitera-se, como já apresentado em tópicos anteriores, que as IES, em função do desenvolvimento de atividades inerentes à sua própria existência, bem como em alguns casos específicos, de outras formas variadas de atuação, promovem contribuições ao processo de desenvolvimento regional.

Inobstante a isto tem-se que verificar, por meio da análise de dados e indicadores, no que consistem tais contribuições, assim, os autores levantaram dados relativos ao PIB e ao IDHM dos dez municípios em que existem campus da Unemat.

Aqui, em razão da abordagem específica deste tópico, serão trazidas as informações relativas ao IDH e IDHM, reproduzindo-se o quadro abaixo, no qual são apresentados o IDH do Estado de Mato Grosso e o IDHM dos municípios em que a Unemat está presente:

UF/Municípios	IDHM	
	2000	2010
<b>Mato Grosso</b>	<b>0,601</b>	<b>0,725</b>
Alta Floresta	0,585	0,714
Alto Araguaia	0,583	0,704
Barra do Bugres	0,55	0,693
Cáceres	0,586	0,708
Colíder	0,575	0,713
Juara	0,572	0,682
Nova Xavantina	0,587	0,704
Pontes e Lacerda	0,548	0,703
Sinop	0,626	0,754
Tangará da Serra	0,621	0,729

Fonte: IBGE (2000, 2010).

Em análise dos dados constantes no quadro apresentado, os autores assim se manifestam:

Os dados do Quadro 9 demonstram que o Estado de Mato Grosso e os municípios analisados tiveram crescimento, em seus índices de IDH e IDHM, sendo que os municípios que mais se destacaram foram Barra do Bugres, Colíder e Pontes e Lacerda com crescimentos percentuais, na comparação dos censos, de 26%, 24% e 28,2%, respectivamente (Lara; Carniello, 2018, p. 57).

Verifica-se que, com os dados coletados, existem indícios de contribuição no aumento do IDHM dos municípios em que a universidade objeto da pesquisa se faz presente (Lara; Carniello, 2018).

Outro estudo que contribui para fundamentação teórica do presente tópico é o artigo produzido por Teleginski; Rau; Nascimento (2019), denominado “Impacto da Universidade Pública no índice de desenvolvimento humano de municípios no Estado do Paraná”, cujo objetivo específico era avaliar o resultado da implantação de universidades públicas no IDHM dos municípios do Estado do Paraná.

Assim como em diversos outros estudos e artigos já referenciados no trabalho, os autores pontuam as questões relativas à formação profissional, à produção do conhecimento, à pesquisa e ao atendimento de demandas sociais, como pontos de

influência das IES no desenvolvimento regional, porém, apresentam a análise do IDH, como forma de comprovar tal atuação, e justificam:

Uma forma de mensurar o desenvolvimento de um território é pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). É um indicador elaborado por um visionário paquistanês Mahbub ul Haq e um indiano ganhador de prêmio Nobel, Amartya Sen, que considera o desenvolvimento da população por meio de quesitos que vão além da dimensão econômica (renda per capita), tornando-se um indicador sintético dos mais utilizados (MONTEIRO et al., 2014; PNUD, 2010). O IDH contempla também a questão da saúde, por meio da longevidade, e a questão da educação, por meio da taxa de alfabetização dos adultos e a taxa de matrícula dos níveis básico ao médio. Este indicador é calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) desde 1990 para diversos países (Monteiro et al., 2014 apud Teleginski; Rau; Nascimento, 2019, p. 151).

Considerando, portanto, o papel inerente à atuação das IES de promover o desenvolvimento regional, conforme reconhecido amplamente pelos estudos já trazidos no presente trabalho, os autores entenderam razoável utilizar o IDH para mensurar o desenvolvimento, considerando os elementos que o compõe e a possibilidade de estabelecer termos comparativos em determinados intervalos de tempo, veja-se:

Apresentado o mais recente papel da universidade, que é de impactar no desenvolvimento regional, papel este reconhecido na literatura e pelos governantes, a intenção foi de usar o IDH para medir o desenvolvimento de uma região, já que este indicador é um dos mais utilizados por sua viabilidade de comparabilidade entre municípios ao longo do tempo. Se a presença de universidade em um município impactar no desenvolvimento deste, é possível que ocorra uma variação no IDHM deste município. Sendo assim, pretende-se avaliar o impacto da instalação de uma universidade pública no IDHM de municípios paranaenses (Teleginski; Rau; Nascimento, 2019, p. 152).

Tem-se que, o IDH de forma geral, e sua avaliação quanto aos Municípios, identificando-se o IDHM, se estabelece como um instrumento significativo e adequado para medir o impacto das IES, como proposto pelo trabalho. Em razão disso, tem-se a construção do referencial teórico utilizado pelo trabalho, merecendo transcrição o que segue:

O IDHM é amplamente divulgado e utilizado por gestores e formuladores de políticas e iniciativas voltadas ao desenvolvimento humano, tanto no setor público quanto no privado. Este indicador sintético é referência nacional para a sociedade brasileira, pois populariza o conceito de desenvolvimento centrado nas pessoas sendo um dos casos de maior sucesso no mundo na aplicação do IDH no nível subnacional, pois permite a comparação de municípios ao longo do tempo (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013) (Teleginski; Rau; Nascimento, 2019, p. 152).

Assim, em conjunto com outras referências que compõem o trabalho, resta esclarecido que o IDHM é um indicador apto ao que os autores se propõem.

Em termos de percurso metodológico, os autores selecionaram municípios que ocupavam os 20 primeiros lugares no ranking do IDHM, no ano de 1991, e delimitaram as análises em comparação com aquelas que não tinham IES pública, à época, restando assim, 15 Municípios que, no ano de 1991, não possuíam IES pública instalada em seus territórios.

Ainda, definiu-se, para se estabelecer o lapso temporal de comparação, o ano de 2010, ano do último ranking divulgado, quando da elaboração do artigo, de sorte que, no intervalo de tempo referenciado, 6 municípios foram beneficiados com a instalação de IES pública, e as 9 restantes não receberam este tipo de Instituição (Teleginski; Rau; Nascimento, 2019).

Neste sentido, foi estabelecida a hipótese de que os Municípios do Estado do Paraná, nos quais foram instaladas IES Públicas, demonstrassem uma melhora significativa em seus respectivos IDHM no período delimitado, comparativamente aos outros Municípios verificados, notadamente em razão das expectativas que, naturalmente se criam, em face da presença de tal modelo de Instituição em seus territórios. Assim, tem-se que:

A hipótese foi confirmada porque foi encontrada uma diferença significativamente favorável às cidades que receberam uma universidade pública neste íterim de 1991 e 2010 – primeira e última medição do IDH e que foram objeto de análise neste estudo. esta diferença significativa pode ser explicada pelo potencial que uma universidade pública tem para dinamizar e impactar o desenvolvimento regional. depreende-se que a repercussão causada pela instalação de uma universidade pública influencia direta ou indiretamente as dimensões que compõem o IDHM (renda, longevidade e educação) e, por conseguinte, o índice como um todo (Teleginski; Rau; Nascimento, 2019, p. 164).

Sobre o significado da utilização do IDH/IDHM, os autores ainda concluem:

O IDHM mostra-se como um suporte para os decisores de políticas públicas, combinado com indicadores analíticos que apresentem, mais intimamente, a realidade da região de acordo com o conceito de desenvolvimento centrado nas pessoas. É uma medida mundial e isso lhe agrega a prerrogativa de comparar cidades e países, porém sua frequência decenal e o poder de síntese acabam sendo problemáticos para embasar melhor a formulação de políticas públicas (Teleginski; Rau; Nascimento, 2019, p. 165).

Restando evidenciado o significado do IDH/IDHM como instrumento adequado para a mensuração da participação das IES no processo de desenvolvimento regional, e, estabelecendo-se as análises em termos de conclusão, tem-se que, comparando-se os grupos de municípios que receberam IES Pública e os que não receberam, comprovou-se, estatisticamente, que ocorreu uma alteração significativa no IDHM.

Todos os Municípios nos quais foram instaladas IES públicas continuaram entre as 20 primeiras posições no IDHM, sendo que, dos demais, 44,4% permaneceram nesta condição (Teleginski; Rau; Nascimento, 2019).

Ainda, como mostra o estudo de Rocha (2018), ao analisar a atuação dos *campi* universitários no desenvolvimento local, em espaço territorial denominado de microrregião bragantina, localizada no Norte do País, no Estado do Pará, verificou-se que as atividades desenvolvidas pelas IES, caracterizadas pelo ensino, pesquisa e extensão modificaram a realidade dos municípios de Bragança, Capanema e Igarapé-Açu, instalados na referenciada região geográfica.

Deste modo, a presença de IES nesta localidade possibilitou um avanço nos diversos indicadores analisados.

No que se refere aos indicadores de desenvolvimento social, relacionados à educação, tem-se um maior número de trabalhadores formais com ensino superior completo e incompleto, atingindo-se índices razoáveis, como nos Municípios de Bragança, com 90%; Capanema com 73% e Igarapé-Açu atingindo 45%, com índices ainda maiores entre 2011 a 2015, quando impulsionados pelas atuações da tríplice ensino/pesquisa/extensão, além da verificação de um aumento na quantidade de docentes que lecionam no Ensino Básico da microrregião (Rocha, 2018).

Quanto ao índice de desenvolvimento econômico, fez-se análise do crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) *per capita*, com apuração de percentuais relevantes. No período de 2006 a 2011, o Município de Bragança teve um incremento na ordem de 69%, Capanema obteve um aumento de 85% e Igarapé-Açu, significativos 142%. Já no período compreendido entre 2011 e 2015, Bragança avançou em 80%, Capanema em 81% e Igarapé-Açu, com 57,4%. Outra constatação foi um significativo avanço no aproveitamento da mão-de-obra local (Rocha, 2018).

Com isso, tem-se mais um estudo, o qual avaliou a situação envolvendo as IES e sua contribuição para o desenvolvimento regional por meio das variações de IDH/IDHM, realizado por meio de pesquisa em região geográfica localizada razoavelmente distante de centros mais desenvolvidos do país, o que demonstra a relevância, para as questões envolvendo a diminuição das desigualdades sociais em uma país com as dimensões territoriais do Brasil.

Em trabalho apresentado junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara – RS, Bonho (2018), por meio do estudo de caso envolvendo o campus de Caçapava do Sul da

Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, e seus efeitos em município vizinhos, elaborou o seguinte questionamento: “Como a Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA contribui para o desenvolvimento de Caçapava do Sul e de seus municípios limítrofes?”

O caminho percorrido para o desenvolvimento do trabalho passa pela revisão da literatura, abordando os conceitos mais relevantes sobre o assunto, em especial a questão da universidade como polo de desenvolvimento. Em termos metodológicos, a pesquisa está classificada como qualitativa e quantitativa, tratando-se de um estudo de caso, com pesquisa bibliográfica e documental, utilizando-se, ainda, de entrevistas semiestruturadas questionários com perguntas fechadas (Bonho, 2020).

Com os dados levantados e as informações coletadas, a autora passou à análise dos mesmos, esclarecendo que:

A análise de dados, afirma Vergara (1997), é a parte na qual se explicita para o leitor como se pretende tratar os dados e coletar, explicando porque tal tratamento melhor se adapta à finalidade do projeto. O presente estudo, através das definições apresentadas, analisou os dados, apresentando as questões fechadas de forma quantitativa, através do modelo da escala Likert. Ao mesmo tempo, foi feita a análise de forma interpretativa, considerando as respostas abertas, que foram aplicadas através da entrevista semiestruturada. Em seguida, as respostas foram confrontadas com a fundamentação teórica do trabalho, para obter, entender e extrair a perspectiva que os participantes da pesquisa expuseram, através da análise interpretativa, que Sakata (2011) diz possuir características da pesquisa expositiva, narrativa e crítica, sendo os dados apresentados de forma interpretativa, mas analisados por ponto de vista do pesquisador (Bonho, 2020, p.41).

Veja-se que o processo de análise de dados, bem como os esclarecimentos necessários acerca de como tal processo se deu, caracteriza-se como elemento informador importante de esclarecimento e detalhamento acerca do desenvolvimento da pesquisa e da forma como os resultados foram obtidos, a fim de se chegar às repostas sobre a questão problema colocada.

Em sede de análise dos resultados obtidos, merece destaque o primeiro ponto, acerca do papel da universidade objeto do estudo extraindo-se que:

Sobre a compreensão dos participantes da pesquisa quanto à importância da UNIPAMPA na região e se ela é considerada um diferencial, pode-se perceber que é positiva para a grande maioria, sendo que, de todos os participantes, apenas um deles referiu que não percebe importância dela na região (Bonho, 2020, p.46).

Quanto a este único participante que não percebeu a importância da IES, a autora esclareceu que pode ser extraído do conjunto de repostas dele, que se tratava

de uma questão político partidária, não se tratando de situação que pudesse influenciar de forma significativa no conjunto dos resultados.

Outro ponto observado foi sobre o papel da Universidade para os Municípios limítrofes ao de sua sede, assim:

Observa-se, assim, que a universidade estudada proporciona aos municípios vizinhos a oportunidade de realizarem um curso superior sem a necessidade de um grande deslocamento, o que facilita e estimula a sua busca (Bonho, 2020, p.46).

Verifica-se que, a instalação da Universidade objeto da pesquisa se caracterizou como instrumento de acesso ao ensino superior para os moradores do Município sede e dos Municípios vizinhos, se caracterizando como elemento importante no contexto social de formação e qualificação profissional, e, de forma geral tem-se:

Assim, se percebe que os participantes têm a percepção que a universidade desenvolveu, mesmo ainda que pouco, a economia local, através da vinda de alunos de outras localidades, da geração de novos empregos, envolvendo a universidade, salários dos professores, aluguéis e até mesmo o turismo, o que reflete positivamente no desenvolvimento da região (Bonho, 2020, p.50).

Neste contexto, os resultados indicam a IES estudada como elemento responsável por um processo de desenvolvimento regional decorrente de sua instalação, como as diversas formas inerentes a tal fenômeno, merecendo destaque a identificação quanto ao processo de inclusão social viabilizado:

Quando mencionado sobre desigualdade social, a maioria dos participantes, num total de 89 %, refere que a UNIPAMPA, por ser federal, proporciona cursos para as pessoas de baixa renda, que não teriam condições de custear seus estudos em universidades particulares, o que gera consequentemente inclusão social e diminuição da desigualdade (Bonho, 2020, p.53).

O estudo ainda analisou, a partir de respostas obtidas junto a egressos, a importância da IES em sua formação a atuação profissional, estabelecendo uma comparação com o estudo realizado nos índices do IDHM do município sede, de forma que:

Entre 2000 e 2010 o município analisado passou da faixa baixa para alto, em que o IDHM de Caçapava do Sul era, em 2000, de 0,598 e foi, em 2010, para 0,704, situando o município na faixa de desenvolvimento humano alto, isto é, o IDHM entre 0,700 e 0,799. Um dos fatores que mais contribui para o IDHM de 2010 de Caçapava do Sul foi a longevidade, com índice de 0,855, seguida da renda, com índice de 0,699, e depois pela educação, com índice de 0,585. Ressalta-se que o índice que mais se evidenciou, de 2000 para 2010, foi o de educação. (ATLAS BRASIL, 2019) (Bonho, 2020, p.62).

O IDHM apurado no âmbito do Município sofreu um aumento significativo, inclusive, a ponto de estabelecer a alteração da classificação de faixa, sendo que a renda, que está ligada de forma indireta à educação, que se liga diretamente à universidade, foi alterada positivamente, registrando-se a educação como o índice de maior variação positiva, ou seja, tem-se, em função da melhoria dos níveis de educação, um aumento no IDHM do Município de Caçapava do Sul.

Assim, a partir de todos os resultados obtidos, com a análise das percepções de atores sociais e de egressos e avaliação de dados relativos ao IDHM, extraídos do IBGE, identifica-se que os efeitos que a UNIPAMPA, Campus de Caçapava do Sul promoveu em face de sua instalação, permite concluir que, com o aumento no fluxo econômico, bem como na renda per capita, tem-se uma melhoria no índice IDHM, notadamente com a qualificação do capital social, a redução da desigualdade social e a inclusão social (Bonho, 2020).

Depreende-se, portanto, que as IES podem influenciar, por meio da realização das atividades inerentes à sua própria existência, bem como por meio de ações, projetos e programas específicos, de forma direta, ou, indiretamente, nas variações das dimensões que compõem a formação do IDH/IDHM e, conseqüentemente, no processo de desenvolvimento regional.

#### 2.2.9 Os programas de Pós-Graduação

Identifica-se um conjunto de apontamentos que trazem consenso a respeito do papel que as IES exercem na construção de conhecimento, tendo como base as estruturas da sociedade nas quais possuem uma conexão inerente, tanto na sua fundação como também na sua forma direta de atuação social, sendo que os programas de pós-graduação são elementos importantes para tanto.

Esta situação permite inferir que a geração do conhecimento, por meio do desenvolvimento dos diferentes programas de pós-graduação ofertados pelas IES, se apresenta, também, como uma das diversas formas de contribuição delas para o desenvolvimento regional, o que é possível, inclusive, de se constatar por meio dos estudos a seguir apresentados.

Em dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins – UFT, Cohen

(2019) se propôs a fazer uma análise sobre a eficiência produtiva no ensino superior, apontando que:

A educação de qualidade representa um aspecto fundamental para o desenvolvimento das regiões. Nesse sentido, avaliar as instituições educativas quanto à produção de conhecimento científico, qualidade do aprendizado e eficiência de seus outros componentes, precisa ser um processo constante que vise além da excelência dos sistemas educativos, sua capacidade de enfrentar os desafios e ameaças impostos pela globalização (Cohen, 2019, p. 20).

O trabalho teve como objetivo identificar o nível de eficiência das universidades federais no Brasil e das universidades estatais na Colômbia, justificando-se sua possibilidade ao elencar:

Embora os sistemas de avaliação brasileiro e colombiano obedeçam a modelos diferentes, existem uma série de indicadores que permitem medir a eficiência produtiva das universidades em ambos os países, estes indicadores estão relacionados à capacidade do corpo docente, pesquisa, administração de recursos financeiros, alunos matriculados, produção científica, taxas de graduação, etc (Cohen, 2019, p. 22).

A fim de esclarecer a forma como pretendia desenvolver o trabalho, a autora traz que existe um conjunto de elementos históricos sobre as metodologias utilizadas no processo de avaliação da eficiência nos diversos sistemas educativos, esclarecendo que estas se desenvolveram até chegar no que se denomina de Análise Envoltória de Dados (DEA), que se caracteriza como uma técnica não paramétrica mais desenvolvida, por meio da qual foram alcançados avanços significativos nesta área (Cohen, 2019).

A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma fundamentação teórica, onde se apresentou a teoria da produção, com os conceitos de função de produção, eficiência e produtividade e função de produção educacional, bem como, teoria do capital humano e a economia da educação. Na sequência, tem-se uma breve descrição dos sistemas de avaliação colombiano e brasileiro, concluindo que:

Castillo (2015) realizou um estudo comparativo entre os sistemas de avaliação do Brasil e Colômbia e conclui que os dois modelos são diferentes com relação a sua origem e tendência, pois, o modelo brasileiro obedece a uma mistura entre o modelo britânico, holandês e francês por sua predominância quantitativa, enquanto que a Colômbia possui um sistema de origem norte-americano e escandinavo os quais estão baseados em juízos de valor e processo de melhoria contínua.

No entanto, o estudo afirma que os princípios de cada sistema têm a mesma finalidade: Buscar, preservar e legitimar processos de qualidade na educação superior. Por outro lado, a referida autora argumenta que os elementos avaliativos no Brasil contemplam dimensões, eixos, conceitos e os indicadores com a função específica de avaliar as dimensões. No caso colombiano o sistema de avaliação contempla: condições, aspectos,

evidências, fatores e características, cada aspecto considera evidências que se transformam em indicadores qualitativos e quantitativos similares ao sistema brasileiro (Cohen, 2019, p. 37).

Com isso a autora entende que, apesar das divergências entre os dois sistemas, é possível um trabalho comparativo, principalmente em face da convergência identificada no que se refere aos seus objetivos, quais sejam, estabelecer mecanismos de garantia de qualidade no ensino superior ofertado.

Em relação aos procedimentos metodológicos, o referido trabalho tem natureza descritiva, abordagem quantitativa axiomática, em razão de utilizar a Análise Envoltória de Dados e análise multivariada (Cohen, 2019).

Para a coleta de dados, no Brasil, a autora utilizou os relatórios de gestão do ano 2016 de cada Universidade Federal, e ainda informações do Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais (INEP) e do Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Já no caso da Colômbia, identificou-se que os relatórios de gestão do ano 2016 não se encontravam padronizado, razão pela qual utilizou-se de contatos por meio de correio eletrônico, bem como a busca em órgãos oficiais Colombianos, para formação de um padrão nas informações obtidas (Cohen, 2019).

Em sede de apresentação dos resultados, considerando a abordagem do trabalho, consistente em verificar a contribuição das IES Municipais brasileiras, para o desenvolvimento regional, registra-se que serão apresentados aqueles relativos às universidades brasileiras.

A autora dividiu as Instituições em dois grupos, identificando um, como referentes às IES mais voltadas para a pesquisa e pós-graduação, e outro grupo, mais atuante no ensino, apontando que:

O primeiro grupo está constituído por 24 universidades com valores médios do índice de qualificação do corpo docente de 4,5 e valor médio em conceito capes de 4,3. O segundo grupo está constituído por 32 universidades com pouca participação em pesquisa e pós-graduação contam com uma média do índice de qualificação do corpo docente de 4,09 e uma média do conceito capes igual a 3,4 (Cohen, 2019, p. 51).

Na apresentação dos resultados, identificou-se, nos dois grupos, IES com maior ou menor eficiência, bem como se buscou apresentar as causas de tais condições, estabelecendo-se uma relação entre a situação das IES e o desenvolvimento regional, inclusive com uma análise comparativa entre as Universidades brasileiras e colombianas.

Ao final, considerando todo o processo de análise da eficiência produtiva no ensino superior realizado, apesar de situações de ineficiência identificadas, inclusive com apontamento de prováveis causas, na essência, foi possível reconhecer a produção científica das universidades como elemento importante para o desenvolvimento regional (Cohen, 2019).

Ainda, em artigo que teve como objetivo apresentar uma análise do perfil acadêmico dos egressos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Câmpus Pato Branco, correspondente aos anos de 2012-2018, Castro *et al.* (2019), abordaram a questão da influência dos programas de pós-graduação no processo de desenvolvimento regional.

No âmbito da introdução, os autores justificam o trabalho ao estabelecerem que:

A relevância do estudo com egressos do ponto de vista acadêmico, constitui em uma estratégia criativa e perspicaz, uma vez que, busca-se detectar as fragilidades na formação dos discentes, bem como antecipar mudanças face às necessidades sociais emergentes. Além disso, possibilita a verificação das reais contribuições para o desenvolvimento regional, por meio dos projetos de pesquisas in loco nas diversas áreas de conhecimento e em diferentes instituições privadas e/ou públicas, priorizando a melhoria da sociedade em bases sustentáveis, bem como a formação de agentes do desenvolvimento (Castro *et al.*, 2019, p. 03).

O que se apresenta, refere-se ao fato de, em um programa cujo foco é o estudo do desenvolvimento regional, ser de extrema relevância a verificação acerca do cumprimento dos objetivos de referido programa, o que se mostra razoável por meio da análise do perfil dos alunos egressos, mormente em razão da verificação dos resultados dos projetos e das pesquisas realizadas e suas interrelações com a linha de pesquisa estabelecida, qual seja o desenvolvimento regional.

O artigo apresenta, em termos metodológicos o que segue:

Com o intuito de se alcançar os objetivos deste estudo realizou-se uma pesquisa de caráter exploratória, baseada em amostras com grande número de participantes e ampla representatividade, cujos dados obtidos são sujeitos à análise quantitativa e qualitativa (Castro *et al.*, 2019, p. 03).

E, complementando a informação, tem-se:

A realização do estudo foi possível, em razão do fornecimento dos dados e informações disponibilizados pela secretaria do PPGDR. Assim, a amostragem foi composta pelos egressos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UTFPR, titulados entre outubro de 2011 e agosto de 2018, totalizando 153 egressos, no período compreendido entre 2012 a 2018 (Castro *et al.*, 2019, p. 03).

Ao apresentarem a metodologia e a definição da amostra, os autores esclarecem que se refere a um intervalo de tempo razoável, bem como ao fato de que, considerando a data da pesquisa e o período definido como termo final, tem-se um lapso temporal de 6 meses após a última defesa, o que se entende razoável para identificar algum efeito sobre as atividades desenvolvidas pelos egressos.

Após a definição da metodologia, os autores avançam no campo da fundamentação teórica, esclarecendo que o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Tecnológica do Paraná, temo como essência a busca pela interdisciplinariedade, identificando-se que:

O processo interdisciplinar denota a troca de experiências, saberes, conhecimento que tendem a enriquecer a construção do conhecimento sustentada pelas diversas ciências. Sobre a interdisciplinaridade, o Programa apoia-se em Raynaut (2004, p. 31), “a interdisciplinaridade é uma prática a ser construída [...] é sempre um processo de diálogo entre disciplinas firmemente estabelecidas na sua identidade teórica e metodológica, mas conscientes de seus limites e do caráter parcial do recorte da realidade sobre a qual operam” (Castro *et al.*, 2019, p. 06).

Os autores seguem esclarecendo a questão da interdisciplinariedade do programa, apresentando as linhas de pesquisa existentes quando de sua criação:

Neste viés, até 2018 o Programa contemplava três linhas de pesquisas: Ambiente e Sustentabilidade; Regionalidade e Desenvolvimento; Educação e Desenvolvimento, nas quais considera-se importante destacar as ementas. Em Ambiente e Sustentabilidade (AS), o foco de pesquisa centra-se nas implicações das atividades humanas no meio ambiente, tal como a biodiversidade, e os recursos tecnológicos aplicados a produção, transformação de produtos em bases sustentáveis (Castro, *et al*, 2019, p. 06). A Linha de Regionalidade e Desenvolvimento (RD) pauta-se na percepção ambiental, representação social, e nos estudos do desenvolvimento regional de modo sustentável direcionando para empresas públicas e privadas. A Linha Educação e Desenvolvimento (ED), por sua vez, tem como escopo ampliar competências para atuação interdisciplinar por meio do ensino e pesquisa, voltado a educação formal e não formal (UTFPR/PPGDR, 2017).

A identificação das linhas de pesquisa do programa, com a definição de áreas diversas, quais sejam a questão do meio ambiente e as interferências humanas realizadas; os aspectos específicos e peculiaridades das questões regionais, vinculadas à sustentabilidade e, finalmente as questões do ensino e da pesquisa como elementos integrantes do processo de educação, porém, convergentes entre si, na medida em que todas convergem para identificar a presença de seus aspectos específicos, no processo de desenvolvimento regional.

Porém, a partir de 2018, foi realizada uma alteração nas mencionadas linhas de pesquisa, de forma que passaram a contemplar as linhas de pesquisa identificadas como “Regionalidade e Desenvolvimento” e “Educação e Desenvolvimento”, o que não deixou de se constatar a figura da interdisciplinaridade, principalmente em razão das diferentes áreas de graduação dos egressos (Castro *et al.*, 2019)

Considerando tais dados, o artigo traz a fundamentação teórica, abordando a questão do desenvolvimento regional e os diversos aspectos que o influenciam, merecendo citação o que segue:

Portanto, considerando a importância do desenvolvimento, especificamente, regional o PPGDR tem como foco a ampliação da formação na perspectiva interdisciplinar, voltada às questões do desenvolvimento. Ainda, para que efetivamente ocorra o desenvolvimento em nível global, regional ou local são imprescindíveis pesquisas e estudos, implantando programas que envolvam a incorporação de pessoal qualificado em pesquisa, contribuindo para o avanço da sociedade. Antagônico a este cenário, a ausência de Programas de Pós-Graduação impossibilita o progresso das comunidades (Castro *et al.*, 2019, p. 11).

Identifica-se aqui, que o processo de desenvolvimento regional, é influenciado por diversos fatores, inclusive como já demonstrado em tópicos anteriores, no presente trabalho, porém, há um destaque para questão dos programas de pós-graduação na medida em que devem contemplar projetos e linhas de pesquisas que abordem o tema, com a afirmação, inclusive, de que, em não havendo programas de pós-graduação, o próprio processo de desenvolvimento regional estaria prejudicado.

Assim, os autores concluem que:

Constata-se a interdisciplinaridade no PPGDR observado por meio de áreas de formações dos discentes, que compunham as suas Linhas de Pesquisas, até 2018, (Ambiente e Sustentabilidade, Regionalidade e Desenvolvimento, Educação e Desenvolvimento), pois há grande heterogeneidade o que corrobora para que o Programa de Pós-Graduação, efetivamente, exercite seu papel de formação acadêmica e disseminação do conhecimento por meio da interdisciplinaridade.

Quanto à localização geográfica dos discentes, o Programa tem abrangência no Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina, evidenciando que, de certa forma, o Programa em Desenvolvimento Regional vem contribuindo com as demandas por educação de nível *stricto sensu* de tais regiões.

O Programa também traz fortemente a questão da internacionalização, uma vez que recebe discentes provenientes de outros países, a exemplo de estudantes da Guiné-Bissau e da Venezuela, além da inserção de seus docentes, a partir de estágios pós-doutorais em universidades americanas, europeias e latino-americanas, o que, de fato, constitui um espaço de magnitude para o compartilhar de experiências profissionais e conhecimentos adquiridos ao longo da caminhada acadêmica (Castro *et al.*, 2019, p. 16).

A partir de todos os elementos colacionados foi possível demonstrar, em relação ao PPGDR da UFTPR, que a interdisciplinaridade está presente, bem como a

internacionalização no Programa, e que tais fatores caracterizam uma importante fonte de discussão sobre a temática do desenvolvimento regional influenciado pelos programas de pós-graduação (Castro *et al.*, 2019).

Neste sentido, em artigo que buscou apresentar o escopo, as ações e o impacto do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PPGSSDR) da Universidade Federal Fluminense, identificando-se a representativa ligação que se estabelece entre a IES e a comunidade, inferindo-se daí, a situação de que, já a partir de sua criação, as IES públicas se caracterizam como mecanismos importantes de influência na organização, formação, estruturação e funcionamento da sociedade de maneira geral, inclusive no que se refere às próprias alterações nos comportamentos sociais, econômicos e políticos (Barboza; Pereira; Vale, 2020).

Para tanto, os autores esclarecem que:

A presença de posições e projetos conflitantes que expressam uma sociedade permeada de contradições é uma característica inerente à universidade. É essa significativa relação entre universidade e sociedade que explica o fato de que, desde o seu surgimento, a universidade pública tem sido uma instituição social que manifesta, de maneira determinada, a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo, e cujas mudanças acompanham as transformações sociais, econômicas e políticas (Barboza; Pereira; Vale, 2020, p. 551).

Com tal posicionamento, identifica-se, a partir de um conjunto de posicionamentos teóricos trazidos pelos autores, o papel da universidade pública e suas relações de proximidade com a sociedade.

Considerando tal realidade social, o encaminhamento das pesquisas e os destinos da IES são organizados e estabelecidos pela própria comunidade em que está inserida, por meio da contribuição essencial das parcerias realizadas junto aos movimentos sociais, organizados tanto no âmbito nacional, quanto em termos regionais, bem como por meio da oferta de atividades de extensão e ações especializadas, sendo possível constatar, então, que a estrutura universitária permite reflexões e críticas relativas ao processo de desenvolvimento (Barboza; Pereira; Vale, 2020).

Os autores seguem o estudo estabelecendo então, que, à partir da realidade acima apresentada e a necessidade de se estabelecer um caminho de estudos e pesquisas sobre os processos de desenvolvimento regional considerando as especificidades identificadas na respectiva comunidade e buscando-se estabelecer um processo de formações de profissionais, de maneira mais aprofundada, é que o

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal Fluminense foi criado, destacando-se:

Desde sua criação, o PPGSSDR-UFF articula pesquisas, projetos de extensão e grupos de estudos cujas ações apresentam significativa mobilização social, com alcance na formação e impacto social externo, tanto institucional quanto sobre a vida cotidiana. É importante reforçar as características específicas da Universidade Federal Fluminense — UFF, uma instituição nucleada por todo o estado do Rio de Janeiro (possui unidades acadêmicas em 8 Municípios), com forte presença regional no interior e cujas atividades engendram o potencial de articulação para além do âmbito local (Barboza; Pereira; Vale, 2020, p. 555).

Com tal esclarecimento, não restam dúvidas acerca da presença da IES estudada e sua atuação no processo de desenvolvimento regional, relativo à sociedade na qual está inserida, sendo necessário a verificação do papel do programa de pós-graduação em comento, em tal processo.

Para tanto, os autores apresentam um levantamento bibliográfico a respeito dos conceitos inerentes ao desenvolvimento regional, bem como um conjunto de informações sobre as diferentes formas de atuação do programa a saber:

Assim, o PPGSSDR possui três características relevantes: a primeira refere-se ao impacto concreto e direto sobre a vida das pessoas, a partir de articulação e trabalho conjuntos nos grupos de pesquisas com movimentos sociais e entidades de defesa de direitos humanos (Barboza; Pereira; Vale, 2020, p. 556).

E continuam:

O segundo ponto a ser ressaltado relaciona-se à relevância das relações de cooperação interinstitucionais, no sentido de que as ações desenvolvidas não possuem caráter isolado, tampouco competitivo entre as partes — alicerçam-se na construção coletiva a partir da conformação de redes de produção de conhecimento crítico e de fortalecimento do tecido social.

Por fim, há uma terceira dimensão, não menos importante, que se refere ao impacto social da formação e dos conteúdos ofertados pelo programa junto àqueles que formamos — especialmente assistentes sociais com inserção profissional em diferentes espaços sócio-ocupacionais estatais, sem fins lucrativos e privados, mas também profissionais de outras áreas (Barboza; Pereira; Vale, 2020, p. 557).

Com base em tais atividades, identifica-se que o PPGSSDR se caracteriza como um instrumento que, estruturado à partir da interrelação do tripé ensino, pesquisa e extensão, busca a formação e produção de conhecimento identificado com as necessidades sociais da região e do país, de maneira a permitir um conjunto de sujeitos aptos a formularem e atuarem em políticas públicas voltadas ao atendimento de tais realidades e integrantes de um processo de desenvolvimento regional (Barboza; Pereira; Vale, 2020).

Finalmente, quanto aos programas de pós-graduação como formas de contribuição das IES no desenvolvimento regional, tem-se estudo realizado por Silveira *et al.* (2020), sobre os caminhos percorridos pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Santa Cruz do Sul-UNISC, nos últimos 25 anos.

O trabalho referenciado apresenta o percurso histórico do programa, desde sua criação em 1994, com o mestrado, os diversos processos de reestruturação e aprimoramento, a criação do doutorado em 2005, a obtenção de nota 5 na avaliação trienal em 2013 e a formatação da época do estudo, em 2019, quando completou 25 anos (Silveira *et al.*, 2020, p. 1259), apontando:

Desde a sua criação em 1994, o objetivo central do Programa tem sido o de promover a formação de profissionais para o exercício de atividades de ensino e de pesquisa, de assessoria e de consultoria, de avaliação e de planejamento, em instituições públicas, privadas e do terceiro setor, em caráter interdisciplinar, valorizando a participação, a consolidação da democracia, a afirmação da cidadania e a promoção da qualidade de vida de comunidades regionais.

A partir do referenciado objetivo estabelecido pelo programa em questão é que os autores apresentam a discussão sobre suas contribuições ao longo dos 25 anos de existência, desenvolvendo, em termos metodológicos, coleta de dados, junto à CAPES e ao próprio programa, a análise e organização deles, referentes ao número de alunos ingressantes, município de origem, formação acadêmica inicial, bem como os títulos e temas das dissertações e teses dos egressos.

Por meio dos dados coletados e de um conjunto de levantamentos bibliográficos que norteiam a fundamentação teórica, apresenta-se as questões ligadas ao processo institucional de criação do programa e o cenário de sua consolidação; demonstra-se sua contribuição para o desenvolvimento regional, em razão das linhas de pesquisas existentes e, conseqüentemente, do processo de investigação científica realizado, e, finalmente, a multidisciplinariedade presente no perfil dos egressos do PPGDR, nos últimos 25 anos (Silveira *et al.*, 2020, p. 1276).

As temáticas trabalhadas nas teses e dissertações defendidas no PPGDR, desde sua fundação, evidenciam sua contribuição ao debate nacional sobre o desenvolvimento regional e territorial, além das discussões multidisciplinares, com destaque para os temas: Políticas Públicas, Território, Desenvolvimento, Saúde, Meio Ambiente, Educação, Economia, Trabalho, Cultura, Comunicação e Justiça. A relação do PPGDR com a multidisciplinaridade se expressa na produção científica e nas problemáticas de pesquisa das dissertações e teses defendidas no programa, evidenciando a capacidade do programa em estimular a reflexão sobre diferentes determinações dos territórios.

Nota-se que, desde a implantação, bem como sua caracterização e reconhecimento como instrumento de inclusão social e profissional dos alunos dele originados, tem-se a constatação da contribuição efetiva do referido programa, para os avanços das pesquisas em desenvolvimento regional (Silveira *et al.*, 2020).

Apesar das discussões apresentadas, e da relevância do tema e dos programas de pós-graduação verificados, com eixos de pesquisa voltados para o desenvolvimento regional, com a participação de IES de diversas naturezas jurídicas, não se identificou estudos relativos às IES Municipais.

#### 2.2.10 Sustentabilidade

Finalmente, com as mudanças de concepção sobre o desenvolvimento, e, conseqüentemente, sobre suas aplicações em termos de regionalidade, bem como o avanço do conceito, identifica-se o surgimento das preocupações com as questões ambientais, apresentando-se a ideia do que se denomina desenvolvimento regional sustentável.

Como já apresentado no item 2.1, Sachs (2000), esclarece que a questão do desenvolvimento sustentável, que se caracteriza pela ideia de se utilizar o desenvolvimento econômico, como forma de redução da pobreza e dos problemas ambientais, ganha corpo, a partir de 1987, em razão das preocupações com o meio ambiente e a sobrevivência do planeta.

Com isso uma outra questão a ser analisada é a atuação das IES neste campo, ou seja, suas contribuições por meio do desenvolvimento de programas e projetos, bem como a realização de ações e atividades, que promovam a sustentabilidade e, conseqüentemente, o desenvolvimento regional sustentável.

Em artigo denominado “A UNIPAMPA no contexto atual da Educação Superior”, conforme já apresentado no item 2.2.2, quando se abordou os efeitos da instalação de IES para o desenvolvimento regional, Marchioro *et al.* (2007, p. 703), concluíram que elas exercem um papel de influência sobre a sociedade, sintetizando o trabalho:

Nesse artigo analisamos o processo de implantação da Universidade Federal do Pampa como parte das políticas públicas nacionais de expansão do acesso à educação superior e seus significados, a partir de um estudo realizado por um grupo de docentes dessa universidade quanto ao diagnóstico da realidade local. Abordamos duas questões fundamentais: a relevância social da construção da universidade no atual contexto local de

estagnação econômica e cultural e a questão do desenvolvimento como elemento transformador dessa realidade. Nosso objetivo é contribuir no processo histórico do qual somos parte.

Os autores esclarecem que o trabalho teve como objetivo realizar uma análise da situação local, quando da implantação da UNIPAMPA. Identificando-se que a região vivia um processo de estagnação econômica, abordou-se a importância social da IES e a possibilidade de transformação da situação, por meio do desenvolvimento por ela produzido (Marchioro *et al.*, 2007).

Ao longo do estudo, os autores abordam as questões sociais relativas a todo o processo de criação e implantação da IES, bem como trazem informações sobre o perfil dos alunos ingressantes, os motivos para escolha da UNIPAMPA, local e na o de conclusão do ensino médio, bem como o tipo de escola, participação na vida econômica da família e raça, porém, tais dados referem-se a apenas dois ciclos de ingresso.

A questão dos dados estatísticos referenciados no trabalho, se justifica em razão do ano de sua realização, qual seja o mesmo ano de implantação da UNIPAMPA, restando verificada a carência dos dados estatísticos.

Ocorre que o trabalho realiza uma importante pesquisa documental acerca da origem histórica e do projeto de implantação da UNIPAMPA, com registros relevantes do envolvimento da sociedade no processo e a necessidade de continuar, de forma permanente, o trabalho de planejamento da implantação.

Neste sentido, identifica-se um conjunto de contribuições interessantes para se estabelecer os rumos futuros que a IES deveria tomar, apontando que:

Portanto, a universidade precisa comprometer-se com um projeto de desenvolvimento voltado à conquista de condições mais dignas de vida e trabalho. Um projeto de desenvolvimento social e humano, sustentável e equitativo (Marchioro *et al.*, 2007, p. 716).

Verifica-se que a questão da sustentabilidade é apresentada pelos autores como um dos pilares a ser observado na construção de um projeto de universidade que promova, de forma a atender os anseios sociais, o desenvolvimento regional, considerando as questões que levaram à criação da IES, apontando ainda que:

O debate democrático em torno do papel social que a UNIPAMPA venha a cumprir deve ser ampliado, de forma a extrapolar as necessidades de desenvolvimento econômico e agregando princípios, valores e ações voltadas à formação integral de sujeitos sociais emancipados e éticos (Marchioro *et al.*, 2007, p. 716).

O que se propõe, em razão dos estudos realizados, é que a Universidade, ao desempenhar o seu papel em torno do processo de desenvolvimento regional, busque fazê-lo, a partir da interlocução com a sociedade e com a observação de valores que vão além da busca pelo desenvolvimento econômico puro, agregando-se a formação humana em todos os seus aspectos, incluindo-se aí, as questões voltadas à preservação ambiental e sustentabilidade.

Nesta linha, os autores concluem que:

Portanto, ao desejarmos que a UNIPAMPA seja um elemento novo, precisamos aspirar autonomia crítica sem perder de vista a relação com a sociedade. A universidade deve colaborar para o desenvolvimento humano e sustentável da região, interagindo com a sociedade local e regional, mas guiada por um projeto social global autônomo (Marchioro *et al.*, 2007, p. 716).

Importante que a IES, enquanto integrante de todo esse processo, deve buscar realizar avaliações permanentes, considerando a ligação com a comunidade. Necessário que a universidade atue em prol do desenvolvimento humano e sustentável, se relacionando com a coletividade regional, e observando aspectos globais do processo (Marchioro *et al.*, 2007).

Afora o desempenho de suas atribuições cotidianas, representadas pelo tripé ensino, pesquisa e extensão, as IES devem incluir em suas atividades essenciais, a inter-relação com a sociedade, em diversas áreas, como a social, cultural e ambiental.

Em resenha sobre o livro “Universidades e Desenvolvimento Regional – as bases para a inovação competitiva”, organizado por Serra, Rolim e Bastos (2018), Rego (2020, p. 01) aponta que:

Este livro desenvolve-se facilmente ao longo de mais de uma dezena de capítulos que refletem, de modo distinto, o contributo das Universidades (o mesmo é dizer das Instituições de Ensino Superior – IES) para o bem público bem como para o desenvolvimento das regiões onde estão localizadas.

Constata-se mais uma vez, que as IES possuem um papel relevante, como atoras e, até mesmo indutoras, do processo de desenvolvimento regional, nas localidades em que estão inseridas, com diversas formas de contribuição para tanto, como já visto nos tópicos, anteriores, sendo que, neste tópico, tem-se a promoção da sustentabilidade como uma dessas formas.

No trabalho referenciado tem-se:

As IES são instituições charneiras que permitem ligar o contexto global de ensino, ciência e desenvolvimento tecnológico, em que se integram, com as realidades locais onde se localizam, promovendo, muitas delas, compromissos entre o acompanhamento do mais sofisticado

desenvolvimento científico com a necessária responsabilidade social (Rego, 2020, p. 02).

Se apresenta aqui, um papel extremamente relevante das IES em todo o processo de desenvolvimento regional, qual seja o de estabelecer uma conexão entre o avanço e desenvolvimento da ciência como um todo, e a realidade do local em que está instalada, observando-se aí, as necessidades sociais, as quais são influenciadas pela cultura e pelo meio ambiente local, de forma que deve se promover a aplicação das inovações, mas em observância à preservação dos valores e do ambiente de inserção da IES.

Neste sentido, Serra, Rolim e Bastos (2018) apud Rego (2020, p. 02):

As IES localizadas em regiões periféricas enfrentam desafios específicos relacionados com a natureza desses lugares. Nestes casos, além do exercício das funções tradicionais, mas imprescindíveis, de ensino e investigação, a missão dessas instituições não pode deixar de contemplar o seu papel estratégico na promoção do envolvimento (social, cultural, ambiental) com a sociedade, bem como na construção de processos de governança e liderança regionais que atentem às características específicas e necessidades dos territórios, mesmo que para isso elas tenham de ultrapassar os seus muros.

A partir do acima citado, tem-se que, dentre as diversas responsabilidades das IES com o seu entorno, a conservação e a preservação do meio ambiente, e as preocupações com a sustentabilidade do planeta se apresenta como algo a ser observado no processo de desenvolvimento regional.

Assim, tem-se a possibilidade de participação efetiva, de diferentes maneiras, inclusive sob o aspecto da sustentabilidade na mudança socioeconômica da região, sendo inadequado imaginar o desenvolvimento regional sem essa atuação. Logo, tais instituições seriam a “mão invisível” do desenvolvimento regional (Serra; Rolim; Bastos, 2018 apud Rego, 2020).

Azevedo (2021), por meio de artigo cujo objetivo foi analisar o papel da universidade pública no processo de desenvolvimento regional sustentável, apresenta, também, a sustentabilidade como uma das formas de contribuição das IES no processo de desenvolvimento regional, apresentando que:

Em tempos de “sociedade métrica” (Mau, 2019; Muller, 2019) e de “capitalismo de vigilância” (Zuboff, 2019), as universidades, especificamente, têm sido categorizadas, avaliadas e classificadas por indicadores de performance e de resultados de excelência em pesquisa, ensino, citações indexadas (cientometria/bibliometria), internacionalização, inovação e opinião de empregadores de profissionais diplomados. Desta forma, contribuições para o desenvolvimento regional sustentável e para o bem viver de

populações e comunidades em que as universidades estão inseridas, de acordo com os usuais modelos de avaliação de performance, pouco (ou nada) são consideradas por agências de classificação de universidades (Azevedo, 2021, p. 01).

Por esta concepção, a promoção de medidas que tenham como objetivo o desenvolvimento regional sustentável, não interferem na posição das IES em rankings de qualificação.

Porém, isso não significa dizer que a sustentabilidade não deva ser um pilar norteador das IES, pois, considerando o tripé ensino, pesquisa e extensão, podendo entender este último, como uma forma de estabelecer uma maior interrelação com o entorno e o respectivo desenvolvimento. Assim, a IES pode se caracterizar “carro chefe” ao atuar no apoio, formulação e execução de políticas pública, bem como estabelecendo um diálogo com os variados atores sociais para o processo de desenvolvimento regional. (Douglas, 2016 apud Azevedo, 2021).

A partir dos apontamentos acima, para desenvolver o estudo proposto, o autor selecionou o caso da criação do Campus Vale do Ivaí (CRV) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), sintetizando que:

Este comentário é uma apreciação introdutória sobre a importância de uma universidade pública multicampi interiorizada comprometida com a comunidade e o desenvolvimento regional sustentável, como é o caso da Universidade Estadual de Maringá (UEM) no Estado do Paraná, que é composta por sete diferentes campi universitários, localizados nos municípios de Cidade Gaúcha, Cianorte, Diamante do Norte, Goioerê, Ivaiporã, Maringá e Umuarama. Cada um dos campi, inclusive o campus sede, conforme as normas da UEM, tem o mesmo status institucional e de reconhecimento. Desta maneira, a UEM, atendendo anseios regionais desde sua fundação e segundo suas normas de regulação, ao mesmo tempo que promove, internamente, a integração de uma vasta comunidade de estudantes, técnicos e docentes, também tem por missão integrar-se às comunidades em que está inserida, contribuindo para o acúmulo de capitais científico, social, político e cultural, para, assim, catalisar o desenvolvimento regional sustentável e fortalecer os atores sociais na área de sua influência (Azevedo, 2021, p. 04).

O autor apresenta, de forma introdutória e sintética, a situação da Universidade, cujo campus é objeto de estudo, merecendo destaque, o fato de que a promoção do desenvolvimento regional sustentável, se apresenta como missão Institucional, estando, inclusive, inserido em suas normas de regulação.

A fim de atender à sua missão a UEM construiu, à partir de sua fundação, em 1.970, um histórico de atuação, caracterizado pelo atendimento ao bem comum e pela condição de indutora do processo de desenvolvimento da região Noroeste do Paraná.

Neste contexto, considerando sua missão e o processo de evolução ao qual a UEM estava submetida, tem-se a criação do Campus do Vale do Ivaí:

A criação do Campus Regional do Vale do Ivaí (CRV), como já se pode notar, não surgiu por “geração espontânea” ou obra do acaso. Para além das demandas dos atores sociais regionais, nucleados na cidade de Ivaiporã, a administração central da UEM, ouvindo seus Conselhos Superiores (CEP, CAD e COU), consultando os departamentos acadêmicos e dialogando com as autoridades do governo do Estado do Paraná, compreendeu que a oferta pública de cursos de graduação em Ivaiporã contribuiria em vários aspectos para o desenvolvimento regional sustentável e para constância do cumprimento da tripla missão constitucional de uma universidade pública (Azevedo, 2021, p. 08).

Todo o processo de criação do referido campus, foi calcado em um amplo debate, envolvendo diversos atores, quais sejam, a própria comunidade acadêmica, as autoridades públicas em diferentes níveis e a sociedade como um todo, registrando-se a manutenção da missão relativa ao desenvolvimento sustentável.

Registre-se que, a atuação da UEM como um todo e a criação do campus objeto do estudo, se caracteriza como papel de atuação de uma IES, veja-se:

Neste contexto, a UEM, ao realizar o Campus Vale do Ivaí, vem a promover o bem comum na forma de educação superior pública, que consiste, não somente na autonomia de qualificar e diplomar profissionais em nível superior, mas amplas missões que envolvem, de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil e com a legislação infraconstitucional, ensino, extensão, pesquisa, inovação, ciência, produção do conhecimento, inclusão, justiça social, assistência comunitária e desenvolvimento regional sustentável (Azevedo, 2021, p. 19).

A Universidade pública, por definição legal, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988 e demais normas regulamentadoras, deve promover o desenvolvimento regional, alicerçado em diversos valores para além das questões puramente econômicas, utilizando-se do ensino, da pesquisa e da extensão para a formação e difusão do conhecimento, com a prática de ações que visem a diminuição do abismo social existente no país (Azevedo, 2021).

Considerando tais questões, o autor pontua em termos de conclusão:

As Instituições Públicas de Educação Superior (municipais, estaduais e federais), conforme mencionado, ao cumprirem sua tripla missão, podem contribuir para o desenvolvimento regional de maneira justa, sustentável e equilibrada, integrando social, econômica e culturalmente sua área de abrangência (mas não só). Nenhuma região (grupo populacional algum) pode ficar para trás no processo de desenvolvimento humano (essencialmente). Para isto, tomando como o exemplo o caso do Paraná, é fundamental que os atores políticos, econômicos e culturais do Estado como um todo, da capital Curitiba ao interior, animem-se para atuar solidariamente em busca do desenvolvimento sustentável e unitário [de todo Paraná], de maneira a desconcentrar economicamente a Região Metropolitana de Curitiba e

promover equitativa e equilibradamente a integração do Estado (Azevedo, 2021, p. 20).

As IES, especialmente as públicas, das três esferas de governo, quando realizam as atividades inerentes à tripla missão, têm condições de atuar no desenvolvimento regional de forma a observar os preceitos elementares da sustentabilidade, promovendo a integração da sociedade, sob diversos aspectos, exercendo, ativamente, um protagonismo importante nas esferas científica, política, social e cultural, a fim de se posicionarem como elemento de referência no desenvolvimento regional sustentável (Azevedo, 2021).

Por todo o exposto, o caminho pelo qual as IES têm optado para melhor contribuir com a sociedade, seja por meio do ensino, da pesquisa ou da extensão, está centrado nas necessidades regionais em que elas se encontram, assegurando ainda mais essa conexão entre universidade e comunidade, ao mesmo tempo em que suas ações se tornam mais impactantes e assertivas de acordo com essa realidade posta.

Os estudos, acima citados, são constituintes do levantamento bibliográfico elaborado para fundamentar esta pesquisa e contemplam diferentes IES e regiões com suas especificidades, dando respaldo e legitimidade ao presente.

Foram identificadas 10 formas diferentes de contribuição das IES para o desenvolvimento regional, cada uma delas com um conjunto de estudos que as justificam, abordando situações genéricas ou estudo de casos, sendo certo que não há nenhuma situação envolvendo IES Pública Municipal, conforme Quadro 1 abaixo.

Quadro 1 – Objeto e/ou natureza jurídica das IES referenciadas nos estudos analisados

(Continua)

<b>Formas de contribuição das IES ao desenvolvimento regional</b>	<b>Objeto dos estudos e/ou natureza jurídica das IES envolvidas</b>
Avanço científico e tecnológico, as parcerias com os diversos setores da sociedade e a possibilidade de registro de patentes	Uma Universidade Pública Estadual Duas Universidades Comunitárias
A Instalação de uma IES e seus efeitos	Quatro Universidades Federais Dois estudos sobre IES de forma geral – sem abordar natureza jurídica
Processo de expansão de IES já existente	Um estudo sobre Portugal Duas Universidades Federais
Formação Profissional voltada para as especificidades da Região	Duas Universidades Federais Três Universidades Estaduais

(Conclusão)

<b>Formas de contribuição das IES ao desenvolvimento regional</b>	<b>Objeto dos estudos e/ou natureza jurídica das IES envolvidas</b>
Inovação resultante das atividades das IES	Uma Universidade Comunitária Uma Universidade Estadual Um estudo sobre IES Pública em geral Um estudo sobre IES de forma geral – sem abordar natureza jurídica
As possibilidades de aumento do PIB e a influência do orçamento Municipal	Uma Universidade Privada Uma Universidade Estadual Uma Universidade Comunitária Um estudo sobre IES Públicas Federais
Interferências na cultura regional	Dois estudos sobre IES Públicas Federais
Variações de IDH/IDHM decorrentes da atuação das IES	Uma Universidade Federal Uma Universidade Estadual Um estudo sobre IES Públicas Estaduais
Os programas de Pós-graduação	Um estudo comparativo entre Universidades Públicas Brasileiras e Colombianas de forma geral Duas Universidades Federais Uma Universidade Comunitária
Sustentabilidade	Um estudo sobre IES de forma geral – sem abordar natureza jurídica Uma Universidade Federal Uma Universidade Estadual

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)”

Pelo Quadro 1, tem-se a demonstração de que foram identificados estudos sobre o papel das IES e o desenvolvimento regional, com abordagens genéricas sobre o assunto, ou estudos de caso envolvendo Instituições Públicas, Federais e Estaduais, Instituições Comunitárias e Privadas.

Todavia, dentro da bibliografia conhecida e selecionada para este trabalho, não há um enfoque direcionado às contribuições para o desenvolvimento regional, de IES municipais, como já destacado acima, cuja particularidade se difere de IES públicas e privadas.

Essa maneira especial de fundação das IES municipais que, são de direito público, ou estão vinculadas às regras específicas de tal área do Direito, mas que podem se manter com seus recursos financeiros próprios, advindos da cobrança de mensalidades, entre outros serviços, por exemplo, faz com que esta pesquisa ganhe conotações inéditas quanto ao levantamento destes dados até então desconhecidos pela comunidade acadêmica.

Para a melhor compreensão do modelo e da natureza jurídica das IES Municipais, bem como o contexto em que surgiram, importante uma abordagem, ainda que sucinta, da educação superior no Brasil, a ser apresentada a seguir.

## 2.3 Breve histórico da Educação Superior Brasileira e o contexto de surgimento das IES Municipais

Entre as décadas de 2000 e 2010, a expansão da rede de ensino superior no Brasil aumentou consideravelmente em relação ao número de instituições, cursos de graduação, tecnológicos, e vagas ofertadas. Esta afirmação de Niquito, Ribeiro e Portugal (2018), está baseada no Censo do Ensino Superior, realizado anualmente pelo Ministério da Educação (MEC), naquele período o número de IES, tanto privadas quanto públicas nas esferas federal, estaduais e municipais, teve um crescimento de 102%, passando de 1.180 para 2.378 instituições. No Censo do Ensino Superior referenciado (2020), o número atualizado era de 2.457 IES, as quais ofertam 41.953 cursos de graduação e 25 cursos sequenciais/tecnológicos. Censo do Ensino Superior (2023), o número atualizado é de 2.580 IES, as quais ofertam 354 cursos de graduação e 5 cursos sequenciais/tecnológicos.

Já as IES Municipais, localizadas no território do Estado de São Paulo, por sua vez, começaram a ser instaladas pelo sistema híbrido de gestão (público, porém com arrecadação própria de recursos) muito antes dessa data, nos anos de 1950, anteriormente, portanto, da Constituição Federal de 1.988 que regulamenta a gratuidade do ensino público superior, conforme Quadro 2.

Quadro 2 – IES Municipais localizadas no Estado de São Paulo

(Continua)		
<b>Instituição</b>	<b>Ano da Instalação</b>	<b>Lei da Criação</b>
1- Centro Universitário de Franca (Uni-FACEF)	1951	1.143/63 1.452/66
2- Universidade de Taubaté – UNITAU	1956	1.498/74
3- Faculdade de Direito de Franca	1958	853/57 1.441/66
4- Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo	1964	1.246/64
5- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Pardo	1964	415/64
6- Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino de São João da Boa Vista (UNIFAE)	1961	187/61
7- Centro Universitário de Adamantina (UNIFAI)	1967	853/67
8- Faculdade da Fundação Educacional de Araçatuba – FAC-FEA	1967	1.306/67
9- Faculdade de Ciências e Letras de Bragança Paulista – FESB	1967	855/67
10- Faculdade Municipal Franco Montoro (Mogi-Guaçu)	1967	503/67
11- Instituto Municipal de Ensino Superior de Catanduva	1967	792/66 803/66
12- Faculdades de Dracena – UNIFADRA	1968	719/68
13- Faculdades Regionais Integradas de Avaré – FIRA	1968	583/68
14- Faculdade de Medicina de Jundiá	1968	1.506/68
15- Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS	1968	1.611/67
16- Escola de Engenharia de Piracicaba	1969	1.524/67

(Conclusão)

<b>Instituição</b>	<b>Ano da Instalação</b>	<b>Lei da Criação</b>
17- Centro Universitário de Santa Fé do Sul (UNIFUNEC)	1972	1.118/76
18- Escola Superior de Educação Física de Jundiá – ESEF	1972	1.913/72
19- Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro – IMESB	1983	1.612/83
20- Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA	1985	2.374/85
21- Fundação Inadaiatubana de Educação e Cultura	1985	2.162/85
22- Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel	1987	1.260/82
23- Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui – FATEB	1988	2.255/85
24- Fundação Educacional Municipal da Estância Turística de Ibitinga	1997	2.247/97

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Verificando o Quadro 2, tem-se 3 IES instaladas na década de 1950, 14 na década de 1960, 2 nos anos de 1970 e 5 na década de 1980, sempre com o mesmo modelo, qual seja, instituição e/ou regulamentação por meio de Lei Municipal, vinculadas ao Poder Público Municipal, mas com a cobrança de mensalidades, uma vez que foram criadas antes de 1988. A título de esclarecimento, tem-se que a UNIFACEF, UNITAU, USCS e UNIFUNEC foram instituídas por decretos federais e municipais, sendo posteriormente regulamentadas pelas respectivas leis municipais.

Outra questão a ser observada, é que o Quadro 2 foi elaborado a partir de informações obtidas no primeiro semestre do ano de 2023, inclusive antes da realização do exame de qualificação, razão pela qual constou a referência à Faculdades de Dracena – UNIFADRA, que posteriormente, por meio da Portaria SERES/MEC nº 356 de 30 de agosto de 2023 passou a integrar o sistema federal de Educação, com tal alteração estando consignada no Censo do referido período.

Em face disto, a fim de se manter a fidedignidade da pesquisa realizada, é que no Quadro 2, constam 24 IES Municipais vinculadas ao CEE/SP, porém, nos dados do Censo de 2023, como a seguir se verá, identificam-se 23 Instituições com tais características.

Ainda, tem-se uma única Instituição, no Município de Ibitinga, criada por lei municipal, em 1997, que oferta cursos gratuitos, custeados com recursos do próprio orçamento municipal.

Isto porque, com o advento da Constituição Federal de 1988, definiu-se que o ensino público deveria ser, obrigatoriamente, gratuito, e se estabeleceu, de forma objetiva, que os Municípios são obrigados a utilizar seus recursos em educação infantil e fundamental, nos termos do artigo 211, § 2º da Constituição Federal.

Assim, não se admite mais a criação de IES Municipais que cobrem mensalidades, o que dificultou o surgimento de novas IES Municipais, verificando-se o surgimento de uma única no Estado de São Paulo neste cenário.

As IES Municipais criadas antes de 1988, asseguraram a possibilidade de cobrança de mensalidade nos termos do artigo 242, constante das Disposições Constitucionais Transitórias, assim disposto:

**Art. 242.** O princípio do art. 206, IV, não se aplica às instituições educacionais oficiais criadas por lei estadual ou municipal e existentes na data da promulgação desta Constituição, que não sejam total ou preponderantemente mantidas com recursos públicos.

O artigo 206, em seu inciso IV, estabelece o princípio da gratuidade do ensino público ofertado por estabelecimentos oficiais, porém, tal regra, qual seja a da gratuidade, deixa de ser aplicada, como visto, no caso de Instituições de educação que não dependam de recursos públicos, ao contrário, se sujeitam à cobrança de mensalidades e tenham sido criadas por lei, como é exatamente o caso das IES Municipais.

O levantamento de atividades e ações sobre os efeitos diretos e indiretos que as IES Municipais têm no desenvolvimento das regiões as quais pertencem é possível graças ao tempo transcorrido desde a implantação, começando a análise a partir dos primeiros cursos, fundados justamente para suprir as demandas regionais por profissionais de diversas áreas.

É importante ressaltar que as IES Municipais se encaixam no que Oliveira Jr. (2014) afirma ao diferenciar as IES que “estão na região” e que “são da região”. O primeiro caso refere-se às instituições preocupadas com questões do conhecimento de ordem universal, com temas de interesse nacional e, às vezes, até internacional, com formação de profissionais para o mercado nacional. O segundo diz respeito às IES que se preocupam especificamente com as questões locais, voltando o seu olhar e o seu interesse às atividades econômicas da sua região, formando profissionais para atuarem nos mercados locais, como é o caso das Municipais.

Nesse cenário, Mille (2004) e Abel e Deitz (2011) apontam para a necessidade de um mercado de trabalho local que tenha condições de absorver a mão de obra qualificada nas IES, uma vez que, na falta desse mercado de trabalho, o deslocamento dessa mão de obra qualificada inviabiliza a elevação do estoque de capital humano local e seus efeitos positivos sobre o crescimento da economia regional. Também,

torna-se imprescindível a conexão entre as atividades de ensino e pesquisa das IES Municipais às demandas locais de recursos humanos, no sentido de assegurar que os graduados formados localmente tenham oportunidades de desenvolver suas potencialidades na região de suas instituições.

As IES Municipais, na sua capacidade de desenvolvimento do ensino e da pesquisa e a conseqüente valorização da formação universitária, devem assumir o papel de proteção dos interesses regionais. Para tanto, Fonseca (2019) compreende que as IES devem colaborar com as políticas regionais na promoção de processos de aprendizagem, levando a região a se reconfigurar e criando novas oportunidades.

No entanto, mesmo que algumas IES Municipais não tenham uma clara contribuição com seu entorno no que concerne a produção de conhecimento ou de programas específicos, sobretudo de extensão, a implantação dessas instituições, por si só, bem como suas ações, são significativas, seja pela geração direta e indireta de empregos, pelos investimentos em infraestrutura, pelo aumento da demanda por bens e serviços, entre outras perspectivas (Niquito; Ribeiro; Portugal, 2018).

Os efeitos das IES Municipais sobre as economias regionais podem ser sentidos a curto, médio e longo prazo. No curto prazo a observação incide nos gastos com pagamento de salários e a respectiva procura por bens e serviços, e nas despesas e investimentos universitários. No médio prazo, os tais efeitos são sentidos com a consolidação da estrutura e funcionamento dos cursos em que se espera uma maior demanda por serviços. Por fim, no longo prazo há os efeitos do capital humano qualificado, oferta de pesquisas e investimentos no setor científico, criação de novas empresas e atração de novos empreendimentos à região (Casqueiro; Irffi; Silva, 2020).

Ademais, Casqueiro, Irffi e Silva (2020) afirmam que os centros universitários municipais atraem outros tipos de investimentos voltados aos estudantes, como livrarias, serviços de fotocópias, atividades de lazer, restaurantes, bares, infraestrutura para alojamentos, transporte de alunos, entre outros setores, aquecendo também os setores de serviço e comércio locais.

Deste modo, esta pesquisa se propõe a aprofundar a importância das IES Municipais para o desenvolvimento local e regional, tendo como base teórica as análises de Casqueiro, Irffi e Silva (2020) que demonstram os efeitos da interiorização do ensino superior a curto prazo sobre os indicadores municipais, de Niquito, Ribeiro e Portugal (2018) cujo trabalho traz dados robustos acerca dos resultados da criação

de instituições federais nas economias locais; e de Oliveira Jr. (2014) que traz uma visão da universidade como um polo de desenvolvimento regional, além de outros pesquisadores do tema.

Este trabalho tem em vista, ainda, mostrar a tendência de crescimento da economia local após a instalação de uma IES Municipal, desde sua criação até os dias atuais, revelando os avanços regionais significativos com a vinda de novos investidores, abertura de empresas, geração de emprego e desenvolvimento de infraestrutura e serviços públicos à população.

Embora os efeitos diretos das IES Municipais estão nos recursos humanos vinculados às instituições (docentes e funcionários técnico-administrativos), na geração de empregos que faz movimentar a economia por meio do pagamento de salários, a contribuição das universidades está, sobretudo, na geração de conhecimento, “principal motor para o desenvolvimento econômico, cultural e social dos países e, principalmente, das regiões” (Rolim; Serra, 2010, p. 02) e na formação de profissionais. Portanto, o conhecimento estrategicamente utilizado para o crescimento local atrai consumidores e empresas, eleva o nível de qualidade de vida da população, realizando, assim, o desenvolvimento socioeconômico local.

Além de todo o exposto acima, com a finalidade de demonstrar, ainda, de forma mais objetiva, a representatividade das IES Municipais no cenário educacional brasileiro apresenta-se a seguir alguns dados constantes no Censo da Educação Superior do ano de 2023, relativos a tais Instituições.

## 2.4 A participação das IES Municipais no Ensino Superior Público Brasileiro

Conforme apresentado na Introdução, existem 57 IES Públicas Municipais no Brasil, as quais contam com aproximadamente 80.000 alunos, 6.606 professores e 4.354 funcionários, o que, em termos absolutos, por si só, já é significativo, sendo que a partir de tais informações, já seria possível justificar a relevância das Instituições Municipais de Ensino Superior, em termos quantitativos.

Porém, a fim de analisar sua relevância e a relação com as demais IES Públicas, serão apresentados e discutidos dados referentes às IES Públicas, constantes do Censo da Educação Superior no ano de 2023.

### 2.4.1 Das sedes administrativas ou reitorias das IES Municipais

As IES Municipais, considerando seu processo de criação, são categorizadas como Instituições Públicas. Neste cenário, define-se como objeto de levantamento dos dados e depois, apresentação e discussão, o universo das Instituições Públicas Federais, Estaduais e Municipais, estabelecendo-se as comparações entre elas, a fim de identificar a representatividade, sob o aspecto quantitativo e geográfico, das sedes administrativas ou reitorias das Municipais no cenário do ensino superior público brasileiro.

Conforme os dados levantados pelo Censo 2023, o Brasil possui 316 Instituições Públicas de Ensino Superior, das quais 121 são Federais, 138 Estaduais e 57 Municipais, de forma que estas representam 18% de todas as Instituições Públicas de Ensino Superior do país, o que pode ser considerado um percentual significativo, notadamente em razão de que, como já explanado, praticamente inexistiu surgimento de novas IES Municipais após a Constituição Federal de 1.988.

Para além da questão quantitativa, tem-se que as IES Municipais se caracterizam também, conforme apresentado no item 2.3, em que se identifica o contexto do surgimento de tais Instituições, pela presença no interior do país, como se verifica na Tabela 1:

Tabela 1: Identificação das sedes administrativas das IES Públicas em Capitais

Informa se a sede administrativa ou reitoria da IES está localizada na capital da Unidade da Federação	PÚBLICA					
	Federal		Estadual		Municipal	
	N	%	N	%	N	%
Não	52	43,0%	105	76,1%	57	100,0%
Sim	69	57,0%	33	23,9%	-	-
<b>Total</b>	<b>121</b>	<b>100,0</b>	<b>138</b>	<b>100,0</b>	<b>57</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Em relação às 121 Instituições Federais, 69 delas estão instaladas em Capitais, quanto às 138 Estaduais, são 33 IES em Capitais. Assim, uma questão a ser pontuada é a presença da maioria das IES Públicas Federais em Capitais, fato que, como se verifica na Tabela 1, não se repete com as Estaduais, visto que a maioria delas encontram-se sediadas em Municípios do interior.

Destaca-se que, em relação às IES Municipais, nenhuma delas está instalada em Capital de qualquer Unidade da Federação.

Para uma melhor caracterização da interiorização mencionada, é necessário identificar em quais Municípios estão sediadas as IES Públicas, assim, elaborou-se a

Tabela 17, constante do Apêndice D, extraída do Censo 2023, na qual constam todos os Municípios brasileiros que possuem sede administrativa, ou reitoria de Instituições Públicas, sejam elas Federal, Estaduais ou Municipais.

No entanto, para apresentação e discussão dos dados, no corpo do trabalho, entende-se adequado a elaboração de tabelas específicas, para as questões de sede e localização geográfica, referentes às IES Federais, Estaduais e Municipais.

Inicialmente, tem-se a Tabela 2, com a indicação da Região Geográfica, Unidade da Federação e dos Municípios em que estão localizadas as sedes administrativas de todas as IES Públicas Federais brasileiras.

Tabela 2: Localização das IES Públicas Federais por Município

(Continua)

Região geográfica da sede administrativa ou reitoria da IES	Unidade da Federação da sede administrativa ou reitoria da IES	Município da sede administrativa ou reitoria da IES	Quantidade de IES Federais	
Norte	Rondônia	Porto Velho	2	
	Acre	Rio Branco	2	
	Amazonas	Manaus	2	
	Roraima	Boa Vista	2	
	Pará	Belém	Marabá	3
			Santarém	1
				1
	Amapá	Macapá	2	
Tocantins	Palmas	Araguaína	2	
			1	
Nordeste	Maranhão	São Luís	2	
	Piauí	Parnaíba	1	
		Teresina	2	
	Ceará	Fortaleza	Juazeiro do Norte	2
			Redenção	1
				1
	Rio Grande do Norte	Mossoró	Natal	1
				2
	Paraíba	Campina Grande	João Pessoa	1
				2
	Pernambuco	Garanhuns	Petrolina	1
Recife			2	
			3	
Alagoas	Maceió	2		
Sergipe	Aracaju	São Cristóvão	1	
			1	
Bahia	Cruz das Almas	Itabuna	1	
		Salvador	1	
			3	
Sudeste	Minas Gerais	Alfenas	1	
		Belo Horizonte	3	
		Diamantina	1	
		Itajubá	1	
		Juiz de Fora	2	

			(Conclusão)
Região geográfica da sede administrativa ou reitoria da IES	Unidade da Federação da sede administrativa ou reitoria da IES	Município da sede administrativa ou reitoria da IES	Quantidade de IES Federais
Sudeste	Minas Gerais	Lavras	1
		Montes Claros	1
		Ouro Preto	1
		Pouso Alegre	1
		São João del Rei	1
		Três Corações	1
		Uberaba	2
		Uberlândia	1
		Viçosa	1
	Espírito Santo	Vitória	2
	Rio de Janeiro	Campos dos Goytacazes	1
		Niterói	1
		Resende	1
		Rio de Janeiro	10
		Seropédica	1
	São Paulo	Santo André	1
		São Carlos	1
São José dos Campos		1	
São Paulo		2	
Taubaté		1	
Sul	Paraná	Curitiba	3
		Foz do Iguaçu	1
	Santa Catarina	Blumenau	1
		Chapecó	1
		Florianópolis	2
	Rio Grande do Sul	Bagé	1
		Bento Gonçalves	1
		Pelotas	2
		Porto Alegre	3
Rio Grande		1	
Santa Maria	2		
Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	2
		Dourados	1
	Mato Grosso	Cuiabá	2
		Rondonópolis	1
	Goiás	Catalão	1
		Goiânia	3
		Jataí	1
Distrito Federal	Brasília	3	
<b>TOTAL</b>			<b>121</b>

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Considerando as informações constantes da Tabela 2, verifica-se que as IES públicas Federais estão presentes em todas as Capitais dos Estados da Federação, inclusive na Capital Federal.

Em termos quantitativos, destaque-se o Rio de Janeiro-RJ, com 10 IES, uma quantidade bem acima das demais Capitais, uma vez que, tem-se Belém-PA, Recife-PE, Salvador-BA, Curitiba-PR, Porto Alegre-RS, Belo Horizonte-MG, Goiânia-GO e Brasília-DF com 3 Instituições cada, Aracajú-SE com 1 IES e todas as demais Capitais com 2 unidades cada uma delas em seus respectivos territórios.

Do total das 121 IES Públicas Federais, excluindo-se as 69 localizadas em Capitais de unidades da Federação, tem-se as outras 52 IES, sendo que Petrolina-PE, Juiz de Fora-MG, Uberaba-MG, Pelotas-RS e Santa Maria-RS, possuem 2 IES cada, e os demais Municípios que sediam IES Públicas Federais, 1 cada um deles.

Assim, excluindo-se as Capitais de Unidades da Federação, as IES Públicas Federais estão presentes em 47 Municípios no interior do Brasil.

Já no âmbito das IES Públicas Estaduais, apresenta-se a tabela 3 com a indicação dos Municípios em que estão sediadas.

Tabela 3: Localização das IES Públicas Estaduais por Município

(Continua)

Região Geográfica da sede administrativa ou reitoria da IES	Unidade da Federação da sede administrativa ou reitoria da IES	Município da sede administrativa ou reitoria da IES	Quantidade de IES Estaduais
Norte	Amazonas	Manaus	1
	Roraima	Boa Vista	1
	Pará	Belém	1
	Amapá	Macapá	1
	Tocantins	Palmas	1
Nordeste	Maranhão	Imperatriz	1
		São Luís	1
	Piauí	Teresina	1
	Ceará	Crato	1
		Fortaleza	1
		Sobral	1
	Rio Grande do Norte	Mossoró	1
		Natal	1
	Paraíba	Campina Grande	1
	Pernambuco	Recife	1
	Alagoas	Arapiraca	1
Maceió		1	
Bahia	Feira de Santana	1	
	Ilhéus	1	
	Salvador	1	
	Vitória da Conquista	1	
Sudeste	Minas Gerais	Belo Horizonte	3
		Montes Claros	1
	Espírito Santo	Vitória	1
	Rio de Janeiro	Barra Mansa	1
		Bom Jesus do Itabapoana	1

(Continuação)

Região Geográfica da sede administrativa ou reitoria da IES	Unidade da Federação da sede administrativa ou reitoria da IES	Município da sede administrativa ou reitoria da IES	Quantidade de IES Estaduais	
Sudeste	Rio de Janeiro	Campos dos Goytacazes	2	
		Duque de Caxias	1	
		Itaperuna	1	
		Paracambi	1	
		Petrópolis	1	
		Rio de Janeiro	3	
		Santo Antônio de Pádua	1	
		Três Rios	1	
		São Paulo	Adamantina	1
			Americana	1
			Araçatuba	1
			Araraquara	1
			Araras	1
			Assis	1
			Barretos	1
			Barueri	1
			Bauru	1
			Bebedouro	1
			Botucatu	1
			Bragança Paulista	1
			Campinas	2
			Capão Bonito	1
			Carapicuíba	1
			Catanduva	1
			Cotia	1
			Cruzeiro	1
			Diadema	1
			Ferraz de Vasconcelos	1
			Franca	1
			Franco da Rocha	1
			Garça	1
		Guaratinguetá	1	
		Guarulhos	1	
		Indaiatuba	1	
		Itapetininga	1	
		Itapira	1	
		Itaquaquetuba	1	
		Itatiba	1	
		Itu	1	
		Jaboticabal	1	
		Jacareí	1	
		Jales	1	
		Jaú	1	
		Jundiaí	1	
		Lins	1	
		Marília	2	

(Continuação)

Região Geográfica da sede administrativa ou reitoria da IES	Unidade da Federação da sede administrativa ou reitoria da IES	Município da sede administrativa ou reitoria da IES	Quantidade de IES Estaduais
Sudeste	São Paulo	Matão	1
		Mauá	1
		Mococa	1
		Mogi das Cruzes	1
		Mogi Mirim	1
		Osasco	1
		Ourinhos	1
		Pindamonhangaba	1
		Piracicaba	1
		Pompéia	1
		Praia Grande	1
		Presidente Prudente	1
		Registro	1
		Ribeirão Preto	1
		Santana de Parnaíba	1
		Santo André	1
		Santos	1
		São Bernardo do Campo	1
		São Caetano do Sul	1
		São Carlos	1
		São José do Rio Preto	2
		São José dos Campos	1
		São Paulo	10
		São Roque	1
		São Sebastião	1
		Sertãozinho	1
Sorocaba	1		
Sumaré	1		
Taquaritinga	1		
Tatuí	1		
Taubaté	1		
Votorantim	1		
Sul	Paraná	Cascavel	1
		Guarapuava	1
		Jacarezinho	1
		Londrina	1
		Maringá	1
		Paranavaí	1
		Ponta Grossa	1
Santa Catarina	Florianópolis	1	
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	1	
Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	Dourados	1
	Mato Grosso	Cáceres	1
	Goiás	Anápolis	1
		Catalão	1

(Conclusão)

Região Geográfica da sede administrativa ou reitoria da IES	Unidade da Federação da sede administrativa ou reitoria da IES	Município da sede administrativa ou reitoria da IES	Quantidade de IES Estaduais
Centro-Oeste	Goiás	Goianésia	1
		Goiânia	1
	Distrito Federal	Brasília	1
<b>TOTAL</b>			<b>138</b>

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Verifica-se que nem todas as Unidades da Federação possuem IES Públicas Estaduais, de forma que, elas estão presentes em 19 Capitais dos Estados da Federação e, também, na Capital Federal, totalizando 20 Capitais de Unidades da Federação, no universo das 27 Unidades que compõem o território brasileiro.

Nesta categoria de IES Pública, tem-se São Paulo-SP, com 10 IES, uma quantidade bem acima do número das demais Capitais, pois, Belo Horizonte-MG e Rio de Janeiro-RJ possuem 3 IES cada e Manaus-AM, Boa Vista-RR, Belém-PA, Macapá-AP, Palmas-TO, São Luis-MA, Teresina-PI, Fortaleza-CE, Natal-RN, Recife-PE, Maceió-AL, Salvador-BA, Vitória-ES, Florianópolis-SC, Porto Alegre-RS, Goiânia-GO e Brasília-DF, com 1 IES Pública Estadual, cada, sediada em seus respectivos territórios.

Considerando as 138 IES Públicas Estaduais, com a exclusão das 33 localizadas nas 20 Capitais referenciadas, identifica-se as outras 105, localizadas em 100 Municípios diferentes. Aqui o Estado de São Paulo também se destaca, pois possui 72 IES, em 69 Municípios diferentes. O Estado de Rio de Janeiro conta com 11 IES em 10 Municípios, o Paraná com 7 IES em 7 Municípios distintos, Bahia e Goiás com 3 IES em 3 Municípios e Ceará com 2 IES em 2 Municípios diversos.

Os Estados do Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, possuem 1 IES Pública Estadual cada.

O contexto do Estado de São Paulo, se dá pela existência da Faculdade de Tecnologia de São Paulo – FATEC-SP, que oferta exclusivamente cursos tecnológicos ([www.fatecsp.br](http://www.fatecsp.br)), não oferecendo as modalidades de licenciatura e bacharelado, possuindo 69 unidades em 69 Municípios distintos, excluindo-se sua sede na Capital.

Outra questão identificada nos dados do Censo 2023, é que todas as IES Estaduais, inclusive as Paulistas, que possuem campi fora de sua sede, não os

consideraram para efeitos de informações, posto que o critério é o local da sede administrativa ou reitoria.

Considerando tal especificidade, elaborou-se a Tabela 4, excluindo-se as unidades da FATEC-SP, mantendo-se apenas a referência à sua sede administrativa na Capital Paulista.

Tabela 4: Localização das IES Públicas Estaduais por Município, excluindo-se as unidades da FATEC-SP

(Continua)

<b>Região Geográfica da sede administrativa ou reitoria da IES</b>	<b>Unidade da Federação da sede administrativa ou reitoria da IES</b>	<b>Município da sede administrativa ou reitoria da IES</b>	<b>Quantidade de IES Estaduais</b>
Norte	Amazonas	Manaus	1
	Roraima	Boa Vista	1
	Pará	Belém	1
	Amapá	Macapá	1
	Tocantins	Palmas	1
Nordeste	Maranhão	Imperatriz	1
		São Luís	1
	Piauí	Teresina	1
	Ceará	Crato	1
		Fortaleza Sobral	1 1
Rio Grande do Norte	Mossoró Natal	1 1	
Nordeste	Paraíba	Campina Grande	1
	Pernambuco	Recife	1
	Alagoas	Arapiraca	1
		Maceió	1
	Bahia	Feira de Santana	1
Ilhéus		1	
Salvador		1	
Vitória da Conquista		1	
Sudeste	Minas Gerais	Belo Horizonte	3
		Montes Claros	1
	Espírito Santo	Vitória	1
	Rio de Janeiro	Barra Mansa	1
		Bom Jesus do Itabapoana	1
		Campos dos Goytacazes	2
		Duque de Caxias	1
		Itaperuna	1
		Paracambi	1
		Petrópolis	1
		Rio de Janeiro	3
Santo Antônio de Pádua		1	
Três Rios	1		
São Paulo	Campinas	1	

(Conclusão)

Região Geográfica da sede administrativa ou reitoria da IES	Unidade da Federação da sede administrativa ou reitoria da IES	Município da sede administrativa ou reitoria da IES	Quantidade de IES Estaduais
Sudeste	São Paulo	Campinas	1
		Marília	1
		São José do Rio Preto	1
		São Paulo	3
Sul	Paraná	Cascavel	1
		Guarapuava	1
		Jacarezinho	1
		Londrina	1
		Maringá	1
		Paranavaí	1
		Ponta Grossa	1
	Santa Catarina	Florianópolis	1
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	1	
Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	Dourados	1
	Mato Grosso	Cáceres	1
	Goiás	Anápolis	1
		Catalão	1
		Goianésia	1
		Goiânia	1
Distrito Federal	Brasília	1	
<b>TOTAL</b>			<b>62</b>

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

A partir da tabela 4, tem-se um novo cenário, em termos de presença das IES Estaduais, com 62 Instituições, em 54 Municípios diferentes. Considerando que 20 desses Municípios são Capitais, ao excluí-las, tem-se a presença das IES Estaduais em 34 Municípios do interior dos respectivos Estados.

Finalmente, com relação à localização da sede administrativa ou reitoria, tem-se, ainda, os dados relativos às IES Municipais, conforme apresentados na tabela 5.

Tabela 5: Localização das IES Públicas Municipais por Município

(Continua)

Região geográfica da sede administrativa ou reitoria da IES	Unidade da Federação da sede administrativa ou reitoria da IES	Município da sede administrativa ou reitoria da IES	Quantidade de IES Municipais
Norte	Tocantins	Gurupi	1
Nordeste	Pernambuco	Afogados da Ingazeira	1
		Araripina	3
		Arcoverde	2
		Belém do São Francisco	1
		Belo Jardim	1



Em análise da tabela 5, nota-se que 8 Estados da Federação possuem Instituições Públicas Municipais instaladas em seus territórios, destacando-se o Estado de São Paulo, que possui 23 IES em 21 Municípios diferentes, uma vez que Franca e Jundiaí, possuem duas Instituições cada.

Ainda, o Estado de Pernambuco conta com 19 Instituições, em 13 Municípios diversos, sendo que Araripina e Serra Talhada possuem 3 e Arcoverde e Palmares 2 IES cada um.

No Estado de Goiás tem-se 4 Instituições instaladas, os Estados do Paraná e Santa Catarina possuem 3 IES cada um, Espírito Santo e Rio de Janeiro, 2 e Tocantins com 1 Instituição, em diferentes Municípios.

Assim, como já apresentado na tabela 1, e constatado na tabela 4, tem-se que nenhuma IES Pública Municipal está sediada em Capital de Unidade Federativa, constatando-se que as 57 Instituições possuem as suas respectivas sedes administrativas ou reitorias, em 49 Municípios diferentes, em 8 Estados da Federação.

Importante consignar que, aqui também foram computados unicamente os Municípios em que estão localizadas as sedes administrativas ou reitorias das IES, não sendo considerados os campi fora de sede das Universidades Públicas Municipais.

Considerados todos os dados acima apresentados, constata-se a presença relevante de sedes administrativas ou reitorias de Instituições Públicas Federais e Estaduais em Capitais de Unidades da Federação.

Excluindo-se as IES Públicas localizadas em Capitais tem-se as Federais sediadas e 47 Municípios distintos, as Estaduais em 34 e as Municipais em 49 Municípios do interior do Brasil, ou seja, em termos de diversidade de localização, considerando a sede administrativa ou reitoria, tem-se a predominância das Instituições Públicas Municipais.

Desta forma, analisando o processo de interiorização do ensino superior público no Brasil, a fim de levar oportunidade de formação e qualificação às mais diversas localidades, resta caracterizada uma atuação significativa das Instituições de Ensino Superior Públicas Municipais, principalmente, considerando que, após a Constituição Federal de 1988, esse modelo praticamente deixou de ser utilizado, conforme já explanado.

#### 2.4.2 Dos funcionários e docentes das IES Municipais

Como já apresentado nos itens 2.2.2 e 2.2.3 acima, tanto a instalação de uma IES, como o seu processo de expansão promovem a abertura de novas vagas de emprego, com a oferta para funcionários administrativos e docentes, bem como a possibilidade de qualificação profissional, sendo tal fenômeno também identificado com as IES Públicas Municipais.

Neste tópico serão apresentados os dados constantes do Censo da Educação Superior do ano de 2023, relativos à qualificação dos funcionários e docentes, bem como o regime de trabalho docente, em relação a todas as IES Públicas do Brasil, e, também, de forma separada, as do Estado de São Paulo, considerando sua representatividade quantitativa.

Os dados do Censo informam que as IES Públicas Municipais possuíam, à época do levantamento, 4.354 funcionários, dos quais 1.661, correspondente a 38,1%, possuem ensino superior completo e 1.096, ou seja, 25,2% realizaram algum nível de pós-graduação.

Quanto às IES Públicas Municipais Paulistas, 838 funcionários, que representam 44,5% do total, são portadores de diploma de nível superior e 354, ou 18,8% possuem cursos de pós-graduação.

Assim, em nível nacional, 2.757 funcionários, que representam 63,3% do total, possuem ensino superior ou algum nível de pós-graduação, identificando-se o mesmo percentual no Estado de São Paulo.

A partir de tais dados, pode-se concluir que as IES Públicas Municipais possuem, em seus quadros, um número significativo de profissionais técnico-administrativos qualificados, que acabam por interferir nos aspectos de empregabilidade e na realidade econômica das respectivas regiões.

No que se refere aos Docentes, as IES Públicas Municipais contam com 6.606 professores, dos quais 6.286 estão em efetivo exercício e os demais afastados, já no Estado de São Paulo, o total de docentes é de 3.190, sendo que 3.092 estão em efetivo exercício.

Com relação à escolaridade dos docentes, tem-se o detalhamento dos níveis conforme dados extraídos do Censo 2023, apresentados na tabela 6.

Tabela 6: Níveis de escolaridade dos docentes das IES Públicas Municipais

Docentes por escolaridade	IES Públicas Municipais do Brasil		IES Públicas Municipais Paulistas	
	Número	Percentual	Número	Percentual
Docentes em exercício sem curso de graduação	0	0,0%	0	0,0%
Docentes em exercício com curso de graduação	19	0,3%	8	0,3%
Docentes em exercício com especialização	1.518	24,1%	584	18,9%
Docentes em exercício com mestrado	2.706	43,0%	1.262	40,8%
Docentes em exercício com doutorado	2.043	32,5%	1.238	40,0%

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Verifica-se que as IES Públicas Municipais do Brasil possuem um total de 6.286 professores em efetivo exercício, dos quais 3.092, ou seja 49,2%, estão vinculados às IES Públicas Municipais do Estado de São Paulo, número que se justifica, uma vez que, das 57 IES Municipais do país, 23 delas, ou 40,4%, estão em território paulista.

Constata-se que não existe nenhum docente sem curso de graduação e aqueles portadores somente de graduação correspondem a um percentual muito baixo, em relação ao total dos docentes em exercício nas IES Públicas Municipais, sendo que praticamente a totalidade possui, no mínimo o título de especialista.

Considerando as IES Públicas Municipais do Brasil como um todo, o percentual de docentes portadores de mestrado ou doutorado, correspondem a aproximadamente 75% do total, índice elevado e que caracteriza a qualificação do corpo docente de tais IES.

Ainda, com relação à qualificação docente, deve ser ressaltado que a quantidade de professores portadores dos títulos de mestre e doutor, se caracteriza como requisito legal para o credenciamento das IES, bem como para autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, junto aos órgãos reguladores, que no caso das IES Públicas Municipais, são os respectivos Conselhos Estaduais de Educação.

Considerando que Estado de São Paulo abarca a maioria das IES Públicas Municipais, traz-se para análise a questão da titulação docente regulamentada pelo CEE-SP, a qual se dá por meio da Deliberação nº 145/2016, que em seu artigo 2º, assim estabelece:

Art. 2º Nos processos de credenciamento e reconhecimentos institucionais, os percentuais mínimos de docentes previstos no inciso I do artigo 1º são:  
I - para as universidades: dois terços (2/3) do total de docentes da Instituição composto por mestres/doutores com, pelo menos, um terço (1/3) do total de docentes da Instituição com o título de doutor;

- II - para os centros universitários: metade (1/2) do total de docentes da Instituição composto por mestres/doutores com, pelo menos, um quarto (1/4) do total de docentes da instituição com o título de doutor;
- III - para as faculdades integradas e instituições isoladas: um terço (1/3) do total de docentes da Instituição composto por mestres/doutores com, pelo menos, um nono (1/9) do total de docentes da Instituição com o título de doutor.

A partir do disposto no diploma legal referenciado, constata-se a existência de requisitos mínimos de titulação, de acordo com a natureza acadêmica das IES, quais sejam, universidades, centros universitários, faculdades integradas e instituições isoladas.

Para as faculdades integradas e instituições isoladas, exige-se 33,33% de docentes mestres e doutores e 11,11% de doutores, e, para os centros universitários os percentuais são de 50% e 25%, respectivamente.

Sendo certo que, para as universidades, exige-se um número maior de mestres e doutores, correspondente a 66,66% do total de professores, bem como uma quantidade, também maior, especificamente para portadores do título de doutor, correspondente a 33,33% do corpo docente, caracterizando-se, aqui, um conjunto de exigências mais rigorosas.

Conforme os dados constantes da tabela 6, as IES Públicas Municipais Paulistas possuem 80,8% de docentes portadores de mestrado ou doutorado e 40,0% de doutores, percentuais que superam os requisitos legais mínimos de titulação docente, para o credenciamento junto ao CEE/SP.

Como já explanado na Introdução do presente trabalho, das 23 IES Públicas Municipais, localizadas no Estado de São Paulo, tem-se 2 universidades, 4 centros universitários e 17 faculdades isoladas.

Inobstante a existência de somente 2 universidades Públicas Municipais no Estado de São Paulo, e às exigências, em termos percentuais de professores portadores de títulos de mestres e doutores, para as outras categorias acadêmicas, serem menos rigorosas, os percentuais totais de docentes titulados das IES Públicas Municipais Paulistas estão em conformidade com a Deliberação CEE/SP 145/2016, no tocante às exigências para credenciamento de universidades.

Assim, tem-se caracterizado, em relação aos docentes, a demonstração de qualificação acima do limite legal, considerando-se as exigências mais rigorosas, o que demonstra o compromisso das IES Públicas Municipais não só com o

cumprimento da legislação, mas também com a melhoria de seu corpo docente, garantindo-se, nos cursos ofertados, professores titulados.

Para além das questões geográficas relacionadas às sedes das IES Públicas Municipais e das informações relativas ao quadro de pessoal das mesmas, considerando funcionários e professores, outro ponto que se aborda, a partir dos dados do Censo em referência, refere-se ao conjunto de informações sobre os cursos ofertados por elas, as quais serão tratadas em tópico próprio, a seguir.

#### 2.4.3 Dos cursos ofertados pelas IES Públicas Municipais

Neste item serão abordados, a partir dos dados disponíveis no Censo da Educação Superior do ano de 2023, aspectos específicos dos cursos ofertados pelas IES Públicas Municipais, quais sejam os referentes ao local de oferta, a denominação e as áreas às quais estão vinculados, bem como o tipo de curso.

Quanto ao local de oferta dos cursos, considerando a Região Geográfica e o respectivo Estado da Federação, organizou-se a tabela 7, com a indicação da quantidade de cursos, em números absolutos, ofertados por IES Públicas Municipais, bem como o total de cursos ofertados por IES Públicas como um todo, incluindo-se aí, as Instituições Federais e as Estaduais.

Tabela 7: Localização de oferta dos cursos das IES Públicas Municipais por Região Geográfica e por Unidade da Federação.

(Continua)

Região geográfica do local de oferta do curso	Unidade da Federação do local de oferta do curso	Tipo de Categoria Administrativa da IES	
		Públicas Municipais	Total Públicas
		N	N
EAD	EAD	90	667
Norte	Rondônia	-	128
	Acre	-	112
	Amazonas	-	286
	Roraima	-	146
	Pará	-	524
	Amapá	-	104
	Tocantins	17	260
Nordeste	Maranhão	3	791
	Piauí	-	689
	Ceará	1	716
	Rio Grande do Norte	-	404

(Conclusão)

Região geográfica do local de oferta do curso	Unidade da Federação do local de oferta do curso	Tipo de Categoria Administrativa da IES	
		Públicas Municipais	Total Públicas
		N	N
Nordeste	Paraíba	-	432
	Pernambuco	106	566
	Alagoas	-	272
	Sergipe	-	201
	Bahia	3	937
Sudeste	Minas Gerais	99	1.584
	Espírito Santo	12	226
	Rio de Janeiro	37	925
	<b>São Paulo</b>	<b>601</b>	<b>4.985</b>
Sul	Paraná	29	1.102
	Santa Catarina	193	575
	Rio Grande do Sul	-	1.041
Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	1	346
	Mato Grosso	1	503
	Goiás	57	593
	Distrito Federal	-	185
	<b>Total</b>	<b>1.250</b>	<b>19.300</b>

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Extrai-se que o local de oferta dos cursos guarda relação direta com a sede administrativa das IES Públicas Municipais. Em termos comparativos, tem-se que as IES Públicas como um todo, ou seja, Federais, Estaduais e Municipais, ofertam um total de 19.300 cursos nas diferentes Regiões e Estados do País, ao passo que as IES Públicas Municipais, ofertam 1.250 cursos, o que corresponde a 6,48% do total de cursos ofertados por IES Públicas.

Ainda, há os cursos ofertados na modalidade EAD, que considerando todas as IES Públicas perfazem o total de 667 cursos, sendo que as Municipais oferecem 90 cursos, o que corresponde a 13,49% da oferta.

Finalmente, destaca-se o Estado de São Paulo, com o maior número de cursos ofertados tanto pelas IES Públicas como um todo, que perfaz o total de 4.985 cursos, como pelas Municipais, com a oferta de 601 cursos, ou 12,06% dos cursos.

Com relação a estes dados constata-se, portanto, que, em âmbito nacional, as IES Públicas Municipais oferecem 6,48% do total de cursos ofertados por IES Públicas no Brasil. Se considerarmos apenas o Estado de São Paulo, em face da maior quantidade de Municipais, esse percentual é maior, representando 12,06% dos cursos

e, no caso da oferta em EAD, tem-se mais um pequeno aumento, para 13,49% da oferta em EAD, de cursos pelas IES Públicas Municipais.

Assim, verificou-se que os percentuais de oferta de cursos pelas IES Públicas Municipais caracterizam uma representatividade significativa, notadamente pelo fato de que, como já explanado anteriormente, não se verifica o aumento na quantidade desse tipo de Instituição com o advento da Constituição Federal de 1988.

Quanto às áreas de oferta dos cursos, o Censo da Educação Superior promove uma adaptação, por área geral, específica e detalhada, da Classificação Internacional Normalizada da Educação Cine/Unesco, de forma que, em relação às IES Públicas Municipais, no ano de 2023, tem-se tal classificação conforme tabela 8, abaixo colacionada.

Tabela 8: Adaptação, por área, da Classificação Internacional Normalizada da Educação Cine/Unesco, dos cursos ofertados pelas IES Públicas Municipais.

(Continua)

Identificação da área geral	Identificação da área específica	Identificação da área detalhada	PÚBLICA Municipal	
			N	%
Agricultura, silvicultura, pesca e veterinária	Agricultura	Produção agrícola, agropecuária e zootecnia	45	3,6%
	Silvicultura	Silvicultura	2	0,2%
	Veterinária	Veterinária	10	0,8%
Artes e humanidades	Artes	Moda, design de interiores e desenho industrial	6	0,5%
		Produção audiovisual, de mídia e cultural	7	0,6%
Ciências naturais, matemática e estatística	Ciências biológicas e correlatas	Biologia	4	0,3%
	Ciências físicas	Química	3	0,2%
Ciências sociais, comunicação e informação	Ciências sociais e comportamentais	Ciências sociais e políticas	1	0,1%
		Economia	6	0,5%
		Psicologia	26	2,1%
	Comunicação e informação	Comunicação e reportagem	8	0,6%
Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	Ciência da computação	8	0,6%
		Desenvolvimento de sistemas que integram software e hardware	1	0,1%
		Gestão e desenvolvimento de sistemas de informação	43	3,4%
		Infraestrutura e gestão de TIC	4	0,3%
		Produção de software	8	0,6%

(Continuação)

Identificação da área geral	Identificação da área específica	Identificação da área detalhada	PÚBLICA Municipal		
			N	%	
Educação	Educação	Formação de professores de letras	55	4,4%	
		Formação de professores em áreas específicas (exceto Letras)	339	27,1%	
		Formação de professores sem áreas específicas	107	8,6%	
Engenharia, produção e construção	Arquitetura e construção	Arquitetura e planejamento urbano	9	0,7%	
		Engenharia civil e construção	21	1,7%	
	Engenharia e profissões correlatas	Eletricidade e energia	3	0,2%	
		Eletrônica e automação	7	0,6%	
		Engenharia mecânica e metalurgia	5	0,4%	
		Engenharia química e de processos	2	0,2%	
		Tecnologia de proteção ambiental	15	1,2%	
	Produção e processamento	Veículos a motor, construção naval, aeronáutica, ferroviária e metroviária	1	0,1%	
		Processamento de alimentos	1	0,1%	
Negócios, administração e direito	Produção e processos de fabricação	12	1,0%		
	Direito	Direito	37	3,0%	
Negócios, administração e direito	Negócios e administração	Negócios e administração	58	4,6%	
		Finanças, bancos e seguros	19	1,5%	
		Gestão comercial	18	1,4%	
		Gestão e administração	167	13,4%	
		Marketing e propaganda	29	2,3%	
Secretariado e trabalhos de escritório	1	0,1%			
Programas básicos	Programas básicos	Programas básicos	3	0,2%	
Saúde e bem-estar	Bem-estar	Serviço social	19	1,5%	
	Saúde	Programas interdisciplinares abrangendo saúde e bem-estar	Enfermagem	20	1,6%
		Farmácia	13	1,0%	
		Medicina	27	2,2%	
		Odontologia	12	1,0%	
Promoção, prevenção, terapia e reabilitação	54	4,3%			
Tecnologia de diagnóstico e tratamento médico	9	0,7%			

(Conclusão)

Identificação da área geral	Identificação da área específica	Identificação da área detalhada	PÚBLICA Municipal	
			N	%
Serviços	Serviços pessoais	Serviços de beleza	4	0,3%
		Turismo e hotelaria	1	0,1%

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Identifica-se, na tabela 8, que, conforme adaptação da Classificação Internacional Normalizada da Educação Cine/Unesco, os 1.250 cursos ofertados pelas IES Públicas Municipais estão distribuídos em 11 áreas gerais, 20 áreas específicas e 46 áreas detalhadas.

Considerando as áreas gerais, tem-se três delas, que contemplam uma maior concentração de cursos, apresentando-se, com a maioria, a Educação, com 501 cursos ofertados, correspondente a 40,1%, destacando-se, em termos de área detalhada, a formação de professores em áreas específicas, exceto letras, com 339 cursos, ou 27,1%.

A outra área que contempla um número significativo, é a de Negócios, Administração e Direito, com 329 cursos, equivalente a 26,3% da oferta, na qual se apresenta, com o maior número, a área detalhada de gestão e administração, pertencente a área específica de Gestão e Administração, com 167 cursos ofertados, ou 13,4% do total.

E, ainda, tem-se a área geral da Saúde e bem-estar, com 154 cursos ofertados, representando 12,3%, sendo que, aqui, integrante da área específica da Saúde, tem-se a área detalhada da promoção, prevenção, terapia e reabilitação, 54 ou 4,3% dos cursos ofertados pelas IES Públicas Municipais do Brasil.

Finalmente, como último ponto deste tópico, traz-se os números relativos ao tipo de grau acadêmico conferido aos alunos que concluem os cursos ofertados pelas IES Públicas Municipais.

Tem-se que, dos 1.250 cursos ofertados, 504 deles são de licenciatura, como já visto acima, quando da análise das áreas de oferta, sendo que, o restante, refere-se a 516 cursos de bacharelado, correspondendo a 41,3% e 230 cursos de Tecnólogo, que equivalem a 18,4% do total dos cursos ofertados pelas IES Públicas Municipais.

Com isto, considerando os dados disponíveis no Censo da Educação Superior do ano de 2023, este tópico detalhou os aspectos específicos dos cursos ofertados pelas IES Públicas Municipais, identificando-se o local de oferta, por região e Estado

da Federação, as áreas às quais estão vinculados, bem como o tipo de grau acadêmico conferido ao aluno que conclui cada um dos cursos, o que permite identificar, quanto a tais aspectos, a atuação das IES Públicas Municipais.

### 3 MÉTODO

Esta seção apresenta a caracterização e o tipo de pesquisa desenvolvida, com a demonstração da técnica de coleta de dados utilizada e a construção da matriz de amarração que norteou a elaboração do roteiro de entrevistas, bem como a forma de análise dos dados coletados e a figura ilustrativa da estrutura da pesquisa.

#### 3.1 Caracterização e tipo de pesquisa

A pesquisa deve ser entendida como a busca por respostas de um determinado problema que não possui informações suficientes ou quando, ainda que existentes ou disponíveis, não estão adequadamente organizadas e apresentadas ou disponibilizadas. Para o desenvolvimento de uma pesquisa científica, é necessária a utilização de métodos e procedimentos específicos que responderão ao problema proposto e aos objetivos (Gil, 2002).

Neste sentido, a metodologia, pode ser conceituada como o conjunto de ações, técnicas e regras adotadas em determinado processo, que, conseqüentemente é a forma de se alcançar o objetivo definido (Richardson *et al.*, 1999).

Sobre a forma de abordagem do problema, as pesquisas podem ser classificadas como quantitativas, isto é, traduzem em números as opiniões e informações para poder qualificá-las, ou qualitativas, que interpreta os fenômenos sem necessariamente utilizar técnicas estatísticas, uma vez que o pesquisador deve utilizar o ambiente natural para a coleta de dados (Moresi, 2003).

Considerando, como já apresentado, que inexistem estudos sobre o papel das Instituições Municipais de Ensino Superior para o desenvolvimento das respectivas regiões, bem como sua relevância para a Educação Superior, em termos quantitativos, comparativamente às Instituições Públicas Federais e Estaduais, pretendeu-se investigar suas contribuições para com a comunidade nas quais estão instaladas, evidenciando seus efeitos no desenvolvimento regional.

Assim, a trajetória desenvolvida, que permitiu atingir os objetivos propostos na pesquisa foi traçada qualitativamente, considerando-se os resultados das buscas e verificações de informações coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas junto aos Dirigentes das respectivas Instituições Municipais jurisdicionadas ao CEE/SP.

O presente estudo é caracterizado como qualitativo e exploratório, pois permite uma percepção ampla e geral sobre as IES Municipais e, com o levantamento de suas principais atividades, projetos e programas, traz elementos e informações que traduzem sua contribuição no desenvolvimento regional.

Ressalta-se de acordo com Godoy (1995), que as pesquisas qualitativas caracterizam-se, essencialmente, pela avaliação empírica da realidade natural do ambiente, atribuindo-se valor na relação direta do pesquisador com o objeto de estudo, como no presente caso.

### 3.2 População e amostra

Em se tratando de uma pesquisa qualitativa, conforme orienta Minayo (2017), não é recomendável que se escolha as amostras segundo critérios quantitativos. Ao contrário, a composição deve considerar vários fatores, os quais vão além da quantidade, como a relevância das atividades desenvolvidas pelos atores e o alcance delas para os objetivos propostos pelo estudo. Nesse sentido, é que a amostra foi definida.

É pertinente evidenciar que o investigador prevê um montante de entrevistas com sujeitos focais estabelecidos para o entendimento das adequado dos dados e resultados esperados de um razoável estudo. Não se deve definir, de início, o momento de saturação, mas prevalece a intenção do pesquisador de encontrar a lógica do seu objeto de estudo em todas as suas conexões e interconexões.

Em pesquisa qualitativa, o método para a amostragem, que considera o instrumento da saturação, avalia em que ponto as entrevistas realizadas com os atores, no campo, se caracterizam revelações coletivas, possibilitando inferências sobre o resultado levantado. Nesse caminho, o projeto de pesquisa deve definir, em princípio, uma quantidade de entrevistas a serem realizadas, com o respectivo tempo estabelecido para o levantamento de campo, mas, ao atingir o ponto de saturação, o número de entrevistas necessárias para o levantamento de dados mostra-se suficiente.

As respostas são balizadas no método de saturação elaborado por Creswell (2010), que propõe a mesma quantidade para as pesquisas de teoria fundamentada em que sugere os estudos fenomenológicos, se limitando a, no máximo 25, e, no mínimo, 05 entrevistas.

### 3.3 Técnica de coleta de dados

Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas por videochamadas, junto aos Dirigentes das respectivas Instituições Municipais jurisdicionadas ao CEE/SP, observando-se, como apresentado acima, o ponto de saturação.

Cumprе esclarecer que no momento da definição da amostra e da realização das entrevistas, como esclarecido no item 2.3, a Faculdade de Dracena – UNIFADRA ainda integrava o conjunto de IES Municipais vinculadas ao CEE/SP, registrando-se que, o fato de ter migrado para o sistema federal de ensino não lhe retirou as características essenciais do modelo, quais sejam a criação por Lei Municipal e a possibilidade de cobrança de mensalidades.

#### 3.3.1 Entrevistas semiestruturadas

Nas entrevistas semiestruturadas o pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, porém, realizadas em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa. É possível realizar perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras, ou para recompor o contexto da entrevista, caso o entrevistado tenha se desviado do tema ou tenha encontrado dificuldades com ele. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados (Boni; Quaresma, 2005).

A elaboração do roteiro de entrevistas deve se dar a partir da adoção do instrumento denominado Matriz de Amarração, sugerido por Mazzon em 1981, que constitui uma representação matricial em que se apresentam as conexões e aos vínculos entre modelo, objetivos, questões e/ou hipóteses de pesquisa e procedimentos e técnicas de análise de dados, com a finalidade de avaliar a coerência das relações estabelecidas entre as dimensões e decisões de encaminhamento de uma pesquisa, indicando a consistência metodológica da intervenção científica (Telles, 2001).

Considerando a análise dos estudos levantados e o constante no apêndice C, bem como a temática da pesquisa, caracterizada pela atuação das IES no desenvolvimento regional e os resultados decorrentes dos 37 estudos apresentados no referencial teórico, elaborou-se a matriz de amarração apresentada no Quadro 3.

Quadro 3: Matriz de amarração

(Continua)

<b>Variável / Item</b>	<b>Fundamento</b>	<b>Método</b>
Conteúdo e quantidade de pedidos e/ou registros de marcas e patentes a partir de projetos e ações das IES.	Brissola, <i>et al.</i> (1997) Mattia (2013)	Entrevistas semiestruturadas
Quantidade de estudos sobre os reflexos e impactos da instalação da IES no Município e/ou na região em que está localizada	Marchioro, <i>et al.</i> (2007) Silva (2016) Braga (2019) Arakaki (2020)	Entrevistas semiestruturadas
Quantidade de estudos sobre os reflexos e impactos da expansão da IES para outros Municípios e/ou nas regiões além daquelas em que está localizada	Mattia (2013) Andriola e Suliano (2015) Cerdeira; Cabrito e Mucharreira (2018) Silva e Silva (2018)	Entrevistas semiestruturadas
Conteúdo e quantidade de atividades e projetos voltados para a formação profissional e atendimento de demandas pré-determinadas	Forgiarini (2014) Pereira; Pureza e Hage (2017) Regasson; Silva e Pilla (2019) Souza (2019) Nunes; Silva e Santos (2022)	Entrevistas semiestruturadas
Teor e quantidade de projetos de inovação que a IES se caracteriza como protagonista, indutora e/ou fomentadora	Pradella (2015) Cândido e Maciel (2019) Ferreira (2019) Silva; Santana e Rapini (2021)	Entrevistas semiestruturadas
Número de estudos, projetos e atividades da IES que provocaram contribuição no aumento do PIB no Município e/ou na região em que está localizada	Alves e Gumbowsky (2017) Laraab e Carnielo (2018) Serra; Rolim e Bastos (2018) Cândido e Maciel (2019) Bonho (2020) Silva; Papali e Moreira Neto (2020) Nascimento a Santos (2021)	Entrevistas semiestruturadas
Teor e número de projetos e atividades culturais que a IES se caracteriza como protagonista, indutora e/ou fomentadora	Cerdeira; Cabrito e Mucharreira (2018) Fraga <i>et al.</i> (2020) Azevedo (2021) Neuhold e Pozzer (2022)	Entrevistas semiestruturadas
Número de estudos projetos e atividades da IES que provocaram contribuição no aumento do IDH no Município e/ou na região em que está localizada	Laraab e Carnielo (2018) Silva e Silva (2018) Forgiani; Alves e Cassanego Junior (2019) Teleginski, Rau e Nascimento (2019) Bonho (2020)	Entrevistas semiestruturadas

(Conclusão)

<b>Variável / Item</b>	<b>Fundamento</b>	<b>Método</b>
Quantidade de Programas de Pós-Graduação ofertados pelas IES, com linhas de pesquisas ou eixos temáticos voltados para o desenvolvimento regional	Aguiar, <i>et al.</i> (2019) Castro <i>et al.</i> (2019) Cesário; Azevedo Filho e Hora (2019) Cohen (2019) Barboza; Pereira e Vale (2020) Silveira, <i>et al.</i> (2020)	Entrevistas semiestruturadas
Quantidade de projetos e atividades da IES, desenvolvidos em convênios ou parcerias com empresas e/ou governo, em qualquer das esferas, com objetivo de promoção de desenvolvimento regional	Cândido e Maciel (2019) Cesário; Azevedo Filho e Hora (2019) Coelho; Sossai e Oliveira (2020)	Entrevistas semiestruturadas
Contribuição econômica da IES por meio do percentual desta em relação ao orçamento Municipal	Barbosa Petterini e Ferreira (2020) Azevedo (2021) Nascimento e Santos (2021) Nunes; Silva e Santos (2022)	Entrevistas semiestruturadas
Teor e número de projetos, programas e atividades promotoras do desenvolvimento sustentável que a IES se caracteriza como protagonista, indutora e/ou fomentadora	Marchioro, <i>et al.</i> (2007) Azevedo (2021)	Entrevistas semiestruturadas

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

A partir da matriz de amarração acima apresentada, elaborou-se o roteiro de entrevistas, com as questões abertas, conforme apresentado no apêndice E.

A forma de definição dos participantes das entrevistas semiestruturadas foi a condição de dirigente de IES Municipal, jurisdicionada ao CEE/SP, considerando a quantidade de IES Municipais paulistas, em relação aos demais Estados da Federação, como já justificado anteriormente. Ainda, tem-se que o exercício das funções diretivas, permite uma noção ampla de todas as atividades da IES, bem como de suas relações com os diversos setores das comunidades. Assim, tal grupo caracteriza-se como amostra não probabilística intencional ou por julgamento.

A seleção da amostra foi estabelecida a partir dos critérios acima. As entrevistas foram realizadas considerando o número de alunos matriculados nas IES Municipais Paulistas, por ordem decrescente, adotando-se como critério de parada a teoria da saturação.

A fim de se garantir informações precisas, mais próximas e alinhadas com os objetivos da pesquisa, se pretendeu estabelecer uma abordagem sistematizada,

enfatizando-se de início a confidencialidade e ética inerentes às atividades acadêmicas, de forma a garantir que todos sentiram-se confortáveis nas respostas, esclarecendo-se ainda, que inexistem respostas certas ou erradas, posto que se buscou a visão dos dirigentes, sobre o tema. Na sequência, foi solicitada uma breve apresentação do entrevistado e o desenvolvimento dos tópicos do roteiro da entrevista, respeitando-se o tempo previamente disponibilizado pelo entrevistado.

Foi solicitada autorização para gravação das entrevistas, a fim de se realizar as respectivas transcrições, de forma a permitir uma análise posterior mais detalhada.

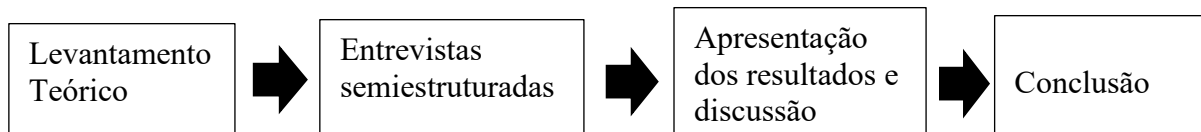
### 3.4 Análise de dados e discussão

Propôs-se tratar os dados por meio do sistema de análise das mensagens que, segundo Bardin (2011), se caracteriza como procedimentos para verificação das informações por meio de interpretação dos conteúdos respectivos.

A fim de efetivar tal proposta, os resultados das entrevistas foram separados por ordem, conforme a natureza individual da própria fala, a partir de informações que surgiram, da avaliação das propostas trazidas pelos entrevistados. Assim, se buscou dar objetividade aos resultados obtidos para facilitar a análise, bem como a sistematização, apresentação e discussão.

A estrutura da pesquisa (acima descrita) está também apresentada na figura 1 abaixo:

Figura 1: Estrutura da Pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

## 4 RESULTADOS

Nesta seção, apresenta-se os resultados obtidos por meio das pesquisas realizadas conforme técnica de coletas de dados apresentada no item 3.3.

Foram realizadas 10 entrevistas semiestruturadas, observando-se o estabelecido pelo roteiro constante do apêndice E, e que contém questões abertas, elaboradas e organizadas a partir da matriz de amarração apresentada no Quadro 3.

As respostas foram organizadas por temas, quais sejam: a caracterização dos Dirigentes; a importância da IES para o Município e Região em que estão localizadas; as atividades relacionadas ao desenvolvimento regional; as parcerias celebradas; registros e estudos sobre os impactos no desenvolvimento regional e as especificidades identificadas nas IES Municipais, caracterizadas pelo atendimento a públicos específicos e por dificuldades próprias enfrentadas pelas IES Municipais.

Assim, a apresentação dos resultados obtidos nas entrevistas semiestruturadas, com as respectivas análises, se dará a seguir, em tópicos específicos, para cada um dos temas acima referenciados.

### 4.1 Caracterização dos Dirigentes

Como apresentado anteriormente, foram realizadas as entrevistas com o grupo previamente definida como integrante da amostra, iniciando-se com o pedido para a identificação do entrevistado e sua caracterização como dirigente. Embora este não seja o objeto da pesquisa, entende-se razoável a apresentação sintética dos resultados, a fim de melhor se identificar a amostra da pesquisa.

Em razão da própria natureza pública das IES Municipais, tem-se que a condição de docente é pré-requisito para o exercício da função de dirigente, de forma que 7 entrevistados iniciaram a atuação em tal condição e estão a vários anos nas IES, merecendo destaque a condição do entrevistado 8, que informa: “Eu ingressei na [IES] em 1993 como professora colaboradora [...] em 97 eu fiz o concurso pra professor efetivo.”, estando, portanto, a mais de 30 anos na Instituição.

Nesta mesma linha, extrai-se que os dirigentes fizeram carreira nas Instituições, sendo que 4 deles já exerceram mais de um mandato e 7 informaram que já ocuparam outros cargos na gestão antes de atingirem a direção ou reitoria, como é o caso do entrevistado 5:

Cargo inicial, técnico de pesquisa Jr, que por concurso eu entrei então. Tive a oportunidade de fazer o mestrado e alguns anos depois, em 2008, prestei o concurso pra docente [...] fiz o doutorado, em 2013 assumi a direção desse instituto de pesquisa como professor em jornada de pesquisa, em 2017 assumi a pró reitoria de graduação, em 2020 a reitoria.

Veja-se, que resta caracterizado, portanto, a condição de desenvolvimento de carreira nas IES.

Também na fase de apresentação, identificou-se que 2 dirigentes são ex-alunos das IES e as áreas de formação são bastante variadas, pois 3 são formados em administração e/ou economia, 2 com formação jurídica e 4 em áreas diversas (tecnologia, estatística, odontologia e ciências biológicas) e, ainda, 4 relataram alguma atividade externa, ou seja, desenvolveram outras atividades fora de Instituição e sem relação com a gestão docente.

Na tabela 9 a seguir, tem-se as diversas situações caracterizadoras dos Dirigentes entrevistados.

Tabela 9: Situações caracterizadoras dos Dirigentes entrevistados.

Situação	Quantidade
Formação	4 com formação em áreas diversas (tecnologia, estatística, odontologia e ciências biológicas) 3 com formação em administração e/ou economia 2 com formação na área jurídica
Foi aluno(a) da IES	2 foram alunos das IES que administram.
Foi docente da IES	8 são docentes na IES e 7 iniciaram a atuação na IES com a docência.
Funções externas à IES	4 desenvolveram trabalhos externos à IES e fora da área da educação: auditor fiscal, empresário, procurador.
Histórico de cargos até atingir a reitoria	4 com mais de 1 mandato na reitoria. 7 já exerceram outros cargos na gestão da IES até atingirem a reitoria.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Considerando os resultados identificados, além da condição de docente, já referenciada, outros pontos merecem destaque, quais sejam, a diversidade das áreas de formação e a situação de que os dirigentes possuem vínculos de longos períodos com as respectivas IES, tanto em razão das atuações como docentes, quanto em função do exercício de outras funções de gestão, caracterizando o desenvolvimento de uma carreira profissional na Instituição.

Tal condição, como se verificará a seguir, por meio da análise dos resultados obtidos nas demais questões apresentadas nas entrevistas, permitiu a obtenção de dados e informações mais detalhadas, específicas para o objeto da pesquisa.

Após a apresentação das condições e características dos Dirigentes entrevistados, junto às respectivas IES, tem-se, nos tópicos a seguir, a análise dos demais temas identificados nas respostas ofertadas pelos 10 entrevistados.

#### 4.2 Da importância da IES para o município e para a região

O presente tema decorre das respostas ofertadas às questões do roteiro de entrevistas, de números 2, 3 e 4. A questão de número 2 indagou qual a percepção do Dirigente sobre a importância da IES que dirige para o Município em que está sediada, a questão 3 referiu-se sobre as atividades da IES para a região como um todo, e, a de número 4, questionou se a IES influencia no desenvolvimento do Município e da região.

A apresentação dos resultados referentes a estas 3 questões, se faz à partir de uma organização e sistematização conjunta dos subtemas identificados, em razão da similaridade dos conteúdos presentes nos contextos das respostas ofertadas, permitindo-se uma melhor e adequada compreensão dos apontamentos.

Importante esclarecer que, quando questionados sobre a importância de IES que dirigem para o Município da sede do campus e para a respectiva região na qual está inserida, muitos dirigentes responderam apontando e enumerando projetos atividades e ações realizadas em benefício da comunidade localizada no entorno, porém, exatamente em razão do volume de respostas ofertadas com tal conteúdo, entendeu-se por bem a confecção de um item específico para se abordar a temática, como se verá adiante.

Objetivamente, em relação aos questionamentos aqui abordados, foram identificados 7 subtemas caracterizadores da importância da IES para o Município e região, os quais foram organizados e categorizados em razão do maior número de citações recebidas por cada um, o que permitiu a identificação de uma ordem de relevância entre eles, a partir de tal critério, conforme pode se visualizar na tabela a seguir, que ainda identifica o número de entrevistados que os mencionaram:

Tabela 10: Elementos identificadores da importância e influência das IES para o Município e região.

<b>Situação</b>	<b>Quantidade de citações</b>	<b>Quantidade de Entrevistados</b>
Presença de mão-de-obra qualificada	10	8
Crescimento da IES (novos cursos e aumento no número de alunos)	9	7
Cursos em destaque nas atividades da IES	8	8
Manifestação pessoal e conteúdo emocional	8	8
Contribuição genérica – por vários fatores	6	6
Prestação de serviços públicos	5	5
Interação entre IES, Poder Público e sociedade	4	4

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Nota-se que 10 citações, nas respostas de 8 entrevistados, identificaram que as IES são importantes por possuírem mão-de-obra qualificada, bem como proporcionar a qualificação de pessoal e 9 citações, mencionadas por 7 entrevistados, estabelecem que a importância das IES está caracterizada por seu crescimento, em razão da oferta de novos cursos e, conseqüentemente, no aumento do número de alunos, caracterizando-se aqui, um grupo significativo de respostas que indicam a importância das IES em razão de sua atuação no processo de formação profissional como um todo, pois, a partir da mão de obra qualificada, da qual as IES Municipais são detentoras, é possível oferta de novos cursos que atendam às necessidades regionais, o que produz qualificação profissional na região, gerando atração e retenção de talentos.

Ainda, também relevante, em razão da quantidade, tem-se 8 citações, por 8 entrevistados, destacando que a importância das IES decorre dos cursos ofertados, notadamente na área de saúde, e, o mesmo número de entrevistados e citações manifestam a importância das IES, referindo-se a elas com conotação emocional, valendo-se de palavras como “grandiosidade”, “valorização”, “entranhas”, dentre outras.

Finalmente, 6 citações, por 6 entrevistados, mencionam que a importância está na própria existência das IES, com várias conseqüências inerentes a tal fato; 5 citações, pelo mesmo número de entrevistados, identificam a importância das IES em razão dos serviços públicos por elas prestados, suprimindo lacunas do Estado, e, também, 4 citações de 4 entrevistados, apresentam a interação entre as IES, os Poderes Públicos e a sociedade, como fator de importância das Instituições.

Segue-se uma abordagem de cada um dos subtemas, de forma a se identificar o conteúdo das respostas e sua relação com o objeto do trabalho e os estudos apresentados em sede de fundamentação teórica.

#### 4.2.1 Da importância da IES caracterizada pela mão de obra qualificada

O primeiro subtema identificado, referenciado por 10 citações de 8 entrevistados, refere-se à qualificação profissional no Município e na região, presente tanto no caso dos professores e funcionários, como na própria formação em si.

A questão da qualificação profissional se caracteriza como elemento natural e justificador para a criação de IES Municipais, inclusive como forma de possibilitar que os profissionais graduados pudessem se fixar nessas localidades, agregando, assim, capital humano e crescimento econômico regional (Neves, 2018).

Especificamente, sobre a qualificação do pessoal docente e funcionários, identifica-se a manifestação do entrevistado 1, ao afirmar que:

[...]então nós estamos com o **corpo docente** muito qualificado hoje, mais de 85% com mestrado e doutorado. Por outro lado, permite você investir no seu corpo docente, no seu corpo administrativo e ter um corpo docente e um corpo administrativo de qualidade, esse é o grande trunfo, que eu acho, que as instituições municipais têm.

Ainda, neste mesmo sentido, tem-se a resposta apresentada pelo entrevistado 5 mencionando que “[...]a [IES] virou uma referência de conhecimento, então as cidades nos convidam para participar de projetos como consultor, como provedor de informação[...]”.

Como apresentado de forma mais detalhada no item 2.4.2, de acordo com os dados do Censo da Educação Superior do ano de 2023, considerando todas as IES Municipais do Brasil, tem-se que 25,2% dos funcionários possuem algum nível de pós-graduação, e 75,5% dos professores possuem mestrado ou doutorado, já em relação as IES paulistas, o percentual de funcionários portadores de diploma de pós-graduação é de 18,8% e, quanto aos docentes com mestrado ou doutorado, o índice é de 80,9%.

Assim, observa-se que os dados do Censo da Educação Superior do ano de 2023, confirmam os posicionamentos dos entrevistados, caracterizando as IES Públicas Municipais como estruturas dotadas de mão de obra qualificada para o

desenvolvimento de suas atividades, em especial aquelas relativas ao eixo ensino-pesquisa-extensão, diretamente ligadas ao processo de formação do aluno.

A qualificação da mão de obra é instrumento integrante e inerente ao processo de formação dos alunos, uma vez que caracteriza, juntamente com a expansão do conhecimento, desenvolvimento de pesquisas, dentre outras, razão da própria existência da IES (Aguilar *et al.*, 2019).

Sobre as consequências da qualificação profissional promovida pelas IES, merecem transcrição algumas citações, dentre elas a do entrevistado 3, em referência a algumas áreas específicas, que assim expõe: “Nós temos o pessoal da pedagogia que acaba dando um suporte para as escolas do município, ciências biológicas que dá suporte para a parte de ecoturismo, então as atividades nossas, elas acabam promovendo o desenvolvimento não só da cidade como o regional”.

Outra resposta a ser considerada, é a do entrevistado 5, que menciona a influência para a cidade como um todo, não só na prestação do serviço de forma direta:

Eu tenho certeza que ela influencia no desenvolvimento [do município] principalmente, vamos começar dizendo das funções. Influência criando mão de obra pra cidade, grande parte dos nossos alunos é da cidade, estagiam em empresas da cidade, vivem na cidade, então eu acho que é um papel como qualquer outra, mas o fato de participar na prestação de serviço é uma prestação ativa no desenvolvimento, mas também no planejamento e concepção, não é só colocar o aluno lá.

Nesta linha, tem-se que a interação entre a sociedade e a universidade, por meio do processo de formação de mão de obra qualificada, e inserção dessa mão de obra no mercado de trabalho, tanto da própria cidade, como da região, se constitui em elemento importante do desenvolvimento regional (Regasson; Silva; Pilla, 2019).

Importante, também, observar o que disse o entrevistado 7, pontuando os efeitos da formação profissional na juventude e para o mercado de trabalho:

Na questão do desenvolvimento a gente pode falar em duas vertentes, primeiro na **transformação desses jovens, com formação qualificada**, onde eles vão fazer realmente um diferencial no mercado de trabalho; então a gente tem aí a formação dos alunos, na verdade qualificando e dando esse papel de transformação disso nos municípios onde eles estão locados e aqui também na cidade[...].

Em relação a isso, verifica-se uma pesquisa realizada, envolvendo as Universidades do Estado da Bahia (UNEB), de Pernambuco (UPE) e do Vale do São Francisco (UNIVASF), onde se concluiu que as IES se caracterizam como centro de

formação superior, em diferentes áreas do conhecimento, permitindo, assim, que diferentes extratos sociais obtivessem oportunidades de cursar uma graduação (Nunes; Silva; Santos, 2022).

Finalmente, o entrevistado 8 traz a questão da quantidade de alunos formados e os efeitos desse processo, traduzindo-se no chamado desenvolvimento socioeconômico:

Aonde você vai hoje você encontra um ex-aluno da [IES] fazendo parte da política, da economia, da saúde, do comércio, que se formou na [IES]. Então ela é extrema para o desenvolvimento socioeconômico, cultural de toda a região, ela fez parte de toda essa história, então a importância é a valorização da educação, da formação onde você consegue entregar para o mercado ou entregar pro município uma qualidade melhor de vida e os seus produtos.

Verifica-se neste último relato, que a mão de obra formada pelas IES está presente em diversas atividades, integrando diferentes áreas do processo de desenvolvimento, o qual, segundo Bellingeri (2017), não está mais restrito à ideia de industrialização e crescimento econômico, mas também às questões relativas ao bem-estar das pessoas, razão pela qual se denomina desenvolvimento socioeconômico.

Assim, de todo o acima apresentado, nota-se o processo de formação de mão de obra qualificada, desenvolvido pelas IES Públicas Municipais, representa um instrumento de desenvolvimento regional, inclusive sob o aspecto socioeconômico.

#### 4.2.2 Do crescimento da IES como elemento de importância para o município e para a região

Para além da qualificação profissional, 9 citações efetuadas por 7 entrevistados, apontaram que o próprio crescimento da IES, com a oferta de novos cursos e, conseqüentemente, o aumento no número de alunos, provoca um efeito importante, levando-se em conta o sistema Cidade-Universidade-Região, como destaca Braga (2019), sendo certo que a ampliação da rede de ensino superior provoca um conjunto de efeitos benéficos para o desenvolvimento regional (Cerdeira; Cabrito; Mucharreira, 2018).

Das 9 citações referenciadas, 5 delas apontam a quantidade de cursos ofertados pela IES como um elemento caracterizador de sua importância para o município e região, como pode se observar pela resposta apresentada pelo entrevistado 6:

Pra mim essa pergunta é fantástica porque literalmente essa é uma instituição que forma profissionais que a sociedade local, as empresas locais que a cidade demanda [...] mais o seu entorno. Todas as abordagens de engenharia que são oferecidas na instituição, é uma instituição esse ano faz 55 anos, todas as abordagens e também agora administração, que já faz anos e contabilidade, quando a gente procura as empresas que nós temos funcionários, ou seja, ex-estudantes formados pela IES.

Corroborando com as respostas referenciadas, tem-se o estudo sobre a Universidade Federal do Ceará que identificou o crescimento de municípios do interior do Estado, em função, dentre outros fatores, da ampliação nas opções de formação e qualificação ofertadas à população (Andriola; Suliano, 2015).

Ainda, em estudo sobre a Universidade Federal de Pernambuco, identificou-se que uma maior democratização do nível de ensino, como a ampliação de oferta de cursos, elevou o nível educacional da população do Agreste pernambucano e possibilitou o desenvolvimento local, com a melhoria das condições de vida da população e redução de desigualdades sociais (Silva; Silva, 2018).

Nesta mesma linha, também relevante a transcrição da resposta apresentada pelo entrevistado 7, senão vejamos:

A instituição tem mais de 60 anos, então a gente tem uma tradição muito forte na cidade, além de quando a gente fala da questão da área de saúde da instituição. Nós temos os cursos nossos, o primeiro curso de economia foi lá em 63, depois administração, contábeis na década de 70 e até 1999 a gente não tinha mais cursos, aí chegou a questão da educação física, psicologia e a publicidade e propaganda e o jornalismo, vem incluindo as áreas de saúde, onde tem fisioterapia, farmácia, também a medicina em 2014.

Ainda, considerando o crescimento da IES como elemento de sua importância para o município e para a região, tem-se como fatores apontados a oferta de cursos em outros níveis de ensino, em 2 citações, sendo que em uma delas, o entrevistado 2 menciona: “Então como é que você trabalha um curso superior, principalmente, nós temos aqui 3 unidades escolares, nós temos o colégio, nós temos o curso profissionalizante, que é outra escola e temos o superior.”

Finalmente, tem-se outras 2 citações, que apontam a quantidade de alunos como elemento integrante do crescimento da IES e, conseqüente importância para o município e para a região, destacando-se aqui a resposta ofertada pelo entrevistado 2, que assim se manifestou: “[...]desde o início da [IES], lá atrás, ela teve a sua importância, imagine, quem ia imaginar que lá em 70 nós **tínhamos 2 mil alunos** na formação de professores. É muita gente. Na década de 70 [o município] tinha 25 mil habitantes talvez. Então ela teve uma importância sempre[...]”.

Neste sentido, Silva (2016), em estudo que analisou, sob a ótica socioeconômica, a implantação de Universidade Federal de Campina Grande em Sumé-PB, demonstra que, dentre outros fatores, o ingresso permanente de novos estudantes também redefiniu aspectos financeiros locais, ampliando-se os níveis de renda e empregabilidade, com a promoção do desenvolvimento regional.

Verifica-se, portanto, que o aumento do número de cursos de uma IES, com o consequente aumento no número de alunos, interfere no cotidiano da cidade em que está instalada, bem como no seu entorno.

Os estudos referenciados e as citações colacionadas indicam que o aumento na quantidade de indivíduos circulando na respectiva região é instrumento de promoção do desenvolvimento regional.

#### 4.2.3 Dos cursos que se destacam nas atividades das IES

Considerando as informações coletadas no item acima, verifica-se um crescimento de algumas IES Públicas Municipais, com o aumento no número de cursos ofertados, de forma que, quando indagados sobre a importância das IES, tem-se 8 citações, de 8 entrevistados que, de forma espontânea, mencionaram cursos da área de saúde, sendo que alguns foram citados por sua relevância, e outros por serem mais recentes, o que facilita a lembrança.

O entrevistado 1 relata os efeitos da atuação dos alunos e profissionais formados no curso de medicina para o Município e a região:

[...]hoje nós temos residentes nossos trabalhando em Morro Agudo, residentes da **medicina**, aqui em [no município] grande parte das UBS são tocadas por professores e alunos da [IES]. No meu campus aqui, na unidade 2, nós montamos o ambulatório médico para o atendimento da população do SUS.

Identifica-se por meio do apontamento feito pelo entrevistado 8, a relevância do curso de medicina como um todo:

Hoje eu fui numa certificação do **Hospital Regional** em [...], onde o **hospital** foi certificado como ONU ao atendimento ao paciente. E aí o quanto o presidente do Instituto falou da importância, e depois o prefeito, do que a universidade significou, o curso de **medicina** lá na região.

Mas, não é somente a medicina que se destaca, tem-se a presença de outros cursos de saúde, como medicina veterinária e a fisioterapia, nos termos apontados pelo entrevistado 5:

[...]então toda a saúde animal, por exemplo, toda a saúde animal do município é a [IES] que dá conta, a fisioterapia é a [IES] que dá conta[...]  
 Eu entendo que hoje o destaque maior aqui na [IES] é na saúde, seja a saúde humana, seja a saúde animal, então hoje todos os cursos da saúde têm uma ligação muito grande com o Poder Público, todos os cursos, não só a medicina; a medicina tem um papel importante, é obvio [...]

Veja-se que, das citações acima, observa-se o estabelecimento de um vínculo entre a especificidade de um determinado curso e sua relevância para o município e para a própria região.

Neste sentido, um estudo específico, sobre a formação em Agronomia, na Universidade Federal de Santa Maria, concluiu que os principais motivos para a escolha, pelos alunos, para o curso, estão relacionados, além do interesse pela área agrícola e agropecuária em si, a localização geográfica do campus e a vinculação da Universidade com as atividades locais (Regasson; Silva; Pilla, 2019).

Além das menções aos cursos de graduação, identificou-se também citações sobre cursos de pós-graduação, como o caso de entrevistado 1, sobre o programa de mestrado:

[...] foi formatado o mestrado multidisciplinar que a gente tem aqui, que permitiu a gente qualificar os nossos professores.  
 [...]mas com certeza os nossos cursos na área de licenciatura contribuíram muito pra isso. O nosso mestrado, ele começou em 90, então o grande avanço de mestres e doutores que são formados [no município], foram feitos por aqui.

Merece, ainda, ser apresentado, o que disse o entrevistado 3, em relação ao curso de pós-graduação em urgência e emergência, ofertado pela IES, e o seus efeitos para a cidade:

Nós temos agora o curso de pós-graduação, que é de Urgências e Emergências, ai nesse curso já, ele já vai estar inserido, a gente convida a comunidade, nós estamos falando da Guarda Municipal, da Polícia Militar, do Caps, que é o centro de atendimento psicossocial do município, que vão fazer esse curso de capacitação que é pra atendimento de urgências e emergências, pra pacientes psiquiátricos.

A fim de se corroborar com tais referências, apresenta-se o estudo sobre os caminhos percorridos pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC, nos últimos 25 anos, desde sua implantação, constatou-se sua atuação como instrumento de inclusão social e profissional para os alunos dele originados e, conseqüentemente, sua efetiva contribuição ao desenvolvimento regional (Silveira *et al.*, 2020).

Assim, as atividades e ações desenvolvidas pela IES, por meio de algum curso específico, seja de graduação, ou de pós-graduação, em diferentes níveis, com a presença em determinados setores de sociedade, com a formação qualificada de profissionais, ou por meio do atendimento às demandas da população, também se caracterizam como elementos integradores do papel e da importância das Instituições no âmbito do desenvolvimento das respectivas regiões nas quais estão inseridas.

#### 4.2.4 Das respostas com conotação emocional

Outro ponto que se destacou, no contexto das indagações sobre a importância das IES para o Município e região em que estão inseridas, em razão da quantidade de citações, pois foram 8 referências, foi um conjunto de respostas contendo palavras que expressam sentimentos e conteúdo emocional por parte dos Dirigentes, como o entrevistado 1, que afirma: “Eu acho que a importância, é fantástico você ter uma instituição de ensino superior municipal [...]”, e ainda o entrevistado 8:

Ter a universidade, pra mim é uma questão de orgulho de ser professora, não só reitora ou pró-reitora da universidade.  
Quando eu vim pra cá, que ele foi convidado a trabalhar e eu vim só visitar, que eu vi a grandiosidade da universidade [...]

Tem-se também, a resposta do entrevistado 5, que se manifesta sobre a relação próxima entre a IES e o Poder Público, veja-se:

Eu acho que a instituição, não só a minha, mas todas as municipais foram criadas com um papel com o **DNA** de estar junto ali com o Poder Público Municipal, no caso, o regional, pra resolver problemas, então lá atrás talvez pra resolver o problema de falta de mão de obra na educação, etc.

Neste sentido, para além dos posicionamentos de cunho pessoal, constata-se que, a identificação de que as IES se caracterizam como elementos importantes para o desenvolvimento regional, nas mais diversas áreas, está presente em estudos sobre o tema, como em artigo que analisou as relações entre a UNICAMP, empresas e governo, e apresenta a conclusão de existe uma convicção generalizada de que as Universidades devem e podem desempenhar um papel muito importante no encurtamento do *gap* tecnológico que constitui sério obstáculo para o crescimento econômico do País (Brissola *et al.*, 1997).

Ainda, segundo Mattia (2013), em tese de doutorado sobre uma Universidade Comunitária, identifica, como consenso, que a educação desempenha papel

importante para o desenvolvimento científico e tecnológico, tendendo a assumir papel de destaque em seu entorno.

Essa importância das IES para o desenvolvimento regional, destacada pelas respostas e estudos acima apresentados, se traduz em um processo de integração com a sociedade, como apresenta o entrevistado 9: “[...] mas nós temos uma grande integração com a sociedade de São Bernardo” e o entrevistado 6: “[...] é uma instituição realmente voltada para atender ensino, formação, preparação pro que o mercado demanda [...]”.

Neste sentido, há uma multiplicidade de relações, envolvendo diversos atores, como IES, os poderes públicos, a iniciativa privada e a sociedade como um todo, tornando-se necessário a união de esforços para a geração de novos produtos e para o desenvolvimento regional (Coelho; Sossai; Oliveira, 2020).

Importante notar que, embora tenha sido identificado um conjunto de repostas de natureza pessoal e emocional, como a utilização dos termos “fantástico” e “orgulho”, constata-se a existência de estudos, com diferentes objetos, que demonstram a importância de uma IES para o desenvolvimento regional onde está inserida.

#### 4.2.5 Da contribuição da IES para o crescimento do município e da região

Tem-se também, 6 citações que abordaram, de forma genérica, a importância da IES como parte contribuinte no crescimento do Município e da respectiva região em que está sediada.

O entrevistado 1 assim se manifesta: “Então eu acho que nesses 73 anos de existência a [IES] deu uma contribuição significativa pro crescimento do município [...]”, nesta mesma linha, tem-se a resposta do entrevistado 2, desta forma disposta:

Hoje você vê uma [cidade], por exemplo, totalmente modificada, de 7 anos pra cá, quando a gente propôs o curso e aí **nós mexemos com todas as áreas**, desde imobiliárias, na área de alimentação, supermercados, veículos, hotéis, nós revolucionamos, digamos assim, todo o mercado e não é só [o município], o **mercado regional** [...] estamos **proporcionando esse desenvolvimento regional**, então não é só [o município].

Neste sentido, Forgiarini, Alves e Cassanego Jr. (2019), por meio de estudo de caso da Universidade Federal do Pampa, identificaram que, ao longo do período de

implantação, a UNIPAMPA se caracterizou como instituição relevante para o desenvolvimento regional.

Ainda, há que se considerar, conforme Nascimento (2019), a implantação de uma IES promove mudanças nos municípios como um todo, influenciando, dentre outras, de forma especial, as atividades imobiliárias, com as transformações em infraestrutura de urbanização, aumento significativo de construções e valorização do espaço urbano no seu entorno.

De forma objetiva, o crescimento de um Município, provocado por uma IES, foi analisado por Alves e Gumbowsky (2017), em estudo no qual mensuraram e avaliaram os impactos econômicos provenientes dos gastos de custeio e investimentos da Universidade do Contestado em Canoinhas, concluindo-se por um impacto de 252,8 milhões de reais, ou 6,47% do PIB do município.

O crescimento dos municípios também pode ser influenciado pela expansão das IES, algo possível, a teor do que se apresenta pela resposta do entrevistado 5: “[...] mas eu diria que ainda tem muito espaço, a universidade pode ser realmente um fator primordial pro desenvolvimento da cidade.”

Em artigo que avaliou os impactos iniciais da política de expansão das universidades federais ocorrida na década de 2000 sobre as economias municipais, Barbosa, Petterini e Ferreira (2020) apresentam resultados indicando que a ampliação de tais instituições aumentou a renda per capita dos respectivos municípios entre 3,5% e 5,8%, em média, sugerindo que tal expansão foi responsável pelo referenciado crescimento de renda local e regional.

Finalmente, sobre a importância da IES, como instrumento de crescimento e desenvolvimento do município e da região, vale a transcrição do quanto exposto pelo entrevistado 4: “Então nós temos ai uma, como a gente fala, a comunidade se aproveita do que tem de mais importante na instituição, que é o conhecimento técnico, pra colocar, pra aprender e aplicar no dia a dia isso ai, lógico, trazendo todo o desenvolvimento.”

Um estudo, elaborado por Cesário, Azevedo Filho e Hora (2019), cujo objetivo foi analisar o potencial de contribuição da Universidade Estadual do Norte Fluminense para o desenvolvimento regional, constatou que a UENF tem gerado produção de conhecimento e tem potencial inovador, podendo contribuir com o desenvolvimento da região.

Verifica-se que, as IES podem contribuir para o crescimento e desenvolvimento do município e da região, em diversas áreas, como nas atividades imobiliárias e de construção, no aumento do PIB e renda, bem como na produção do conhecimento e inovação.

#### 4.2.6 Da importância da IES na prestação de serviços públicos

A prestação de serviços pelas IES, caracterizadas por ações promovidas com a finalidade de suprir demandas ligadas ao Município ou a região em que estão instaladas, também aparece como subtema relacionado à importância da Instituição, com 5 citações.

O entrevistado 3, ao se referir ao assunto, assim se manifesta:

Nossos cursos da área da saúde são todos inseridos já no **Sistema Público de Saúde**, onde é desenvolvido vários atendimentos durante a parte de estágio dos nossos alunos.

A nossa instituição hoje, ela acaba suprimindo muitas das **demandas que o serviço público** é insuficiente e a nossa instituição acaba suprimindo essas demandas. [...] Vamos citar alguns exemplos, nós temos o Cemu, que é o Centro Especializado Médico da [IES], que praticamente trabalha dentro da Santa Casa, nós também estamos na UPA; isso faz com que a maioria das demandas que estão reprimidas no município, na saúde do município e do estado, a gente acaba contraindo isso aí. [...]

Merece referência também, a manifestação do entrevistado 2: “A nossa fundação, quando a gente assumiu, ela tinha, na verdade, esse papel, um papel social, todas as fundações e instituições municipais, elas têm, elas são criadas pra isso, tanto é que nós fomos criados lá atrás pra levar a educação superior pro Brasil.”

E, reforçando essa atuação na prestação de serviços públicos, visando suprir demandas o entrevistado 5 reforça essa condição, ao externar que “[...] mas eu entendo, por exemplo que a [IES] hoje se tornou um parceiro quase inseparável do Poder Público da cidade [...]”.

Essa participação direta das IES na prestação de serviços públicos é constatada em estudo realizado por Silva, Papali e Neto (2020), os quais observaram o caso da Universidade do Vale do Paraíba (Univap), que no ano de 2017, atendeu 13.802 pessoas, distribuídas pelos cursos de Fisioterapia, Enfermagem, Nutrição, Serviço Social, Direito e Odontologia.

Verifica-se, portanto, que as IES possuem mecanismos para, no exercício de suas atividades, inerentes ao tripé ensino-pesquisa-extensão, se caracterizarem

como agentes importantes de prestação de serviços aos cidadãos, atendendo demandas ligadas aos municípios.

#### 4.2.7 Da interação entre a IES o Poder Público e a sociedade

Finalmente, outro subtema que surge com 4 citações, é a importância da IES decorrente de uma relação mais próxima com a sociedade civil, por meio da participação nas políticas públicas regionais, com a formação de agentes políticos e integrando conselhos municipais.

Em estudo já referenciado, sobre a UNIPAMPA, Forgiarini, Alves e Cassanego (2019) identificaram que a integração entre atores sociais internos e externos à Universidade foi relevante para a formulação de políticas públicas, principalmente nos primeiros seis anos que se seguiram à sua instalação.

O entrevistado 5 relata que “[...] a política pública a gente gerencia junto com a prefeitura, que eu acho que é diferente da simples prestação do serviço.” Neste sentido, tem-se também o entrevistado 4, dizendo “[...] uma importância onde os destinos da política pública do [município] têm uma atuação marcante da faculdade de direito, porque nós participamos aqui dos segmentos da política pública da prefeitura, com toda a autonomia que nós temos [...].”

Segundo Fraga *et al.* (2020), a presença de Universidades em Municípios do interior, permite o despertar de vocações e potencialidades da comunidade local, que podem ser transformados em ações governamentais ou políticas públicas, gerando um processo de transformação por meio do tripé ensino, pesquisa e extensão.

Essa presença das IES é retratada de forma específica, ainda, pelo entrevistado 9:

Além disso, os nossos egressos, eles vão pra diferentes atuações. Se você olhar a região [...], muitos vereadores encontraram na faculdade a sua formação, muitos procuradores municipais, o procurador geral [do município] é egresso da faculdade, o secretário de assuntos jurídicos [do município] é egresso da nossa instituição; então os nossos egressos, eles também se **desenvolvem e fazem a política** e tem atuação em câmara, em secretaria, atuação como líderes comunitários

O estudo realizado por Silva, Papali e Neto (2020), sobre a UNIVAP, mencionado anteriormente, identificou que a Instituição formou grande parte dos prefeitos da cidade e dos municípios vizinhos, desde a década de 1.950.

Tem-se que as IES, em especial as públicas, se caracterizam como mecanismos importantes de influência na organização, formação, estruturação e funcionamento da sociedade de maneira geral, inclusive no que se refere às atividades sociais, econômicas e ações dos poderes públicos (Barboza; Pereira; Vale, 2020).

Veja-se que, a integração e o estabelecimento das relações entre as Instituições de Ensino e os demais atores locais e regionais, como os Poderes Públicos e a própria sociedade civil como um todo, se caracterizam como elemento de reconhecimento da importância da IES.

Essa condição permite que elas façam parte do processo de desenvolvimento regional, no que concerne às políticas públicas e demais ações e atividades respectivas, muitas vezes com influência direta em determinadas situações.

No âmbito deste tópico, caracterizado pela importância das IES para o desenvolvimento regional, conclui-se, conforme as respostas coletadas, as quais estão corroboradas por estudos científicos, ser possível identificar que as IES Públicas Municipais se caracterizam como Instituições importantes e que influenciam no desenvolvimento do Município de suas respectivas sedes, bem como da região em que estão inseridas.

#### 4.3 Atividades desenvolvidas pelas IES relacionadas ao desenvolvimento regional

Após a análise das respostas referentes à importância e influência das IES para o Município e região em que estão inseridas, apresenta-se as respostas ofertadas para a questão de número 5, constante do roteiro de entrevistas, relativa às atividades realizadas pelas Instituições, que poderiam promover o desenvolvimento regional.

Ao longo das entrevistas, todos os dirigentes informaram, em suas respostas, sobre diversas atividades e ações desenvolvidas pelas IES, tanto de forma espontânea, como diretamente, sendo que as menções foram organizadas por áreas ou situações de atuação das instituições.

A partir de tal organização, considerando a variedade de ações descritas pelos dirigentes, estabeleceu-se uma ordem de relevância entre elas, a partir da quantidade de citações de cada uma das áreas ou situações referenciadas. Assim tem-se a tabela 11, que apresenta, a indicação das atividades desenvolvidas, a quantidade de citações e a quantidade de entrevistados que as mencionaram:

Tabela 11: Classes de Atividades desenvolvidas pelas IES Municipais relacionadas ao desenvolvimento regional

Situação	Quantidade de citações	Quantidade de entrevistados
Atividades na área da saúde	15	5
Atividades com a sociedade	11	7
Programas de bolsas de estudos	5	4
Atividades e projetos específicos	5	4
Assistência jurídica	5	4
Produção de dados técnicos	5	4
Atividades na área da educação	5	3
Atividades na área de meio ambiente	2	2
Transporte gratuito	1	1
Atividades de patrimônio histórico	1	1
Atividades na área do esporte	1	1
Atividades na área da agricultura	1	1
Assistência contábil	1	1

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Considerando a totalidade das atividades mencionadas pelos dirigentes das IES, com potencial para influenciar o desenvolvimento do município ou da região onde se localizam, foram identificados 13 subtemas correlatos.

Dentre os subtemas referenciados, destacou-se um conjunto de questões relativas ao desenvolvimento social e humano, com a identificação de 15 citações, em 5 entrevistas, referentes às ações desenvolvidas pelas IES na área de Saúde, com atividades que abrangem atendimentos médicos realizados por professores e alunos; atendimentos de psicologia, enfermagem, educação física, fisioterapia e farmácia; e pesquisa e produção na área de saúde.

Outro grupo de ações relevantes identificadas, com 11 indicações, em 7 entrevistas, foi um conjunto de ações que estabelecem uma relação direta entre as IES e a comunidade local/regional. Destas, 7 ações referem-se especificamente a incubação e consultoria para atividades empresariais, demonstrando a atuação junto aos responsáveis pelo desenvolvimento econômico.

Aqui, tem-se as atividades na área de saúde e aquelas que promovem uma interrelação da IES com a Sociedade se destacando, com um número significativamente maior de citações, comparativamente com as demais.

Em 5 citações, de 4 dirigentes entrevistados das IES, foi relatado a disponibilização de programas de bolsas de estudo. Tais iniciativas promovem o acesso de estudantes menos favorecidos ao ensino superior e, conseqüentemente, contribuem para a profissionalização da região.

Quanto às atividades e projetos específicos, campanhas e iniciativas sociais, a análise das entrevistas revelou 5 menções, provenientes de 4 interlocutores, que estabelecem uma conexão direta com a comunidade e diversas entidades.

No campo do direito, identificaram-se em 5 citações, de 4 entrevistas, menções a atividades de assistência jurídica. Tais ações abrangem atendimentos à população local realizados nas dependências da IES, bem como intervenções externas de caráter itinerante.

A geração de dados técnicos também emergiu como um aspecto proeminente nas entrevistas, sendo mencionada 5 vezes por 4 dirigentes. Dentre esses relatos, 3 especificamente apontaram a presença de um instituto de pesquisa na IES, cujo foco concentra-se na realização de estudos socioeconômico e de cesta básica.

As atividades no campo da educação foram referenciadas 4 vezes, por três dirigentes. Tais relatos descreveram ações direcionadas a crianças em instituições de educação infantil, bem como iniciativas voltadas a idosos no contexto da faculdade da terceira idade.

Os entrevistados das IES citaram, em menor proporção, atividades relacionadas ao desenvolvimento regional realizadas pelas IES na área de meio ambiente, com 2 citações em 2 entrevistas e 1 citação nas temáticas de transporte público, patrimônio histórico, esportes, agricultura e assistência contábil.

A partir da tabela 11 e da apresentação dos dados nela constantes, tem-se, a seguir, a explanação dos subtemas identificados, obedecendo-se a ordem de relevância já referenciada.

#### 4.3.1 Atividades desenvolvidas na área de saúde

Como já abordado no item 2.1, a noção de desenvolvimento sofreu mudanças ao longo do tempo, abandonando-se, segundo Bellingieri (2017), a ideia restritiva de industrialização e crescimento econômico, para se incluir situações envolvendo o bem-estar das pessoas. Neste sentido, para identificar o desenvolvimento, se faz necessária a promoção na qualidade de vida das pessoas, com a inclusão de fatores ambientais, culturais, sociais, humanos e econômicos (Aguiar *et al.*, 2019).

Nesta linha, considerando questões relativas ao desenvolvimento social e humano, foram identificadas, em 5 entrevistas, citações de ações desenvolvidas pelas IES na área de Saúde.

Em 3 respostas ofertadas, foram feitas referências específicas aos atendimentos médicos realizados por professores e alunos, merecendo transcrição específica, a resposta do entrevistado 1:

No meu campus aqui, na unidade 2, nós montamos o ambulatório médico para o atendimento da população do SUS e já atende hoje cerca de 500 consultas por mês, com professores e alunos da instituição, ou seja, a custo zero pro SUS.

Nós estamos montando agora um outro ambulatório, a gente começou a construção essa semana, nos fundos do prédio de medicina, que vai atender 5 mil consultas mês, nós vamos multiplicar por 10 essas consultas que nós fazemos. Nós vamos fazer inclusive pequenas cirurgias, via SUS, nesse ambulatório que a gente está construindo.

Outras 9 citações, mencionaram o atendimento em diversas outras áreas da saúde, além do atendimento médico, como o entrevistado 2, que faz referência aos atendimentos da clínica de psicologia e a um programa que envolve os cursos de enfermagem, psicologia e educação física, senão vejamos:

Temos a nossa clínica **psicológica** e nós oferecemos, como vocês também que tem psicologia, tem a sua clínica psicológica que a gente oferece gratuitamente para a população de todos os níveis, desde crianças até idosos, em todas as áreas de atendimento psicológico.

o **Viva a Vida**, que nós utilizamos o nosso curso de enfermagem, o nosso curso de psicologia, o curso de educação física, pra levar trabalhos de preparação física pra pessoas que tem problemas de comorbidades de saúde do nosso município.

Tem-se ainda, a resposta ofertada pelo entrevistado 7, a seguir transcrita, que cita os atendimentos das clínicas de fisioterapia, psicologia, enfermagem e farmácia, bem como a abrangência para além da cidade sede da IES, veja-se:

Na questão da saúde, de atendimento na área da saúde, nós temos a clínica de fisioterapia, a clínica de psicologia, a clínica de enfermagem, de farmácia, o ambulatório médico, então todo o trabalho desenvolvido ai a gente faz na verdade uma ação, lógico, na formação desses alunos, mas também estamos colaborando com o município no atendimento. Todos os atendimentos são gratuitos, sem cobrança alguma, apenas pelo convênio do SUS com a prefeitura, nós fazemos isso na cidade [...], que está a 30 kms daqui, no hospital [...], que está a mais 25 kms daqui, na maternidade de Campinas a gente tinha um convênio, cortou no ano passado, num hospital na cidade de São Paulo também fazendo esse trabalho.

Identificou-se ainda, conforme resposta do entrevistado 5, a atuação de uma IES, em pesquisa e produção na área de saúde:

[...], mas todos, por exemplo, na Farmácia eu produzo centenas de milhares de cápsulas de remédios por ano pra comunidade, na fisioterapia, agora na Biomedicina, enfim, todas as áreas da saúde estão ligadas. Outras áreas com mais dificuldade, em educação ainda é muito pouco, acho que a gente poderia contribuir muito mais com formação de professores, enfim, mas a saúde hoje é a grande área ai.

[...]eu tenho aqui teste depois da pandemia, isso por dia, eu estou testando aqui 10, 15 remédios, vacinas diferentes, remédio até para HIV junto com a Universidade Cornell de Nova York.

Assim, conforme as citações acima transcritas, é possível constatar a atuação das IES nas mais diversas áreas da saúde, sendo que a quantidade de atendimentos, a abrangência regional, para outras cidades além da sede da Instituição, as atividades de produção e pesquisa e a diversidade de áreas abrangidas são elementos de destaque nas respostas.

Corroborando com as manifestações referenciadas, tem-se o estudo denominado “Impacto da Universidade Pública no índice de desenvolvimento humano de municípios no Estado do Paraná”, no qual Teleginski, Rau e Nascimento (2019, p. 151) esclarecem que a saúde passou a ser considerada no cálculo do IDH:

A metodologia de cálculo deste índice combina as três dimensões (saúde, educação e renda), todas com a mesma importância, cada uma variando de 0 a 1, o que lhe atribui comparabilidade entre todos os países que adotam o índice (PNUD, 2010). No Brasil, o PNUD, juntamente com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação João Pinheiro (FJP), calcula o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) para todos os municípios do Brasil.

Considerando a atuação das IES Públicas Municipais na área da saúde, notadamente em face do número de citações identificadas nas respostas, bem como a utilização de tal área como elemento de cálculo do IDHM, índice que caracteriza desenvolvimento, resta identificada, nesta forma de atuação, uma contribuição significativa de tais Instituições para o desenvolvimento regional.

#### 4.3.2 Atividades que caracterizam a relação das IES com a sociedade

Aqui, também como um número expressivo de 11 citações em 7 entrevistas, foram identificadas ações que estabelecem uma relação direta entre as IES e a sociedade do local da sede ou da região em que estão instaladas, por meio de atuação direta junto aos responsáveis pelo desenvolvimento de atividade econômica, de sorte que o maior número delas, num total de 7 ações, referem-se às áreas de incubação e consultoria para as atividades empresariais.

O entrevistado 4, identifica a relação da IES que dirige com as empresas da região, na atividade de consultoria, considerando o número de municípios abrangidos pela ação, veja-se:

[...]convênios de apresentar projetos e propostas no campo jurídico mesmo, de avaliação, por exemplo, do **desenvolvimento de uma empresa**, é comum eles consultarem, ter um grupo de estudos que faça isso. Por exemplo, a Sertãozinho, que é um pouquinho além de Ribeirão Preto, que tem uma atuação mecânica do agronegócio muito grande, então nós temos aqui professores e alunos que trabalham fazendo projetos de aprimoramento jurídico, estrutural, pra esses municípios. Nós temos alguns desses, que acelera e melhora essa condição na região. Nós temos também alguns estudos na área de saúde, porque a nossa região aqui são 23 municípios, na nossa região, a parte regional de saúde, a Gir 8 que nós chamamos, ela compreende 22 municípios, então tem alguns estudos e a gente participa também de políticas públicas de aperfeiçoamento então desses programas.

Também considerando as atividades de consultoria, mas sob a ótica da atuação de diversos cursos da IES, há o posicionamento do entrevistado 3:

No privado nós temos aqui várias empresas de renome internacional inclusive, que se aproveitam dos cursos nossos de engenharia pra fazer testes, essas coisas, também pra adquirir conhecimento e também pra desenvolvimento. Nós temos algumas empresas que são parceiras em relação ao curso de agronomia nosso, o curso de administração de empresas, então aqui você vê que a maioria dos nossos cursos, eles acabam dando suporte pra essas empresas, empresas de grande, pequeno e médio porte.

No que se refere à atividade de incubação transcreve-se a resposta do entrevistado 5:

E no desenvolvimento econômico, que é um pouco mais difícil dizer que a universidade apoia tão facilmente, mas eu acho que hoje com os nossos hubs de inovação aqui, isso está se concretizando mais. Então já passaram por aqui cerca de 15 start-ups e agora está saindo o nosso novo centro de inovação, isso deve aumentar ainda mais nos próximos tempos; ai eu julgo que é uma ajuda imediata ao desenvolvimento econômico, mas também, por exemplo, a gente tem os APLs aqui, APL de saúde que é a universidade que toma conta, que também é importante pro desenvolvimento econômico, enfim, eu acho que tem um papel importante ai.

[...]porque é cadeia; tem gente que comprava insumos em Pernambuco e descobriu agora que o vizinho aqui tem o insumo, então a gente está colocando esses atores juntos ai na APL e junto com o Centro de Inovação pra produzir pesquisa e ai é estritamente o terceiro setor, mas mais o setor privado ainda interagindo com a universidade, usando os nossos laboratórios.

Nesta mesma linha, trazendo informações sobre as relações entre a IES que dirige e o processo de incubação, e, ainda, o resultado desse processo, com o surgimento de produtos, como um software, traz-se a resposta do entrevistado 7:

[...]empresas privadas que hoje estão incubadas dentro da instituição, pra que a gente possa desenvolver na área de engenharia de software, software para que eles possam estar vendendo isso no mercado, temos atividade com empresas privadas que buscam nossos alunos aqui diretamente...[...] Nós temos começando, esse ano que foi feito essa proposta, essa empresa estava na Enatel, ela é aqui da cidade vizinha de Andradas, venceu o prazo dela lá, ela veio pra cá trazendo com ela bolsas de estudo pros nossos alunos, então ela oferece duas bolsas de estudo, ela está locada dentro de um espaço aqui, inclusive o espaço novo deles será inaugurado nos próximos 30

dias e ai eles desenvolvem software pra essa empresa e ai esses alunos vão já estar diretamente ligados a empresa, em breve estarão indo embora daqui para a gente fazer o ciclo desses alunos estagiários.

Além das atividades de consultoria e incubação, identificou-se também a relação entre as IES e a atividade econômica, em razão da realização de pesquisa aplicada e participação e apoio em eventos realizados pelas empresas.

Quanto às atividades de pesquisa, assim se manifesta o entrevistado 5:

O instituto de pesquisa, ele tem dois papéis e duas áreas de trabalho. Ele tem uma área estritamente comercial, então as empresas, as indústrias, as prefeituras contratam o instituto pra fazer pesquisa aplicada. Então, por exemplo, hoje aqui no estado o instituto é referência pra fazer pesquisa no entorno de indústrias petroquímicas e é um modelo que as agências de controle pedem pra essas empresas, então a gente está fazendo pesquisa pra isso, mas na década de 80 fez a pesquisa nacional para a introdução de celulares no Brasil, enfim, o que a indústria, o setor privado pede, a gente faz. Esse é um flanco, gera receita, enfim, não é um flanco acadêmico, a gente não usa aluno pra isso, nunca.

No que se refere às atividades de participação e apoio a eventos, veja-se o que diz o entrevistado 6:

Outra característica, a gente tem as empresas muito próximas de nós, então assim, a gente sempre procura entender o que a empresa pede, que tipo de formação, que tipo de palestra, a gente convida as empresas pra virem falar conosco, nós desenvolvemos atividades, levamos muitos dos alunos a visitas. Por exemplo, nós estamos na semana da Agrishow, muitos dos nossos alunos irão pra Agrishow, uma parte deles inclusive levada para, com todo o seguro, todos os direitos, todas as proteções, por empresas. Exemplo, a John Deere vai levar amanhã 20 dos nossos alunos e também professores, então uma das formas de estarmos próximos é saber o que o mercado quer.

A partir dos depoimentos acima colacionados, observa-se que, nas diversas IES em que os dirigentes foram entrevistados, foi possível identificar a relação e interligação com o desenvolvimento da atividade econômica regional.

Considerando essa realidade, as Instituições de Ensino Superior tendem a assumir uma posição, junto à sociedade e ao setor produtivo, de induzir o desenvolvimento regional.

Assim, ao se identificar as relações e interligações entre as IES e a sociedade, neste caso, em especial, com o setor empresarial, no que se refere ao desenvolvimento regional, Chiarello (2015, p. 241) aponta que: “o papel da universidade é determinante no desenvolvimento regional, na medida em que as relações estabelecidas entre os agentes – universidades, empresas, sociedade civil, promovem o desenvolvimento.”

Sobre a relação entre empresas e universidades, Bonho (2020, p. 51) ressalta que:

É necessário a interação entre universidades e empresas, as quais proporcionam serviços tecnológicos, como consultorias e serviços de informação, projetos de pesquisa conjuntos com as empresas, como as incubadoras e as empresas júnior, as empresas de consultoria, organizadas pelos alunos com a participação do corpo docente.

Na mesma linha de entendimento de tais estudos, e corroborando com o conteúdo das respostas ofertadas pelos dirigentes, no sentido de que a relação entre IES e empresariado se caracteriza como elemento de promoção do desenvolvimento regional, Aguiar *et al.* (2019, p. 309), em estudo já referenciado, assim expõe:

Sendo assim, compreendendo que as universidades são as instituições que trazem a base do conhecimento, são nelas e por meio delas que devem ser procuradas e propostas soluções para os problemas regionais e estratégias para se utilizar dos potenciais existentes nas regiões, salientando que não se trata de uma atribuição única e exclusiva destas instituições, as quais necessitam da interação e atuação da sociedade civil e organizações locais.

Em estudo que buscou identificar as relações entre a universidade, as empresas e o governo, tomando como objeto a Universidade Estadual de Campinas, Brissola *et al.* (1997, p. 190), constataram, inclusive, de forma homogênea em diferentes países, a criação de mecanismos de interação entre a universidade e empresas, senão vejamos:

Em diferentes regiões encontram-se acordos de cooperação, criação de empresas para buscar capital de risco, estabelecimento de trabalhos de consultoria, realização de contratos de pesquisa cooperativa, implantação de parques tecnológicos e participação de professores nos boards das empresas e vice-versa.

Verifica-se ainda, que em estudo sobre as Universidades do Estado da Bahia (UNEB), de Pernambuco (UPE) e a do Vale do São Francisco (UNIVASF), Nunes, Silva e Santos (2022) identificaram tais Universidades, por meio do ensino, da pesquisa e extensão, como instituições que produzem, atualizam e transformam informações em conhecimento capazes de produzir bens de consumo e bens de capital.

Isto posto, é possível identificar, por meio das respostas ofertadas pelos dirigentes, bem como dos estudos referenciados, que as relações entre as IES e as empresas, como integrantes do setor produtivo, se caracterizam como importante instrumento de participação daquelas no desenvolvimento regional.

### 4.3.3 Programas de bolsas de estudo

Observa-se a relevância das IES no desenvolvimento regional, por meio do seu papel de proporcionar um ambiente de construção democrática de conhecimento que fomenta a colaboração e o trabalho conjunto (Forgiarini *et al.*, 2019). O acesso às IES proporciona à população local, por meio do conhecimento, novas vias para a qualificação profissional e a geração de novos postos de trabalho (Andriola; Suliano, 2015). Neste sentido, a disponibilização de programas de bolsas promove a entrada de estudantes menos favorecidos no ensino superior e, conseqüentemente, na profissionalização da região, o que foi relatado em 5 citações, por 4 dirigentes entrevistados.

Desta forma, o entrevistado 5 citou o programa de mestrado profissional que qualificou, por meio de bolsa integral, os professores do município:

Na educação, hoje a gente tem o mestrado profissional e agora o doutorado em educação, que dá bolsa integral para os professores da rede municipal, hoje [o município] se tornou a cidade com a maior proporção de professores mestres da rede pública.

Na mesma linha, Lara e Carniello (2018) evidenciaram que a existência de uma IES impulsiona o desenvolvimento regional, ao criar oportunidades de trabalho e favorecer o crescimento pessoal. A IES atua em direção ao desenvolvimento local, capacitando indivíduos, por meio da educação, a fim de superar as adversidades. Na resposta do dirigente 1 identificou-se o papel social da IES na oferta de bolsas de estudo para alunos carentes terem a oportunidade de cursarem o ensino superior e terem novos meios de superarem desafios:

Nossas mensalidades são menores do que as mensalidades das particulares, nós temos programas de bolsas de estudo pra alunos carentes, que as particulares normalmente não tem na amplitude que a gente está, então eu acho que a gente cumpre um papel social inclusive, dentro do município [...], com o atendimento dessas pessoas que não tem recursos pra cursar o ensino superior.

Os programas de bolsas de estudos proporcionam acesso ao ensino superior para uma maior diversidade de pessoas, contribuindo para o equilíbrio social e a competitividade regional, por meio de uma formação crítico-reflexiva que influencia na atuação das pessoas em seus papéis sociais e, por meio do desenvolvimento de competências e habilidades adaptadas às realidades locais, impulsionam o aperfeiçoamento produtivo (Nunes; Silva; Santos, 2022).

Os dirigentes destacaram a relevância da disponibilização das bolsas de estudo e estas contribuem para o desenvolvimento regional, em função da ampliação do acesso e permanência no ensino superior, com a qualificação de pessoas para o mercado de trabalho, no desenvolvimento de habilidades e competências para a vida profissional e social.

#### 4.3.4 Atividades e projetos específicos

Os entrevistados destacaram a função social da IES, por meio de sua atuação em atividades e projetos diversos, como: campanhas em hospitais, doação de alimentos, parcerias com entidades carentes, entre outros. Para Silva, Santana e Rapini (2021), a IES pode influenciar no desenvolvimento regional e as atividades de extensão representam uma via fundamental para concretizar esse potencial. O que reforça a vocação da IES em responder às necessidades da comunidade. As atividades específicas devem ser orientadas pelas demandas locais, o que caracteriza a essência de projetos de ação social. Tem-se 5 citações, em 4 entrevistas, relacionadas a projetos específicos de atividades, campanhas e projetos sociais, com a população e entidades. A seguir relato do dirigente 3 sobre a atuação em campanhas e ações pontuais: “[...] inclusive **ações pontuais nas campanhas** que nós temos aí, câncer de mama, dia antimanicomial, autismo, então todas as vezes nós estamos inseridos nesse contexto[...]”.

Na resposta do entrevistado 6 foi abordada a relação da IES com diversas entidades socioambientais da região:

Nós temos muito boa relação com **entidades de natureza como entidades carentes**, entidades de proteção aos animais, entidades ambientais da cidade, não só da cidade, da região, porque primeiro a gente faz parte da sociedade, então é um trabalho natural da instituição e as outras pessoas, os alunos gostam disso, os próprios funcionários e professores gostam dessa iniciativa, então acho que isso explica um pouquinho.

Em suma, as evidências coletadas, tanto na literatura quanto nas entrevistas com os dirigentes, solidificam a compreensão da função social intrínseca das IES. Mais do que meros centros de ensino, essas instituições atuam como catalisadoras do desenvolvimento regional, promovendo um impacto tangível por meio de projetos de extensão, campanhas sociais e parcerias estratégicas com entidades diversas, incluindo as de cunho assistencial, ambiental e de proteção animal. Essa proatividade,

enraizada na vocação da IES em responder às demandas da comunidade local, demonstra que a universidade não apenas forma profissionais, mas também cultiva uma cultura de engajamento e responsabilidade social.

#### 4.3.5 Atividades de assistência jurídica

Da mesma forma que o item anterior, 4.3.4 – Atividades e projetos específicos, as atividades de assistência jurídica reforçam a relação entre a IES e a comunidade local. A conexão entre a IES e a sociedade demonstra, desde sua origem, que a IES pública reflete a estrutura e o funcionamento da sociedade, adaptando-se às suas transformações sociais, econômicas e políticas. A universidade é um reflexo e um agente da sociedade. Sua existência está ligada à interação e ao atendimento das necessidades sociais, o que inclui a democratização do acesso a seus produtos (Barbosa, 2020).

Com 5 menções em 4 entrevistas, identificou-se atividades de assistência jurídica. Os dirigentes indicaram ações no interior das IES, como escritório-escola e ações externas, como atendimento em van itinerante. Na resposta do entrevistado 4 observa-se que a assistência jurídica ocorre em um processo integrado, por meio de parceria com o Poder Judiciário e atuação da IES em delegacia, onde ocorrem os atendimentos, por exemplo a mulheres vítimas de agressão:

Nossa assistência judiciária, nós trabalhamos semelhante a Defensoria e nós prestamos serviço em limitar no patrocínio de defesa, orientação, ligado isso com a Polícia Civil, então a mulher que vem, por exemplo, vitimada por uma agressão, ela é recebida na delegacia, nossos estagiários estão lá, o próprio delegado, ele juntamente com o Judiciário, ele vem pra nossa assistência, a nossa assistência já faz o pedido, nós temos Sejusc dentro da assistência, que defere a liminar, a proteção e ela já vai pra uma casa de proteção, uma rede de acolhimento. Hoje a gente consegue fazer isso.

O dirigente 9 descreve uma iniciativa de extensão universitária que emprega uma van equipada para o atendimento jurídico à comunidade. Neste projeto, professores e estudantes oferecem orientação sobre diversas demandas legais, como pensão alimentícia, guarda de filhos e casos de violência doméstica. Essa ação transcende a mera assistência jurídica, proporcionando aos acadêmicos um contato direto e valioso com a realidade social, essencial para a sua formação:

É um projeto onde nós nos dirigimos a diversas localidades, em especial do nosso município; nós temos uma Van, estruturamos ela com professores, alunos e o nosso pessoal administrativo e vamos à praças, a bairros, às escolas, a centro de idosos, e montamos lá uma estrutura pra atender o

munícipe, então o munícipe vai e tira dúvida, sobre pensão alimentícia, sobre violência doméstica, sobre guarda de filho, então é um projeto onde nós vamos a essas localidades, vamos inclusive no pós balsa, onde dificilmente chega a orientação jurídica. Nós fazemos questão disso até para a formação do nosso aluno ser uma formação que encontre na realidade social também alguma importância, pro aluno entender os dramas sociais e entender o papel dele enquanto cidadão depois de formado.

A universidade, enquanto agente e reflexo das transformações sociais, transcende seus limites físicos para engajar-se ativamente com a comunidade, visando atender às suas necessidades mais prementes. Essa atuação prática, que inclui parcerias com o Poder Judiciário e a Polícia Civil, por exemplo, não apenas democratiza o acesso a serviços essenciais, mas também proporciona aos estudantes uma formação crítica e engajada com a realidade social, reforçando o papel da IES, como um pilar fundamental para o desenvolvimento e o bem-estar comunitário.

#### 4.3.6 Atividades e projetos de produção de dados técnicos

A produção de dados técnicos pelas IES foi assinalada como um elemento indutor do desenvolvimento regional pelos dirigentes entrevistados. Nesse contexto, Cândido e Maciel (2019) dedicam-se à proposição de uma métrica sistemática apta a quantificar a contribuição universitária para o desenvolvimento regional, especificamente por meio da inovação, alicerçada em uma base de dados técnicos. Tal diagnóstico, uma vez estabelecido, oferece aos atores externos à IES um ferramental analítico para potencializar as estratégias de desenvolvimento regional.

Outra pesquisa (Silveira *et al.*, 2020) busca demonstrar a contribuição do programa de pós-graduação para o desenvolvimento regional. Esse programa envolve panorama abrangente e, simultaneamente, minucioso, sobre os múltiplos aspectos e segmentações territoriais, contribuindo significativamente para o fornecimento e a qualificação dos instrumentos de desenvolvimento. Os dados técnicos são resultados da produção científica, derivando especificamente das problemáticas e abordagens presentes em teses e dissertações elaboradas pelo programa.

A produção de dados técnicos foi um ponto de destaque nas entrevistas, sendo mencionada em 5 ocasiões, por 4 dos dirigentes. Desse total, 3 entrevistas referenciaram, especificamente, a existência de instituto de pesquisa na IES, dedicado à realização de estudos na área socioambiental. O entrevistado 5, em particular, salientou que o referido instituto conduziu pesquisas externas, como a pesquisa

socioeconômica na região do Grande ABC ao longo de quatro décadas e pesquisas internas, como a avaliação institucional da IES:

Então, por exemplo, vai fazer agora 40 anos uma pesquisa que se chama Pesquisa Socioeconômica do Grande ABC, que a gente faz semestralmente nas 7 cidades, levantando informação sobre emprego, renda, escolaridade, hábitos de cultura, hábitos de alimentação, enfim, é um questionário bem parrudo, que levanta aspectos socioeconômicos, demográficos, amostral, obviamente, da região. Isso gera muito conteúdo pra imprensa, enfim, conteúdo pros alunos, base de dados pra se usar em sala de aula, enfim; então é isso, tem esses dois flancos, o flanco institucional, também é responsável por coletar pesquisa da CPA, por exemplo, então a gente tenta profissionalizar um pouco a questão do levantamento da CPA, via instituto de pesquisa, então ele tem um papel de mercado e de fomentar informação pra área.

Em 2 entrevistas abordou-se o levantamento de dados de cesta básica mensal, segue relato do entrevistado 8: “Hoje outra pesquisa que a universidade faz é a da cesta básica. Quem hoje fala o valor do alimento ou o custo da cesta básica mensal para o município e região, é uma pesquisa da [IES], através do nosso núcleo de pesquisa, então é uma transformação.”

A relevância da produção de dados técnicos se manifesta, entre outros, na existência de institutos de pesquisa dedicados a estudos socioambientais e de longa duração e na participação das IES no levantamento de dados essenciais para o cotidiano da população, como o custo da cesta básica mensal, o que sublinha o impacto direto e a vocação transformadora dessas instituições. Assim, as IES não apenas geram conhecimento científico, mas o traduzem em informações técnicas valiosas que subsidiam a tomada de decisões e impulsionam o progresso em diversas escalas regionais.

#### 4.3.7 Atividades na área da educação

Conforme já mencionado, as universidades se configuram como um agente propulsor do desenvolvimento regional, dentre outros, pela sua capacidade de transformação que reside em seu capital humano qualificado e na ampla gama de conhecimentos por ela gerados (Teleginski; Rau; Nascimento, 2019) que podem contribuir em áreas, como a educação. A educação é um dos pilares para o desenvolvimento, tanto pela conscientização e compreensão que agrega, quanto pela empregabilidade gerada, por meio de programas de alfabetização solidária, por

exemplo, a educação fomenta a geração de empregos diretos e indiretos (Silva; Papali; Neto, 2020).

No decorrer das entrevistas, 3 dirigentes citaram atividades na área da educação em 4 citações, 2 entrevistados relataram atividades sobre a atuação com crianças nas escolas de Ensino Infantil, o entrevistado 2, citou o ensino na área de tecnologia para as crianças:

Nós temos um trabalho que é feito com crianças do **Ensino Infantil**, pra levar um pouco de conhecimento na área de tecnologia, informática, computadores, sempre no bom sentido de como isso pode ser aproveitado pelas crianças da melhor forma possível e nós fazemos isso pra crianças de 4, 5, até 6 anos, antes de completar 6 anos, que é do Ensino Infantil, então todas as escolas de Ensino Infantil aqui [do município], sejam elas públicas, do município ou privadas.

Em outras 2 entrevistas focaram em atividades educacionais para idosos, o entrevistado 9 citou a faculdade da terceira idade:

[...] a própria faculdade tem essa orientação de fomentar debates aqui, de trazer, por exemplo, faculdade da **terceira idade**, nós temos aqui uma possibilidade dos idosos [do município] e de outros municípios, mas em especial [do município], virem pra cá, então nós estamos sempre atentos às demandas das secretarias municipais, meio ambiente, educação, saúde, pra que nós então possamos contribuir na elaboração de projetos de lei, na discussão de questões técnicas, então isso também extrapola aqui a mera formação, que já é importantíssima, mas a formação dos nossos alunos.

No tocante às atividades de educação promovidas pelas universidades, destaca-se o impulsionamento do desenvolvimento regional, por meio de seu capital humano e a vasta produção de conhecimento. Essa capacidade transformadora se manifesta na área da educação, promovendo a conscientização e a empregabilidade. As evidências colhidas nas entrevistas corroboram essa atuação pela diversidade de iniciativas demonstrando o compromisso das IES em atender demandas específicas, consolidando seu papel como agente ativo no avanço social e intelectual das comunidades.

#### 4.3.8 Atividades e programas diversos

Nos tópicos precedentes, dedicados às atividades desenvolvidas pelas IES relacionadas ao desenvolvimento regional, foram descritas as atividades mais proeminentes e mencionadas com maior frequência nas entrevistas. Contudo, é

relevante assinalar que as respostas dos entrevistados mencionaram, em menor escala, atividades em outras áreas, incluindo meio ambiente, esporte e agricultura.

Cabe salientar que uma IES pode fazer parte de uma interação com o desenvolvimento local e regional tão consolidada, de forma que a IES e a região se misturam (Braga, 2019). Ressalta-se, como já mencionado, o tripé ensino, pesquisa e extensão das universidades, por meio do qual se viabiliza a interação com o desenvolvimento regional (Fraga et al., 2020).

As atividades relacionadas a desenvolvimento regional citadas nas entrevistas em menor quantidade foram 2 na área de meio ambiente e 1 citação sobre: transporte público, patrimônio histórico, esportes, agricultura e assistência contábil. A seguir, como exemplo, uma das respostas sobre meio ambiente, na qual o dirigente 8 relata ações climáticas, desmatamento e assoreamento:

Por exemplo, as questões climáticas. Hoje nós temos uma pesquisa nas questões climáticas que elas pontuam aos municípios quais regiões vão ter alagamento, a precipitação de chuva, então na área de meio ambiente hoje nós temos um centro de pesquisa por meio no nosso mestrado, que levanta dados das questões ambientais, desmatamentos, alagamentos, rios que tem hoje assoreados, então a gente tem, são dados que modificam a região e que contribuem pro seu desenvolvimento.

Conforme o relato do respondente 3, foram mencionadas ações no setor agrícola, as quais envolvem a colaboração entre o curso de Agronomia, a agricultura familiar e a Secretaria de Cultura.

Ajudar a comunidade da melhor forma possível e isso acaba sendo uma consequência; então você vê várias, o curso de agronomia, por exemplo, com a parte de agricultura familiar, trabalhando junto com a Secretaria de Agricultura e isso você vê depois no próprio dia a dia da cidade, você vê que as famílias do entorno, aquelas famílias rurais do entorno, elas acabam [...] se beneficiando desse curso em prol da própria economia familiar.

Por fim, segue resposta do entrevistado 6, sobre auxílio contábil para o imposto de renda:

Um exemplo, na contabilidade nós fazemos todos os anos o auxílio para as pessoas que precisam para a declaração do Imposto de Renda e a gente tem isso, a gente sabe que faz, mas as vezes só diz que faz, embora exista um controle, assim, eu não vou atender um milionário que peça uma ajuda pra fazer o imposto de renda, ele não está precisando, então existe sim algum tipo de registro, a nossa forma de controlar o registro pós realizado é que talvez não seja tão bom, está mudando agora, mas dá pra fazer uma apuração sim. Por exemplo, tudo o que envolve a sociedade, eu estou tentando trazer a sociedade mais pra dentro da instituição agora na minha gestão, é pra entender o que a sociedade demanda e a gente pode fazer.

As Instituições de Ensino Superior (IES) se engajam em uma multiplicidade de programas e ações que são mais ou são menos visíveis, mas igualmente cruciais para o desenvolvimento regional. Conforme evidenciado pelos relatos, a integração da IES com a comunidade se manifesta em áreas como meio ambiente, esporte, agricultura e assistência contábil.

Considerando as respostas dos dirigentes e corroborado pelos estudos científicos, as IES desenvolvem atividades, programas e projetos em uma multiplicidade de áreas, conforme as características e necessidades da região onde estão instaladas, contribuindo para o desenvolvimento regional. Reforçando a capacidade da instituição de responder a demandas específicas e diversificadas. Essa atuação abrangente, que se confunde com a própria dinâmica da região, solidifica o papel da IES, como um agente ativo no desenvolvimento local.

#### 4.4 Parcerias das IES Municipais com entes públicos e privados

No presente tópico se apresentam as respostas dos entrevistados relativas à questão 6, que aborda as parcerias das Instituições de Ensino Superior (IES) com entes públicos e privados, as quais se mostraram estratégicas para elas, evidenciando o papel multidimensional dessas colaborações para o desenvolvimento regional.

Ao longo das entrevistas, os dirigentes reportaram algumas parcerias desenvolvidas pelas IES, tanto por iniciativa espontânea quanto por designação direta. Todas as menções foram sistematicamente organizadas, para subsequente análise. Os principais atores externos dessas colaborações foram categorizados, mais uma vez obedecendo-se à ordem de relevância, decorrente do número de citações e, também, a quantidade de entrevistados que as mencionaram, em: parcerias públicas, parcerias privadas e parcerias com outras IES.

A tabela 12 a seguir, apresenta as parcerias referenciadas e as quantidades de citações e entrevistados que as referenciaram:

Tabela 12: Parcerias estabelecidas das IES Municipais com entes públicos e privados

<b>Situação</b>	<b>Quantidade de Citações</b>	<b>Quantidade de Entrevistados</b>
Parcerias com instituições públicas	14	9
Parcerias com instituições privadas	14	7
Parcerias com outras IES	4	4

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Em relação às parcerias com instituições públicas, este tipo de colaboração foi citada em todas as entrevistas, com a prefeitura municipal destacando-se como parceira em cada depoimento. Em 5 entrevistas, a prefeitura do município no qual a IES está localizada, foi apontada como a principal parceria. Adicionalmente, 2 dirigentes mencionaram parcerias com múltiplas prefeituras da região de atuação da IES. Ainda, tem-se 5 citações em 4 entrevistas que registraram parcerias com secretarias municipais e áreas específicas, como saúde, educação e agricultura. Ressalta-se que apenas 3 entrevistados citaram parcerias com entes públicos que não são prefeituras.

No que tange às parcerias com entidades privadas, foram identificadas 14 colaborações em 7 entrevistas. Dessas, 3 se configuraram como parcerias diretas, voltadas à empregabilidade, ao patrocínio de atividades estudantis e a doações financeiras para cursos. Adicionalmente, 2 dirigentes reportaram parcerias com empresas privadas por intermédio de Centros de Inovação e Arranjos Produtivos Locais (APLs) na área da saúde. A colaboração com Santas Casas, para o internato de estudantes de medicina, foi mencionada por 2 entrevistados. Por fim, registraram-se parcerias com diversas associações em 3 entrevistas e 2 com conselhos, abrangendo conselhos regionais de curso e conselhos municipais.

Por fim, no que concerne às parcerias com outras IES, das mais variadas naturezas jurídicas, 4 entrevistados reportaram a existência de colaborações com instituições como a UNESP de Dracena, UNESP de Ilha Solteira, UNIFRAN e a Universidade de Cornell.

Conforme abordado na seção 2.2.5, o papel primordial das Instituições de Ensino Superior (IES) reside na geração de conhecimento aplicável às demandas locais e regionais, visando beneficiar a sociedade de uma forma geral, os governos e o setor empresarial. Tal propósito é efetivado por meio de parcerias público-privadas, configurando a ação conjunta que caracteriza a tríplice hélice (Cezario; Azevedo Filho; Hora, 2019).

Assim, segue a apresentação dos conteúdos das entrevistas, em tópicos específicos, com um maior detalhamento das situações apresentadas, em relação às respectivas parcerias referenciadas, obedecendo-se a ordem de relevância utilizada na elaboração da tabela 12 acima apresentada.

#### 4.4.1 Parcerias com Instituições Públicas

No âmbito da atuação das IES com o meio público, conforme mencionado por Silva (2016), especificamente sobre as Universidades Públicas Federais, ocorre a criação e ampliação de oportunidades para o estabelecimento e reconfiguração de novos cenários, por meio de ações e impulsionando políticas públicas direcionadas a localidades com carência de serviços públicos específicos, capazes de transformar contextos sociais e econômicos regionais.

Coelho, Sossai e Oliveira (2020) destacam que uma IES, ao se consolidar como um polo de produção e difusão de conhecimento científico voltado ao desenvolvimento regional, contou com o suporte de intensos diálogos e interações entre suas comunidades interna e externa. Esse processo colaborativo foi essencial para a construção de consensos, a definição de prioridades e o compartilhamento de avaliações sobre a relevância de seu papel. Complementarmente, a participação de seus docentes em fóruns e instâncias públicas de debate, proposição e acompanhamento de políticas nas áreas educacional, ambiental, cultural, de desenvolvimento urbano, assistência social e desenvolvimento regional, evidencia a integração e o impacto da instituição no cenário regional.

Nas entrevistas conduzidas com os dirigentes das Instituições de Ensino Superior (IES), a parceria pública com prefeituras foi mencionada em todos os depoimentos. Desses, em 5 ocasiões, a prefeitura do município onde a IES está localizada foi destacada como a principal parceira. O Entrevistado 5, por exemplo, enfatizou que essa relação transcende a mera prestação de serviços, configurando-se como um trabalho colaborativo na elaboração de políticas públicas, conforme sua declaração: “[...] mas eu entendo, por exemplo, que a [IES] hoje se tornou um parceiro quase inseparável do Poder Público da cidade, [...] a política pública a gente gerencia junto com a prefeitura, que eu acho que é diferente da simples prestação de serviço.”

Em 2 das entrevistas realizadas, os dirigentes reportaram parcerias com múltiplos municípios na região, conforme exemplificado pela declaração do Entrevistado 7: “Todas as prefeituras aqui da nossa região são conveniadas com a gente para que eles possam ter a participação aqui [...].”

Em 4 entrevistas foram registradas 5 menções referentes a parcerias com secretarias e setores específicos dos municípios, abrangendo áreas como saúde,

educação e agricultura. A resposta do entrevistado 3 ilustra essa dinâmica, conforme detalhado a seguir:

É o público na verdade. A instituição, ela tem uma aptidão muito grande para a área da saúde e nós temos aí a prefeitura como uma grande parceira, onde a gente desenvolve várias ações. Nós temos a parceria já pública onde nós temos uma capilaridade muito forte, principalmente na área da saúde.

Em apenas 3 entrevistas, os dirigentes das IES mencionaram parcerias com instituições públicas, exceto as prefeituras. Essas instituições incluem: Poder Judiciário; Câmara Municipal e Consórcio Intermunicipal. O Dirigente 4, por exemplo, relatou a existência de um convênio com a Secretaria de Segurança Pública (mencionado anteriormente), bem como um convênio com o Judiciário, abrangendo tanto atendimentos quanto outras ações:

O convênio que a gente tem, você vai perceber, é um convênio com a Secretaria de Segurança Pública, onde tem um *start*, tem o atendimento por meio da assistência, inclusive o convênio com o Judiciário, que tem [...], a quantidade de atendimentos, o encaminhamento, medicamentos, enfim, uma série...

O envolvimento das Instituições de Ensino Superior (IES) com o setor público revela-se relevante para o desenvolvimento regional. Os resultados das entrevistas corroboram essa pertinência: a parceria com prefeituras é predominante, com destaque para a prefeitura local, como principal aliada em 9 dos casos e em 5 dessas, a relação vai além da prestação de serviços, configurando um trabalho colaborativo na gestão de políticas públicas. Há também colaborações com múltiplos municípios da região, bem como com secretarias e áreas específicas (saúde, educação, agricultura). Além das prefeituras, as IES estabelecem parcerias com o Poder Judiciário, Câmaras Municipais e Consórcios Intermunicipais, como evidenciado pelo Dirigente 4, que relata convênios para atendimentos e outras ações, solidificando o papel da universidade como um ator estratégico na promoção do desenvolvimento local e regional.

#### 4.4.2 Parcerias com Instituições Privadas

A ausência de interação com o setor privado emerge como uma dificuldade, sendo relevante desenvolver estratégias práticas e eficazes para estabelecer relações com o setor privado local, seja por meio de associações de empreendedores ou de parcerias (Ferreira, 2019). Portanto, a função IES engloba a transmissão do

conhecimento produzido, evitando o isolamento e o represamento do saber e assegurando sua capacidade de promover o desenvolvimento local (Ferreira, 2019).

Nas parcerias privadas foram citadas, nas entrevistas com os dirigentes das IES, parcerias com empresas, conselhos, associações e instituição de saúde. As parcerias com empresas privadas foram as citadas em maior quantidade, em 6 entrevistas, das quais, 3 citaram parcerias diretas, para empregabilidade, patrocínio de atividades e doações para os cursos. Nesse sentido, Cerdeira, Cabrito e Mucharreira (2021) argumentam que a presença de IES aliada à disponibilidade de seus estudantes e egressos qualificam uma região, tornando-a atraente para o investimento externo e para o estabelecimento de novos empreendimentos empresariais. Na mesma perspectiva, Bonho (2020) aponta que o estabelecimento de parcerias, por meio da colaboração entre empresas, sociedade e universidades visam estreitar os laços entre as instituições de ensino e a sociedade, facilitando a inserção de estudantes e egressos no mercado de trabalho e, conseqüentemente, fortalecendo a economia regional.

O Entrevistado 6 refere-se à parceria com empresas por meio de patrocínios estudantis, mencionando que:

Grandes parceiros, talvez eles sejam temporais, mas hoje grandes empresas, algumas vezes elas inclusive patrocinam algumas das nossas atividades, mesmo que elas não consigam patrocinar diretamente, eu atribuo recursos financeiros para a instituição, mas ela faz coisas como, ela paga a visita do aluno, ela oferece um laboratório, uma experiência, ela oferece um espaço de eventos pra gente discutir as situações que a gente pode desenvolver dentro dos cursos.

Em outras entrevistas, a relação com as empresas ocorre por meio de Centros de Inovação e APL (Arranjo Produtivo Local) na área da saúde. No tocante aos centros de inovação, estes são considerados fundamentais por seu papel no fortalecimento dos vínculos com o setor produtivo, visando à cooperação no atendimento às demandas e às necessidades de inovação de processos e produtos. Tais centros atuam como vias para a interação entre a universidade, a sociedade e o setor empresarial (Cezario; Azevedo Filho; Hora, 2019). Adicionalmente, Silva, Papali e Neto (2020) ressaltam que a contribuição universitária se estende à economia municipal e regional, especificamente por meio da atuação com incubadoras instaladas no campus, as quais geram empregos diretos e indiretos. Desta forma, o entrevistado 7 afirmou em sua entrevista: “[...]temos convênios com empresas

privadas, inclusive com empresas privadas que hoje estão incubadas dentro da instituição.”

O dirigente 5, menciona em sua entrevista sobre o Centro de Inovação e a APL: “Tem funcionado muito bem, o Centro de Inovação principalmente, mas também a APL, a APL eu tenho 50 empresas da cadeia da saúde dentro da universidade discutindo inovação.”

Ainda sobre as parcerias privadas, houve a menção em 2 entrevistas, sobre a parceria com instituição de saúde, a maior parte das parcerias relacionadas à saúde estão no tópico parcerias com entes públicos, visto que estas parcerias ocorrem, em grande parte via SUS, conforme citados pelos entrevistados, mas neste caso ambas as parcerias foram com a Santa Casa, com alunos da medicina praticando o Internato na instituição conforme se verifica na resposta do entrevistado 1:

[...] nós já temos lá uma parceria com a residência médica, a Santa Casa [do município], grande parte dos residentes são ex-alunos nossos, a gente toca também a parte de internato da Santa Casa, nós temos praticamente 70 alunos por ano trabalhando no internato da Santa Casa, isso é uma mão de obra considerável, porque vai o aluno e o professor também da gente, então a Santa Casa tem esse trabalho.

O papel da universidade e o desenvolvimento regional são concebidos e reinterpretados com influência dessas parcerias entre a universidade, o poder público, o setor empresarial e a comunidade local, das quais surgiram dilemas e discordâncias a fim de construir esta relação (Coelho; Sossai; Oliveira, 2020).

Ainda no âmbito das parcerias privadas, em 3 entrevistas foram citadas parcerias com as seguintes associações:

- Associação da Indústria e do Comércio;
- Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP);
- Associação dos Empresários;
- Associação dos Engenheiros;
- Associação de Mulheres Empoderadas;
- Associação Comercial.

Segue relato do entrevistado 1 sobre a parceria com associações, que cita o Ciesp e a Associação Comercial: “Eu acho que a Associação Comercial, a parceria com o Ciesp é mais recente, a delegacia do Ciesp veio [pro município].”

Por fim, em 2 entrevistas foram relatadas parcerias com Conselhos, sendo a entrevista 6 com conselhos regionais de curso, como CREA, CRA e CRC:

[...] os Conselhos são muito amigos nossos, o CREA vive, a gente vive com o CREA, todas as nossas atividades de curso, todas as mudanças que a gente faz, tudo é apresentado pro CREA; basta dizer também que hoje boa parte das pessoas que estão na diretoria, no conselho do CREA são formados pela escola de engenharia da [IES]. Depois o próprio CRA também há um contato muito frequente conosco por conta do Conselho de Administração, essa preocupação de como formar, como preparar, como o mercado está demandando nas diferentes esferas, pra não falar só da engenharia eu também vou falar de negócios; a mesma coisa o Conselho de Contábeis. Então eu termos de conselho isso é bastante interessante.

E o entrevistado 7 relatou a parceria com conselho de município, no caso, o Conselho Municipal de Desenvolvimento:

[...] nós fazemos parte do Conselho Municipal de Desenvolvimento, onde o curso nosso, os professores e os alunos do curso de contabilidade e administração faziam estudos sobre a viabilidade da seção de terrenos no Distrito Industrial para que as empresas pudessem se estabelecerem ali. Eu posso até verificar isso, de documento disso.

Este tópico relatou a relevância da implementação de estratégias eficazes para o estabelecimento de parcerias com o empresariado local, seja via associações ou colaborações diretas. As evidências coletadas demonstram que as parcerias privadas se manifestam de diversas formas — desde patrocínios e doações, até a inserção de alunos em estágios (como o internato em instituições de saúde) e a atuação em centros de inovação e incubadoras que geram empregos diretos e indiretos. Com esses vínculos, ao promoverem a aplicação do conhecimento gerado e a inserção de egressos no mercado de trabalho, as IES consolidam seu papel como agentes de desenvolvimento econômico e social, evitando o isolamento e garantindo que o saber acadêmico se traduza em benefícios tangíveis para a comunidade regional.

#### 4.4.3 Parceria com outras IES

A parceria entre IES foi relatada por Azevedo (2021) ao enfatizar que, para reduzir as disparidades e desigualdades regionais e para promover um desenvolvimento regional sustentável que vise ao equilíbrio político-econômico-cultural-social, as universidades públicas do estado atuam como instituições essenciais de suporte a diversos atores sociais, sejam eles privados, coletivos, comunitários ou públicos (incluindo governos e órgãos em níveis municipal, estadual e federal). Nesse contexto, o autor destaca que a IES em colaboração com outras IES públicas do estado tem sido fundamental não apenas na criação e difusão de

conhecimento, mas também na materialização de ideias. Essa atuação conjunta contribui para o desenvolvimento regional sustentável.

Em 4 das entrevistas conduzidas com os dirigentes das IES foram mencionadas parcerias com outras instituições de ensino, especificamente a UNESP, a UNIFRAN e a Universidade de Cornell. O Entrevistado 2 exemplificou essa colaboração ao relatar a parceria com a UNESP de Dracena: “[...] com a UNESP de Dracena, depois nós temos a Unesp de Dracena, dentro da área educacional foi o primeiro parceiro nosso [...].”

O dirigente 3 também citou a parceria com a UNESP, por meio do campus de Ilha Solteira: “Em relação a UNESP ou outras instituições públicas, nós temos um convênio na verdade com Ilha Solteira, que é muito próximo aqui, pra poder utilizar do laboratório pra fazer pesquisas.”

A colaboração entre IES emerge como um elemento para o desenvolvimento regional. A relevância dessas parcerias foi corroborada nas entrevistas com dirigentes de IES, que mencionaram colaborações com instituições como a UNESP, UNIFRAN e a Universidade de Cornell. Tais iniciativas demonstram a importância da sinergia entre IES para o avanço da pesquisa, o compartilhamento de recursos e a potencialização do impacto no desenvolvimento das regiões.

O presente tópico aprofundou a discussão sobre as parcerias estratégicas das IES com entes públicos e privados, evidenciando o papel multifacetado dessas colaborações para o desenvolvimento regional. A análise das entrevistas com dirigentes de IES revelou que as parcerias não são apenas um ideal teórico, mas uma realidade operacional diversificada, abrangendo desde os órgãos governamentais em diferentes esferas até o setor empresarial e associações e outras instituições de ensino. Essa teia de relações, ao promover a geração e aplicação de conhecimento, a inovação, a qualificação profissional e a atração de investimentos, consolida as IES como agentes de transformação socioeconômica. Em suma, o engajamento proativo das universidades em redes colaborativas com a tríplice hélice — governo, empresa e sociedade — é relevante para superar desafios regionais e impulsionar um desenvolvimento regional.

#### 4.5 Indicadores de impacto das IES Municipais no desenvolvimento regional

As informações relativas aos dados sobre indicadores dos impactos das Instituições de Ensino Superior (IES) no desenvolvimento regional foram solicitadas nos itens 7 e 8 do roteiro. O item 7 abrangeu indicadores econômicos e sociais, como o Produto Interno Bruto (PIB), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a arrecadação municipal. O item 8 focou em programas de formação profissional, pós-graduação, registro de patentes, atividades de inovação e projetos de sustentabilidade, bem como a existência de estudos ou registros de atividades com participação da IES, mas promovidas por outras entidades.

Considerando as respostas ofertadas, identificou-se um conjunto de respostas que foram organizados em três grupos, quais sejam as de IES que possuem registros das informações referentes aos indicadores, um segundo grupo que não possui os registros e um terceiro grupo com registros de forma isolada, os quais são apresentados na tabela 13, e detalhados na sequência, levando-se em consideração a quantidade de citações referentes a cada um deles

Tabela 13: Indicadores de impacto da IES Municipais no desenvolvimento regional

Situação	Quantidade de citações	de	Quantidade de entrevistados
IES com registros de informações	8		6
IES sem registros de informações	5		5
IES com registros de informações isoladas	2		2

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Embora exista a percepção de algum tipo de registro das atividades, em 8 citações, feitas por 6 entrevistados, as declarações apontam para registros fragmentados, como produções da pós-graduação (artigos científicos), quantitativos de pessoas atendidas em projetos, atividades e programas da IES, bem como o controle de atividades pela secretaria da instituição, a referência a índices oficiais municipais e o registro de convênios.

Adicionalmente, constatou-se a presença de 5 IES que, embora não realizem mensurações baseadas em dados, possuem uma percepção de impacto no desenvolvimento da região onde estão inseridas. Ainda foram identificados dados isolados em duas IES, os quais, contudo, carecem de correlação com os indicadores municipais de desenvolvimento econômico.

Sobre os indicadores, Cândido e Maciel (2019) propuseram um diagnóstico do nível de contribuição de IES para o desenvolvimento econômico regional, com foco

na inovação. Esse estudo permite classificar a contribuição em categorias. A partir desse diagnóstico, os gestores podem planejar e implementar ações que efetivamente promovam o desenvolvimento econômico regional. Cezario, Azevedo Filho e Hora (2019) também investigaram a contribuição da inovação promovida pela IES para o desenvolvimento da região e verificou-se que a contribuição ocorre via produção e disponibilização de conhecimento para a sociedade (governos e indústrias), por intermédio de artigos científicos e acadêmicos e a apropriação desse material pode gerar desenvolvimento.

Em outro estudo foi identificado o número de depósitos de patentes, reforçando a contribuição da IES no âmbito científico (Ferreira, 2019). Regasson, Silva e Pilla (2019) investigaram a migração profissional dos discentes egressos, revelando que pouco mais da metade desses profissionais atua na região da IES. Este dado sugere um impacto regional significativo da IES, evidenciado pela inserção de mão de obra especializada no mercado de trabalho local.

Outro dado é indicado por Coelho, Sossai e Oliveira (2020), como promotor de impacto na região, no caso, 4% da receita institucional é alocada para a Política de Extensão e Assuntos Comunitários. Eles detalham os programas e projetos de extensão financiados por essa verba, o que serve como um sólido indicador qualitativo da diversidade e abrangência do impacto social da universidade.

Para além dos dados já mencionados, as IES geram uma vasta gama de informações que poderiam funcionar como indicadores de impacto no desenvolvimento regional. Contudo, ao serem questionados sobre a mensuração desses indicadores, todos os entrevistados revelaram a ausência de um sistema centralizado ou controle efetivo sobre esses dados. Embora diversas atividades e parcerias desenvolvidas pelas IES tenham sido citadas, os respondentes não apresentaram indicadores tangíveis do impacto da instituição, como dados numéricos ou estatísticos, no desenvolvimento regional ou local. Suas respostas, em grande parte, consistiram em informações recordadas no momento da entrevista.

Nas entrevistas com os dirigentes das IES houve 8 citações mencionando alguma forma de registro das atividades em 6 delas. Três dessas menções estavam relacionadas a registros de pós-graduação, como exemplificado pelo Entrevistado 8: "Nós temos, acredito que alguns registros desses, nós temos em artigos científicos e resultados de teses, mas se eu tenho um sistema que registra isso, isso eu não tenho."

Em duas entrevistas, foi reportado o registro do número de pessoas atendidas pelos projetos e serviços da IES, conforme destacado pelo Entrevistado 9:

A única mensuração, o único dado que nós temos é o número de pessoas atendidas nesses diferentes projetos, ações propostas e obtenção de direito dessas pessoas no judiciário.[...]. Agora, essas outras questões que foram apontadas por você, não. O direito, historicamente ele não é dado tanto a dados.

Em uma das entrevistas, o Entrevistado 6 afirmou que todas as atividades são registradas na secretaria da instituição: “Sim, das que nós realizamos e nós participamos, a instituição registra tudo, inclusive é um controle que acontece dentro da secretaria, a secretaria tem registro de tudo.”

O Entrevistado 3 informou que os registros se limitam aos convênios, e que a criação de um repositório está em andamento: “Não, o único registro que existe na verdade é o convênio, já pré-existente [...]”

O Entrevistado 2 mencionou a existência de índices oficiais que demonstram o desenvolvimento do município em comparação com outros, afirmando:

[...] foi a cidade que mais empregou em números proporcionais, mais do que em Prudente, esse número eu vou passar depois pra você. E outras coisas mais, tudo o que eu conseguir do município de informações, eu vou passar pra você. Então tem sim índices oficiais do que está acontecendo com [o município] ao longo desses últimos 7 anos e coisas interessantes, importantíssimas.

Ainda, 5 dirigentes das IES informaram que o impacto da instituição no desenvolvimento regional é perceptível, mas há uma lacuna no registro e na mensuração dos dados relacionados. Conforme expresso pelo Entrevistado 3: “Debate pronto eu posso te dizer que a gente tem a percepção, mas um estudo real eu acredito que tem que sentar com outras esferas pra poder alinhar isso aí.”

Por fim, em duas das entrevistas realizadas, os dirigentes das IES reportaram a existência de dados. Contudo, esses dados são isolados e intrínsecos à IES, não apresentando correlação com os indicadores de desenvolvimento do município. O Entrevistado 5 menciona:

[...] tem registros isolados, tem registro que o IDH aumentou, de que não sei o que aumentou e tem o registro de tudo o que a gente fez, agora, o registro dessa correlação de fatores não temos. Deveríamos. Aliás, o registro até de tudo o que a gente faz é um registro que eu diria muito alguém do que deveríamos. Os registros hoje são muito normativos, tem uma parte que a gente manda pro Tribunal de Contas.

Essa ausência de um sistema abrangente para mensurar o impacto das IES impede a apresentação de indicadores tangíveis e quantificáveis de suas contribuições para o desenvolvimento regional, limitando a avaliação a percepções e a índices mais amplos do município. As informações fornecidas pelos entrevistados, evidenciam a necessidade de um controle mais robusto e sistemático para que as IES possam demonstrar de forma mais concreta suas contribuições.

#### 4.6 Das especificidades identificadas nas IES Municipais

Por fim, identificou-se que os respondentes abordaram questões específicas e próprias das IES Municipais, de forma espontânea, ao longo das entrevistas. As falas foram organizadas de forma sistemática e organizadas em dois grupos, quais sejam as dificuldades típicas do modelo de IES Públicas Municipais e a situação de atendimento a públicos específicos, conforme tabela 14 que segue:

Tabela 14: Especificidades identificadas nas IES Municipais

Situação	Quantidade de citações	Quantidade de entrevistados
<b>Principais dificuldades</b>		
Natureza não privada da IES	4	4
Falta de recursos públicos	2	2
Limitações inerentes ao Conselho Estadual de Educação	2	2
Captação de alunos	1	1
Atuação em municípios que têm outra IES municipal	1	1
<b>Públicos específicos</b>		
Público Infantil	2	2
Público Idoso	2	2
Público Empresarial	2	2
Outros públicos	1	1

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Quanto às principais dificuldades enfrentadas pelas IES municipais, os entrevistados as abordaram de forma espontânea. Um ponto recorrente (4 citações presentes em 4 entrevistas) foi a limitação inerente à natureza não privada das IES, exemplificada pela ausência de benefícios governamentais concedidos às instituições privadas. A escassez de recursos públicos foi relatada em duas entrevistas. As demandas e limitações relacionadas a órgãos reguladores, como o Conselho Estadual de Educação, também foram citadas em duas entrevistas. Outras dificuldades mencionadas incluíram a competição crescente na captação de alunos (uma citação)

e os desafios de atuação em regiões com a presença de outras IES municipais (uma citação).

No que tange aos públicos-alvo, a pesquisa revelou um espectro diversificado de beneficiários das atividades desenvolvidas pelas IES. Os grupos, mais frequentemente mencionados (com duas citações cada), foram os públicos infantil, idoso e empresarial. Adicionalmente, foram registradas menções pontuais (uma citação cada) a públicos, como indivíduos com comorbidades, atletas, famílias rurais, pessoas em situação de vulnerabilidade financeira, animais e docentes da rede municipal de ensino, demonstrando a abrangência das ações extensionistas.

Este item aprofundou a discussão sobre as especificidades das IES, apresentando um levantamento das principais dificuldades encontradas pelas IES, em face da sua natureza e envolvendo os públicos específicos que são beneficiados por suas atividades, programas e projetos, conforme os detalhamentos das respostas apresentados a seguir.

#### 4.6.1 Principais dificuldades de IES municipais

Embora as entrevistas não tenham incluído uma abordagem direta sobre as dificuldades intrínsecas às IES municipais, foram observadas, de forma espontânea em 6 depoimentos, menções dessa natureza relacionadas à escassez de recursos financeiros e às limitações inerentes às instituições públicas de âmbito municipal.

Dentre as dificuldades encontradas, configura-se as limitações por sua condição jurídica (por não serem privadas), segundo Mattia (2013), neste caso sobre IES comunitárias, é um desafio central para essas instituições conciliar seus compromissos comunitários com a necessidade de autossustentação, respondendo às exigências do mercado e à intensa concorrência, enquanto preservam sua saúde financeira e identidade única. A sustentabilidade dessas universidades é, portanto, um grande desafio de gestão, pois sua natureza híbrida (pública, mas não estatal) pode gerar uma percepção de menor responsabilidade por parte da comunidade e do poder público em relação à sua manutenção (Mattia, 2013).

Em 4 das entrevistas realizadas, foram destacadas limitações inerentes à natureza não privada das IES, exemplificadas pela ausência de benefícios concedidos às instituições privadas pelo governo federal, conforme explicitado pelo Entrevistado 9:

[...]no nosso caso aqui, que é uma autarquia municipal, mas nós vivemos exclusivamente da mensalidade dos nossos alunos e nós temos uma atuação, não é porque eu sou diretor hoje, mas ela é reconhecida ao longo desses 60 anos e a gente vê uma possibilidade da atuação do governo federal, não desse, historicamente dos governos, de incentivar o estudo em instituições privadas, através de um programa de financiamento estudantil e não nos é dado. Qual é a diferença da [IES] e de tantas outras privadas, na medida em que cobramos mensalidade? E aí qual é a nossa dificuldade de entrar no Fies? Porque nós temos imunidade tributária. Então a privada, ela abate do imposto que deveria ser pago e nós não temos esse imposto a pagar. O que a gente queria, era receber a mensalidade.

Observou-se, ainda, nas entrevistas, depoimentos relacionados à falta de recursos, principalmente os públicos. Em estudo de Barbosa, Petterini e Ferreira (2020), relataram que, embora os novos campi universitários tenham proporcionado um impulso inicial na demanda local devido aos gastos de implantação e operação, há uma possível dificuldade em promover os esperados ganhos de produtividade a longo prazo.

Em 2 entrevistas foram citadas a falta de recursos públicos, que a IES sobrevive das mensalidades pagas pelos estudantes, conforme entrevistado 1:

[...]embora eu diga sempre que nós estamos no pior dos mundos, porque nós tínhamos todas as amarras das instituições públicas e a gente tem que sobreviver como uma instituição privada. Nós não recebemos recursos públicos aqui na [IES], há mais de 40 anos a gente sobrevive única e exclusivamente com as mensalidades pagas pelos alunos.

Existem limitações inerentes à conciliação das demandas de órgãos educacionais (nacionais e internacionais) com o foco no desenvolvimento local. Conforme explicitado por Coelho *et al.* (2020), para uma IES de caráter comunitário, o conceito de extensão – fundamental no tripé universitário brasileiro, junto ao ensino e à pesquisa – evoluiu. Esse processo de expansão passou a abranger a produção e a aplicação do conhecimento em uma agenda educacional que deve responder não apenas às contingências regionais, mas também às exigências em escalas nacional e internacional.

Em 2 das entrevistas, o MEC (Ministério da Educação) e o Conselho Estadual de Educação foram mencionados no contexto de demandas e limitações impostas, conforme explicitado pelo Entrevistado 5:

Hoje o que eu sinto falta, eu não estou falando do MEC, eu estou falando MEC e estou falando aqui do Conselho Estadual. Eu não tenho um sistema, a instituição não tem um sistema, não é eu como instituição ou eu com a outra instituição, nós não temos um sistema em que a gente possa registrar e compartilhar aquilo que a gente produz uma instituição comparativamente ou pelo menos entregar as informações pro Conselho. Talvez isso ajudasse, se nós pudéssemos ter uma base de dados em que eu instituição tenho que

registrar tudo o que eu faço e fica disponível pro Conselho, talvez o Conselho visualizasse muito mais o que a gente faz e nós ficássemos muito mais motivados a fazer.

O Entrevistado 2 mencionou a dificuldade na captação de alunos, atribuindo-a, principalmente, à crescente concorrência no setor:

[...]as instituições de ensino superior no Brasil padecem, nós estamos passando por dificuldade de captação de alunos, isso são todos, talvez nós aqui [no município] estejamos numa condição um pouquinho diferente, na contramão da história, mas nós também temos as nossas dificuldades de captação de alunos. [...]Nós, eu acho que nós que estamos em um outro patamar, nós estamos em uma condição um pouco mais tranquila, mas, pra mim, daqui a 5 anos nós vamos estar com muitas dificuldades aí, porque a concorrência está aumentando, queira ou não queira.

Na entrevista 5, ainda houve uma citação em relação à dificuldade de atuação em municípios com outras IES municipais:

A [IES] tem uma particularidade que, por exemplo, as outras municipais não têm, que é ter várias outras municipais aqui no raio, várias outras não, pelo menos duas, no nosso raio, que é a Fundação Santo André, que está aqui do lado, eu acho que não faz parte do Conselho Estadual, mas é uma municipal e a Direito São Bernardo, que estão em seus municípios, então onde a gente podia criar mais laços aí, temos dificuldade em relação a isso. Eu não vejo um papel de prestação de serviço, um papel que diferencie a [IES] das demais na região não. É claro, na pesquisa aparece nacionalmente fazendo vacina e tal, mas aí é como qualquer outra estadual, por exemplo, mas umbilicalmente ligada ao Poder Público eu não vejo as outras cidades.

Os relatos espontâneos revelaram a escassez de recursos financeiros e as limitações inerentes à sua natureza pública não gratuita, que as diferencia das privadas. Essa condição impõe um desafio de sustentabilidade, onde a dependência de mensalidades e a ausência de certos benefícios governamentais dificultam a conciliação entre o desenvolvimento de suas atividades e a necessidade de autossustentação. Somam-se a isso as demandas regulatórias (nacionais e internacionais) e a crescente concorrência no setor educacional, intensificando a necessidade de redefinição estratégica e otimização de recursos.

#### 4.6.2 Públicos específicos atendidos pelas atividades desenvolvidas nas IES Municipais

Ao longo das respostas, identificou-se a existência de um público-alvo das atividades desenvolvidas pelas IES que promovem o desenvolvimento regional. Desta forma, tem-se a classificação desse público em grupos específicos, como população

em situação de vulnerabilidade, professores da rede pública de ensino, entre outros segmentos relevantes.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um pilar das IES e essa tríade não apenas molda a formação acadêmica, mas também estabelece um elo com a sociedade, permitindo que o conhecimento gerado em sala de aula e nos laboratórios seja aplicado e validado em contextos reais. Principalmente por meio da extensão, as universidades direcionam suas ações para as demandas de comunidades e grupos sociais específicos, promovendo a inclusão, a qualificação e o desenvolvimento. No contexto universitário brasileiro, a extensão é o principal mecanismo de integração das instituições no desenvolvimento regional, por meio de ações direcionadas à comunidade externa. Para assegurar a efetiva participação social nos projetos, é crucial que a seleção dessas iniciativas equilibre a oferta e demanda de conhecimento, alinhando-se às políticas nacionais de inovação e inclusão (Silva; Santana; Rapini, 2021).

Ao longo das entrevistas, os dirigentes das IES mencionaram as atividades desenvolvidas (conforme item 4.3), frequentemente, em conjunto com os públicos específicos envolvidos. Embora não tenha havido uma abordagem sistemática por parte dos entrevistados, foi possível identificar, a partir das citações, a atuação junto aos públicos: infantil, idoso, empresarial, entre outros e de atendimento nas áreas da saúde, jurídica e educação.

Em 2 entrevistas citaram ações direcionadas ao público infantil municipal, conforme relatado pelo Entrevistado 8: “[...] ela cuida do ensino integral e berçário do município.”

Dois entrevistados mencionaram o público idoso nas atividades da IES, dentre eles o dirigente 9: “[...] faculdade da terceira idade.”

O público empresarial foi citado em 2 entrevistas e envolveu o empresariado associado à Acif e incubadora no agronegócio, conforme abordado na entrevista 4: “Aceleração de empresas do agronegócio [...].”

No levantamento realizado, foram registradas citações pontuais (1 citação para cada) para diversos públicos específicos atendidos pelas IES, incluindo: indivíduos com comorbidades, atletas, famílias rurais, pessoas em situação de vulnerabilidade financeira, animais e docentes da rede municipal de ensino. Como ilustração, o Entrevistado 5 destacou a abrangência do atendimento na área da saúde animal,

afirmando que: "[...] então toda a saúde animal, por exemplo, toda a saúde animal do município é a [IES]".

Para além da identificação de públicos específicos, as entrevistas com os dirigentes das IES abordaram os atendimentos realizados, categorizados por área e, em alguns casos, quantificados. No que concerne ao volume de atendimentos, 3 entrevistas reportaram dados na área da saúde, englobando odontologia, psicologia, medicina e saúde em geral. O Entrevistado 7, por exemplo, forneceu o quantitativo de atendimentos em saúde para o ano de 2023, declarando: "O número eu consigo pegar aqui, inclusive eu mandei publicar uma matéria no jornal do atendimento nosso em 2023. É o total de 107 ou 108 mil atendimentos no ano de 2023 por diversas áreas da saúde."

Os atendimentos na área de assistência jurídica foram mencionados em 2 entrevistas. O Entrevistado 4, quantificou o volume de processos em andamento, afirmando: "Podemos levantar, sem problema nenhum. Processos nós temos em torno de 1.500 processos rodando e que é de responsabilidade da assistência [jurídica]."

Na área da educação, a quantidade de público atendido foi mencionada pelo Entrevistado 8, que relatou a gestão de "22 mil alunos na creche, 22 mil alunos do município [...] que estão no contra turno, no ensino integral e na creche."

Os dados e informações obtidas evidenciam a atuação diversificada das IES no desenvolvimento regional, particularmente no atendimento a diferentes públicos específicos. Apesar da falta de uma abordagem sistemática nas entrevistas, foi possível identificar a dedicação das instituições a segmentos como o público infantil (incluindo berçário e ensino integral), idoso (faculdade da terceira idade), empresarial (com destaque para o agronegócio), e grupos com necessidades particulares como pessoas com comorbidades, atletas, famílias rurais, indivíduos em vulnerabilidade financeira, animais e professores da rede municipal. Essa amplitude de atuação se reflete não apenas na diversidade dos públicos, mas também na expressividade dos atendimentos quantificados em áreas cruciais como saúde (com mais de 100 mil atendimentos anuais em um dos casos), assistência jurídica (com aproximadamente 1.500 processos em andamento) e educação (com a gestão de 22 mil alunos em creches e contraturno).

O levantamento sistemático dos públicos atendidos pelas IES municipais revelou uma atuação multifacetada e profundamente engajada com o

desenvolvimento regional. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão emerge como o pilar que permite a essas instituições traduzirem o conhecimento acadêmico em ações concretas para a comunidade externa. Os dados das entrevistas demonstraram que as IES municipais atendem a um espectro diversificado de públicos, desde a população infantil e idosa, até o setor empresarial e grupos com vulnerabilidades específicas.

Apesar da significativa contribuição, a atuação das IES municipais é permeada por desafios estruturais e financeiros que comprometem sua plena sustentabilidade e expansão. Os depoimentos dos dirigentes apontam as limitações impostas por sua natureza jurídica de instituição pública não gratuita, que as coloca em desvantagem em relação às IES privadas no acesso a benefícios governamentais, como programas de financiamento estudantil. Essa condição as obriga a uma dependência quase exclusiva das mensalidades, fragilizando sua base financeira e gerando uma percepção difusa sobre a responsabilidade de sua manutenção por parte da comunidade e do poder público. A crescente concorrência no setor educacional e as dificuldades de articulação com outras IES municipais na mesma região exacerbam esses desafios, reforçando a necessidade de políticas públicas e de uma redefinição estratégica que consolide a identidade e o papel dessas instituições como vetores essenciais do desenvolvimento local.

#### 4.7 Limitações do estudo e sugestões para pesquisas futuras

Como demonstrado, a pesquisa bibliográfica realizada, identificou a ausência de estudos específicos, no Brasil, sobre o papel das IES Municipais no desenvolvimento regional, sendo que, também não foram localizados estudos relevantes sobre o tema no exterior. Identificou-se uma referência extremamente antiga, de 1916 sobre IES americanas e, apesar de se efetuar buscas com os termos em inglês, somente foram localizados estudos majoritariamente em português, envolvendo situações sobre as IES e o território nacional.

Estabelecendo-se aí uma lacuna, justificável, na medida em que, conforme apresentado na introdução e definido nas justificativas, o universo da pesquisa foi delimitado e definido para as IES Municipais jurisdicionadas ao Conselho Estadual de Educação de São Paulo.

Outra questão a ser observada, diz respeito aos atores a serem entrevistados. Definiu-se, nos objetivos específicos, uma análise da visão dos dirigentes, sobre as contribuições das IES Municipais, para o desenvolvimento regional, optando-se por não entrevistar outros integrantes da comunidade interna, tampouco a comunidade externa.

Neste sentido, surge uma outra lacuna, também justificável, na medida em que a quantidade de atividades e projetos de natureza absolutamente distintas e as heterogeneidades deles, identificada pelas diferentes áreas de atuação das IES, corroborada pelo item 4.6.1, o qual apresenta uma diversidade de públicos atingidos, inviabiliza entrevistas com outros atores além dos dirigentes.

Assim, tais limitações podem se transformar em objeto de pesquisas para estudos futuros.

## 5 DISCUSSÃO

Os resultados obtidos com a pesquisa, conforme apresentados na seção 4 confirmam de maneira contundente que as IES Municipais são percebidas por seus dirigentes como agentes fundamentais para o desenvolvimento regional. Essa percepção se desdobra em múltiplas dimensões, que, em conjunto, caracterizam um quadro de profunda integração e conexão entre as Instituições de Ensino e a sociedade.

Verifica-se que, quando indagados sobre a importância da IES para o município e para região, os dirigentes apresentam um conjunto de repostas que demonstra tal situação, destacando-se como o principal e mais citado elemento a qualificação profissional, quer na própria formação ofertada, quer em relação aos docentes e funcionários.

Os dirigentes apontam suas instituições como essenciais para fixar talentos na região, oferecendo formação superior que atende às demandas locais. Essa função, como aponta Neves (2018), é um dos pilares que justificam a própria existência dessas IES, agregando capital humano e fomentando o crescimento econômico. Ainda, Aguiar *et al.* (2019) e Regasson, Silva e Pilha (2019), apontam que a qualificação da mão de obra decorrente da formação dos alunos, promove a expansão do conhecimento, o que permite a interação entre sociedade e universidade, com a inserção dessa mão de obra qualificada no mercado de trabalho, se constituindo em elemento importante do desenvolvimento regional.

Tem -se também, neste contexto de relevância, além dos egressos, a alta qualificação do corpo docente e técnico-administrativo das próprias instituições, com mais de 80% dos professores possuindo mestrado ou doutorado nas IES paulistas. Isso transforma a IES em um "provedor de informação" e um centro de conhecimento para a região, como relatado por um dos entrevistados. A consequência direta é a inserção desses profissionais em múltiplos setores da economia e da vida social, gerando um desenvolvimento que transcende o puramente econômico para se tornar socioeconômico, alinhado à visão de Bellingeri (2017).

Outro elemento importante, apontado pelos dirigentes, como promotor do desenvolvimento regional, foi o próprio crescimento da IES, com a criação de novos cursos e a expansão do número de alunos. A ampliação da oferta de cursos, especialmente na área da saúde, como Medicina, Fisioterapia e Odontologia, não só

democratiza o acesso ao ensino superior, como também gera impactos diretos no cotidiano da cidade, com o aumento no número de pessoas circulando, com a redefinição de aspectos financeiros e, conseqüentemente, tem-se a ampliação dos níveis de renda e empregabilidade (Silva, 2016).

Este fenômeno é consistente com estudos sobre a expansão de universidades federais, que demonstram como a chegada de estudantes e a diversificação de cursos impulsionam a economia local, desde o mercado imobiliário até o de serviços, aumentando a renda per capita e reduzindo desigualdades. Os relatos indicam que as IES "revolucionaram o mercado regional", corroborando a literatura que aponta para os efeitos benéficos da ampliação da rede de ensino superior (Cerqueira; Cabrito; Mucharreira, 2018).

A discussão sobre o desenvolvimento regional se aprofunda com a constatação de que as IES atuam diretamente na prestação de serviços públicos, suprimindo lacunas do Estado, principalmente na área da saúde. Os cursos da área da saúde, como Medicina, Enfermagem e Fisioterapia, estão frequentemente inseridos no Sistema Único de Saúde (SUS), com os alunos e professores realizando atendimentos à população. Essa atuação, como no caso da Univap que realizou milhares de atendimentos em um ano (Silva; Papali; Neto, 2020), demonstra que a IES não é apenas uma formadora de profissionais, mas um agente ativo na melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Essa forte atuação das IES na prestação de serviços públicos na área de saúde, também foi identificada quando se indagou aos dirigentes quais eram as atividades desenvolvidas pelas IES que se relacionam com o desenvolvimento regional, e, foram citadas inúmeras atividades, incluindo-se aqui, além dos cursos de medicina, enfermagem e fisioterapia, serviços envolvendo os cursos de psicologia, educação física e farmácia, sendo possível inferir que, a melhoria nas condições de saúde e bem estar da população, influencia positivamente no IDH e, conseqüentemente, no desenvolvimento regional (Teleginky; Rau; Nascimento, 2019).

Para além da área de saúde, constata-se que, em razão da indagação sobre as principais atividades realizadas pelas IES Municipais, tem-se um rol de serviços ofertados e que suprem a ausência do estado em diversas outras áreas, como a prestação de serviços de assistência jurídica à população carente, a produção de dados técnicos, ações de capacitação de professores da rede pública de ensino, além

de um conjunto de outras atividades, identificadas em função de demandas da comunidade e atendidas mediante projetos de extensão, como apoio a entidades carentes, campanhas de arrecadação de produtos diversas, e que conforme Silva, Santana e Rapini (2021), são influenciadoras do desenvolvimento regional.

Resta caracterizado, em razão dos diversos serviços públicos prestados, os quais viabilizam o atendimento de parcela significativa da população, notadamente a mais carente, que as IES Municipais possuem a peculiaridade de atuar como instrumento de auxílio ao Estado, no atendimento a demandas sociais nas quais este não consegue atuar de forma efetiva.

A pesquisa revela, ainda, que a importância das IES Municipais é amplificada por sua capacidade **de interagir com o poder público e a sociedade**. Os dirigentes relatam uma participação ativa na formulação de políticas públicas, na gestão de projetos em conjunto com prefeituras e na formação de agentes políticos — muitos dos quais são egressos das próprias instituições. Essa simbiose entre universidade e governo local é um diferencial, caracterizando a IES como um "parceiro quase inseparável do Poder Público". Este achado está em linha com o estudo de Forgiarini; Alves e Cassanego (2019), que identificou a relevância da integração entre atores internos e externos à universidade para a formulação de políticas públicas.

Essa rede de colaborações se estende ao setor privado, configurando o modelo da Hélice Tríplice (governo, empresa e sociedade/universidade), fundamental para o desenvolvimento regional (Coelho; Sossai; Oliveira, 2020).

As atividades de consultoria para empresas, incubação de startups e desenvolvimento de pesquisa aplicada são exemplos concretos dessa interação. As IES oferecem seu conhecimento técnico para aprimorar processos em empresas locais, criam hubs de inovação para apoiar o empreendedorismo e utilizam seus laboratórios para pesquisa contratada. Tais atividades demonstram que as IES Municipais podem desempenhar um papel crucial no encurtamento do gap tecnológico e na promoção da inovação (Brissola *et al.*, 1997).

Quando indagados sobre essa interrelação das IES com a sociedade, os dirigentes apontaram, em sua totalidade a existência de parcerias formais com o Poder Público local, bem como um percentual significativo das respostas mencionou o setor privado como parceiro, mencionando-se, inclusive, parcerias com outras IES.

A demonstração dessa interação entre as IES Públicas Municipais o Poder Público, a iniciativa privada e a sociedade de forma geral, conforme Barboza; Pereira

e Vale (2020), se caracteriza como mecanismo de reconhecimento da importância das IES como elementos influenciadores na organização, estruturação e funcionamento da sociedade de maneira geral, incluindo-se aí, atividades sociais, econômicas e dos poderes públicos.

Outro ponto de destaque, envolvendo a atuação das IES Municipais, refere-se ao seu papel de fomentador do processo de inclusão social através da educação e da formação profissional, em razão dos programas próprios de bolsas de estudos, sem qualquer participação financeira das esferas governamentais. Tais programas promovem a entrada de estudantes menos favorecidos no ensino superior, permitindo-se conforme, Andriola e Suliano (2015), à população local, por meio do conhecimento, novas vias para a qualificação profissional e a geração de novos postos de trabalho.

Todas estas contatações e identificações feitas pelos dirigentes, revelam que a percepção da importância das IES Municipais para o desenvolvimento regional produz um conjunto de sentimentos e emoções identificadoras do fenômeno de atuação das IES Municipais, pois segundo Matia (2013), é consenso que a educação desempenha papel importante para o desenvolvimento científico e tecnológico para seu entorno. Os dirigentes veem as IES que dirigem como verdadeiras molas propulsoras do desenvolvimento regional, muito em função de todo o volume de atividades realizadas, ou seja, pelo chamado conjunto da obra.

Inobstante a isto, tem-se que um ponto extremamente significativo e paradoxal desta tese é a ausência de um sistema formal e centralizado para medir o impacto das IES no desenvolvimento regional. Embora todos os dirigentes tenham discursado com veemência sobre a importância de suas instituições, muitas vezes com forte apelo emocional e usando termos como "orgulho" e "fantástico", eles admitiram a falta de indicadores numéricos e estatísticos robustos para comprovar essa influência.

Sobre os registros das atividades das IES que não são Municipais, tem-se estudos sobre a identificação do número de depósitos de patentes efetuado por Ferreira (2019), a contribuição por meio dos processos de inovação, identificada por Cezario, Azevedo Filho e Hora (2019), bem como a análise da migração profissional dos egressos (Regasson; Silva; Pilla, 2019).

Quanto às IES Municipais, os registros existentes são pontuais e descentralizados, como o número de atendidos em projetos de extensão, artigos publicados ou teses defendidas, mas não há um esforço institucionalizado para

consolidar esses dados e correlacioná-los com indicadores de desenvolvimento regional, como PIB, IDH ou geração de empregos. Um dos entrevistados expressou claramente essa lacuna ao afirmar a falta de um sistema no qual as instituições pudessem registrar e compartilhar o que produzem, sugerindo que isso daria maior visibilidade ao seu trabalho perante os órgãos reguladores e a sociedade.

Essa dificuldade em mensurar o impacto não diminui a sua importância, na medida em que um número significativo de dirigentes afirma, de forma categórica, que os efeitos das IES que dirigem, no desenvolvimento regional são perceptíveis, mas apontam para uma área crítica que necessita de desenvolvimento. A literatura sugere modelos para diagnosticar a contribuição das IES para o desenvolvimento, como apontado por Cândido e Maciel (2019) e também por Cezario, Azevedo Filho e Hora (2019), mas os resultados indicam que a aplicação de tais modelos ainda é incipiente nas IES Municipais.

Identificou-se, neste contexto, que esta lacuna consistente na ausência de dados concretos, acerca dos indicadores das ações das IES Municipais no desenvolvimento regional, impede a formulação de elementos objetivos e robustos para a defesa do valor dessas instituições, ficando, tal expediente, dependente largamente de relatos qualitativos e da percepção de seus gestores, o que pode ser uma vulnerabilidade em tempos de restrições orçamentárias e de redução de políticas públicas voltadas ao ensino superior.

Finalmente, a discussão dos resultados deve abarcar as características únicas e os desafios enfrentados por estas instituições, uma vez que, em sede de manifestação espontânea, um conjunto expressivo de dirigentes apontou um rol de públicos específicos que são atendidos pelas instituições, bem como as dificuldades próprias das IES Municipais, decorrentes, fundamentalmente, de sua condição de instituição pública, não gratuita, dependente, fundamentalmente, dos valores arrecadados decorrentes das receitas advindas das mensalidades recebidas dos alunos.

A pesquisa revelou que as IES Municipais atendem a um público diversificado e específico, incluindo crianças, idosos, empresários e populações em vulnerabilidade, por meio de uma vasta gama de projetos de extensão nas áreas de saúde, assistência jurídica, educação e cultura. Essa capilaridade demonstra um profundo enraizamento na comunidade, um traço distintivo em relação a outras categorias administrativas de IES.

Destaque-se que os projetos de extensão decorrem de uma atuação dialógica com a sociedade local, pois é mecanismo importante de integração das instituições no desenvolvimento regional, conforme Silva; Santana e Rapini (2021), que afirmam a importância de um conjunto de iniciativas equilibradas que garantam efetividade no conjunto de ações sociais.

Contudo, essa atuação é limitada **por dificuldades significativas**. A natureza pública, porém, não federal ou estadual, que leva à condição de dependência das receitas de mensalidades, coloca essas IES em um limbo, muitas vezes sem acesso a programas de fomento governamentais destinados a instituições privadas ou às grandes universidades públicas.

Para corroborar com essa questão, por similaridade, tem-se a o estudo de Mattia (2013), sobre as IES Comunitárias, de natureza híbrida (públicas, mas não estatal), que enfrentam desafios significativos em relação à sustentabilidade financeira, em razão da possibilidade de percepção de menor responsabilidade por parte da comunidade e do poder público em relação à sua manutenção.

Neste sentido nota-se que a escassez de recursos públicos foi citada, de forma incisiva, por dirigentes, como um obstáculo recorrente, juntamente com as limitações impostas por órgãos reguladores e a crescente competição no mercado educacional, na medida em que identifica-se a necessidade de captação de alunos, muitas vezes em disputas com ofertas de condições impossíveis de serem atingidas, como isenções de matrículas e mensalidades, descontos elevados, dentre outras.

Superar esses desafios enquanto se mantém a missão de servir à comunidade local, com o desenvolvimento de todas as atividades referenciadas, é, talvez, a maior prova da resiliência e da importância estratégica das IES Municipais.

## 6 CONCLUSÃO

Esta tese teve origem na busca pelas respostas à pergunta: **de que forma as Instituições de Ensino Superior Públicas Municipais contribuem no processo de desenvolvimento regional?** A partir dessa indagação, estabeleceu-se como objetivo geral a necessidade de investigar as reais contribuições das Instituições de Ensino Superior (IES) Públicas Municipais para com a comunidade as quais estão instaladas, evidenciando seus efeitos no desenvolvimento regional, a partir da verificação das atividades por elas desenvolvidas, relacionadas ao atendimento de demandas sociais.

Em sede de objetivos específicos, apresentou-se a identificação dos principais projetos e programas, bem como das parcerias, convênios e de outras atividades das IES, de atendimentos nas comunidades em que estão inseridas, que se caracterizam como mecanismos de desenvolvimento regional, e a análise, a partir da visão dos dirigentes, da importância das IES Municipais nas comunidades.

Baseando-se na pergunta apresentada, nos objetivos gerais e específicos propostos, evidenciou-se, a partir do trajeto metodológico percorrido e da análise dos dados obtidos nas entrevistas semiestruturadas realizadas, um conjunto de conclusões relativos à presença das IES Públicas Municipais no contexto local e regional, a seguir apresentadas.

Na primeira seção, a partir da pergunta problema já referenciada, delimitou-se os objetivos gerais e específicos da pesquisa, considerando as relações entre a presença das IES Públicas Municipais e o desenvolvimento regional.

Foram estabelecidas as justificativas que nortearam a investigação nos âmbitos gerencial e teórico, de sorte que, em termos gerenciais, a pesquisa buscou estudar a importância das IES Públicas Municipais instaladas no território do Estado de São Paulo para o desenvolvimento da gestão pública e na elaboração de políticas públicas regionais. E, no âmbito teórico, buscou-se desenvolver um estudo sólido sobre os efeitos educacionais, sociais e econômicos das IES Públicas Municipais, nas regiões em que se encontram ativas a fim de proporcionar um material teórico para o desenvolvimento de outras pesquisas ou a continuação e aprofundamento desta.

Ainda, na primeira seção, tem-se a hipótese de estudo caracterizada pela busca em avaliar o papel efetivo das IES Públicas Municipais no desenvolvimento regional. Para tanto, efetuou-se levantamento bibliográfico, constante nos apêndices A, B e C, ressaltando a importância e necessidade de compreender como as

atividades realizadas através do ensino superior municipal podem se configurar em agente transformador da realidade regional.

A segunda seção concentrou-se na fundamentação teórica, trazendo primeiramente o entendimento de autores acerca do conceito de desenvolvimento regional e sua relação com as IES de uma forma geral, as quais, a partir do tripé ensino, pesquisa e extensão, se caracterizam como um espaço importante de articulação entre os diversos segmentos que integram a sociedade, promovendo atividades inerentes ao processo de desenvolvimento regional.

Sobre o papel das IES neste processo, Aguiar, *et al*, (2019) afirma que, em relação a estas, em todo o contexto de interligação, identificam-se um conjunto de desejos e anseios regionais quanto ao desenvolvimento, uma vez que uma universidade se caracteriza pela expansão de conhecimento, qualificação de mão-de-obra, desenvolvimento de pesquisas e, ainda, a aproximação entre a academia e a população. Logo, a possibilidade de interferência é grande, podendo tornar-se fundamental para o desenvolvimento de uma região.

O entendimento, acima apresentado, decorre dos resultados constantes dos apêndices A, B e C, os quais contam com um total de 80 estudos, tendo sido identificados 37, que discutem o papel das universidades e faculdades no desenvolvimento econômico, social e cultural das regiões. Destacando-se teorias sobre capital humano, inovação, transferência de conhecimento e a tríplice hélice, reforçando a ideia de que as IES, de alguma forma, contribuem para o desenvolvimento regional, permitindo-se extrair, em sede de **primeira conclusão, que as IES se apresentam efetivamente como instrumentos relevantes no processo de desenvolvimento regional, em diferentes formas de atuação.**

Foram identificadas 10 formas de atuação e contribuição das IES para o desenvolvimento regional, caracterizadas pela participação no avanço científico e tecnológico em razão das parcerias com setores da sociedade e a possibilidade de registro de patentes, pelos efeitos da instalação e expansão de IES, em razão da formação profissional voltada para as especificidades da região, pelo processo de inovação provocado pelas atividades das IES, pela possibilidade de aumento do PIB e influência no orçamento municipal, pelas interferências na cultura regional, pelas variações de IDH/IDHM decorrentes das atuação das IES, pelos programas de Pós-Graduação oferecidos e, finalmente, por ações que promovem o desenvolvimento regional sustentável.

A partir de tais formas de contribuição das IES para o desenvolvimento regional, chegou-se a uma **segunda conclusão, segundo a qual, o caminho pelo qual as IES têm optado para melhor contribuir com a sociedade, seja por meio do ensino, da pesquisa ou da extensão, está centrada nas necessidades regionais em que elas se encontram, assegurando ainda mais essa conexão entre universidade e comunidade.**

No Quadro 1, apresentou-se o conjunto de objetos dos estudos analisados e a natureza jurídica das IES referenciadas em tais estudos, os quais abordaram situações genéricas ou estudos de casos, envolvendo Instituições Públicas, Federais e Estaduais, Instituições Comunitárias e Privadas, permitindo-se estabelecer, assim, **mais uma conclusão, a que demonstra a inexistência de estudos com enfoque direcionado às contribuições para o desenvolvimento regional, de IES Públicas municipais, o que caracteriza, inclusive, a originalidade desta tese.**

Identificou-se a **relevância das IES Municipais, no que concerne à interiorização do ensino superior.** Conforme dados constantes das tabelas 3, 4, 5, 6, 7 e 8, constatou-se que nenhuma IES Pública Municipal está sediada em Capital de Unidade Federativa, constatando-se que **as 57 Instituições possuem as suas respectivas sedes administrativas ou reitorias, em 49 Municípios diferentes, em 8 Estados da Federação.** E, excluindo-se as IES Públicas localizadas em Capitais tem-se as Federais sediadas em 47 Municípios distintos, as Estaduais em 34.

Quanto a situação de formação de funcionários e docentes, tem-se que, no âmbito dos funcionários, em nível nacional, 63,3% deles possuem ensino superior ou algum nível de pós-graduação, identificando-se o mesmo percentual no Estado de São Paulo, e os docentes, no que se refere às titulações de mestre e doutor, nas IES Públicas Municipais do Brasil, tem-se o índice de aproximadamente 75% do total e, para as Paulistas, o índice é de 80,8%.

A partir de tais dados, pode-se **concluir que as IES Públicas Municipais possuem, em seus quadros, um número significativo de profissionais técnico-administrativos e docentes qualificados, o que também é caracterizador de relevância em sua atuação.**

A terceira seção apresentou a caracterização e o tipo da pesquisa, identificando-o como qualitativo e exploratório, recorrendo a entrevistas semiestruturadas com os gestores, adotando-se o método de saturação, com a

elaboração da matriz de amarração apresentada no Quadro 3, que orientou a elaboração do roteiro de entrevistas apresentado no apêndice E.

Com a realização das entrevistas, as quais se deram por meio de vídeo chamadas, cujas gravações foram devidamente autorizadas, procedeu-se a análise dos resultados, verificando-se que a escolha do método permitiu captar percepções diversas e aprofundar a compreensão das práticas, dificuldades e potencialidades inerentes às IES Públicas Municipais.

Na quarta seção, a análise dos resultados **evidenciou que as IES Públicas Municipais atuam como importantes promotoras de mudanças sociais, não apenas pela formação qualificada de profissionais, mas também pela produção de conhecimento aplicado às demandas regionais, articulação de projetos e atividades específicas para a região.**

Tem-se aqui, como **conclusão, conforme as respostas coletadas, as quais estão corroboradas por estudos científicos, que as IES Públicas Municipais se caracterizam como Instituições importantes e que influenciam no desenvolvimento do Município de suas respectivas sedes, bem como da região em que estão inseridas.**

Outra conclusão que se apresenta, é que as IES desenvolvem atividades, programas e projetos em uma multiplicidade de áreas, conforme as características e necessidades da região onde estão instaladas, contribuindo para o desenvolvimento regional. Reforçando a capacidade da instituição de responder a demandas específicas e diversificadas. **Essa atuação abrangente, que se confunde com a própria dinâmica da região, solidifica o papel da IES, como um agente ativo no desenvolvimento regional.**

A análise das entrevistas com dirigentes de IES permitiu **concluir que as parcerias não são apenas um ideal teórico, mas uma realidade operacional diversificada, abrangendo desde o setor empresarial e associações até órgãos governamentais em diferentes esferas e outras instituições de ensino, de forma que, em síntese, o engajamento proativo das universidades em redes colaborativas com a tríplice hélice — governo, empresa e sociedade — é relevante para superar desafios regionais e impulsionar um desenvolvimento regional.**

Quanto à existência de indicadores de impacto das IES Públicas Municipais no desenvolvimento regional, identifica-se a percepção de algum tipo de registro das

atividades, de forma fragmentada, como produções da pós-graduação (artigos científicos), quantitativos de pessoas atendidas em projetos, atividades e programas da IES, bem como o controle de atividades pela secretaria da instituição, a referência a índices oficiais municipais e o registro de convênios.

**Aqui a conclusão pede que a ausência de um sistema abrangente e organizado para mensurar o impacto das IES impede a apresentação de indicadores tangíveis e quantificáveis de suas contribuições para o desenvolvimento regional, limitando a avaliação a percepções e a índices mais amplos do município. As informações fornecidas pelos entrevistados evidenciam a necessidade de um controle mais robusto e sistemático para que as IES possam demonstrar de forma mais concreta suas contribuições.**

**Outra conclusão relevante é que as limitações impostas por sua natureza jurídica de instituição pública não gratuita, as coloca em desvantagem em relação às IES privadas no acesso a benefícios governamentais, como programas de financiamento estudantil, gerando uma dependência quase exclusiva das mensalidades, reforçando a necessidade de políticas públicas e de uma redefinição estratégica que consolide a identidade e o papel dessas instituições como vetores essenciais do desenvolvimento local.**

**Assim, conclui-se que as Instituições de Ensino Superior Municipais desempenham papel estratégico no desenvolvimento das regiões onde se inserem, contribuindo para a formação de capital humano, o fortalecimento social e econômico, e a dinamização de processos de inovação. Apesar dos desafios, a atuação das IES Públicas Municipais reafirma a importância da educação superior pública como instrumento de desenvolvimento regional sustentável e inclusivo.**

O caminho percorrido por esta pesquisa reforça a necessidade de políticas públicas que valorizem e ampliem o potencial transformador das IES Públicas Municipais, promovendo sua integração com os diversos agentes locais e estimulando o compromisso social, científico e inovador destas instituições. Recomenda-se, ainda, a ampliação de estudos comparativos e o monitoramento contínuo dos dados e indicadores relativos aos impactos gerados, para que as IES Públicas Municipais possam aprimorar suas práticas e fortalecer ainda mais sua contribuição para as regiões em que estão inseridas.

## Referências

- ABEL, Jaison; DEITZ, Richard. The Role of Colleges and Universities in Building Local Human Capital. **Current Issues in Economics and Finance**, v. 17, no. 6, p.1-7, 2011.
- AGUIAR, Mariane Rodrigues Volz; KOCOUREK, Sheila; OLIVEIRA, Jairo Luz de; RODRIGUES, Adriano Correia. Desenvolvimento regional e a contribuição universitária: uma análise das publicações nacionais e internacionais de 2008 a 2016. **Interações**, Campo Grande, v. 21, n. 2, p. 305-316, 2020.
- ALBUQUERQUE, Ronald de Figueiredo e; PÁSSARO, Eloisa Rodrigues; FIGUEIREDO, Tatiane de Araújo. Educação do Campo: percalços na construção do curso de licenciatura em Educação do Campo na Universidade Regional do Cariri. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 2, n. 2, p. 472–501, 2017.
- ALVES, Jorge Amaro Bastos; GUMBOWSKY, Argos. Impactos econômicos da Universidade do Contestado (UnC) no desenvolvimento do município de Canoinhas, SC. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 18, n. 4, p. 55-68, 2017.
- ANDRIOLA, Wagner Bandeira; SULIANO, Daniele Cirilo. Avaliação dos impactos sociais oriundos da interiorização da Universidade Federal do Ceará (UFC). **Rev. bras. Estud. pedagog.** (online), Brasília, v. 96, n. 243, p. 282-298, 2015.
- ARAKAKI, Arthur Teruo. **Universidade e desenvolvimento: uma análise dos efeitos da implantação da UFT (campus de Palmas) no mercado imobiliário**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Palmas, 2020.
- AUDY, Jorge. A inovação, o desenvolvimento e o papel da Universidade. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 90, p. 75-87, 2017.
- AZEVEDO, Gabriella Azeredo. **Desafios da imigração: extensão universitária no processo de integração dos imigrantes internacionais à comunidade regional**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional). Universidades e faculdades - Rio Grande do Sul, 2020.
- AZEVEDO, Mário Luiz Neves De. Interiorização da educação superior e desenvolvimento regional sustentável: reflexões e inferências sobre a Fundação do Campus do Vale do Ivaí da Universidade Estadual de Maringá – Paraná. **REVELLI**, Vol. 13, p. 1-28, 2021.
- BARBOSA, Marcelo Ponte; PETTERINI, Francis Carlo; FERREIRA, Roberto Tatiwa. Política de Expansão das Universidades Federais: É Possível Potencializar os Impactos Econômicos? **RAC**, Maringá, v. 24, n. 1, art. 1, pp. 1-24, 2020, <http://rac.anpad.org.br>. Acesso em 19/10/2022.
- BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; NEVES, Clarissa Eckert Baeta. Internacionalização da educação superior: instituições e diplomacia do conhecimento. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 22, n. 54, p. 22-44, 2020.

BARBOZA, Douglas Ribeiro; PEREIRA, Tatiana Dahmer; VALE, Andréa Araújo do. O Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional e a universidade pública. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 139, p. 550-560, 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo. Edições 70, 2011.

BARRETO, Ivana Cristina de Holanda Cunha; RIBEIRO, Kelen Gomes; MOREIRA, Ana Ester Maria Melo; GOYA, Neusa; DIAS, Maria Socorro de Araújo; ANDRADE, Luiz Odorico Monteiro. Integração de instituições de ensino superior com sistemas municipais de saúde à luz de uma tipologia de colaboração interprofissional. **Interface** – Comunicação, Saúde, Educação n. 22(Supl. 1), p. 1365-1376, 2018.

BELLINGIERI, Julio Cesar. Teorias do desenvolvimento regional e local: uma revisão bibliográfica. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, Salvador/BA, Ano XIX, v. 2, n. 37, p. 6-34, 2017.

BENFICA, Tiago Alinor Hoissa. Universidade, desenvolvimento e modernização no Mato Grosso: uma reflexão sobre o campo político. **Caderno de Geografia**, v. 30, n. 3, p. 548-566, 2020.

BERTERO, Carlos Osmar; BARROA, Amon; ALCADIPANI, Rafael. Missionários americanos na Bahia: o bacharelado em administração da Escola de Administração da UFBA. **Cad. EBAPE.BR**, v. 17, n. 1, p. 144-155, 2019.

BONHO, Fabiana Tramontin. **A Universidade Federal do Pampa e o seu papel no desenvolvimento regional: estudo de caso do Campus Caçapava do Sul / RS**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Faculdades Integradas de Taquara – RS, 2020.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005

BRAGA, Maria do Carmo Albuquerque. Estudo sobre implantação de Instituições Públicas de Ensino Superior no Brasil e na Itália. Entre o planejamento e o desenvolvimento regional. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 17, n.1, p. 195-216, 2019.

BRASÍLIA: Câmara dos Deputados. **Instituições de ensino superior e o desenvolvimento regional [recurso eletrônico]: potencialidades e desafios** / relator Vitor Lippi; consultores legislativos Renato Gilioli... [et al.]; Renato Gilioli (coordenador). Edições Câmara, n. 9, 2018

BRISOLLA, Sandra; CORDER, Solange; GOMES, Erasmo; MELLO, Débora. As relações universidade-empresa-governo: Um estudo sobre a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). **Educação & Sociedade**, ano XVIII, n. 61, p. 187-210, 1997.

CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde.; MACIEL, Daina dos Santos Costa. Identificação do Nível de Contribuição das Universidades para o Desenvolvimento por meio da Inovação: uma proposta de métrica. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 48, p. 103–120, 2019.

CARMO, Erinaldo Ferreira; CHAGAS, José Aercio Silva; FILHO, Dalson Britto Figueiredo; ROCHA, Enivaldo Carvalho. Políticas públicas de democratização do acesso ao ensino superior e estrutura básica de formação no ensino médio regular. **Rev. bras. Estud. pedagog.** (online), Brasília, v. 95, n. 240, p. 304-327, 2014.

CARVALHO, Hilda Alberton de; OLIVEIRA, Oséias Santos de; LIMA, Isaura Alberton de. Avaliação Institucional em uma universidade pública brasileira multicâmpus: processos e desafios na qualificação da gestão. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 23, n. 1, p. 217-243, 2018.

CARVALHO, Renata Ramos da Silva; AMARAL, Nelson Cardoso. O financiamento das universidades estaduais brasileiras: o custo aluno, as assimetrias institucionais e as desigualdades regionais. **Eccos - Revista Científica**, São Paulo, n. 57, p. 1- 20, 2021.

CASQUEIRO, Mayara Lima; IRFFI, Guilherme; SILVA, Cristiano da Costa da. A expansão das Universidades Federais e os seus efeitos de curto prazo sobre os Indicadores Municipais. - **Avaliação** (Campinas) vol. 25, n.1, p. 155-177, 2020.

CASTRO, Beatriz Leite Gustmann de; PEZARICO, Giovanna; OLIVEIRA, Marilze Rubin de; BERNARTT, Maria de Lourdes. Programa de pós-graduação em desenvolvimento regional: uma análise sobre o perfil acadêmico dos egressos (2012-2018). **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 16, n. 40, p. 1-20, 2020.

CAVALCANTE, Joseneide Franklin. **Educação Superior: conceitos, definições e classificações.** – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000.

CERDEIRA, Luísa; CABRITO, Belmiro Gil; MUCHARREIRA, Pedro Ribeiro. Expansão e regionalização do ensino superior em Portugal nas últimas décadas: um percurso contraditório. **Eccos – Revista Científica**, São Paulo, n. 58, p. 1-22, 2021.

CEZARIO, Raquel Chaffin; FILHO, Edson Terra Azevedo; HORA, Henrique Rego Monteiro da. Inovação e Desenvolvimento Regional: uma análise sobre a produção científica da Universidade Estadual do Norte Fluminense e sua potencial contribuição para a sociedade. **Revista Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, n. 16, p. 57-72, 2019.

CHIARELLO, Ilze Salete. A universidade e seu papel no desenvolvimento regional: contribuições do PROESDE. **Revista Extensão em Foco**, Caçador, SC, v. 3, n. 1, p. 240-57, 2015.

COELHO, Ilanil; SOSSAI, Fernando Cesar; OLIVEIRA, Therezinha Maria Novais de. A Univille e o desenvolvimento: Educação Superior no norte e nordeste de Santa Catarina (1960-1990). **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 12, n. 27, p. 200-221, 2020.

COHEN, Maria de Los Ángeles Martínez. **Eficiência produtiva no ensino superior: uma aplicação da análise envoltória de dados entre universidades colombianas e brasileiras.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Palmas, 2019.

CONCEIÇÃO, Marcelo Pereira da; FILHO, Americo da Costa Ramos. A percepção dos servidores de uma instituição pública de ensino a distância sobre a importância das boas práticas em gestão de projetos. **Revista de Administração de Roraima-UFRR**, Boa Vista, Vol. 8 n.2, p. 400-415, 2018

CRESWELL, John Ward. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Trad.: Magda Lopes. 3 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

DALBEN, André. *Artigo* - Escola de Aplicação ao Ar Livre de São Paulo Open-Air School of São Paulo. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, Dossiê Educação, Saúde, Recreação - Processos Históricos, v.35, p. 1-33, 2019.

FELIPPI, Ângela Cristina Trevisan. As mediações De Jesús Martín-Barbero E Os Estudos De Comunicação No âmbito Do Desenvolvimento Regional. **Intexto**, nº 43, p. 135-150, 2018.

FERREIRA, Cláudio Lima; FLÓRIO, Wilson. A formação de um arquiteto social e ético: dilemas das universidades brasileiras. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 23, n. 3, p. 754-775, 2018.

FILHO, Augusto Ferreira Ramos. **Contribuições da produção e formas de atuação das instituições de ensino superior para o desenvolvimento regional: uma proposta de modelo interativo**. Tese (Doutorado). UFPB/CCSA. João Pessoa -PB, 2020.

FIOR, Camila Alves; JÚNIOR, Antonio Carlos Dias. Internacionalização na educação superior: pressupostos, significados e impactos. **ETD- Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v.22, n.3, p. 517-519, 2020.

FIGLIARELLI, Cristina. A gestão das IES privadas sem fins lucrativos diante dos tensionamentos da mercantilização da educação superior e o caso das universidades comunitárias regionais: a caminho do hibridismo? **Rev. bras. Estud. pedagog.**, Brasília, v. 101, n. 257, p. 79-98, 2020.

FONSECA, Liliana. Designing regional development? Exploring the University of Aveiro's role in the innovation policy process. **Regional Studies, Regional Science**, v. 6, n. 1, p. 186-202, 2019.

FORGIARINI, Deivid Ilecki. **A universidade como catalisadora de desenvolvimento regional: formação de capital social pela Universidade Federal do Pampa, na fronteira Santana do Livramento/BR e Rivera/UY**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade de Santa Cruz do Sul, 2014.

FORGIARINI, Deivid. ALVES, Cinara Neumann. JUNIOR, Paulo Passanego. Percepções da Influência da Universidade Federal do Pampa na Formação de Capital Social na Região de Fronteira Santana do Livramento-Rivera. **COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional** - Faccat - Taquara/RS - v. 16, n. 1, p. 205-227, 2019.

FORTE, Danilo Cavalcante de Souza. **Aspectos socioeconômicos, culturais e políticos da contribuição do campus IV da Universidade Estadual da Paraíba**

**no município de Catolé do Rocha/PB.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional - PPGDR) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande – PB, 2020

FRAGA, Cristina Kologeski; GAVIRAGHI, Fábio Jardel; ALBUQUERQUE, Cristina Pinto; SANTOS, Clara Cruz. A fundação do curso de Serviço Social em universidades públicas federais no Rio Grande do Sul: contradições, possibilidades e desafios ao desenvolvimento local-regional. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 21, n. 3, p. 513-527, 2020.

FRISTSCH, Rosangela; JACOBUS, Artur Eugênio; VITELLI, Ricardo Ferreira. Diversificação, mercantilização e desempenho da educação superior brasileira. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 25, n. 01, p. 89-112, 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo. Editora Atlas, 2002.

GUMBOWSKY, Argos. Os impactos e mudanças promovidos pela avaliação institucional no ensino de graduação das instituições de ensino superior fundacionais municipais catarinenses sob influência do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 2, p. 358-372, 2017.

HAAS, Celia Maria, PARDO, Rosangela da Silva. Programa Universidade para Todos (PROUNI): efeitos financeiros em uma instituição de educação superior privada. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 03, p. 718-740, 2017.

HAAS, Celia Maria; APARÍCIO, Ana Silvia Moço. Avaliação, regulação e qualidade na educação superior: os desafios da gestão acadêmica. **EccoS – Rev. Cient.**, São Paulo, n. 51, p. 1-25, 2019.

LACERDA, Flávia Cristina Barbosa; SANTOS, Letícia Machado dos. Integralidade na formação do ensino superior: metodologias ativas de aprendizagem. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 23, n. 3, p. 611-627, 2018.

LARA, Julia Cezar de; CARNIELLO, Monica Franchi. Desenvolvimento Regional e a Expansão do Ensino Superior Público: o Caso da Universidade do Estado de Mato Grosso. **Rev. Ens. Educ. Cienc. Human.**, Londrina, v. 19, n.1, p. 52-58, 2018.

LIMA, Eduardo Araújo; ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Acompanhamento de egressos: subsídios para a avaliação de Instituições de Ensino Superior (IES). **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 23, n. 1, p. 104-125, 2018.

LOBATO, Danielle de Cássia da Silva Malcher. **A contribuição do Instituto Federal do Pará do campus de Bragança na formação de capital humano local e seus desdobramentos**. Ponta Grossa: Aya, 2021.

MACEDO, João Paulo; DANTAS, Cândida; LIMA, Marta Savana de Sousa; DIMENSTEIN, Magda. Transnacionalização do Ensino Superior: Impactos nos Processos Formativos em Psicologia no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, nº4, p. 852-868, 2017.

MARCHIORO, Dáfni Fernanda Zenedin. NEDEL, Daniel Luiz; VOSS, Dulci Mari da Silva; KAKUNO, Edson Massayuki; FONSECA, Gabriela Dalcin da; NEGRÃO, Margarida Maria Rodrigues; IRALA, Valesca Brasil; FERREIRA, Vera Lúcia Duarte. A UNIPAMPA no contexto atual da educação superior. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 12, n. 4, p. 703-717, 2007.

MARTINS, Tânia Barbosa. A política de institucionalização de polos de apoio presencial da Universidade Aberta do Brasil. **EccoS – Rev. Cient., São Paulo**, n. 45, p. 273-289, 2018.

MATTIA, Adilene Alvares. **Características do processo de expansão e integração de uma universidade comunitária: o caso da UCS/RS**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional). Universidade de Santa Cruz do Sul. 2013

MEDEIROS, Matheus da Costa; MIRANDA, Roberto Campos da Rocha. Pesquisa sobre empresas juniores em instituições de ensino superior do Distrito Federal: estudo de caso com foco no Centro Universitário IESB. **Revista De Gestão e Secretariado (Management and Administrative Professional Review)**, v. 9, n. 3, p. 151–177, 2019.

MEGLIO, Maria Fernanda Di; HARISPE, Andres. Estrategias institucionales de “vinculación universitaria” orientadas al desarrollo local. Reflexiones a partir de un estudio de caso. **Interações**, Campo Grande, v. 16, n. 1, p. 203-217, 2015.

MILLE, Maryline. The University, Knowledge Spillovers and Local Development: The Experience of a New University. **Higher Education Management and Policy OECD**, v. 16, n. 3, p. 77-100, 2004.

MINAYO, Maria Cecília. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo (SP), v. 5, n. 7, p. 01-12, 2017.

MOLLIS, Marcela. Las políticas de reforma universitaria: la lógica global y la respuesta local el caso de la Argentina. **Interface \_ Comunicação, Saúde, Educação**, v.3, n.5, p. 75-94, 1999.

MOREIRA, Ney Paulo; BENEDICTO, Gideon Carvalho de; CARVALHO, Franciscall de Melo; CHAIN, Caio Peixoto. Estrutura de dependência espacial da eficiência em universidades federais brasileiras. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 25, n. 02, p. 297-316, 2020.

MORESI, Eduardo (Org.). **Metodologia da pesquisa**. Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2003.

NASCIMENTO, Esdras Antunes do; SANTOS, Elinaldo Leal. Efeitos dos gastos públicos no desenvolvimento regional: uma análise comparativa entre uma universidade pública (UESB) e três municípios baianos (Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga). **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, v. 1, n. 48, p. 269 – 290, 2021

NETO, Luís Moretto; GARRIDO, Paulo Otolini; JUSTEN, Carlos Eduardo. Desenvolvendo o aprendizado em gestão social: proposta pedagógica de fomento

às incubadoras sociais. **Cad. EBAPE.BR**, v. 9, n 3, p. 830-845, Rio de Janeiro, 2011.

NEVES, Rodrigo Santos. Instituições Municipais de Ensino Superior. **Int. Públ. – IP**, Belo Horizonte, v. 20, n. 109, p. 191-210, 2018.

NIQUITO, Thais Waideman; RIBEIRO, Felipe Garcia; PORTUGAL, Marcelo Savino. Impacto da criação das novas Universidades Federais sobre as economias locais. - **Planejamento e políticas públicas**, n. 51, p.367-394, 2018.

NUNES, Eduardo José Fernandes; SILVA, Tarcísio Fulgêncio Alves da; SANTOS, Paulo Cesar Marques de Andrade. A universidade multicampi na região integrada de desenvolvimento Petrolina-Juazeiro. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. 2, p. 1370–1386, 2022.

OLIVEIRA JUNIOR, Antonio de. A universidade como polo de desenvolvimento local/regional. - **Caderno de Geografia**, v.24, número especial 1, p.1-12, 2014.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p.37-48, 2002.

PENOF, David Garcia; PAMPLONA, João Batista. Funções e contribuições das universidades na geração de inovações: o caso da Região do Grande ABC Paulista. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 26, n. 02, p. 503-524, 2021.

PEREIRA, Denise Pinho. **Análise da eficiência das universidades federais brasileiras: uma aplicação da análise envoltória de dados**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Palmas, 2020.

PEREIRA, Rosenildo da Costa; PUREZA, Antonio Marcos Santos; MUFARREJ HAGE, Salomão Antonio. Educação do Campo e políticas públicas no município de Abaetetuba-Pará. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 2, n. 1, p. 364–388, 2017.

PINTO, Rafael Ângelo Bunhi; MARQUES, Waldemar; SILVA, Leo Vitorino da. O Programa Nacional de Formação de Professores – PARFOR em uma Universidade Comunitária: impactos e resultados. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, SP, v. 25, n. 3, p. 769-790, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/4118>. Acesso em; 20-10-2022.

PRADELLA, Simone. **A construção social da inovação: uma análise a partir das relações entre universidade, indústria e governo na microrregião de Santa Cruz do Sul**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, 2015

PROLO, Ivor; LIMA, Manolita Correia; MONIZ, Gonçalo Canto. Unila: a universidade como vetor da integração regional. **Educ. Soc.**, Campinas, v.40, p. 1-18, 2019.

REGASSON, Carlos Augusto Linassi; SILVA, Vanderlei Rodrigues da; PILLA, Ricardo Bauer. O Perfil Migratório dos Egressos do Curso de Agronomia da Universidade Federal de Santa Maria, Campus Frederico Westphalen, como Fonte

de Informação para a Avaliação Institucional e o Desenvolvimento Regional. **Desenvolvimento em Questão**, vol. 17, n. 48, p. 282-297, 2019.

RIBEIRO, Viviane Andrade. Percepção ambiental de gestores sobre as áreas verdes em instituição de ensino superior. **Rev. Gest. Ambient. Sustentabilidade**, São Paulo, V. 7, n. 2, p.340-358, 2018.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, Fernando de Carvalho. **O potencial dos campi das universidades públicas da microrregião bragantina paraense no desenvolvimento local**. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública - UFFP), 2018.

ROCHA, Reginaldo Ferreira da; GRÁCIO, Maria Cláudia Cabrini. Mapeamento das unidades de ensino superior em instituições multicampi: análise das proximidades tecnológicas no Centro Estadual de Educação Paula Souza. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 3, p. 303–327, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/109247>. Acessado em: 15 de outubro de 2022.

SACHS, Wolfgang. Meio Ambiente. In: SACHS, Wolfgang (Org.). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Vozes. Petrópolis, 2000.

SERRA, Maurício; ROLIM, Cássio; BASTOS, Ana Paula. Universidades e Desenvolvimento Regional – as bases para a inovação competitiva. **Rev. Bras. Inov.**, n. 19, p. 1-5, 2020.

SILVA, Allan Gustavo Freire da. **Política de interiorização universitária e desenvolvimento: Uma análise socioeconômica da implantação da Universidade Federal de campina Grande em Sumé – PB**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional – PPGDR) Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2016.

SILVA, Dayanne Santos; SANTANA, José Ricardo de; RAPINI, Márcia Siqueira. Universidade e interação com a sociedade: a proposta dos Centros de Desenvolvimento Regional. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 28, n. 3, p. 112-131, 2021.

SILVA, Giuliano Alves Borges e; SILVA, Scheila Ribeiro de Abreu e; SOUZA, Inês Leoneza de; MONTEIRO, Luana Silva. Parceria entre governo local e universidades: formação do Observatório da Cidade de Macaé no contexto de rede colaborativa interinstitucional e intersetorial. **Vértices** (Campos dos Goitacazes), vol. 22, n. 3, p.1-17, 2020.

SILVA, Luciana Leandro. Políticas de formação de professores(as) universitários(as) em São Paulo e Catalunha: tendências e desafios. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 113-126, 2017.

SILVA, Maria Helena Alves da; PAPALI, Maria Aparecida Chaves Ribeiro; NETO, Pedro Ribeiro Moreira. Educação e desenvolvimento: a criação da Universidade do

Vale do Paraíba em São José dos Campos – SP e seu impacto regional. **COLÓQUIO** – Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat - Taquara/RS - v. 17, n. 3, p. 21-36, 2020.

SILVA, Tatianne Amanda Bezerra da; SILVA, Jamerson Antonio de Almeida da. O enlace entre educação e desenvolvimento regional no processo de interiorização da Universidade Federal de Pernambuco. **Temporalis**, Brasília (DF), v. 18, n. 35, p. 67-83, 2018.

SILVEIRA, Rogerio Leandro Lima da; DORNELLES, Mizael; VOGT, Helena de Moura; JÚNIOR, Carlos Staviski. Os 25 Anos do PPGDR-UNISC e sua contribuição para a pós-graduação e pesquisa em Desenvolvimento Regional no Brasil. **Redes** (St. Cruz Sul, Online), v.25, n.3, p. 1257-1279, 2020.

SOUZA, Fabiana Aparecida Tobias. **Relação entre os cursos superiores do Instituto Federal Goiano – Campus Iporá com os setores produtivos locais**. Dissertação (Mestrado) - Centro Universitário UNIALFA, 2019.

SOUZA, Mariana Barbosa de; FOURNIS, Yann. Norte-Sul: Perspectivas de desenvolvimento regional no Canadá (Quebec) e no Brasil. **COLÓQUIO** – Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat - Taquara/RS - v. 17, n. 2, p.1-20, 2020.

SOUZA, Mauro Sergio Pinheiro dos Santos de. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como vetores de desenvolvimento no estado do Rio de Janeiro: a perspectiva de gestores de unidades. **Espaço e Economia**, v. 14, p. 1-23, 2019.

TELEGINSKI, Diego Estevam; RAU, Carina; NASCIMENTO, Décio Estevão do. Impacto da Universidade Pública no índice de desenvolvimento humano de municípios no Estado do Paraná. **Revista bras. Planej. Desenv.** Curitiba, v. 8, n. 2, p. 150-169, 2019.

TELLES, Renato. A efetividade da “matriz de amarração” de Mazzon nas pesquisas em Administração. **Revista de Administração**, São Paulo – v. 36, n. 4, p.64-72, 2001.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

VIEIRA, Carla de Cássia Nardelli; PADILHA, Carolina Klein; MACHADO, Denise Del Prá Netto; CARVALHO, Luciana de Castro. Processos de gestão do conhecimento no ensino superior: estudo em uma Universidade de Santa Catarina. **RPCA** | Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 104-119, 2017.

ZEITOUNE, Bruno; TRIGO, José Aires; TRIGO, Aline Guimarães Monteiro; MARUYAMA, Ursula Gomes Rosa. Práticas sustentáveis: adoção de cultura institucional em IES. **RPCA**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 150-168, 2019.

## APÊNDICE A

Tabela 15: Levantamento bibliográfico com termos em português

(Continua)

Levantamento bibliográfico com termos em português					
Palavra-chave	Fonte	Quantidade	Selecionados	Referências	Nº de citações
Instituições Municipais de Ensino Superior	Scielo	7	3	1- Programa Nacional de Formação de Professores – PARFOR em uma Universidade Comunitária: impactos e resultados 2- Integração de instituições de ensino superior com sistemas municipais de saúde à luz de uma tipologia da colaboração interprofissional 3- Os impactos e mudanças promovidos pela avaliação institucional no ensino de graduação das instituições de ensino superior fundacionais municipais catarinenses sob influência do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras	1  8  1
Universidades locais	Scielo	2	2	Perspectivas do território e desenvolvimento local: estudo sobre a constituição do município de Naviraí, MS, como polo urbano regional 2- Missionários americanos na Bahia: o bacharelado em administração da Escola de Administração da UFBA	Não citado  8
Instituições Locais de Ensino Superior	Scielo	5	4	1- Internationalization of higher education: institutions and knowledge diplomacy 2- Escola de Aplicação ao Ar Livre de São Paulo – Open-Air School of São Paulo 3- A formação de um arquiteto social e ético: dilemas das universidades brasileiras 4- Transnacionalização do Ensino Superior: Impactos nos Processos Formativos em Psicologia no Brasil	134  2  Não citado 12
Universidades regionais	Scielo	6	4	1- Estrutura de dependência espacial da eficiência em universidades federais brasileiras 2- A gestão das IES privadas sem fins lucrativos diante dos tensionamentos da mercantilização da educação superior e o caso das universidades comunitárias regionais: a caminho do hibridismo?	Não citado 2

(continuação)

Levantamento bibliográfico com termos em português					
Palavra-chave	Fonte	Quantidade	Selecionados	Referências	Nº de citações
Universidades regionais	Scielo	6	4	3- Desenvolvimento regional e a contribuição universitária: uma análise das publicações nacionais e internacionais de 2008 a 2016 4- Políticas de formação de professores(as) universitários(as) em São Paulo e Catalunha: tendências e desafios	Não citado 10
Instituições Regionais de Ensino Superior	Scielo	2	1	1- A gestão das IES privadas sem fins lucrativos diante dos tensionamentos da mercantilização da educação superior e o caso das universidades comunitárias regionais: a caminho do hibridismo?	2
Instituições Municipais de Ensino Superior	Periódicos CAPES	956	17	1- Expansão e regionalização do ensino superior em Portugal nas últimas décadas: um percurso contraditório 2- Mapeamento das unidades de ensino superior em instituições multicampi: análise das tecnologias superiores no Centro Estadual de Educação Paula Souza 3- O financiamento das universidades estaduais: o aluno, as assimetrias institucionais e as desigualdades regionais 4- Parceria entre governo local e universidades: Formação do Observatório da Cidade de Macaé no contexto de rede colaborativa interinstitucional e intersetorial 5- Internacionalização na educação superior: pressupostos, significados e impactos 6- Política de Expansão das Universidades Federais: É Possível Potencializar os Impactos Econômicos? 7- Avaliação, regulação e qualidade na educação superior: os desafios da gestão acadêmica 8- Pesquisa sobre empresas juniores em instituições de ensino superior do Distrito Federal: estudo de caso com foco no Centro Universitário IESB	Não citado Não citado Não citado Não citado 2 5 1 Não citado

(continuação)

Levantamento bibliográfico com termos em português					
Palavra-chave	Fonte	Quantidade	Selecionados	Referências	Nº de citações
Instituições Municipais de Ensino Superior	Periódicos CAPES	956	17	9- Políticas públicas de democratização do acesso do ensino superior e estrutura básica de formação no ensino médio regular	48
				10- Práticas sustentáveis: adoção de cultura institucional em IES	7
				11- A política de institucionalização de polos de apoio presencial da Universidade Aberta do Brasil	2
				12- A percepção dos servidores de uma instituição pública de ensino a distância sobre a importância das boas práticas em gestão de projetos	Não citado
				13- Percepção Ambiental de Gestores sobre as Áreas Verdes em Instituição de Ensino Superior	3
				14- Educação do Campo: percalços na construção do curso de licenciatura em Educação do Campo na Universidade Regional do Cariri	Não citado
				15- Educação do Campo e políticas públicas no município de Abaetetuba-Pará	3
Instituições Municipais de Ensino Superior - Filtro: Revista de Avaliação da Educação Superior (Campinas)	Periódicos CAPES	14	5	16- Os impactos promovidos pela avaliação institucional no ensino de mudanças institucionais das instituições de ensino superior fundacional municipal catarinenses sob influência do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB	1
				17- Processos de gestão do conhecimento no ensino superior: estudo em uma universidade de Santa Catarina	5
				1- Diversificação, mercantilização e desempenho da educação superior brasileira	4
				2- Integralidade na formação do ensino superior: metodologias ativas de aprendizagem	32
				3- Avaliação Institucional em uma universidade pública brasileira multicâmpus: processos e desafios na qualificação da gestão	9
4- Acompanhamento de egressos: subsídios para avaliação de Instituições de Ensino Superior (IES)	36				

(continuação)

Levantamento bibliográfico com termos em português					
Palavra-chave	Fonte	Quantidade	Selecionados	Referências	Nº de citações
Instituições Municipais de Ensino Superior - Filtro: Revista de Avaliação da Educação Superior (Campinas)	Periódicos CAPES	14	5	5- Programa Universidade para Todos (PROUNI): efeitos financeiros em uma instituição de educação superior privada	10
Universidade e desenvolvimento regional	Periódicos CAPES	3.179	50 mais relevantes dentre os quais foram selecionados 25	<p>1- O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e desenvolvimento regional e a Universidade Pública</p> <p>2- Efeitos dos gastos públicos no desenvolvimento regional: uma análise comparativa entre a Universidade Pública (UESB) e três municípios baianos (Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga)</p> <p>3- Universidades e desenvolvimento regional: as bases para a inovação competitiva</p> <p>4- Inovação e desenvolvimento regional: uma análise sobre a produção científica da Universidade Estadual do Norte Fluminense e sua potencial contribuição para a sociedade</p> <p>5- Educação e desenvolvimento: a criação da Universidade do Vale do Paraíba em São José dos Campos – SP e seu impacto regional</p> <p>6- O enlace entre a educação e desenvolvimento regional no processo de interiorização da Universidade Federal de Pernambuco</p> <p>7- Identificação do nível de contribuição das universidades para o desenvolvimento por meio da inovação: uma proposta de métrica</p> <p>8- O perfil migratório dos egressos do Curso de Agronomia da Universidade Federal de Santa Maria, Campus Frederico Westphalen, como fonte de informação para a avaliação institucional e o desenvolvimento regional</p>	<p>Não citado</p> <p>Não citado</p> <p>22</p> <p>Não citado</p> <p>Não citado</p> <p>Não citado</p> <p>4</p> <p>Não citado</p>

(continuação)

Levantamento bibliográfico com termos em português					
Palavra-chave	Fonte	Quantidade	Selecionados	Referências	Nº de citações
Universidade e desenvolvimento regional	Periódicos CAPES	3.179	50 mais relevantes dentre os quais foram selecionados 25	9- Universidade e interação com a sociedade: a proposta dos Centros de Desenvolvimento Regional	Não citado
				10- Desenvolvimento regional e a expansão do Ensino Superior Público: o caso da Universidade do Estado de Mato Grosso	5
				11- As mediações de Jesús Martín-Barbero e os estudos de comunicação no âmbito do desenvolvimento regional	4
				12- A fundação do Curso de Serviço Social em Universidades Públicas Federais no Rio Grande do Sul: contradições, possibilidades e desafios ao desenvolvimento local-regional	1
				13- Norte-sul: perspectivas de desenvolvimento regional no Canadá (Quebec) e no Brasil	Não citado
				14- Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como vetores de desenvolvimento local-regional	Não citado
				15- Universidade, desenvolvimento e modernização no Mato Grosso	Não citado
				16- Os 25 anos do PPGDR-UNISC e sua contribuição para a Pós-Graduação e Pesquisa em desenvolvimento regional no Brasil	Não citado
				17- Estudo sobre a implantação de Instituições Públicas de Ensino Superior no Brasil e na Itália. Entre o planejamento e o desenvolvimento regional	Não citado
				18- A interiorização da Educação Superior e o desenvolvimento regional sustentável	Não citado
				19- Programa de Desenvolvimento Regional: uma proposta de análise sobre o perfil acadêmico dos egressos (2012-2018)	Não citado

(Continuação)

Levantamento bibliográfico com termos em português					
Palavra-chave	Fonte	Quantidade	Selecionados	Referências	Nº de citações
Universidade e desenvolvimento regional	Periódicos CAPES	3.179	50 mais relevantes dentre os quais foram selecionados 25	20- A Univille e o desenvolvimento: Educação Superior no Norte e Nordeste de Santa Catarina (1960-1999)	1
				21- A Universidade Multicampi na Região Integrada de Desenvolvimento Petrolina-Juazeiro	Não citado
				22- Desenvolvimento regional e a contribuição universitária: uma análise das publicações nacionais e internacionais de 2008 a 2016	4
				23- Percepções da influência da Universidade Federal do Pampa na formação de capital social na Região de Fronteira Santana do Livramento-Rivera	Não citado
				24- Impacto da Universidade Pública no Índice de Desenvolvimento Humano de municípios no Estado do Paraná	1
Universidade e desenvolvimento local	Periódicos CAPES	Não encontrado	0		
Instituição de Ensino Superior e desenvolvimento regional	Periódicos CAPES	Não encontrado	0		
Instituição de Ensino Superior e desenvolvimento local	Periódicos CAPES	Não encontrado	0		
Universidade e desenvolvimento regional	SciELO	63	3	1- O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e desenvolvimento regional e a Universidade Pública	Não citado
				2- Desenvolvimento regional e a contribuição universitária: uma análise das publicações nacionais e internacionais de 2008 a 2016	4
				3- Unila: a universidade como vetor da integração regional	3
Universidade e desenvolvimento local	SciELO	108	8	1- A Unipampa no contexto atual da Educação Superior	14
				2- Impactos econômicos da Universidade do Contestado (UNC) no desenvolvimento do município De Canoinhas, SC	4

(conclusão)

Levantamento bibliográfico com termos em português					
Palavra-chave	Fonte	Quantidade	Selecionados	Referências	Nº de citações
Universidade e desenvolvimento local	Scielo	108	8	3- Avaliação dos impactos sociais oriundos da interiorização da Universidade Federal Do Ceará (UFC)	39
				4- Estrategias institucionales de "vinculación universitaria" orientadas al desarrollo local. reflexiones a partir de un estudio de caso	25
				5- A comunidade do bairro Zé Pereira em Campo Grande-MS: potencialidades de desenvolvimento local	Não citado
				6- Desenvolvendo o aprendizado em Gestão Social: proposta pedagógica de fomento às incubadoras sociais	25
				7- Las políticas de reforma universitaria: la lógica global y la respuesta local el caso de la Argentina	12
				8- As Relações Universidade-Empresa-Governo: Um Estudo Sobre A Universidade Estadual De Campinas (UNICAMP)	109
Instituição de Ensino Superior e desenvolvimento regional	Scielo	Não encontrado	0		
Instituição de Ensino Superior e desenvolvimento local	Scielo	Não encontrado	0		

Fonte: Elaborado pelo autor. (2023)



(continuação)

Levantamento bibliográfico com termos em inglês					
Palavra-chave	Fonte	Quantidade	Selecionados	Referências	Nº de citações
Municipal Universities	Periódicos CAPES	53877 (analisados os 200 primeiros resultados)	11	10- O campus universitário de Breves e o desenvolvimento local: uma abordagem a partir da formação do capital humano e da produção do conhecimento do Campus 11- Capital social e desenvolvimento local: Uma análise a partir da atuação da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA), no Município de Tomé-Açu/PA.	Não citado  1
Municipal Universities of the United States	Periódicos CAPES	Nenhum resultado			
Municipal Colleges Filtro: Ciências Sociais Aplicadas (Grande área de conhecimento); Administração (Área de conhecimento); Gestão e desenvolvimento regional (Área de concentração)	Periódicos CAPES	6	Nenhum selecionado		
Municipal Universities: Filtro: Ciências Sociais Aplicadas (Grande área de conhecimento); Desenvolvimento regional (Área de concentração)	Periódicos CAPES	174	12	1- Análise da eficiência das Universidades Federais Brasileiras: uma aplicação da análise envoltória de dados  2- Desafios da imigração: extensão universitária no processo de integração dos imigrantes internacionais à comunidade regional 3- Política de interiorização universitária e desenvolvimento: uma análise socioeconômica da implantação da Universidade Federal de Campina Grande em Sumé – PB 3- Política de interiorização universitária e desenvolvimento: uma análise socioeconômica da implantação da Universidade Federal de Campina Grande em Sumé – PB	Não citado  Não citado  1

(conclusão)

Levantamento bibliográfico com termos em inglês					
Palavra-chave	Fonte	Quantidade	Selecionados	Referências	Nº de citações
				4- Desenvolvimento regional e políticas públicas de incentivo à inovação: os Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) nas Universidades Públicas da Paraíba	2
				5- Universidade e desenvolvimento: uma análise dos efeitos da implantação da UFT (campus de Palmas) no mercado imobiliário	Não citado
				6- A universidade como catalisadora de desenvolvimento regional: formação de capital social pela Universidade Federal do Pampa, na fronteira Santana do Livramento/BR e Rivera/UY	2
				7- Eficiência produtiva no Ensino Superior: uma aplicação da análise envoltória de dados entre Universidades Colombianas e Brasileiras	1
				8- Relação entre os cursos superiores do Instituto Federal Goiano – campus Iporá com os setores produtivos locais	Não citado
				9- Características do processo de expansão e integração de uma Universidade Comunitária: o caso da UCS/RS	Não citado
				10- A construção social da inovação: uma análise a partir das relações entre Universidade, Indústrias e Governo na Microrregião de Santa Cruz do Sul (RS)	Não citado
				11- A Universidade Federal do Pampa e o seu papel no desenvolvimento regional: estudo de caso do campus Caçapava do Sul/RS	1
				12- A educação superior nas Universidades Federais: um olhar sobre o REUNI na Universidade Federal de Goiás	Não citado

Fonte: Elaborado pelo autor. (2023)

## APÊNDICE C

Quadro 4: Principais resultados dos levantamentos bibliográficos realizados

(continua)

<b>Principais resultados dos levantamentos bibliográficos realizados</b>			
<b>Autor</b>	<b>Tema</b>	<b>Método</b>	<b>Principais resultados</b>
Brissolla, <i>et al.</i> (1997)	As relações universidade-empresa-governo: Um estudo sobre a Universidade Estadual de Campinas	Bibliográfico, análise documental e entrevistas semiestruturadas	Observou-se que existe uma convicção generalizada de que as universidades devem e podem desempenhar um papel muito importante no encurtamento do gap tecnológico que constitui sério obstáculo para o crescimento econômico do País. Mas ainda não há consenso sobre as formas por meio das quais isso poderá ocorrer.
Mollis (1999)	Las políticas de reforma universitaria: la lógica global y la respuesta local	Bibliográfico e análise documental	Verificou-se que o valor prioritário da confiança em atores como protagonistas da inovação, pode apresentar resultados a médio e longo prazo. Provavelmente o papel de atores e a autogestão da inovação, constituem o mais útil para enfrentar o terceiro milênio.
Marchioro, <i>et al.</i> (2007)	A UNIPAMPA no contexto atual da educação superior	Bibliográfico e pesquisa documental	O contexto apresentado e analisado neste trabalho mostra que uma universidade com pouca autonomia e sem capacidade de reflexão crítica em torno das suas concepções e práticas pouco ajudará num processo de mudança. É preciso reinventar a universidade e a região, sem perder suas raízes culturais. É preciso mudar as relações de poder que definem o atual cenário de uma realidade social estagnada e desigual.
Martins (2010)	A comunidade do bairro Zé Pereira em Campo Grande-MS: potencialidades de desenvolvimento local	Pesquisa qualitativa com abordagem fenomenológica	Identificou-se ações da comunidade em benefício do desenvolvimento local sustentável, com destaque para o artesanato, comércio e lazer.

(continuação)

Principais resultados dos levantamentos bibliográficos realizados			
Autor	Tema	Método	Principais resultados
Neto; Garrido; e Justen (2011)	Desenvolvendo o aprendizado em gestão social: proposta pedagógica de fomento às incubadoras sociais	Bibliográfico	Identificou-se que as incubadoras sociais, na condição de espaços plurais e efetivos de gestão social, abrem possibilidades para que segmentos excluídos da sociedade nacional possam organizar-se com autonomia, revestidos de princípios de cooperação, solidariedade e de integração dos centros de ciência e tecnologias do país com as bases da pirâmide social. Ligar e religar os saberes acadêmico e popular, aproximar o cientista, o pesquisador e o pensador às lides populares é estabelecer condições de aprendizado e transformação a todos os atores sociais envolvidos no processo e à sociedade como um todo.
Duarte (2013)	<b>A educação superior nas Universidades Federais:</b> O olhar da reitoria e dos discentes sobre o plano de reestruturação na Universidade Federal de Goiás	Pesquisa bibliográfica e exploratória com entrevista semiestruturada	Contribui-se para a compreensão de que o Reuni, apesar de atender a uma política neoliberal, tem promovido a reflexão sobre o papel da universidade e inserido muitos sujeitos antes excluídos dos processos educacionais, fomentando o debate em torno de questões urgentes e que exigem autonomia universitária e tomada de decisões vinculadas à realidade social e local.
Mattia (2013)	Características do processo de expansão e integração de uma universidade comunitária: o caso da UCS/RS	Pesquisa documental	No caso, tem-se que a Universidade sempre foi uma representação coletiva, a partir de um grupo de idealizadores consideram-se elementos constituintes da materialização da UCS. Ressalta-se que o seu caráter comunitário ainda precisa ser propagado de acordo com os valores fundadores das universidades comunitárias, porque esta é uma construção frágil no imaginário social.
Carmo, <i>et al.</i> (2014)	Políticas públicas de democratização do acesso ao ensino superior e estrutura básica de formação no ensino médio regular	Pesquisa bibliográfica e análise de dados	Identificou-se uma inquietação da sociedade com o ensino público, inclusive com a defesa da ampliação dos recursos investidos, concebendo-o como um projeto de Estado. Ainda, identifica-se a necessidade de acompanhamento das tomadas de decisão na alocação desses recursos, visando a universalização do acesso ao ensino médio regular, a qualidade de sua formação e ampliação do acesso e permanência no ensino superior.

(continuação)

Principais resultados dos levantamentos bibliográficos realizados			
Autor	Tema	Método	Principais resultados
Di Meglio e Harispe (2014)	Estrategias institucionales de “vinculación universitaria” orientadas al desarrollo local. Reflexiones a partir de un estudio de caso	Estudo de caso	Nesse sentido, podemos inferir que as estratégias analisadas constituem uma nova forma de articulação da universidade com seu ambiente, assumindo muito mais destaque ativo para a discussão e solução dos problemas da sociedade em que está inserida
Forgiarini (2014)	A Universidade como Catalisadora de Desenvolvimento Regional: Formação de Capital Social pela Universidade Federal do Pampa, na Fronteira Santana do Livramento/BR e Rivera/UY	Pesquisa histórica e fenomenologia	Por fim, as percepções indicam a UNIPAMPA como instituição-chave para o desenvolvimento regional, contudo, eximindo-se do seu papel de protagonista do processo.
Andriola e Suliano (2015)	Avaliação dos impactos sociais oriundos da interiorização da Universidade Federal do Ceará (UFC)	Pesquisa descritiva ( <i>ex-post facto</i> )	Os resultados obtidos com as audiências estudadas (alunos, docentes e moradores locais) nos três campi convergiram para a aceitação de que a UFC causou impactos sociais positivos nos municípios cearenses do interior, dentre os quais: maior dinamização econômica local, implicando crescimento municipal; maior oportunidade de a população local contar com novas formas de qualificação profissional por meio do acesso à UFC; geração de mais postos de trabalho para os moradores locais.
Pradella (2015)	A construção social da inovação: uma análise a partir das relações entre Universidade, Indústria e Governo na microrregião de Santa Cruz do Sul	Pesquisa bibliográfica e análise histórica	Observou-se que as empresas da região pesquisada mantêm-se relativamente distantes de ações de inovação propostas pela teoria da hélice tríplice. Em relação ao governo, identificou-se o incremento recente das ações desenvolvidas e, para a Universidade investigada, as políticas governamentais têm importância significativa. Já em relação à Universidade, se contextualizou historicamente a importância da UNISC na Microrregião de Santa Cruz do Sul, tanto como instituição de ensino superior, e também, no desenvolvimento da cultura de pesquisa e aproveitamento do conhecimento científico em geração, aquisição e difusão de inovações.

(continuação)

<b>Principais resultados dos levantamentos bibliográficos realizados</b>			
<b>Autor</b>	<b>Tema</b>	<b>Método</b>	<b>Principais resultados</b>
Silva (2016)	Política de interiorização universitária e desenvolvimento: uma análise socioeconômica da implantação da Universidade Federal de Campina Grande em Sumé – PB	Análise de indicadores socioeconômicos e entrevistas semiestruturadas	Observou-se que no Município de Sumé o Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido constitui-se num importante Ente fomentador de transformações educacionais e delineador de novas relações econômicas e sociais.
Albuquerque Pássaro e Figueiredo (2017)	Educação do Campo: percalços na construção do curso de licenciatura em Educação do Campo na Universidade Regional do Cariri	Pesquisa documental	Verificou-se que o Curso de Licenciatura em Educação do Campo, segundo seus educandos, conseguiu formar pessoas, formar educadores, com a visão de campo: campo para a vida, para os camponeses e suas famílias. Ainda segundo os educandos, todos eles afirmaram que, se não forem capazes de inaugurar escolas assentadas na Alternância e na Contextualização, como práticas pedagógicas e educacionais, pelo menos formam-se professores capazes de situar o campo e educar tendo o campo e os camponeses como base.
Alves e Gumbowsky (2017)	Impactos econômicos da Universidade do Contestado (UnC) no desenvolvimento do município de Canoinhas, SC	Quantitativos de multiplicadores e revisão de literatura	Demonstrou-se que o retorno para a sociedade canoinhense aconteceu não apenas pelas atividades fins da UnC (ensino, pesquisa e extensão), mas (e talvez principalmente) também pelo efeito multiplicador dos gastos decorrentes do seu funcionamento, bem como um aumento do retorno dos impostos para a economia local em face do efeito multiplicador na economia local e regional.
Gumbowsky (2017)	Os impactos e mudanças promovidos pela avaliação institucional no ensino de graduação das instituições de ensino superior fundacionais municipais catarinenses sob influência do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB	Pesquisa de campo e bibliográfica	Concluiu-se que apesar dos diferentes estágios do Paiub, implementados pelas IES, quando da sua vigência foi possível verificar impactos e mudanças nas condições de produção do ensino de graduação. Os maiores impactos recaíram na preocupação com a melhoria da qualidade de ensino e o menor foi percebido na concessão de bolsa de estudos; as mudanças mais intensas recaem na elaboração do projeto político pedagógico e na melhoria de infraestrutura e as menos perceptíveis na pesquisa e extensão, em razão da falta de tradição das IES e ao fato da avaliação não as ter privilegiado até a presente data

(continuação)

<b>Principais resultados dos levantamentos bibliográficos realizados</b>			
<b>Autor</b>	<b>Tema</b>	<b>Método</b>	<b>Principais resultados</b>
Haas e Pardo (2017)	Programa Universidade para Todos (PROUNI): efeitos financeiros em uma instituição de educação superior privada	Análise documental	Os resultados demonstraram que o ganho fiscal alcançado pela instituição, após sua adesão ao programa, foi superior aos investimentos destinados em bolsas de estudos e contribuiu financeiramente para a estabilização, manutenção e o potencial crescimento institucional nos últimos anos, confirmando que a redução fiscal foi o principal resultado positivo da adesão da IES ao programa.
Macedo, <i>et al.</i> (2017)	Transnacionalização do Ensino Superior: Impactos nos Processos Formativos em Psicologia no Brasil	Pesquisa documental	Conclui-se que o processo em curso, ao padronizar conteúdos/currículo e homogeneizar determinados processos formativos, pode desvalorizar experiências educacionais locais e aprofundar o descompasso entre os saberes psicológicos e as necessidades sociais do país.
Pereira; Pureza e Hage (2017)	Educação do Campo e políticas públicas no município de Abaetetuba-Pará	Pesquisa bibliográfica, documental e de campo	Identificou-se que o município em foco encontra-se numa fase inicial de discussão e implementação de políticas voltadas para o atendimento dos sujeitos do campo, tendo os movimentos sociais e instituições de ensino superior locais assumido posição privilegiada como protagonistas nesse processo.
Silva (2017)	Políticas de formação de professores(as) universitários(as) em São Paulo e Catalunha: tendências e desafios	Análise documental e entrevistas semiestruturadas	Conclui-se pela necessidade de profissionalização da docência universitária, com os desafios de como superar o reconhecimento desigual em relação à pesquisa e ao ensino, considerar as determinações do trabalho docente e ir além das necessidades imediatas do mercado de trabalho, transcendendo o paradigma técnico-instrumental das reformas neoliberais vigentes e fazendo da formação uma possibilidade de contribuir para a profissionalização docente
Vieira, <i>et al.</i> (2017)	Processos de gestão do conhecimento no ensino superior: estudo em uma universidade de Santa Catarina	Pesquisa quantitativa, descritiva transversal, do tipo <i>survey</i>	Percebeu-se que a dimensão ontológica de aprendizagem é originada em nível individual, transferida para o grupo e para a organização. Na dimensão epistemológica a espiral é iniciada com a conversão de conhecimento tácito pela socialização e externalização. Concluiu-se que o conhecimento é socializado nos níveis de aprendizagem.

(continuação)

<b>Principais resultados dos levantamentos bibliográficos realizados</b>			
<b>Autor</b>	<b>Tema</b>	<b>Método</b>	<b>Principais resultados</b>
Barreto, <i>et al.</i> 2018	Integração de instituições de ensino superior com sistemas municipais de saúde à luz de uma tipologia da colaboração interprofissional	Estudo analítico de casos múltiplos, com pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas	Os resultados evidenciam que, em Sobral, a colaboração entre os atores mencionados encontra-se em desenvolvimento, enquanto em Juazeiro do Norte está incipiente. Os elementos facilitadores foram a clareza dos benefícios da integração para a qualidade da atenção e a formação profissional, a institucionalização e a gestão participativa do processo.
Bertero; Barros e Alcadipani (2018)	Missionários americanos na Bahia: o bacharelado em administração da Escola de Administração da UFBA	Historiografia	Concluiu-se que os estadunidenses enfrentaram vários obstáculos não antevistos. Isto porque os “missionários” não sabiam lidar com as idiossincrasias das universidades públicas brasileiras e tiveram também de lidar com interesses locais relativos, especialmente à introdução de um bacharelado em Administração Pública e ao papel do Estado na regulação do ensino e da economia.
Carvalho; Oliveira e Lima (2018)	Avaliação Institucional em uma universidade pública brasileira multicâmpus: processos e desafios na qualificação da gestão	Pesquisa qualitativa com estudo de caso	A principal conclusão revela a importância da avaliação institucional, e estabelece que uma IES tecnológica, com estrutura multicâmpus, enfrenta desafios constantes que exigem decisões coletivas, planejamento e reorganização para que os objetivos da avaliação institucional sejam alcançados, em sintonia entre o macro contexto da universidade e as questões locais/regionais.
Cerdeira, Cabrito e Mucharreira (2018)	Expansão e regionalização do ensino superior em Portugal nas últimas décadas: um percurso contraditório	Bibliográfico e análise documental	Conclui-se que as IES possuem um papel importante para o desenvolvimento e considerando as assimetrias regionais que o país conhece, a expansão e alargamento da rede de ensino superior teve efeitos benéficos inicialmente, mas que têm vindo a ser minorizados em função de políticas de financiamento e de desenvolvimento do ensino superior, em grande parte contrárias ao que seria necessário para o desejável impacto económico, social, e cultural da educação na região, com vista a um desenvolvimento equilibrado do país onde todas as regiões, todas as IES e todas as populações possam ter um papel fundamental a desempenhar.

(continuação)

<b>Principais resultados dos levantamentos bibliográficos realizados</b>			
<b>Autor</b>	<b>Tema</b>	<b>Método</b>	<b>Principais resultados</b>
Conceição (2018)	A percepção dos servidores de uma instituição pública de ensino a distância sobre a importância das boas práticas em gestão de projetos	Pesquisa qualitativa e estudo de caso	Como principais resultados, observou-se que, embora não haja um conhecimento concreto sobre as boas práticas em gestão de projetos, estas se tornam quase que intuitiva e presente nas atividades dos entrevistados. Outro resultado importante está no fato que a área de conhecimento mais citada como essencial é a de Recursos Humanos seguida pela área de comunicação e risco.
Felippi (2018)	As mediações de Jesús Martín-Barbero e os estudos de Comunicação no âmbito do Desenvolvimento Regional	Pesquisa bibliográfica e apresentação de casos de estudo	Os resultados assinalam para a viabilidade da aproximação entre estudos culturais e referências do Desenvolvimento Regional, para o desenho das pesquisas que envolvem as dimensões cultural e comunicacional no âmbito do Desenvolvimento Regional.
Ferreira e Flório (2018)	A formação de um arquiteto social e ético: dilemas das universidades brasileiras	Pesquisa exploratória e bibliográfica	O principal resultado foi de que as Instituições de Ensino Superior brasileiras devem reestruturar a sua forma de ensinar Arquitetura e Urbanismo; visando a formação de profissionais reflexivos, criativos e colaborativos, uma vez que estas contribuirão efetivamente para a consolidação da formação social e ética do Arquiteto e Urbanista no Brasil.
Lacerda e Santos (2018)	Integralidade na formação do ensino superior: metodologias ativas de aprendizagem	Pesquisa bibliográfica	Identificou-se que a escola socioconstrutivista apresenta atributos mais condizentes com o real propósito da academia e, com as demandas de formação profissional do mercado, sendo o desafio, a adequação da sua teoria à prática pedagógica. A inexistência de uma receita prática, única, identifica que as infinitas possibilidades de desenvolvimento no campo pedagógico tornam todo esse processo de ensino e aprendizagem ainda maior.
Laraab e Carniello (2018)	Desenvolvimento Regional e a Expansão do Ensino Superior Público: o Caso da Universidade do Estado de Mato Grosso	Pesquisa exploratória, de abordagem quantitativa, com a realização de um estudo de caso	Com a análise dos dados de dois censos do IBGE: 2000 e 2010, constatou-se, com os dados coletados, que a Unemat aumentou o número de cursos e o número de vagas no decorrer da década, demonstrando indícios de contribuição no aumento do PIB e do IDHM dos municípios em que a universidade atua.

(continuação)

<b>Principais resultados dos levantamentos bibliográficos realizados</b>			
<b>Autor</b>	<b>Tema</b>	<b>Método</b>	<b>Principais resultados</b>
Lima e Andriola (2018)	Acompanhamento de egressos: subsídios para a avaliação de Instituições de Ensino Superior (IES)	Pesquisa quantitativa com coleta e análise de dados	Os principais resultados desta pesquisa referem-se a obtenção de um reflexo contributivo no planejamento institucional da IES proporcionalmente à capacidade desta instituição em absorver criticamente os indicadores e fomentar possíveis mudanças em nível estrutural, instrumental e pedagógico.
Martins (2018)	A política de institucionalização de polos de apoio presencial da Universidade Aberta do Brasil	Pesquisa qualitativa, discussão literária e análise de entrevistas	Percebeu-se que há uma noção restritiva do conceito de institucionalização, atrelada a aspectos pedagógicos, administrativos e organizacionais da modalidade de ensino a distância que desconsidera ou menospreza as próprias políticas públicas e educacionais. O consórcio que institui os polos, oriundos de uma concepção que flexibiliza uma organização, patrocina sua própria (des) institucionalização
Medeiros e Miranda (2018)	Pesquisa sobre empresas juniores em instituições de ensino superior do Distrito Federal: estudo de caso com foco no Centro Universitário IESB	Bibliográfica e exploratória	Destaque-se como principais resultados, a identificação, em documentos das empresas juniores, os erros mais comuns e as medidas frequentemente adotadas para corrigi-los ou evitá-los.
Ribeiro (2018)	Percepção ambiental de gestores sobre as áreas verdes em instituição de ensino superior	Pesquisa qualitativa e descritiva com entrevistas estruturadas	Os resultados obtidos indicaram bom nível de esclarecimento por parte dos gestores no que se refere às áreas verdes. Assim, constata-se que, apesar da necessidade de expansão da universidade, pelo crescimento da demanda de novos cursos e pela ampliação de novas vagas, a administração da universidade vem aumentando sua preocupação com a conservação dos espaços verdes, procurando alternativas para mantê-los.
Rocha, 2018	UNIVERSIDADE PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: Uma análise do papel dos campi das universidades públicas da microrregião bragantina paraense em relação ao desenvolvimento local.	Pesquisa Bibliográfica e documental	Concluiu-se que os campi das universidades públicas da microrregião bragantina paraense exercem um papel dinamizador no desenvolvimento local, em especial nas dimensões sociais e ambientais.

(continuação)

<b>Principais resultados dos levantamentos bibliográficos realizados</b>			
<b>Autor</b>	<b>Tema</b>	<b>Método</b>	<b>Principais resultados</b>
Serra; Rolim e Bastos (2018)	Universidades e Desenvolvimento Regional – as bases para a inovação competitiva	Pesquisa Bibliográfica e estudos de casos	Identificam-se potencialidades, e os constrangimentos, no que respeita aos efeitos regionais das IES, é negável que estas instituições podem cooperar de distintas formas para a transformação socioeconómica regional, e é impossível e indesejável pensar tal condição sem a sua participação. De fato, as universidades podem promover a “mão invisível” do desenvolvimento regional.
Silva e Silva (2018)	O enlace entre educação e desenvolvimento regional no processo de interiorização da Universidade Federal de Pernambuco	Abordagem qualitativa, revisão de literatura e análise de documentos e publicações	Identificou-se que a democratização do ensino é associada à melhoria das condições de vida e redução das desigualdades, numa associação entre pobreza e disparidades de oportunidades, conforme determinações dos organismos internacionais e Banco Mundial.
Aguiar, <i>et al.</i> (2019)	Desenvolvimento regional e a contribuição universitária: uma análise das publicações nacionais e internacionais de 2008 a 2016	Análise bibliométrica	Os resultados mostram que, apesar de o tema ter ganhado certa evidência no último quinquênio, ainda há carência de pesquisas que discutam com profundidade a relação das universidades com o desenvolvimento regional.
Braga (2019)	Estudo sobre implantação de instituições públicas de ensino superior no Brasil e na Itália. Entre o planejamento e o desenvolvimento regional	Bibliográfico e estudos de casos	Identificou-se que é discrepante a aderência, a integração e a consolidação entre as Universidades estudadas no Brasil e na Itália e as cidades e as regiões em que se inserem. Assim sendo, o estudo propõe a adoção de um modelo territorial coerente com as características urbanísticas locais, que se integre ao tecido urbano e, assim, contribua para o desenvolvimento local e regional.
Cândido e Maciel (2019)	Identificação do Nível de Contribuição das Universidades para o Desenvolvimento por meio da Inovação: Uma Proposta de Métrica	Revisão sistemática da literatura do tipo integrativa	Propositura de uma métrica de mensuração do nível de contribuição de uma universidade para o desenvolvimento econômico regional por meio da inovação. Utiliza simultaneamente o modelo de Tripla Hélice e de Produtos Universitários diagnosticando o nível (alto, médio e baixo) de contribuição da universidade para o desenvolvimento econômico regional por intermédio da inovação a partir da combinação entre as variáveis interação na dinâmica de inovação e oferta de produtos universitários, permitindo-se a classificação em ótima, boa, regular, ruim e péssima.

(continuação)

<b>Principais resultados dos levantamentos bibliográficos realizados</b>			
<b>Autor</b>	<b>Tema</b>	<b>Método</b>	<b>Principais resultados</b>
Castro <i>et al.</i> (2019)	Programa de pós-graduação em desenvolvimento regional: uma análise sobre o perfil acadêmico dos egressos (2012-2018)	Pesquisa exploratória com abordagem qualitativa	Os resultados demonstraram que a interdisciplinaridade está presente no PPGDR, referente às áreas do conhecimento. Observou-se que as temáticas das dissertações tiveram abrangência geográfica nos estados do Paraná e Santa Catarina. Além disso, os resultados demonstraram a presença da internacionalização no Programa, por meio do aceite de discentes estrangeiros da Guiné-Bissau e da Venezuela.
Cezario; Azevedo Filho e Hora (2019)	Inovação e Desenvolvimento Regional: uma análise sobre a produção científica da Universidade Estadual do Norte Fluminense e sua potencial contribuição para a sociedade	Abordagem qualitativa e pesquisa bibliométrica	Constatou-se que a UENF tem gerado conhecimento por meio de publicações de documentos, principalmente na área das Ciências Agrárias e Biológicas, tem potencial inovador e pode sim contribuir com o desenvolvimento da Região desde que haja engajamento entre ela, governo e empresa, numa Hélice Tríplice
Cohen (2019)	Eficiência produtiva no ensino superior: uma aplicação da análise envoltória de dados entre Universidades Colombianas e Brasileiras	Análise envoltória de dados.	Os resultados apontaram que as principais causas de ineficiência tanto para o Brasil como para Colômbia estão relacionadas ao uso ineficiente do corpo docente e dos recursos financeiros e aos poucos resultados em pesquisa, sendo este último o fator mais evidente entre as universidades colombianas.
Dalben (2019)	Escola de aplicação ao ar livre de São Paulo - open-air school of São Paulo	Pesquisa bibliográfica e análise documental	Conclui-se, a necessidade de refletir sobre iniciativas de educação ao ar livre bastante inovadoras, mas que ainda são pouco conhecidas. Os ensinamentos possibilitados pela história da EAAL confirmam as inúmeras possibilidades da escola ser um lugar de encontro da criança com a natureza.
Ferreira (2019)	Desenvolvimento regional e políticas públicas de incentivo à inovação: os Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) nas universidades públicas da Paraíba	Pesquisa exploratória com estudo de casos múltiplos	Identificou-se que existem entraves a serem superados para que os NITs das universidades possam, de fato, contribuir para o desenvolvimento local. Apesar de desempenharem seus objetivos voltados ao ambiente acadêmico com bons resultados, é pouco perceptível sua interação com a sociedade e o fortalecimento das relações com as empresas.

(continuação)

<b>Principais resultados dos levantamentos bibliográficos realizados</b>			
<b>Autor</b>	<b>Tema</b>	<b>Método</b>	<b>Principais resultados</b>
Forgiarini; Alves e Cassanego Junior (2019)	Percepções da Influência da Universidade Federal do Pampa na Formação de Capital Social na Região de Fronteira Santana do Livramento-Rivera	Estudo de casos e análise de dados	Verificou-se as percepções de atores sociais relevantes, internos e externos à Universidade, que estiveram presentes durante os seis primeiros anos de instalação da Instituição. Os principais resultados apontam a UNIPAMPA como instituição relevante para o desenvolvimento regional, porém não promotora do aumento de capital social.
Haas e Aparício (2019)	Avaliação, regulação e qualidade na educação superior: os desafios da gestão acadêmica	Estudo de casos e análise de dados	Os gestores reconhecem que o Sinaes impacta na gestão acadêmica, sendo que, nas instituições privadas, busca-se o atendimento às exigências legais, nas públicas, há um esforço para incorporar os processos de avaliação na dinâmica institucional e as confessionais pontuam a falta de consideração pelos projetos pedagógicos específicos que desenvolvem.
Pereira, Zacharias e Silva (2019)	Perspectivas do território e desenvolvimento local: estudo sobre a constituição do município de Naviraí, MS, como polo urbano regional	Pesquisa qualitativa e descritiva	Os resultados evidenciam uma convergência de aspectos, como a colonização, fomentada pelo governo federal, associada à existência de recursos naturais que eram abundantes, e, conseqüentemente, por meio do aproveitamento das potencialidades locais, como a vocação agrícola. Ademais, discute-se a necessidade de criar condições de desenvolvimento endógeno a partir da conjugação de esforços locais com apoio externo, como as diversas universidades instaladas no município.
Prolo; Lima e Moniz (2019)	UNILA: a Universidade como vetor da integração regional	Pesquisa bibliográfica e documental	Verificou-se que o propósito integracionista que imprime sentido e razão para a UNILA é importante fonte de contribuição teórica para as pesquisas que objetivam discutir temas relacionados à internacionalização da educação superior. Apesar das tensões e incertezas constatadas, a existência da UNILA materializa as possibilidades de se investir em projetos de internacionalização inclusivos, generosos e solidários.

(continuação)

<b>Principais resultados dos levantamentos bibliográficos realizados</b>			
<b>Autor</b>	<b>Tema</b>	<b>Método</b>	<b>Principais resultados</b>
Regasson; Silva e Pilla (2019)	O Perfil Migratório dos Egressos do Curso de Agronomia da Universidade Federal de Santa Maria, Campus Frederico Westphalen, como Fonte de Informação para a Avaliação Institucional e o Desenvolvimento Regional	Levantamento de dados por questionário estruturado on-line	Os principais resultados demonstram que a maioria dos egressos residiam e estão atuando na região, por razões geográficas e econômicas. Diante dos resultados, a universidade e a região têm acesso a um maior conhecimento acerca dos profissionais da Agronomia, de forma que essas informações sirvam de ferramenta de apoio na tomada de decisão de melhorias do curso e mudanças pedagógicas, bem como no desenvolvimento da região por meio da inserção do engenheiro agrônomo.
Souza (2019)	Relação entre os cursos superiores do Instituto Federal Goiano – campus Iporá com os setores produtivos locais	Pesquisa bibliográfica e análise documental	Observou-se que a unidade do IF Goiano em Iporá tem atuado em diferentes frentes para se integrar e beneficiar a comunidade da microrregião. Contudo, o desenvolvimento socioeconômico da região se mostra em ritmo desacelerado em relação ao instituto, o que leva a um considerável percentual de egressos não é absorvido pelo mercado de trabalho.
Teleginski; Rau e Nascimento (2019)	Impacto da Universidade Pública no índice de desenvolvimento humano de municípios no Estado do Paraná	Análise estatística	Em geral, as cidades com IES pública tiveram desempenho superior e todas se mantiveram na lista dos 20 melhores IDHM do estado em 2010. Diferentemente do segundo grupo que teve 5 das 9 cidades retiradas desta lista seleta na última medição do índice. Percentualmente, das cidades que receberam universidade pública, 100% se mantiveram entre os 20 melhores IDHM em 2010, enquanto que apenas 44,4% das cidades que não receberam universidade continuaram na lista das 20 melhores cidades.
Zeitoune (2019)	Práticas sustentáveis: adoção de cultura institucional em IES	Bibliográfica	Identificou-se a relevância da Educação Ambiental na formação acadêmica e conhecimento junto aos alunos e junto a comunidade do qual o aluno participa. Obstáculos também permeiam a inserção do pensamento sustentável na IES, qual seja o desafio de trazer o aluno para uma realidade cada vez mais presente no mundo, devido aos problemas que distanciam a educação do ambiente e aos investimentos inadequados.

(continuação)

<b>Principais resultados dos levantamentos bibliográficos realizados</b>			
<b>Autor</b>	<b>Tema</b>	<b>Método</b>	<b>Principais resultados</b>
Arakaki (2020)	UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO: Uma análise dos efeitos da implantação da UFT (campus de Palmas) no mercado imobiliário	Estudo de caso com aplicação de questionários	Observou-se que a implantação da Universidade Federal do Tocantins promoveu mudanças profundas na rede urbana de Palmas, principalmente nas quadras adjacentes a universidade. A expansão e valorização imobiliária demonstra o potencial de desenvolvimento do espaço urbano promovido por polos como universidades.
Azevedo (2020)	Desafios da imigração: extensão universitária no processo de integração dos imigrantes internacionais à comunidade regional	Análise documental e entrevistas	Identificou-se que nem todos os direitos e garantias dos imigrantes são assegurados, e a importância de se garantir tais direitos para expandir as liberdades e capacidades individuais, sendo que a nova Lei de Migração, aprovada em 2017 no Brasil, constitui avanços no processo de integração, mas ainda existem limitações por parte das universidades em relação aos recursos disponíveis, embora tentam manter-se como um espaço plural e democrático, preocupado com o desenvolvimento.
Barbosa e Neves (2020)	Internacionalização da educação superior: instituições e diplomacia do conhecimento	Bibliográfico	O principal resultado alcançado aqui, foi de que a internacionalização é um fato, e que nos países em que isso ainda não se concretizou, o passo inicial mais importante é produzir o debate que permita aos diferentes atores expor as razões, os riscos e os benefícios da internacionalização do ensino superior. Assim, convencer os diferentes atores individuais e institucionais de que o processo tende a ser inexorável no mundo contemporâneo, mas pode e deve ser controlado internamente para garantir mais benefícios.
Barbosa; Petterini e Ferreira (2020)	Política de Expansão das Universidades Federais: É Possível Potencializar os Impactos Econômicos?	Pesquisa bibliográfica e análise de dados	Os resultados indicam que a expansão da rede federal elevou a renda per capita dos municípios beneficiados entre 3,5% e 5,8%, em média, mas que não houve ganho adicional relacionado ao tempo de implantação dos campi. Este padrão sugere que os novos campi foram capazes de gerar um impulso inicial sobre o nível de demanda local, mas sinaliza para uma possível dificuldade em gerar saltos de produtividade normalmente esperados com a implantação dessas estruturas.

(continuação)

<b>Principais resultados dos levantamentos bibliográficos realizados</b>			
<b>Autor</b>	<b>Tema</b>	<b>Método</b>	<b>Principais resultados</b>
Barboza; Pereira e Vale (2020)	O Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional e a universidade pública	Bibliográfico e estudo de caso	Programas como o PPGSSDR têm um impacto social que os números, na maioria das vezes, não captam: o desafio de sustentar, no âmbito da pós-graduação, um projeto de universidade crítico, à altura dos desafios colocados pelo desenvolvimento societário global.
Benfica (2020)	Universidade, desenvolvimento e modernização no Mato Grosso: uma reflexão sobre o campo político	Pesquisa narrativa	Observou-se a diminuição da pressão pela abertura de novos cursos nas universidades públicas da região. A atuação da escola-empresa no ensino superior, no oferecimento de cursos de graduação e de especialização, apresenta-se com mais dinamicidade, de acordo com as regras do mercado, do que as universidades públicas, e hoje elas exercem forte concorrência às escolas gratuitas.
Bonho (2020)	A Universidade Federal do Pampa e o seu papel no desenvolvimento regional: estudo de caso do campus Caçapava do Sul / RS.	Pesquisa bibliográfica e análise de dados	Identificou-se transformações geradas em Caçapava do Sul, como a abertura de hotéis e aluguéis, e o aumento na renda per capita, além do índice IDHM. Diante disso, conclui-se que a Unipampa Campus Caçapava do Sul promove mudanças positivas no seu município.
Coelho; Sossai e Oliveira (2020)	A Univille e o desenvolvimento: Educação Superior no norte e nordeste de Santa Catarina (1960-1990)	Pesquisa bibliográfica e análise documental	Não se pode tratar um modelo de desenvolvimento, bem como o papel nele desempenhado pela universidade, como um processo linear e logicamente sequencial. Ao contrário, procurou-se apontar que das múltiplas relações entre a universidade, o poder público, os setores empresariais e a sociedade local emergiram paradoxos e conflitos que, em cada momento, intervieram na (re)conceituação de desenvolvimento regional.
Fioreze (2020)	A gestão das IES privadas sem fins lucrativos diante dos tensionamentos da mercantilização da educação superior e o caso das universidades comunitárias regionais: a caminho do hibridismo?	Análise documental e entrevistas semiestruturadas	Os resultados relevantes referem-se a preocupações com a profissionalização da gestão e a superação de um modelo demasiadamente semelhante ao das IES públicas estatais, evidenciando trajetória de aproximação com uma perspectiva empresarial. Porém, estão empenhadas em acomodar um modelo híbrido, capaz de equilibrar a aproximação ao mercado com a preservação dos valores da educação superior como bem público

(continuação)

<b>Principais resultados dos levantamentos bibliográficos realizados</b>			
<b>Autor</b>	<b>Tema</b>	<b>Método</b>	<b>Principais resultados</b>
Fraga <i>et al.</i> (2020)	A fundação do curso de Serviço Social em universidades públicas federais no Rio Grande do Sul: contradições, possibilidades e desafios ao desenvolvimento local-regional	Bibliográfico e análise documental	Foi enfatizado que a presença de Universidades em regiões interioranas é um fator importante para o desenvolvimento econômico e social, tendo em vista que elas despertam as vocações/potencialidades da comunidade local. Os municípios com sede de Universidades têm o privilégio de desfrutar de um rico processo de transformação política e cultural, por meio do tripé ensino, pesquisa e extensão.
Fritsch; Jacobus e Vitelli (2020)	Diversificação, mercantilização e desempenho da educação superior brasileira	Pesquisa bibliográfica e estudo descritivo	Identificou-se a fragmentação, flexibilização e heterogeneidade do ensino superior brasileiro, e a expansão das IESs com a ampliação das condições de acesso, porém com desempenho limitado, se considerados os indicadores de trajetória dos ingressantes. O sistema de ensino superior brasileiro está sendo configurado em grande parte como um mercado, cada vez mais em mãos de instituições privadas nacionais e internacionais com fins lucrativos.
Moreira, <i>et al.</i> (2020)	Estrutura de dependência espacial da eficiência em universidades federais brasileiras	Análise de dados	A principal conclusão foi de que houve dependência espacial para a eficiência das universidades federais no período analisado. Porém, constatou-se diminuição da dependência ao longo do tempo. Identificou-se grandes extensões de baixa eficiência em 2009 e concentração de universidades de alta eficiência em áreas distribuídas em todas as regiões do País.
Pereira (2020)	Análise da eficiência das universidades federais brasileiras: uma aplicação da análise envoltória de dados	Análise envoltória de dados	Principais resultados caracterizam-se pela existência de dois grandes grupos, as eficientes e as não eficientes, sendo a maioria formadas por Instituições Federais de Ensino Superior consideradas não eficientes. Para as Instituições ineficientes foram propostas metas ou alvos a serem alcançados para chegar à fronteira de produção de acordo com cada grupo. Na análise do desempenho por região, observou-se que a maioria das Instituições consideradas eficientes está concentrada nas Regiões Sul e Sudeste.

(continuação)

<b>Principais resultados dos levantamentos bibliográficos realizados</b>			
<b>Autor</b>	<b>Tema</b>	<b>Método</b>	<b>Principais resultados</b>
Pinto; Marques e Silva (2020)	O Programa Nacional de Formação de Professores – PARFOR em uma Universidade Comunitária: impactos e resultados	Pesquisa bibliográfica e estudo de caso	A implantação do Parfor na Universidade em questão, veio atender às políticas públicas atualmente existentes, no tocante à formação de docentes da educação básica, demonstrando uma colaboração produtiva, voltada para o interesse comunitário, regional e social, por meio da parceria entre a Universidade e o setor público.
Silva, <i>et al.</i> (2020)	Parceria entre governo local e universidades: formação do Observatório da Cidade de Macaé no contexto de rede colaborativa interinstitucional e intersetorial	Pesquisa histórica	Identificou-se que o Exercício do diálogo é fundamental para a elaboração de políticas públicas. O compartilhamento de espaços físicos e a produção de conhecimento sobre vieses diferentes, na maior parte das vezes, não se dá sem tensão. Observou-se, porém, que tais embates políticos, ideológicos e de saberes variados são importantes possibilidades de avanços.
Silva; Papali e Moreira Neto (2020)	Educação e desenvolvimento: a criação da Universidade do Vale do Paraíba em São José dos Campos – SP e seu impacto regional	Abordagem exploratória, por meio de banco de dados	Identificou-se que a Universidade contribuiu para a formação universitária de prefeitos da Cidade e da Região e que essa contribuição se estende ainda para a economia do município e da região em que a instituição está inserida, em razão de programas de alfabetização solidária e de incubadoras instaladas no campus.
Silveira, <i>et al.</i> (2020)	Os 25 Anos do PPGDR-UNISC e sua contribuição para a pósgraduação e pesquisa em Desenvolvimento Regional no Brasil	Estudo de caso e análise de dados	A trajetória de 25 anos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC, envolvendo a sua criação e consolidação, a afirmação de seu perfil multidisciplinar e a inserção social e profissional dos egressos tem contribuído ativamente para a produção do conhecimento e para a estruturação da área de pós-graduação e pesquisa em desenvolvimento regional.
Souza e Fournis (2020)	Norte-Sul: Perspectivas de Desenvolvimento regional no Canadá (Quebec) e no Brasil	Bibliográfico	Conclui-se que o tema enseja novos escritos e novas pesquisas e a comparação das políticas de desenvolvimento regional no Brasil e no Quebec recorda que, mesmo que exista uma globalização, há muitas maneiras radicalmente diferentes, para responder à questão. A priori, as convergências entre os dois países são massivas: são estados do Novo Mundo, de forma federal, que precisam lidar com a inserção internacional.

(continuação)

<b>Principais resultados dos levantamentos bibliográficos realizados</b>			
<b>Autor</b>	<b>Tema</b>	<b>Método</b>	<b>Principais resultados</b>
Wassem; Pereira e Finardi (2020)	A internacionalização na educação superior: pressupostos, significados e impactos	Pesquisa bibliográficas	Identificou-se que a internacionalização da educação superior, deve ser vista com um meio e não um fim em si mesma, voltada para a produção de conhecimento, construção de acordos de confiança mútua e de solidariedade entre instituições e países, em busca da compreensão das dimensões internacionais e globais do tripé universitário: ensino, pesquisa e extensão.
Azevedo (2021)	Interiorização da educação superior e desenvolvimento regional sustentável: reflexões e inferências sobre a fundação do campus do vale do Ivaí da Universidade Estadual de Maringá – Paraná	Bibliográfico e análise documental	As Instituições Públicas de Educação Superior (municipais, estaduais e federais), ao cumprirem sua tripla missão, podem contribuir para o desenvolvimento regional de maneira justa, sustentável e equilibrada, integrando social, econômica e culturalmente sua área de abrangência. Não se pode ignorar, também, que os formuladores e executores de políticas públicas têm ciência de que a educação superior, representada neste caso pelas universidades públicas estaduais, pode cumprir, como um efetivo “carro-chefe” científico, político, social e cultural, papel positivo, propositivo e ativo no desenvolvimento regional sustentável.
Carvalho e Amaral (2021)	O financiamento das Universidades Estaduais brasileiras: o custo aluno, as assimetrias institucionais e as desigualdades regionais	Análise estatística	Conclui-se que as UEs apresentam características institucionais e acadêmicas muito heterogêneas. O estudo mostrou que quanto ao custo aluno, existem preocupantes desigualdades nos valores obtidos. A correção dessas assimetrias e a ampliação no financiamento é condição essencial para que elas possam melhorar material e academicamente e elevar a qualidade de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
Nascimento e Santos (2021)	Efeitos dos gastos públicos no desenvolvimento regional: uma análise comparativa entre uma universidade pública (UESB) e três municípios baianos (Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga)	Exploratório, qualitativo, instrumentalizado por meio de dados secundários, disponibilizados em bancos de dados de instituições públicas	Constata-se a influência da Universidade no sistema econômico local, em razão das vantagens provenientes da aglomeração e das externalidades produzidas, verificadas por meio dos efeitos multiplicadores dos gastos com pessoal, custeio e investimentos sobre os municípios. Verifica-se uma influência positiva e a evolução do PIB nos municípios pesquisados.

(conclusão)

<b>Principais resultados dos levantamentos bibliográficos realizados</b>			
<b>Autor</b>	<b>Tema</b>	<b>Método</b>	<b>Principais resultados</b>
Penof e Pamplona (2021)	Funções e contribuições das universidades na geração de inovações: o caso da Região do Grande ABC Paulista	Pesquisa qualitativa com análise teórica e de dados	Observou-se que as IES estudadas exerceram parcialmente suas funções e contribuíram com baixa intensidade para o fortalecimento do processo regional de geração de inovação. Mesmo porque, em várias de suas contribuições, o lócus da inovação não foi a Região do Grande ABC
Rocha e Grácio (2021)	Mapeamento das unidades de ensino superior em instituições multicampi: análise das proximidades tecnológicas no Centro Estadual de Educação Paula Souza	Análise de redes sociais e a análise estatística multivariada de cluster	Observou-se três agrupamentos, a partir dos quais é possível visualizar as potencialidades de interação entre as unidades, seus aspectos comuns e peculiaridades. Os resultados oferecem aporte às tomadas de decisão da gestão acadêmico-científica da IES.
Silva; Santana e Rapini (2021)	Universidade e interação com a sociedade: a proposta dos centros de desenvolvimento regional	Pesquisa documental e análise exploratória de Dados	Verificou-se que os projetos pilotos de Centro de Desenvolvimento Regional possuem potencial para trazer aspectos inovadores por meio da pesquisa científica, sendo assim uma ação de extensão voltada ao desenvolvimento regional que avança significativamente em relação ao modelo de extensão tradicional.
Neuhold e Pozzer (2022)	Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como vetores de desenvolvimento regional	Análise documental	Conclui-se, que a intersetorialidade da política pública driblou a cultura bacharelesca e o desprestígio que, em geral, a educação profissional ocupa no país. Também superou a falsa dicotomia entre educação básica e técnica e não se pautou por necessidades imediatas. Por outro lado, a cultura organizacional pré-existente e a carência de espaços institucionais de participação resultaram em pouca interação com os arranjos locais, estabelecendo um frágil elo com o desenvolvimento regional.
Nunes; Silva e Santos (2022)	A universidade multicampi na região integrada de desenvolvimento Petrolina-Juazeiro	Estudo qualitativo baseado na revisão de literatura	O estudo conclui que a Universidade Multicampi vem contribuindo de forma efetiva para o desenvolvimento local/regional da Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) de Petrolina (PE) - Juazeiro (BA), não apenas na dimensão econômica, mas, também, nas dimensões política, social, cultural e inclusiva quando promove o ingresso de atores sociais que antes não tinham a oportunidade de acesso ao ensino superior.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

## APÊNDICE D

Tabela 17: Municípios brasileiros que possuem IES públicas em seus territórios

(continua)

Região geográfica da sede administrativa ou reitoria da IES	Unidade da Federação da sede administrativa ou reitoria da IES	Município da sede administrativa ou reitoria da IES	Tipo de Categoria Administrativa da IES PÚBLICA		
			Federal	Estadual	Municipal
Norte	Acre	Rio Branco	2	0	0
	Amapá	Macapá	2	1	0
	Amazonas	Manaus	2	1	0
	Pará	Belém	3	1	0
		Marabá	1	0	0
		Santarém	1	0	0
	Rondônia	Porto Velho	2	0	0
	Roraima	Boa Vista	2	1	0
	Tocantins	Araguaína	1	0	0
Gurupi		0	0	1	
Palmas		2	1	0	
Nordeste	Alagoas	Arapiraca	0	1	0
		Maceió	2	1	0
	Bahia	Barreiras	1	0	0
		Cruz das Almas	1	0	0
		Feira de Santana	0	1	0
		Ilhéus	0	1	0
		Itabuna	1	0	0
		Salvador	3	1	0
		Vitória da Conquista	0	1	0
	Ceará	Crato	0	1	0
		Fortaleza	2	1	0
		Juazeiro do Norte	1	0	0
		Redenção	1	0	0
		Sobral	0	1	0
	Maranhão	Imperatriz	0	1	0
		São Luís	2	1	0
	Paraíba	Campina Grande	1	1	0
		João Pessoa	2	0	0
	Pernambuco	Afogados da Ingazeira	0	0	1
		Araripina	0	0	3
		Arcoverde	0	0	2
Belém do São Francisco		0	0	1	
Belo Jardim		0	0	1	
Cabo de Santo Agostinho		0	0	1	
Garanhuns		1	0	1	
Goiana		0	0	1	
Limoeiro		0	0	1	
Palmares	0	0	2		

(continuação)

Região geográfica da sede administrativa ou reitoria da IES	Unidade da Federação da sede administrativa ou reitoria da IES	Município da sede administrativa ou reitoria da IES	Tipo de Categoria Administrativa da IES PÚBLICA		
			Federal	Estadual	Municipal
Nordeste	Pernambuco	Petrolina	2	0	1
		Recife	3	1	0
		Salgueiro	0	0	1
		Serra Talhada	0	0	3
	Piauí	Parnaíba	1	0	0
		Teresina	2	1	0
	Rio Grande do Norte	Mossoró	1	1	0
		Natal	2	1	0
	Sergipe	Aracaju	1	0	0
		São Cristóvão	1	0	0
Sudeste	Espírito Santo	Alegre	0	0	1
		Linhares	0	0	1
		Vitória	2	1	0
	Minas Gerais	Alfenas	1	0	0
		Belo Horizonte	3	3	0
		Diamantina	1	0	0
		Itajubá	1	0	0
		Juiz de Fora	2	0	0
		Lavras	1	0	0
		Montes Claros	1	1	0
		Ouro Preto	1	0	0
		Pouso Alegre	1	0	0
		São João del Rei	1	0	0
		Três Corações	1	0	0
		Uberaba	2	0	0
		Uberlândia	1	0	0
		Viçosa	1	0	0
	Rio de Janeiro	Barra Mansa	0	1	0
		Bom Jesus do Itabapoana	0	1	0
		Campos dos Goytacazes	1	2	0
		Duque de Caxias	0	1	0
		Itaperuna	0	1	1
		Macaé	0	0	1
		Niterói	1	0	0
		Paracambi	0	1	0
		Petrópolis	0	1	0
		Resende	1	0	0
Rio de Janeiro		10	3	0	
Santo Antônio de Pádua		0	1	0	
Seropédica		1	0	0	
Três Rios		0	1	0	

(continuação)

Região geográfica da sede administrativa ou reitoria da IES	Unidade da Federação da sede administrativa ou reitoria da IES	Município da sede administrativa ou reitoria da IES	Tipo de Categoria Administrativa da IES PÚBLICA		
			Federal	Estadual	Municipal
Sudeste	São Paulo	Adamantina	0	1	1
		Americana	0	1	0
		Araçatuba	0	1	1
		Araraquara	0	1	0
		Araras	0	1	0
		Assis	0	1	1
		Avaré	0	0	1
		Barretos	0	1	0
		Barueri	0	1	0
		Bauru	0	1	0
		Bebedouro	0	1	1
		Birigui	0	0	1
		Botucatu	0	1	0
		Bragança Paulista	0	1	1
		Campinas	0	2	0
		Capão Bonito	0	1	0
		Carapicuíba	0	1	0
		Catanduva	0	1	1
		Cotia	0	1	0
		Cruzeiro	0	1	0
		Diadema	0	1	0
		Ferraz de Vasconcelos	0	1	0
		Franca	0	1	2
		Franco da Rocha	0	1	0
		Garça	0	1	0
		Guaratinguetá	0	1	0
		Guarulhos	0	1	0
		Ibitinga	0	0	1
		Indaiatuba	0	1	1
		Itapetininga	0	1	0
		Itapira	0	1	0
		Itaquaquetuba	0	1	0
		Itatiba	0	1	0
		Itu	0	1	0
		Jaboticabal	0	1	0
		Jacareí	0	1	0
		Jales	0	1	0
		Jaú	0	1	0
		Jundiaí	0	1	2
		Lins	0	1	0
Marília	0	2	0		
Matão	0	1	0		
Mauá	0	1	0		

(continuação)

Região geográfica da sede administrativa ou reitoria da IES	Unidade da Federação da sede administrativa ou reitoria da IES	Município da sede administrativa ou reitoria da IES	Tipo de Categoria Administrativa da IES PÚBLICA		
			Federal	Estadual	Municipal
Sudeste	São Paulo	Mococa	0	1	0
		Mogi das Cruzes	0	1	0
		Mogi Guaçu	0	0	1
		Mogi Mirim	0	1	0
		Osasco	0	1	0
		Ourinhos	0	1	0
		Pindamonhangaba	0	1	0
		Piracicaba	0	1	1
		Pompéia	0	1	0
		Praia Grande	0	1	0
		Presidente Prudente	0	1	0
		Registro	0	1	0
		Ribeirão Preto	0	1	0
		Santa Fé do Sul	0	0	1
		Santana de Parnaíba	0	1	0
		Santo André	1	1	0
		Santos	0	1	0
		São Bernardo do Campo	0	1	1
		São Caetano do Sul	0	1	1
		São Carlos	1	1	0
		São João da Boa Vista	0	0	1
		São José do Rio Pardo	0	0	1
		São José do Rio Preto	0	2	0
		São José dos Campos	1	1	0
		São Manuel	0	0	1
		São Paulo	2	10	0
		São Roque	0	1	0
		São Sebastião	0	1	0
		Sertãozinho	0	1	0
		Sorocaba	0	1	0
		Sumaré	0	1	0
		Taquaritinga	0	1	0
Tatuí	0	1	0		
Taubaté	1	1	1		
Votorantim	0	1	0		
Sul	Paraná	Cascavel	0	1	0
		Clevelândia	0	0	1
		Curitiba	3	0	0
		Foz do Iguaçu	1	0	0

(conclusão)

Região geográfica da sede administrativa ou reitoria da IES	Unidade da Federação da sede administrativa ou reitoria da IES	Município da sede administrativa ou reitoria da IES	Tipo de Categoria Administrativa da IES PÚBLICA		
			Federal	Estadual	Municipal
Sul	Paraná	Guarapuava	0	1	0
		Jacarezinho	0	1	0
		Londrina	0	1	0
		Mandaguari	0	0	1
		Marechal Cândido Rondon	0	0	0
		Maringá	0	1	0
		Paranavaí	0	1	0
		Ponta Grossa	0	1	0
		União da Vitória	0	0	1
	Rio Grande do Sul	Bagé	1	0	0
		Bento Gonçalves	1	0	0
		Pelotas	2	0	0
		Porto Alegre	3	1	0
		Rio Grande	1	0	0
		Santa Maria	2	0	0
	Santa Catarina	Blumenau	1	0	1
		Chapecó	1	0	0
		Florianópolis	2	1	0
		Mafra	0	0	1
		Palhoça	0	0	1
	Centro-Oeste	Distrito Federal	Brasília	3	1
Goiás		Anápolis	0	2	0
		Anicuns	0	0	1
		Catalão	1	1	0
		Goianésia	0	1	0
		Goiânia	3	1	0
		Goiatuba	0	0	1
		Jataí	1	0	0
		Mineiros	0	0	1
Rio Verde		0	0	1	
Mato Grosso		Cáceres	0	1	0
		Cuiabá	2	0	0
		Rondonópolis	1	0	0
Mato Grosso do Sul		Campo Grande	2	0	0
		Dourados	1	1	0
<b>TOTAL</b>		<b>316</b>	<b>121</b>	<b>138</b>	<b>57</b>
		<b>100,0%</b>	<b>38,6%</b>	<b>43,7%</b>	<b>18,0%</b>

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

## APÊNDICE E

### Roteiro de Entrevistas – Dirigentes das IES

- 1) Fale-me sobre sua carreira na Instituição e como atingiu o cargo atual.
- 2) Qual sua percepção sobre a importância da IES que dirige para o Município?
- 3) Qual sua percepção sobre as atividades da IES que dirige para a região como um todo?
- 4) Você entende que a IES influencia no desenvolvimento do Município? E da Região?
- 5) Poderia estabelecer um conjunto de atividades realizadas pela IES que podem promover o desenvolvimento regional?
- 6) Existem parcerias entre a IES e os Entes Públicos ou empresas privadas, que no seu entender, promovem o desenvolvimento regional? Quem são os principais atores externos dessas parcerias?
- 7) Existem estudos ou registros dos impactos da IES no desenvolvimento regional, como indicadores de PIB, IDH, aumento de arrecadação do Município, dentre outros?
- 8) Existem estudos ou registros de atividades que, de forma concreta, influenciaram ou influenciam, no desenvolvimento regional, como programas de formação profissional, pós-graduação, registro de patentes, atividades de inovação, projetos de sustentabilidade, dentre outros?